

Daniela Schrickte Stoll

**DESLOCAMENTOS URBANOS NA LITERATURA
BRASILEIRA CONTEMPORÂNEA DE AUTORIA FEMININA**

Dissertação submetida ao Programa de
Pós-Graduação em Literatura da
Universidade Federal de Santa
Catarina para obtenção do título de
Mestra em Literatura.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Rosana Cássia
Kamita

Florianópolis
2017

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Stoll, Daniela Schrickte

Deslocamentos urbanos na literatura brasileira contemporânea de autoria feminina / Daniela Schrickte Stoll ; orientadora, Rosana Cássia Kamita, 2017.

208 p.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Comunicação e Expressão, Programa de Pós-Graduação em Literatura, Florianópolis, 2017.

Inclui referências.

1. Literatura. 2. Literatura brasileira contemporânea. 3. Crítica literária feminista. 4. Gênero e deslocamentos urbanos. I. Kamita, Rosana Cássia. II. Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Literatura. III. Título.

Daniela Schrickte Stoll

**DESLOCAMENTOS URBANOS NA LITERATURA
BRASILEIRA CONTEMPORÂNEA DE AUTORIA FEMININA**

Esta dissertação foi julgada adequada para obtenção do Título de “Mestra” e aprovado em sua forma final pelo Programa de Pós-Graduação em Literatura.

Florianópolis, 22 de dezembro de 2017.

Prof.^a Dr.^a Maria Lúcia de Barros Camargo
Coordenadora do Curso

Banca Examinadora:

Prof.^a Dr.^a Rosana Cássia Kamita
Orientadora
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof.^a Dr.^a Simone Pereira Schmidt
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof. Dr. Jair Zandoná
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof.^a Dr.^a Leila Assumpção Harris (via Skype)
Universidade do Estado do Rio de Janeiro

AGRADECIMENTOS

À minha orientadora, Prof.^a Rosana Kamita, por acreditar no meu projeto de pesquisa e pelos importantes direcionamentos que conferiu ao trabalho desde então. Agradeço também pelas aulas no PPGLit, pelas excelentes sugestões de leitura e por toda a ajuda nos processos seletivos para concorrer à bolsa de fomento e ao doutorado. Agradeço pela disponibilidade de sempre se fazer presente mesmo à distância.

À Universidade Federal de Santa Catarina e ao Programa de Pós-Graduação em Literatura, seus/suas professores/as e servidores/as, por viabilizarem a minha trajetória no mestrado.

Ao CNPq, pela bolsa que possibilitou a dedicação exclusiva à escrita da dissertação, neste último ano.

À Prof.^a Simone Pereira Schmidt, pela imensa contribuição com a minha formação e com a minha pesquisa. Pelas aulas de excelente conteúdo e organização. Por me acolher no estágio de docência, onde também aprendi muito. Pelos textos maravilhosamente escritos que citei nesta dissertação. E pela leitura realizada para a minha banca de qualificação, que agregou muito ao trabalho.

Ao Prof. Jair Zandoná, pela importante e atenciosa leitura do meu trabalho para a banca de qualificação. Pelo cuidado e dedicação com que pensou sobre o meu texto e propôs significativas melhorias.

À Prof.^a Leila Assumpção Harris, por gentilmente aceitar participar da minha banca de defesa.

Às professoras Cláudia Lima de Costa e Maria Lúcia de Barros Camargo, pelas excelentes aulas ministradas no PPGLit.

Às minhas avós, Erna Schrickte e Paula Christen, mulheres fortes e inspiradoras que amo muito.

À minha mãe Norma Schrickte, por ter me criado, me educado e me ensinado valores feministas e éticos, os primeiros que aprendi. Agradeço por me mostrar o significado de empatia e generosidade, de força e independência. Agradeço a sua presença e o seu amor incondicional. Ter o seu apoio às minhas buscas pessoais e profissionais é muito importante. Te amo e te admiro muito.

Ao meu pai Aluisio Stoll, pelo amor, pelo carinho, pela torcida e pelo coração gigante, sensível e sempre aberto.

Ao meu pai Sylvio Monteiro Jr., por acompanhar tudo de perto e com muito amor. Por ser um exemplo de professor competente, dedicado e apaixonado.

À minha irmã Carolina Stoll, minha alma gêmea, pelo apoio em todas as etapas, pela torcida, pelas conversas que me fazem desligar o telefone sorrindo e, também, por aquelas que me fazem refletir sobre tudo. Por sempre estar ao meu lado. Por ser uma grande mulher, uma grande médica e uma grande professora.

À minha afilhada Letícia Stoll Gielow, pelas corridas na grama, os caminhos na areia da praia e os desenhos de centopeia.

Ao meu amor, Ian Novy Quadri, pelo apoio incondicional a tudo que eu tento fazer, sempre, e pela parceria em tentar comigo – viver, amar, dançar, repensar, fazer diferente. Por me acompanhar ao longo desses dois anos de mestrado e me encher de amor. Por ser ouvidos e abraços quando precisei, e por tudo que rimos e aprendemos juntos.

A Mara Gabriela Novy e Marinho Bastos Quadri, agradeço muito pelo acolhimento.

À minha eterna melhor amiga, Mariliz Regina Schrickte, por me fazer acreditar em sonhos e na luta por eles.

Ao meu amigo Jânio Schmitz Jr., pela melhores risadas, pelo companheirismo e pelas conversas em que posso ser eu mesma.

Às minhas amigas do coração Paula Arnold e Cibele Pereira, pelo amor, pelo incentivo, pelo entusiasmo e pelas presenças, mesmo distantes.

Às maravilhosas Cristiane Silveira, Patrícia Brandão, Izabela Zanluca, Thaise Adami e Janice Kunzler pelos encontros, os momentos especiais e as parcerias, nesta e nas vidas passadas (acho que já fui arquiteta).

Às lindas amigas que a pós me deu. Daiane Oliveira, obrigada por tudo. Naylane Matos, Rafaela Barbosa e Heloá Barroso, obrigada pelas trocas de ideias, livros e incentivos, desde os trabalhos em aula às apresentações em congressos.

À Marlei Alf, pelo carinho, trabalho e dedicação sem igual, todos os dias.

À Conceição Evaristo, Maria Valéria Rezende e Paloma Vidal, pela imensa contribuição à literatura. Assim como a todas as autoras, estudiosas, críticas, teóricas e anônimas que possibilitaram que eu esteja aqui hoje.

A noite não adormece nos olhos das
mulheres.

A lua fêmea, semelhante nossa,
em vigília atenta vigia
a nossa memória.

Conceição Evaristo, 2017

RESUMO

A presente dissertação analisa os deslocamentos de personagens mulheres e suas relações com as cidades em romances da literatura brasileira contemporânea. Os deslocamentos dessas mulheres variam de acordo com classe, raça, etnia, geração, identidade de gênero, sexualidade, época e localização, e a abordagem do trabalho procura destacar, em cada narrativa, diferentes escalas urbanas (da calçada, da cidade e do mundo). Os deslocamentos são aqui encarados não apenas como movimentos literais, mas, também, como movimentos contrários à fixidez de identidades e de estruturas de opressão. Os livros analisados são *Quarenta dias* (2014), de Maria Valéria Rezende, *Ponciá Vicêncio* (2003), de Conceição Evaristo, e *Algum lugar* (2009), de Paloma Vidal: uma sequência que enfocará, respectivamente, as escalas da calçada, da cidade e do mundo. Embasado na crítica literária feminista e nos estudos pós-coloniais sobre as diásporas contemporâneas e as identidades em trânsito, o trabalho examina questões como estranhamento e pertencimento, desenraizamento e memória, invisibilização e poder, opressão e segregação espacial, muros e fronteiras locais e transnacionais.

Palavras-chave: Deslocamentos urbanos. Literatura brasileira contemporânea. Crítica literária feminista.

ABSTRACT

The present work analyzes the dislocations of female characters and their interaction with cities in novels of Brazilian contemporary literature. Those dislocations vary according to class, race, ethnicity, age, gender identity, sexuality, epoch and location, and the objective of the present work is to point out, in each novel, different urban scales (the sidewalk, the city and the globe). Dislocations are here taken not only as literal movements, but also as movements against fixity of identities and structures of oppression. The analyzed novels are *Quarenta dias* (2014), by Maria Valéria Rezende, *Ponciá Vicêncio* (2003), by Conceição Evaristo, and *Algum lugar* (2009), by Paloma Vidal: a sequence that will emphasize, respectively, the scales of the sidewalk, the city and the globe. Based on feminist literary criticism and post-colonial studies about contemporary diaspora and identities in transit, this work examines topics such as estrangement and belonging, uprooting and memory, invisibility and power, oppression and spatial segregation, local and transnational walls and frontiers.

Keywords: Urban dislocations. Brazilian contemporary literature. Literary feminist criticism.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – “An american girl in Italy”, Jinx Allen fotografada por Ruth Orkin.	90
Figura 2 – Shoshana Roberts no vídeo “10 hours of Walking in NYC as a Woman”.	91
Figura 3 – Muro na fronteira entre Tijuana e San Diego. Foto de Lorena Salazar Ocampo.	159

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	17
1 A CRÍTICA LITERÁRIA FEMINISTA E O CONTEMPORÂNEO	21
2 DESLOCAMENTOS URBANOS, GÊNERO E LITERATURA CONTEMPORÂNEA	37
2.1 O PÚBLICO E O PRIVADO PARA ALÉM DO BINARISMO	37
2.2 MOVIMENTOS, IDENTIDADES EM TRÂNSITO E A PERCEPÇÃO DO LUGAR	50
3 QUARENTA DIAS, DE MARIA VALÉRIA REZENDE: A CALÇADA	71
3.1 RESSIGNIFICAÇÃO DO CONCEITO DE LAR	73
3.2 DE <i>FLÂNEUSE</i> A ANDARILHA URBANA	85
4 PONCIÁ VICÊNCIO, DE CONCEIÇÃO EVARISTO: A CIDADE	109
4.1 SEGREGAÇÃO URBANA E AFRODESCENDÊNCIA	112
4.2 DIÁSPORA AFRICANA, IDENTIDADE NEGRA E VOZ COLETIVA	134
5 ALGUM LUGAR, DE PALOMA VIDAL: O MUNDO	149
5.1 MUROS E FRONTEIRAS TRANSNACIONAIS	150
5.2 DIÁSPORAS CONTEMPORÂNEAS E TRADUÇÃO CULTURAL	169
CONSIDERAÇÕES FINAIS	185
REFERÊNCIAS	191

INTRODUÇÃO

Se os deslocamentos das pessoas pelas cidades – tanto os trajetos como a própria experiência envolvida no deslocar-se – podem variar de acordo com gênero, classe, raça¹, etnia, geração, sexualidade, época e localização, então são muito diferentes as experiências de Alice (mulher paraibana, idosa, que se torna uma andarilha morando nas ruas de Porto Alegre, em *Quarenta dias*), de Ponciá (mulher negra que migra do campo para a cidade no início do século XX, em *Ponciá Vicêncio*) e da personagem criada por Paloma Vidal, em *Algum lugar*, da qual não sabemos o nome (mulher branca, brasileira, que vai fazer doutorado em Los Angeles, falando um inglês latinizado, e tenta se apropriar de uma cidade atravessada pelas rodovias de alta velocidade, as *freeways*). Escritos, respectivamente, por Maria Valéria Rezende (2014), Conceição Evaristo (2003) e Paloma Vidal (2009), esses romances trazem perspectivas de diferentes mulheres, autoras e personagens da literatura brasileira contemporânea, onde o mercado editorial é marcadamente branco e masculino (DALCASTAGNÈ, 2010). A crítica literária feminista vem confrontando as invisibilizações produzidas pelo cânone, enquanto diversas áreas do conhecimento (urbanismo, antropologia, geografia) apontam para as invisibilizações produzidas por estudos que não percebem as cidades como espaços transpassados por gênero, raça e classe.

Nos três livros escolhidos para compor o *corpus* literário da dissertação, o direito aos espaços das cidades é colocado em questão, assim como a forma como esse direito precisa ser constantemente negociado pelas minorias. Andarilha, moradora de uma favela ou imigrante, a história dessas mulheres têm uma relação muito próxima com a cidade. Escolhi trabalhar com o tema urbano pois tenho formação nessa área e acredito que, assim, posso trazer uma contribuição teórica maior para a minha pesquisa, e, além disso, acredito que o urbano e o literário trazem à tona uma série de reflexões sociais sobre o acesso aos espaços. Ambos, o urbano e o literário, têm essa peculiaridade de tratar de diferentes escalas, da mais subjetiva à mais global. Por isso, a linha de análise aqui adotada seguirá através dessas escalas: da calçada, em

¹ O uso do termo “raça”, nesta dissertação, assim como qualquer expressão relacionada ao termo, compreende o conceito de raça como uma construção social e não como uma categoria biológica.

Quarenta dias; da cidade, em *Ponciá Vicêncio*; e do mundo², em *Algun lugar*. A possibilidade de trabalhar com essas diferentes escalas pelo ponto de vista de mulheres tão diferentes foi o motivo da escolha dos livros que compõem o *corpus* literário da dissertação.

Além disso, escolhi trabalhar não apenas com espaços urbanos, mas com deslocamentos urbanos, pois considero relevante explorar um campo que vem se desenvolvendo em paralelo com a crítica literária feminista, dentro dos estudos pós-coloniais: estudos sobre diásporas contemporâneas e identidades em trânsito (Hall, Brah), cartografias contemporâneas e mobilidades globais (Massey, Kaplan, Almeida), subjetividade nômade (Braidotti), tradução cultural (Bhabha, Anzaldúa), identidade negra e diáspora (Gilroy, Fanon), sempre transpassados por questões geopolíticas, mas muito relacionados com deslocamentos e com gênero. Nesta pesquisa pretendo adotar um viés mais voltado para os deslocamentos urbanos, aproveitando essa reflexão em consonância às questões sobre sujeitos e identidades, estranhamento e pertencimento, desenraizamento e memória, inclusive a memória colonial e a memória ancestral africana presente em *Ponciá Vicêncio*, por exemplo, assim como a memória de quem tenta construir novos lares longe de casa, sujeitos hibridizados em outras cidades ou outros países, como nos livros *Quarenta dias* e *Algun lugar*.

Os deslocamentos são aqui encarados não apenas enquanto movimentos literais, mas, também, enquanto movimentos metafóricos contrários à fixidez de identidades, movimentos que se tornam agentes de transformações e de descobertas nas narrativas, assim como revelam estruturas fixas – de opressão, de segregação, de preconceito e de invisibilização. Em *Quarenta dias* (2014), essa invisibilização aparecerá como fruto da exclusão de parte da população que não tem poder de consumo (Bauman, Achugar), e, no entanto, a invisibilidade é fundamental para a liberdade da *flâneuse* de circular pelas calçadas (Pollock, Wolff, Elkin). O capítulo referente a esse romance se dividirá entre a análise da resignificação do conceito de lar, possibilitada pela narrativa, e os papéis de andarilha urbana e *flâneuse* adotados pela personagem.

Na análise de *Ponciá Vicêncio* (2003) abordarei uma escala mais macro das cidades: a questão da segregação urbana. Não apenas a

² Através da escala “mundo”, pretende-se trabalhar com questões referentes aos deslocamentos transnacionais, com diferentes implicações locais e globais que variam conforme o contexto. No entanto, cabe ressaltar que o deslocamento da personagem do romance *Algun lugar* diz respeito, especificamente, ao mundo ocidental. Nesse contexto, seu deslocamento se dá no sentido do Sul global para o Norte global.

segregação nas periferias e nos morros, mas também nos presídios (Wacquant, De Giorgi) e nas zonas de prostituição, de modo que fique claro o caráter social, étnico-racial e moral (Chauí, Berth, Ramos) dessa separação. O capítulo se dividirá entre a temática das cidades segregadas – que contará com leituras de *Ponciá Vicêncio* (2003) e outras obras de Conceição Evaristo, assim como de Carolina Maria de Jesus –, e uma análise sobre diáspora africana e identidade negra.

Por fim, no capítulo referente a *Algum lugar* (2009), será possível abordar os muros e as fronteiras transnacionais, tomados pelo ponto de vista do atual contexto global, um momento importante de fluxos de imigrantes e refugiados/as ao redor do mundo, ao mesmo tempo em que o atual presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, propõe a criação de um muro na fronteira com o México. Nos contextos das diásporas contemporâneas e transnacionais, será possível tratar também sobre tradução cultural e hibridização (Hall, Bhabha, Anzaldúa), enquanto a personagem procura criar um circuito familiar no meio de uma cidade tomada de ruas sem calçadas.

Antes da análise dos livros do *corpus* literário, no entanto, os dois primeiros capítulos construirão uma base teórica a respeito da crítica literária feminista e sua relação com o contemporâneo, assim como dos deslocamentos urbanos na literatura brasileira contemporânea de autoria feminina.

1 A CRÍTICA LITERÁRIA FEMINISTA E O CONTEMPORÂNEO

Este capítulo se propõe a situar a dissertação diante do campo da crítica literária feminista e analisar as formas como, nesse contexto, o contemporâneo e as obras do *corpus* literário podem ser pensados.

A crítica literária feminista surgiu e se fortaleceu no século XX. Nos Estados Unidos, sua primeira fase foi marcada pela releitura de obras de autoria masculina, nos anos 1970, e pelo revisionismo crítico, ou seja, a investigação dos critérios de valor e paradigmas utilizados na tradição dos estudos literários. A professora e pesquisadora brasileira Rita T. Schmidt listou algumas obras consideradas clássicas publicadas nessa primeira fase da crítica feminista estadunidense:

o livro de Kate Millett *Sexual Politics* [A política sexual], em que a autora apresenta uma releitura crítica de obras de D.H. Lawrence, Henry Miller e Jean Genet, o de Judith Fetterly, *The Resisting Reader* [O leitor que resiste], no qual a autora retoma as obras canônicas da ficção norte-americana dos séculos XIX e XX, e a coletânea crítica *The Authority of Experience: Essays in Feminist Criticism* [A autoridade da experiência: ensaios em crítica feminista] (SCHMIDT, 2006, p. 786).

Segundo Toril Moi (1985), crítica literária norueguesa e atualmente professora nos Estados Unidos, a grande contribuição de Kate Millet (1969) foi realizar uma análise da política sexual da literatura e romper com a visão de que a leitora era submissa à autoridade do autor. No entanto, Moi argumenta que Millet pecou por não reconhecer a influência que obras de autoras como a francesa Simone de Beauvoir (1949) e a inglesa Virgínia Woolf (1927) tiveram para a construção da sua crítica (MOI, 1985, p. 25).

Com a publicação de obras das estadunidenses Sandra Gilbert e Susan Gubar (2000 [1979]³), assim como de Elaine Showalter (1986), a crítica literária feminista se voltou para o trabalho das autoras mulheres e os questionamentos a respeito da escrita e da produção feminina. Nos

³ Serão apresentadas entre colchetes as datas da primeira edição da obra (na língua do/a autor/a), quando distarem de mais de cinco anos das publicações utilizadas na bibliografia desta dissertação.

anos 1980 implementou-se, assim, outra linha de pesquisa, que se voltou para a recuperação da produção literária de autoria de mulheres dos séculos anteriores. Em *The madwoman in the attic* [A louca do sótão] (2000 [1979]), Gilbert e Gubar perguntaram:

O que significa ser escritora em uma cultura cujas definições fundamentais de autoridade literária são, como vimos, ao mesmo tempo abertamente e secretamente patriarcais? Se as polaridades irritadas e irritantes de anjo e monstro, doce tola Branca de Neve e rainha louca feroz, são as imagens principais que a tradição literária oferece às mulheres, como essas imagens influenciam as maneiras pelas quais as mulheres tentam escrever? Se o espelho da rainha fala com a voz do Rei, como seus perpétuos conselhos reais afetam a própria voz da rainha? Uma vez que é a voz principal que ela ouve, a Rainha tenta soar como o Rei, imitando seu tom, suas inflexões, sua formulação, seu ponto de vista? Ou ela “conversa” com ele em seu próprio vocabulário, seu próprio timbre, insistindo em seu próprio ponto de vista? (GILBERT; GUBAR, 2000 [1979], p. 46, tradução minha⁴).

Elaine Showalter, por sua vez, publicou, em 1986, *The new feminist criticism: essays on women, literature, and theory* [A nova crítica feminista: ensaios sobre mulheres, literatura e teoria], em que defende que a crítica literária feminista tinha mais a aprender com a experiência de mulheres do que com o revisionismo e os estudos sobre os homens:

Não creio que a crítica feminista possa encontrar um passado usável na tradição crítica androcêntrica. Tem mais a aprender com os estudos sobre as mulheres do que com os estudos ingleses, tem mais a aprender com a teoria

⁴ “What does it mean to be a woman writer in a culture whose fundamental definitions of literary authority are, as we have seen, both overtly and covertly patriarchal? If the vexed and vexing polarities of angel and monster, sweet dumb Snow White and fierce mad Queen, are major images literary tradition offers women, how does such imagery influence the ways in which women attempt the pen? If the Queen’s looking glass speaks with the King’s voice, how do its perpetual kingly admonitions affect the Queen’s own voice? Since his is the chief voice she hears, does the Queen try to sound like the King, imitating his tone, his inflections, his phrasing, his point of view? Or does she “talk back” to him in her own vocabulary, her own timbre, insisting on her own viewpoint?”

feminista internacional do que com outro seminário sobre os mestres. Tem de encontrar o seu próprio assunto, o seu próprio sistema, a sua própria teoria e a sua própria voz (SHOWALTER, 2002 [1986], p. 44).

Segundo Toril Moi (1985), Gilber e Gubar contribuíram muito para o campo, porém visualizaram uma ideologia patriarcal monolítica, contra a qual insurgiam vozes femininas “miraculosamente”. Elas não explicaram como e por qual motivo as mulheres conseguiram escrever em meio a esse sistema. Também não ficou claro se a criatividade feminina que elas estudavam era natural, essencial, inata ou socialmente construída. Já Showalter afirmou que a crítica deve se ater a questões sociais, históricas, antropológicas e psicológicas do texto feminino. Segundo Moi, no entanto, Showalter não argumentou em detalhe sobre a dicotomia entre a tradição crítica androcêntrica e os “nossos próprios problemas teóricos” (MOI, 1985, p. 77).

Críticas como Annette Kolodny (1975), estadunidense, vieram questionar os pressupostos de que havia especificidades na escrita feminina e no estilo literário feminino. Para a autora, o resultado de anos de análise da crítica literária feminista foi a construção de uma “atenção perspicaz aos modos como certas relações de poder [...] estão inscritos nos textos (tanto literários quanto críticos) que herdamos, não somente como tema, mas como algo *dado* da cultura, não questionado e frequentemente não reconhecido” (KOLODNY, 2017 [1980], p. 220).

Entre as críticas alinhadas a correntes francesas de pensamento, destacaram-se Hélène Cixous (1976), Luce Irigaray (1974) e Julia Kristeva (1974). Segundo Kolodny (2017 [1980]), Hélène Cixous preocupou-se com a relação entre a linguagem e a estrutura social patriarcal, assim como seu papel no estabelecimento e manutenção desse sistema (KOLODNY, 2017 [1980], p. 224). De acordo com Toril Moi (1985), Hélène Cixous teve uma abordagem completamente diferente da anglo-americana. Não enfocou sua crítica na figura da autora, mas no texto e na sexualidade do texto, assim como em articulações entre desejo e linguagem, não apenas em escritos de mulheres, mas também de homens. Moi apontou certa contradição e conflito no trabalho de Cixous, porém reconheceu que, apesar disso, sua obra constituiu uma evocação utópica revigorante dos poderes das mulheres (MOI, 1985, p. 126). Paralelamente, Luce Irigaray elaborou uma análise crítica de Freud, respaldada em teorias da desconstrução (MOI, 1985, p. 131), e Julia Kristeva trabalhou com linguagem e linguística, marginalidade e

subversão, além de abordar a desconstrução da identidade do sujeito (MOI, 1985, p. 172).

No Brasil, o resgate de textos de autoria feminina se tornou uma das linhas mais produtivas desde os anos 1980, segundo Rita T. Schmidt (2010, p. 177). Para a professora brasileira Rosana Kamita (2005), o trabalho de resgate foi uma das conquistas do feminismo, que proporcionou condições de maior visibilidade para a produção literária das mulheres, evidenciou a quantidade de autoras a serem lembradas e de obras a serem reeditadas e valorizadas. Esse trabalho deve ser constante, de acordo com Kamita, implicando numa reescrita da história literária.

A apreciação literária se modifica no tempo e no espaço, inclusive em relação ao mesmo leitor, que em determinado momento considera a obra a partir de certos valores e posteriormente baseia-se em julgamentos diversos. Essa reavaliação só é possível com o trabalho de resgate, caso contrário, com o afincamento suspeito com que as escritoras foram ao longo do tempo caindo em quase completo esquecimento, não restarão referências que nos permitam restabelecer a tradição literária da literatura produzida por mulheres (KAMITA, 2005, p. 150).

Uma análise da historiografia literária brasileira foi empreendida por Zahidé Muzart (1999), que foi professora, pesquisadora e editora no Brasil. Ela percebeu que Sílvio Romero, por exemplo, em *História da literatura brasileira* (1888), incluiu somente sete escritoras. Na antologia que organizou, em três volumes, intitulada *Escritoras brasileiras do século XIX* (1999, 2004, 2009), Muzart incluiu cento e cinquenta e sete:

São bastante numerosas as escritoras brasileiras no século XIX, escreveram muito e abordaram todos os gêneros: das cartas e diários, dos álbuns e cadernos aos romances, poemas, crônicas e contos, dramas e comédias, teatro de revista, operetas, ensaios e crítica literária (MUZART, 1999, p. 23).

Muzart afirmou que as mulheres publicaram pouco, comparativamente com a produção masculina, mas não escreveram pouco.

Entre as várias razões para a não canonização das escritoras do século XIX, tem sido muito importante o gênero literário. Na aceitação de uma mulher escritora, essa questão não foi nada desprezível. Verifica-se que as poetisas foram, em geral, aceitas, mesmo que apenas com benevolência, e algumas até respeitadas, como Narcisa Amália, não só citada e criticada em sua época, mas até hoje mencionada pelos nossos historiadores⁵, mesmo que incluída entre os menores. O mesmo pode se dizer de Francisca Júlia. Dos gêneros escolhidos pelas mulheres, são as dramaturgas e as narradoras as mais esquecidas. Mulheres com importante bagagem como Maria Benedita Bormann, Carmem Dolores e outras foram omitidas da historiografia literária por razões que se misturam com o código da moral burguesa (MUZART, 1999, p. 26).

Como apontado no trecho acima, Muzart verificou que as mulheres poetas tiveram maior aceitação. Mais adiante, a pesquisadora explicou que elas “obtiveram um certo apoio da crítica e algum espaço para sua produção, principalmente nos periódicos. E isso é facilmente explicável pela temática *nobre* utilizada, sempre dentro do âmbito dos sentimentos familiares” (MUZART, 1999, p. 26).

Ana Cristina Cesar (1952-1983), poeta e ensaísta brasileira, também afirmou, em resenha de 1979, que a apreciação erudita da poesia de mulheres como Cecília Meireles e Henriqueta Lisboa se aproximava do senso comum sobre o poético e o feminino, como se houvesse uma identificação entre o “conjunto de imagens e tons obviamente poéticos” e o ideário tradicional ligado à mulher (CESAR, 1999 [1979], p. 225). Ela argumentou que a crítica se dividia em dois grupos, com relação às poetisas: “uns veem na delicadeza e na nobreza de sua poesia algo de feminino; outros silenciam qualquer referência ao fato de que se trata de mulheres, como se falar nisso fosse irrelevante ante a realidade maior da Poesia” (CESAR, 1999 [1979], p. 225-226). Em ensaio posterior (1982), Ana Cristina Cesar refletiu sobre diversos argumentos e propôs a seguinte interpretação: “[dizer que] ‘esta escritora é mulher sim’ era menos afirmar uma diferença do que furar

⁵ A autora se refere a Antonio Candido (*Formação da Literatura Brasileira*) e Alfredo Bosi (*História Concisa da Literatura Brasileira*).

um silêncio consentido” (CESAR, 1999 [1982], p. 246)⁶.

Para investigar e romper com esse silêncio consentido, a crítica literária feminista direciona seus trabalhos de resgate, partindo do pressuposto de que a invisibilização de autoras mulheres é fruto de escolhas políticas e ideológicas, sustentadas até hoje. Exemplo dessas escolhas é o caso da escritora Júlia Lopes de Almeida, que, segundo Rita T. Schmidt (2010), foi descrita pelo crítico e historiador José Veríssimo⁷, em ensaio de 1910, como “uma das principais figuras femininas da literatura brasileira”, uma escritora “com profundo sentimento e compreensão de nossos costumes, preconceitos e falhas”, mas foi excluída do livro do autor, *História da literatura brasileira* (1916), publicado seis anos depois (SCHMIDT, 2010, p. 178). Para Schmidt, esse caso prova que as omissões não se deviam à suposta falta de qualidade ou importância das obras das autoras.

Investigar inclusões e exclusões históricas é uma forma de trazer à visibilidade as relações com a ideologia subjacentes às estruturas que definem a natureza do literário e a função da história literária como uma grande narrativa gerada em função de escolhas políticas e não de escolhas desinteressadas ou neutras. Com isso quero dizer que o conteúdo (seleção de fatos) e estrutura (forma de sua organização) estão imbricados numa formação discursiva dominante cujos efeitos ideológicos ratificam os sentidos e os lugares sociais em que esses são produzidos. Não se trata de considerar as histórias literárias do ponto de vista de seus critérios de veracidade ou correspondência entre narrativa e eventos passados, mas sim de levantar questionamentos sobre que conhecimentos são gerados por seus *constructos* e a quais interesses servem (SCHMIDT, 2010, p. 176-177).

A autora argumentou que o repertório constituído pela história literária (o cânone), com o qual os/as cidadãos/ãs acabam fazendo um “pacto narrativo de consenso”, normaliza e regulariza os acontecimentos. Dessa forma, a memória coletiva sobre autores e

⁶ Ana Cristina Cesar também analisou outros pontos de vista e finalizou seu ensaio de 1982 de modo inconclusivo, deixando as questões em aberto e os conceitos “à deriva”.

⁷ VERÍSSIMO, José. Um romance da vida fluminense. In: _____. **Estudos de literatura brasileira**. São Paulo: Edusp/Itatiaia, 1977.

autoras pode se configurar tanto como lembrança quanto como esquecimento (SCHMIDT, 2010, p. 179).

O cânone, segundo a professora brasileira Maria Eunice Moreira (2003), expressa-se numa relação ou lista de autores/as que contém em si a ideia de seleção, uma vez que essas obras destinam-se ao estudo ou imitação. O cânone pode ser entendido como norma ou regra e, por consequência, transforma-se em modelo (MOREIRA, 2003, p. 90). Uma série de instâncias atuam diretamente na seleção e preservação de obras e autores/as, na atualidade: “editoras, grupos sociais comprometidos com a crítica literária; organismos e sociedades literárias definem suas escolhas, permitindo a entrada de alguns e a retirada ou não aceitação de outros” (MOREIRA, 2003, p. 90). Há quem defenda a tradição canônica e mantenha uma visão idealizada e essencialista do conceito de literatura, criando um ponto de debate com a crítica literária feminista, que, por sua vez, defende a necessidade de questionamento dos pressupostos canônicos.

Um dos livros mais conhecidos da tradição canônica é *O cânone Ocidental* (2001[1994]), em que o crítico inglês Harold Bloom consagrou vinte e dois autores homens e quatro autoras mulheres, todos europeus ou americanos⁸ (dois sul-americanos e dois norte-americanos), tidos por ele como “obrigatórios em nossa cultura”, escolhidos tanto pela “sublimidade quanto pela natureza representativa” (BLOOM, 2001[1994], p. 11-12). Entre os homens, destacam-se Shakespeare, Dante e Walt Whitman. As mulheres são Jane Austen, Emily Dickinson, George Eliot e Virginia Woolf. O critério que Bloom utilizou é o “valor estético” e a “força poética” das obras, “que se constitui basicamente de um amálgama: domínio da linguagem figurativa, originalidade, poder cognitivo, conhecimento, dicção exuberante” (BLOOM, 2001 [1994], p. 36).

Bloom argumentou contra o que ele chamou de uma “recente política de multiculturalismo” ou de “Escola do Ressentimento”, pois ele acredita que o estético (e, portanto, a leitura) é uma preocupação individual, e não social. Na opinião dele, a crítica literária é um

⁸ Vale ressaltar que a fixação de cânones literários na Europa e América do Norte foi diferente da brasileira, conforme explica Barbosa: “se, no caso das literaturas europeias e norte-americana a fixação de cânones literários resultou do aparecimento de grandes ensaios de interpretação da herança cultural do Ocidente, quase sempre movidos por um forte apelo classicizante, dando como resultado uma rígida hierarquização de gêneros, raças e modelos culturais, que somente será abalada pelos movimentos multiculturais de anos recentes, no caso brasileiro a formação do cânone literário seguiu, de bem perto, o próprio desenvolvimento de nossas relações de dependência e de autonomia com vistas às fontes metropolitanas” (BARBOSA, 2001, p. 17).

fenômeno elitista e não pode se tornar a base para uma educação democrática ou para melhorias na sociedade (BLOOM, 2001 [1994], p. 24-25). Também fundamenta sua argumentação a ideia de que o cânone não é determinado por alguma ideologia dominante, mas por mérito estético e originalidade⁹.

O debate aqui se constitui no que Rita T. Schmidt chamou de “campo minado”¹⁰ onde se digladiam discursos e práticas críticas, definidas como substancialistas (se alinhadas ao campo da estética ou às convenções e códigos da tradição erudita) ou progressistas (se identificadas com o campo político, via de regra, associado à emergência do subalterno)” (SCHMIDT, 2010, p. 174). Schmidt, em texto anterior, mostrou que discorda do conceito que essencializa o valor artístico e que coloca as obras fora das contradições engendradas pelos discursos culturais de seu tempo e lugar, “como se um texto literário não fosse um objeto histórico, como se valor não estivesse colado a uma estrutura e essa não fosse resultante de uma função ideológica” (SCHMIDT, 2006, p. 785).

Em 1992, o crítico brasileiro Roberto Reis também afirmou que a análise interna do texto não se basta em si mesma: “esta foi uma jogada ideológica” (REIS, 1992, p. 86). Sua argumentação parte de questões relativas a discurso e poder:

Depois dos estudos de Michel Foucault, sabemos também que todo discurso é uma violência, uma prática que impomos às coisas e ao mundo. A escrita e o saber, na cultura ocidental, estiveram via de regra de mãos dadas com o poder e

⁹ Harold Bloom foi também mencionado pelas críticas Sandra Gilbert e Susan Gubar, autoras de *The madwoman in the attic* (1979), que analisaram outra obra do autor, *The Anxiety of Influence: a theory of poetry* (1973), na qual, segundo elas, o crítico fundamenta-se em preceitos patriarcais. A “ansiedade da autoria”, que Bloom disse acometer os escritores – eles sentem que sua escrita está carregada daquilo que leram em seus predecessores –, ignora que as escritoras mulheres não tinham predecessoras em quem se espelhar. Além disso, Bloom descreveu o processo de se livrar da “ansiedade da autoria” como uma luta edípica em que o filho precisa matar o pai (o predecessor) para poder criar. Ele também comparou o ato de escrever como o encontro sexual do poeta com a musa. Todas essas são ideias que apenas consideram escritores homens. “A batalha dela [da escritora], entretanto, não era contra a leitura de mundo do seu predecessor (homem), mas contra a leitura que o seu predecessor fazia dela” (GILBERT; GUBAR, 2000 [1979], p. 49, tradução minha).

¹⁰A expressão “campo minado” vem de Annette Kolodny, que escreveu: “ter tratado de tantas questões difíceis e ter realizado tanto em tão pouco tempo – mesmo reconhecendo inevitáveis pontos de partidas equivocados, sobreposições e repetições – deveria ter assegurado à crítica literária feminista um espaço honorário nessa jornada intelectual contínua [...]. Porém, em vez se sermos bem-vindas nessa empreitada, temos sido forçadas a negociar um campo minado” (KOLODNY, 2017 [1980], p. 225).

funcionaram como forma de dominação. Todo poder é produzido a partir de determinadas condições históricas e ideológicas que constituem o solo do qual esse saber emerge. Toda interpretação é feita a partir de uma dada posição social, de classe, institucional. É muito difícil que um saber esteja desvinculado do poder. Com isso deduzimos que os textos não podem ser dissociados de uma certa configuração ideológica, na proporção em que o que é dito depende de quem fala no texto e de sua inscrição social e histórica. O que equivale a afirmar que todo texto parece estar intimamente sobredeterminado por uma instância de autoridade. O critério para se questionar um texto literário não pode se descurar do fato de que, numa dada circunstância histórica, indivíduos dotados de poder atribuíram estatuto literário àquele texto (e não a outros), canonizando-o (REIS, 1992, p. 69).

Reis pretendia, em seu texto, argumentar que não basta abrir o cânone, é preciso questionar a sua própria existência:

O cânon é um evento histórico, visto ser possível rastrear a sua construção e a sua disseminação. Não é suficiente repensá-lo ou revisá-lo, lendo outros e novos textos, não canônicos e não canonizados, substituindo os “maiores” pelos “menores”, os escritores pelas escritoras, e assim por diante. Tampouco basta – ainda que isso seja extremamente necessário – dilatar o cânon e nele incorporar outras formações discursivas, como a telenovela, o cinema, o cordel, a propaganda, a música popular, os livros didáticos ou infantis, a ficção científica, buscando uma maior representatividade dos discursos culturais. O que é problemático, em síntese, é a própria existência de um cânon, de uma canonização que reduplica as relações injustas que compartimentam a sociedade (REIS, 1992, p. 77).

Da mesma forma, Toril Moi acredita que a própria noção de cânone deve ser repensada, porque um cânone novo seria tão opressivo quanto o antigo. Mesmo a crítica feminista não teria voz para questionar a autoridade de um cânone de mulheres (MOI, 1985, p. 78). Isso

também pode ser percebido na seguinte explicação de Annette Kolodny: “a canonização coloca qualquer obra acima das questões que estabelecem seu mérito e, na verdade, convida alunas/os a realizar somente leituras e interpretações cada vez mais ingênuas com o propósito de validar a grandeza já atribuída pela canonização” (KOLODNY, 2017 [1980], p. 227).

Para Kolodny, as proposições cruciais da crítica literária feminista são: (1) a história da literatura é uma ficção, (2) o ensino de literatura oferece paradigmas através dos quais se lê um texto; (3) a base a partir da qual se atribui valor estético a textos nunca é “infalível, imutável ou universal”, portanto “devemos re-examinar não somente nossa estética, mas, também, os preconceitos e pressuposições herdadas que informam os métodos críticos que, em parte, moldam nossas respostas estéticas” (KOLODNY, 2017 [1980]), p. 228).

Por exemplo, o que Bloom chamou de “domínio da linguagem figurativa”, um de seus critérios para determinação do valor estético de uma obra, é algo que está inserido em contextos ideológicos, pois, como argumentou Kolodny, o uso figurado de uma linguagem, assim como determinadas implicações simbólicas, pode estar mais ou menos acessível a grupos de leitores/as de acordo com as formas de conhecimento que compartilham ou valorizam (KOLODNY, 2017 [1980], p. 237). Seria o caso de um/a leitor/a de Conceição Evaristo que não tivesse conhecimento da (ou não valorizasse a) cultura e da história afro-brasileira. Dificilmente esse/a leitor/a conseguiria perceber ou valorizar os simbolismos no texto da autora, que remetem aos orixás, aos navios negreiros, à oralidade, à identidade amputada ou hifenizada – como se verá adiante. Assim também os romances de Maria Valéria Rezende e Paloma Vidal exigem um olhar consciente das questões referentes aos trânsitos e deslocamentos de mulheres na contemporaneidade para perceber ou valorizar as escolhas estéticas pelo formato de diário, pelas frases interrompidas, pela polifonia.

Da mesma forma, Toril Moi afirmou que julgamentos de valor estético são historicamente relativos e profundamente imbricados em julgamentos de valor político. O mesmo artifício estético pode ser politicamente polivalente, dependendo do contexto histórico, político e literário em que ocorre. Para a autora, portanto, não existe resposta simples e descomplicada para o problema da estética versus a política, mas o objetivo da crítica literária feminista é justamente desconstruir essa oposição entre as duas esferas (MOI, 1985, p. 85-86).

No texto de Kolodny, o argumento é semelhante: a tarefa da crítica literária feminista é avaliar as normas imputadas e os padrões de

leituras normativas que, em parte, levaram a determinados julgamentos estéticos. As perguntas, então, são: “a que fins esses julgamentos servem?; e quais conceitos de mundo ou posições ideológicas que (mesmo sem perceber) eles ainda ajudam a perpetuar?” (KOLODNY, 2017 [1980], p. 239). Isso não significa negar os prazeres estéticos na leitura de, por exemplo, Spencer, Shakespeare e Milton, mas observar que essa resposta estética está investida em interesses epistemológicos, éticos e morais (KOLODNY, 2017 [1980], p. 240-41).

No *Dicionário da crítica feminista* (2005), das escritoras portuguesas Ana Gabriela Macedo e Ana Luísa Amaral, sob o verbete “cânone”, encontram-se mais algumas confirmações do argumento de Kolodny e Moi. Segundo as autoras, que também se baseiam em Rita T. Schmidt¹¹ (1997), o objetivo das teorias que partem das margens é questionar a construção do hegemônico e não, simplesmente, valorizar as margens – por hegemônico as autoras entendem um sistema de coerções e pressões homogeneizadoras que constroem um discurso e uma identidade como única e verdadeira. É por isso que a “crise do cânone” acompanhou as transformações sociais e o fenômeno transnacional dos movimentos sociais de contestação:

As lutas pelos direitos cívicos – pelo fim da segregação racial, ou pelo acelerar dos processos de descolonização –, os movimentos estudantis, as preocupações ecossistêmicas, a luta pela emancipação das mulheres [...], a reivindicação, por parte das minorias, da expressão de uma voz e de um lugar próprios, [...]. No campo literário, essa crise passa pela importância que, a partir dos anos 1960, os Estudos Culturais começam a desempenhar relativamente aos Estudos Literários (MACEDO; AMARAL, 2005, p. 13-14).

A partir dos anos 1970, disciplinas como Estudos Feministas passaram a ser incluídas na academia, na Europa e nos Estados Unidos, reforçando os questionamentos a respeito de um cânone estável e do centramento do saber. Para Macedo e Amaral, o cânone precisa estar aberto à redefinição e a debates sobre o próprio processo de canonização (MACEDO; AMARAL, 2005, p. 14). Ou seja, as autoras concordam que a crítica não é direcionada necessariamente às obras canônicas ou à

¹¹ SCHMIDT, Rita T. Pensar (d)as margens: estará o cânone em estado de sítio? Cânones contextos: 5º Congresso Abralic. *Anais...* Org. Eduardo Coutinho *et al.*, vol. I, Rio de Janeiro: Abralic, 1997, p. 287-297.

qualidade delas, mas aos mecanismos que sustentam essas obras no cânone enquanto excluem ou marginalizam outras.

Assim como os estudos culturais passaram a desempenhar grande importância junto aos estudos literários, conforme mencionado pelas autoras acima, outros campos avançaram nessa época, como o próprio feminismo, o multiculturalismo, os estudos pós-coloniais, o pós-estruturalismo, os estudos sobre raça e etnia, assim como sobre gênero e sexualidade. Até os anos 1980, a categoria gênero predominava como eixo de análise para a crítica literária feminista, mas a intersecção com esses outros campos alterou as abordagens. Enquanto classe já era uma preocupação subjacente do feminismo das décadas anteriores, segundo a professora brasileira Susana Funck (2016), as últimas décadas do século XX tiveram a contribuição de autoras como bell hooks (1981), Audre Lorde (1984), Gloria Anzaldúa (1987) e Judith Butler (1990) para reflexões sobre raça, etnia, gênero e sexualidade, o que aprofundou o questionamento da ideia de mulher como uma categoria monolítica.

De acordo com a filósofa e teórica indiana Gayatri Spivak (2002), o objetivo da crítica literária feminista não deve ser de meramente celebrar a mulher. A autora fez uma crítica às análises que desconsideram o imperialismo e simplesmente trabalham com o oposicionismo entre homem e mulher. Para a autora, mesmo quando as críticas feministas denunciam a pretensão androcêntrica de universalidade, ainda participam da mentira de construir uma “sororidade global” em que o modelo continua a ser o homem e a mulher como oponentes na sexualidade universalizável, “que são os principais protagonistas naquele enfrentamento europeu” (SPIVAK, 2002, p. 53). Para Spivak, deve-se fazer uma prática menos restrita e mais consciente das articulações da sociedade global:

É por meio desses movimentos, e não meramente *decidindo* celebrar a mulher, que a crítica feminista pode ser uma força na mudança da disciplina. Para isso, porém, deve reconhecer que é cúmplice da instituição dentro da qual busca seu espaço. Esse trabalho lento pode transformá-la de oposição em crítica (SPIVAK, 2002, p. 51).

Na contemporaneidade, o trabalho de Gayatri Spivak (2002) e Homi Bhabha (1998) é reconhecido como fundamental para o debate teórico (FUNCK, 2016, p. 371). Para a crítica literária feminista, passa a ser importante analisar as perspectivas desses e outros/as autores/as do Sul global. Além disso, segundo a professora brasileira Sandra Goulart

Almeida (2015), desde a década de 1990, a categoria espaço tornou-se um dos balizadores dos estudos de gênero e da crítica literária feminista, que têm se movido em direção a enfoques teóricos sobre o transnacional. Para a autora,

os fenômenos transnacionais podem ser vislumbrados sob o enfoque de estratificações identitárias múltiplas, descentradas e provisórias e de seus vários constituintes, como as relações de gênero, classe e raça – categorias imprescindíveis para se pensar a literatura contemporânea hoje (ALMEIDA, 2015, p. 35).

O mesmo foi colocado por Susan Friedman (2017 [1998]), crítica literária e professora nos Estados Unidos, que observou que os estudos literários e a crítica feminista têm se tornado progressivamente mais comprometidos com questões relativas a posicionalidade, viagem e etnografia (FRIEDMAN, 2017 [1998], p. 534). A autora elencou uma série de discursos de identidade, partindo da década de 1970, que abalaram as formas convencionais de crítica focadas apenas no gênero. Desde o enfoque nas múltiplas opressões e nas diferenças *entre* as mulheres, até mais recentemente, quando emergiu o discurso do hibridismo relacionado com o pós-colonialismo e com os estudos diaspóricos, esses discursos constituíram uma nova crítica feminista baseada no que Friedman chama de geografias da identidade. Embora a autora afirme que a crítica feminista não deve ser limitada a discussões sobre identidade e subjetividade, considera que essas questões são fundamentais para “pensarmos sobre as implicações das novas geografias para o trabalho que continua a explorar a produção e recepção da escrita de mulheres e da textualidade do gênero” (FRIEDMAN, 2017 [1998], p. 540-541). Sua proposta é contabilizar as múltiplas e contraditórias posições dos sujeitos das/os escritoras/es (sem que isso, no entanto, signifique reinstaurar a hegemonia da biografia determinista na leitura de narrativas) e das personagens. Segundo Friedman, “assim como as/os escritoras/es, as personagens que se movem através de espaços e tempos narrativos ocupam posições múltiplas e em deslocamento em relação às outras e aos diferentes sistemas de relações de poder” (FRIEDMAN, 2017 [1998], p. 545).

Por fim, sua proposta de uma crítica literária feminista baseada nas novas geografias da identidade objetiva analisar, além das/os escritoras/es e personagens, também as narrativas culturais:

A tarefa da/o crítica/o implica decodificar e contextualizar esses discursos dentro de um terreno mais amplo da história política e cultural. Em segundo lugar, e, talvez, mais importante, implica interpretar a forma como tais narrativas culturais são negociadas dentro de um texto e qual tipo de trabalho cultural elas realizam enquanto são lidas e relidas no domínio público das letras. Por exemplo, esses sítios textuais de contradição das narrativas culturais estão colidindo uns com os outros, ou fortalecendo uns aos outros por meio de colaboração? Quem são as/os privilegiadas/os e quem são as/os marginalizadas/os pela/o escritora/or ou pelo texto como um todo? Eles funcionam progressivamente ou regressivamente? Leitoras/es diferentes apresentam leituras diferentes dessas narrativas culturais, tendo em vista seus próprios locais epistemológicos? (FRIEDMAN, 2017 [1998], p. 547).

No momento atual, portanto, as/os críticas/os devem considerar que não estão mais lidando com culturas e essências fixas, mas com deslocamentos, hibridização, tradução e traduzibilidade. É nesse sentido que, nesta dissertação, optou-se por não trabalhar os espaços urbanos apenas como cenários em suas relações com as personagens mulheres. A ênfase estará nos deslocamentos delas, de modo a abordar questões como mobilidade, poder, acesso, pertencimento, identidade, entre outras, como se verá no próximo capítulo. Entende-se também que, como definiu o filósofo italiano Giorgio Agamben, o olhar para o contemporâneo é em si mesmo uma espécie de deslocamento, um anacronismo em relação ao tempo presente, um gesto que adere a este tempo e, simultaneamente, dele toma distâncias (AGAMBEN, 2009, p. 58-59). Para o autor, contemporâneo é aquele que “mantém fixo o olhar no seu tempo, para nele perceber não as luzes, mas o escuro” (AGAMBEN, 2009, p. 62). Essa percepção do escuro é uma tarefa ativa e corajosa, segundo Agamben, porque implica também “perceber nesse escuro uma luz que, dirigida para nós, distancia-se infinitamente de nós”, uma vez que o presente “não pode em nenhum caso nos alcançar” (AGAMBEN, 2009, p. 65).

Segundo o filósofo e historiador francês Georges Didi-Huberman, Agamben “vê o contemporâneo na espessura considerável e complexa de suas temporalidades emaranhadas” ao contrário de filósofos que se

apresentam dogmáticos e “fabricantes imediatos de opiniões” (DIDI-HUBERMAN, 2011, p. 69). Enquanto ser contemporâneo para Agamben era ver o escuro de seu tempo, ao invés das luzes, para Didi-Huberman ser contemporâneo é ser capaz de ver, em meio as luzes do espaço “de superexposição, feroz, demasiado luminoso, de nossa história presente”, os vaga-lumes (DIDI-HUBERMAN, 2011, p. 70). A tarefa de ver o escuro, segundo Agamben, citado por Didi-Huberman (traçando paralelo com os vaga-lumes), “pede ao mesmo tempo coragem – virtude política – e poesia, que é a arte de fraturar a linguagem, de quebrar as aparências, de desunir a unidade do tempo” (DIDI-HUBERMAN, 2011, p. 70).

Diante do que foi visto a respeito da trajetória da crítica literária feminista, pode-se afirmar que, ao longo dos anos, não faltou coragem, virtude política e poesia. As críticas feministas, assim como fizeram Agamben e Didi-Huberman – e como exposto pelo filósofo alemão Walter Benjamin (1987) – retomaram em sentido inverso o curso da história: elas “escovaram a contrapelo” aqueles textos que as excluíram ou marginalizaram. Nem todas estiveram de acordo entre si, tampouco receberam o mesmo respaldo que os filósofos citados – eles próprios canonizados –, mas se propuseram a olhar para as fraturas do seu próprio tempo e do tempo passado. A intersecção com outros campos do saber contribuiu para que expusessem, ainda, as fraturas geográficas nas fronteiras entre espaços e textos. Esse movimento em direção aos espaços e aos trânsitos, que ganhou força principalmente nas últimas décadas, será mais detalhado no próximo capítulo e servirá como referência para a análise dos romances do *corpus* literário.

2 DESLOCAMENTOS URBANOS, GÊNERO E LITERATURA CONTEMPORÂNEA

2.1 O PÚBLICO E O PRIVADO PARA ALÉM DO BINARISMO

Em *Um teto todo seu* (1928), Virginia Woolf (1882-1941) disse que

deveremos aceitar o fato de que todos aqueles bons romances — *Villette*, *Emma*, *O morro dos ventos uivantes*, *Middlemarch* — foram escritos por mulheres sem maior experiência de vida do que a que entraria na casa de um clérigo respeitável; escrita também na sala de estar dessa casa respeitável [...] (WOOLF, 1985 [1928], p. 88).

Ela se referia à vivência doméstica das escritoras do século XIX (Charlotte Brontë, Jane Austen, Emily Brontë e George Eliot, respectivamente), muito diferente da vivência dos homens, que circulavam livremente pelos espaços públicos. Essa diferença é expressada pela personagem Jane Eyre, de Charlotte Brontë (1847). Jane costumava subir no telhado: “eu ansiava por um poder da visão que ultrapassasse aquele limite, que pudesse alcançar o mundo agitado, cidades, regiões plenas de vida de que eu ouvira falar mas nunca vira” (BRONTË¹², 1847 apud WOOLF, 1985, p. 86).

Woolf acreditava que, se Tolstói tivesse vivido em reclusão, por exemplo, dificilmente teria escrito *Guerra e Paz* (1869) – a comparação é com a escritora George Eliot, que viveu em reclusão porque estava “em pecado” com um homem casado e precisou submeter-se às convenções sociais e ser cortada “fora do que se chama mundo”, enquanto Tolstói “vivia livremente com esta cigana ou aquela grande dama”, ia à guerra, recolhia, “desimpedido e sem censura, toda a diversificada experiência da vida humana que tão esplendidamente lhe serviu” (WOOLF, 1985 [1928], p. 88). Para piorar, os livros que lidavam com a guerra eram considerados importantes pelos críticos, enquanto um livro que lidava com os sentimentos das mulheres numa sala de visitas era considerado insignificante (WOOLF, 1985 [1928], p. 92). As mulheres, portanto, além de serem desencorajadas a escrever e de não contarem com dinheiro próprio para se sustentar, quando

¹² Brontë, C. **Jane Eyre**. Londres: Smith, Elder & Co, 1847.

ousavam escrever, tinham suas histórias diminuídas por se tratar de pontos de vista domésticos.

Com os movimentos sociais dos anos 1960 e 1970, que aconteceram e se refletiram em diversos pontos do mundo – “as revoltas estudantis, os movimentos juvenis contraculturais e antibelicistas, as lutas pelos direitos civis, os movimentos revolucionários do ‘Terceiro Mundo’, os movimentos pela paz e tudo aquilo que está associado com ‘1968’” (HALL, 2011 [1992], p. 44) –, cresceu a importância do olhar do pequeno, do subalterno, dos temas cotidianos e privados, conforme explica a professora brasileira Simone Schmidt (2015, p. 484).

Sob o lema “o pessoal é político”, o feminismo chamou a atenção para a necessidade de diluir-se as fronteiras entre o público e o privado. Segundo Flávia Biroli (2014, p. 33), cientista política brasileira, o feminismo mostrou que é “impossível descolar a esfera política da vida social, a vida pública da vida privada, quando se tem como objetivo a construção de uma sociedade democrática”, assim, abandonar a visão de que a esfera privada e a esfera pública correspondem a “lugares” e “tempos” distintos na vida dos indivíduos, tornou-se essencial, uma vez que os efeitos dos arranjos de poder em uma esfera são sentidos na outra. A despolitização do espaço privado ainda reforçava a ocorrência de violência doméstica e estupro no casamento, pois muitos abusos puderam ser perpetrados em nome da privacidade do lar e da entidade familiar (BIROLI, 2014, p. 34). A diluição das fronteiras entre o público e o privado foi necessária, assim, tanto em termos políticos e de integridade física das mulheres, quanto, segundo Schmidt, no que diz respeito à hierarquização dos saberes, que colocava o doméstico (logo, o feminino) como inferior, menos nobre e consideravelmente invisível (SCHMIDT, 2015, p. 484-485). Essa movimentação política e social apareceu também na literatura, emergiram novos sujeitos, o comum e o cotidiano passaram a ser alvo de estudo e representação. “O corpo, a casa, a cozinha, a comida, o quarto, as ervas, os rituais, os pequenos ritos, tudo se tornou passível de investigação” (SCHMIDT, 2015, p. 485).

Simultaneamente, algumas daquelas mulheres que antes se restringiam aos espaços privados se lançaram no mundo profissional, conquistaram direitos políticos (como o direito de trabalhar fora de casa sem precisar da permissão do marido, em 1962, no Brasil), migraram para as cidades grandes em busca de oportunidades, passaram a circular por espaços urbanos e públicos.

No entanto, algumas mulheres, como as que foram escravizadas ou as que trabalhavam como operárias, já circulavam pelo espaço

público antes disso, e suas histórias são muito diferentes dessa história linear sobre a conquista do direito de circular para além do espaço doméstico, que contempla apenas a perspectiva de uma mulher branca universal. Isso é literariamente ilustrado no seguinte trecho do livro *Um defeito de cor* (2006), de Ana Maria Gonçalves, que se passa em Salvador, no início do século XIX:

Mesmo na cidade alta, lugar tido como mais seguro, policiado e organizado, a maior parte das pessoas pelas ruas era de pretos; os brancos quase não saíam de casa. Mulheres brancas, então, era como se não existissem, se não soubéssemos que iam todas dentro das cadeirinhas de arruar e das liteiras, protegidas por cortinas e janelas. Do lado de fora reinávamos nós, as pretas e as mulatas, alegrando as vistas de homens de todas as cores, mesmo dos que não admitiam isso publicamente (GONÇALVES, 2006, p. 243-244).

As mulheres negras, como Kehinde, protagonista do romance, já circulavam pelas ruas da Europa e das Américas enquanto, no século XIX, as mulheres brancas citadas por Virginia Woolf sofriam críticas porque seus romances apresentavam pontos de vistas muito domésticos. Contudo, as mulheres negras pagavam um preço alto por isso: além de terem sido transportadas à força para fora de seu continente, eram escravizadas, exploradas, proibidas de ler e de escrever – e, portanto, impedidas de produzir literatura, independentemente dos seus pontos de vistas menos domésticos. A pesquisadora brasileira Adelaide Calhman de Miranda (2013) cita a argumentação de Alice Walker (2011), escritora estadunidense, a esse respeito:

O que significava para uma mulher Negra ser artista no tempo das nossas avós? É uma pergunta com uma resposta cruel o suficiente para parar o sangue. [...] Seu corpo domado e forçado a gerar filhos (que eram vendidos longe dela, mais frequentemente do que o contrário) – oito, dez, quinze, vinte filhos – quando sua única alegria era pensar em modelar figuras heroicas da Rebelião, em pedra ou argila? Como era a criatividade da mulher Negra mantida viva, ano após ano, século após século, quando pela maior parte do tempo em que pessoas Negras têm habitado os Estados

Unidos¹³, era um crime punível para uma pessoa Negra ler ou escrever? E a liberdade de pintar, esculpir, expandir a mente com ação não existia (WALKER¹⁴, 2011[1983] apud MIRANDA, 2013, p. 60-61).

A possibilidade de circular pelas ruas, enquanto as mulheres brancas ficavam restritas ao espaço doméstico, não era, portanto, uma forma de libertação.

Mesmo hoje, a experiência de circular pelo espaço público é diferente para as mulheres negras. Uma pesquisa realizada pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública e pelo DataFolha (2017) mostrou que 43% das mulheres negras relatou sofrer assédio, contra 35% das brancas – entre as negras, as de cor autodeclarada preta têm essa proporção elevada para 47% –, e o tipo de assédio mais frequente é receber comentários desrespeitosos ao andar na rua (36%), mas elas também relataram sofrer assédio físico em transporte público (10%). Quando se observa a informação segundo a raça, as mulheres negras sofrem em maior proporção todas as modalidades de assédio. Também sabe-se que as mulheres negras vivenciam, nas ruas, diferenças no tratamento recebido pela polícia e no preconceito racial enfrentados cotidianamente.

No conto intitulado *Maria*, do livro *Olhos d'água* (2015), de Conceição Evaristo, a personagem que dá nome à história é linchada em um ônibus, pelos/as outros/as passageiros/as, por ser tida como ladra. O fato de ser negra é mencionado várias vezes pelo homem que iniciou a agressão:

A primeira voz, a que acordou a coragem de todos, tornou-se um grito: *Aquela puta, aquela negra safada estava com os ladrões!* O dono da voz se levantou e se encaminhou em direção à Maria. A mulher teve medo e raiva. Que merda! Não conhecia assaltante algum. Não devia satisfação a ninguém. *Olha só, a negra ainda é atrevida*, disse o homem, lascando um tapa no rosto da mulher. Alguém gritou: *Linha! Linha! Linha!*... (EVARISTO, 2015, p. 42).

¹³ Cabe ressaltar que, nos Estados Unidos, a possibilidade de existência (e resistência) das mulheres negras escritoras foi pensada em momento anterior, quando no Brasil isso sequer era uma questão.

¹⁴ WALKER, Alice. In *Search of Our Mothers' Gardens*: Prose. Open Road Integrated Media LLC. 2011 [1983].

Sendo assim, Ana Ogando e Mariana Assis¹⁵ (2013, p. 6) alertam: as análises feministas que se restringem à utilização de categorias tais como o público/privado, ou mesmo o patriarcado, “têm o efeito de homogeneizar o impacto de diferentes estruturas de opressão sobre a diversificada categoria social que são as mulheres”. Elas resgatam o pensamento de Kimberlé Crenshaw (1989), estudiosa e militante afro-americana, que argumentou que a crítica dirigida a papéis moldados do feminino no espaço doméstico “encontra-se ancorada nos estereótipos construídos em referência às mulheres brancas e pouco (ou nada) contribui para a compreensão das formas de dominação a que são submetidas as mulheres negras e de cor” (CRENSHAW¹⁶, 1989 apud OGANDO; ASSIS, 2013, p. 5).

Na contemporaneidade, portanto, quando se fala sobre os espaços pelos quais circulam as mulheres, leva-se em consideração a interseccionalidade – termo difundido pela própria Crenshaw, em 1989, embora já fosse utilizado por movimentos políticos e por acadêmicas feministas negras antes disso –, que cruza o gênero com outras categorias como raça, etnia, classe e sexualidade. Segundo Ogando e Assis, Crenshaw (1989) objetivava, com o termo, “não apenas expor mas também superar as limitações do existente aparato teórico-conceitual feminista em lidar com a realidade das mulheres negras e as múltiplas formas de opressão enfrentadas por elas cotidianamente” (OGANDO; ASSIS, 2013, p. 5).

Apesar da atribuição da criação do conceito de interseccionalidade à Crenshaw (1989), cabe observar que, mais de um século antes, Sojourner Truth, uma mulher escravizada nos Estados Unidos, já proferia um discurso que, segundo Simone Schmidt “reivindicava, no próprio seio do movimento escravagista e sufragista, a condição de sujeito para os não sujeitos daquela (desta) história” (SCHMIDT, 2017, p. 688). Seu discurso, que introduziu a pergunta “Não sou uma mulher?”, data de 1852, quando, nos Estados Unidos, o trabalho escravo ainda não havia sido legalmente abolido, fato que ocorreu apenas em 1863. Para Avtar Brah e Ann Phoenix (2017 [2004]), que atuaram como professoras na Inglaterra e analisaram a importância

¹⁵ Na data da publicação do artigo, Ana Carolina Freitas Lima Ogando era pós-doutoranda em Ciência Política na Universidade Federal de Minas Gerais e Mariana Prandini Fraga Assis era doutoranda em Política na New School for Social Research, Nova Iorque, EUA.

¹⁶ CRENSHAW, Kimberlé. Demarginalizing the intersection of race and sex: a black feminist critique of antidiscrimination doctrine, feminist theory and antiracist politics. **The University of Chicago Legal Forum**, Chicago, v. 140, 1989.

do discurso de Sojourner Truth para a construção de pensamentos que desafiem a lógica essencialista de uma categoria mulher e de um sujeito unificado para o feminismo, a interseccionalidade é

um conceito que denota os efeitos complexos, irreduzíveis, variados e variáveis que advêm quando eixos de diferenciação múltiplos – econômico, político, cultural, físico, subjetivo e experiencial – se interseccionam em contextos historicamente específicos. O conceito ressalta que as diferentes dimensões da vida social não podem ser separadas em vertentes discretas e puras (BRAH; PHOENIX, 2017 [2004], p. 662-663).

Segundo Schmidt (2017, p. 688-689), no contexto brasileiro, as feministas negras precisaram se afirmar em espaços onde não eram percebidas, além de contestar discursos naturalizados como o da democracia racial supostamente vigente no Brasil. Autoras como Lélia Gonzalez e Sueli Carneiro apontaram importantes articulações entre gênero, raça e classe que contribuíram para a compreensão do país numa perspectiva feminista e interseccional.

Por outro lado, a professora e pesquisadora alemã Ina Kerner (2012) propôs uma reflexão a respeito do conceito de interseccionalidade e uma crítica às discussões que já não deixam claro o que se quer dizer com essa palavra. Kerner defende que as categorias gênero, raça e classe se interseccionam de diferentes maneiras em diferentes contextos, por isso é importante analisar as formas como as opressões ocorrem em caráter epistêmico (discursos e saberes, símbolos e imagens), institucional (arranjos institucionais que produzem formas estruturais de hierarquização e discriminação) e pessoal (atitudes, posicionamentos individuais, identidade, subjetividade, interações pessoais) (KERNER, 2012, p. 56). Isso porque as formas de opressão são fenômenos complexos de poder que não podem ser submetidos a uma análise simplista, devendo ser analisadas a partir de suas semelhanças, suas diferenças, seus acoplamentos e suas intersecções (KERNER, 2012, p. 48). O racismo e o sexismo, por exemplo, são estruturais, pois têm dimensões políticas, econômicas e culturais, enquanto as formas de poder relacionadas a classes possuem certa mobilidade, podendo ser resolvidas ao longo dos anos por medidas de redistribuição (KERNER, 2012, p. 47). Em outros casos, ao contrário, há diferenças maiores entre o sexismo e o racismo, como no caso do binarismo público/privado, tópico que a autora concorda que se aplica

mais a análises sobre sexismo do que sobre racismo (KERNER, 2012, p. 51).

Quanto à classe, também há que se pensar as várias formas que mulheres de diferentes camadas da sociedade se relacionaram com os espaços públicos e privados. Assim, a liberação das mulheres pelo trabalho remunerado, por exemplo, teve diferentes implicações. Como Biroli (2014, p. 38) argumenta, essa é outra idealização baseada nas experiências das poucas mulheres que têm acesso às carreiras profissionais com maior grau de autonomia e remuneração. Ela cita a teórica feminista estadunidense bell hooks: “para as mulheres da classe trabalhadora que ganham muitas vezes menos do que o salário-mínimo e recebem poucos benefícios, quando os recebem, [a inserção no mercado de trabalho] significa a continuidade da exploração de classe” (HOOKS¹⁷, 2000 [1984], p. 61 apud BIROLI, 2014, p. 38). Griselda Pollock (2002 [1996]), teórica feminista situada na Inglaterra, explica que algumas mulheres, como as operárias, já circulavam pelo espaço público há mais tempo e pagavam caro por isso, pois eram exploradas econômica e sexualmente.

A história linear da conquista do direito de circular para além do espaço doméstico também ignora a história de muitas sociedades tribais americanas em que o espaço doméstico não era visto como menor ou despolitizado. Na visão de Rita Segato (2014), antropóloga argentina, foi com o colonialismo que ocorreu a privatização do espaço doméstico. Em algumas sociedades tribais da América, antes da colonização, os espaços domésticos eram vistos como parte da comunidade. As mulheres ocupavam os espaços domésticos, mas podiam simultaneamente ter cargos políticos. Em outros casos, era obrigatório que os homens voltassem para casa para consultar as mulheres antes de uma votação a respeito de questões políticas. Os colonizadores privatizaram o espaço doméstico e, quem o ocupava (as mulheres), perderam o acesso à política. O único sujeito capaz de transitar com naturalidade pelos espaços, porque foi quem fez a regra da cidadania a sua imagem e semelhança, e a implantou num processo bélico e ideológico, é o homem branco, patriarca da família (portanto funcionalmente heterossexual), proprietário e letrado. Todos/as que quiserem cidadania, precisam se converter a esse perfil (SEGATO, 2014, p. 83). Ou seja, para as mulheres de sociedades colonizadas, a colonização foi um processo dual de inferiorização racial e subordinação de gênero, e seus efeitos são sentidos até hoje. Por isso, a autora critica o

¹⁷ HOOKS, bell. **Feminist theory**: from margin to center. Cambridgeshire: South End, 2000.

feminismo branco hegemônico, que desconsidera os efeitos da colonização e toma a mulher branca como padrão de uma mulher universal (SEGATO, 2014, p. 76).

Com esse olhar crítico da interseccionalidade, associado às transformações teóricas, políticas e sociais a respeito dos espaços públicos e privados, pode-se falar, hoje, em múltiplas escalas, do subjetivo ao privado, do privado ao público, do público ao global, e a literatura, que circula poética e politicamente por todas essas escalas, pode evidenciar tanto as conexões quanto as barreiras que se apresentam nesses diferentes contextos.

A própria literatura também passou por alargamentos, através de trabalhos que questionam as ausências produzidas pelo processo de canonização, trabalhos que revisam a historiografia literária e propõem resgates de autoras mulheres (e de outras minorias), como explicado no capítulo anterior.

Os/as teóricos/as pós-coloniais¹⁸ acrescentaram a essa ideia uma perspectiva geopolítica que não apenas reivindica inclusão e visibilidade mas também questiona a legitimidade do pensamento moderno e propõe uma revisão epistemológica. No Brasil, que é um país fortemente marcado pela herança da história colonial, essas movimentações e debates acerca do pós-colonial e da interseccionalidade, esse resgate de escritoras mulheres e de escritoras negras, assim como a diluição das fronteiras entre o público e o privado, se tornaram fundamentais para a reflexão sobre o contemporâneo.

Sendo assim, imagina-se que, na contemporaneidade, escritoras, narradoras e personagens já estejam circulando por diversos espaços, mais democráticos e acessíveis do que antes. Porém, na literatura brasileira contemporânea, ainda é difícil encontrar, segundo Regina Dalcastagnè (2014, p. 1), uma construção diferente sobre a experiência

¹⁸ O pós-colonial é entendido, nesta dissertação, como “uma nova capacidade de ler o presente à luz de uma leitura mais perspicaz do passado” (PRATT, 2008, p. 460). São estudos que consideram “categorias geo-históricas não descritas pelo ponto de vista da metrópole imperial e sem o seu monopólio interpretativo” (PRATT, 2008, p. 461). Além disso, são correntes analíticas que dão primazia teórica e política às relações desiguais entre o Norte e o Sul globais na compreensão do mundo contemporâneo (SANTOS, 2004, p. 8). O pós-colonial tem sua genealogia no pós-estruturalismo francês e entende que a colonização implicou uma relação de dominação estrutural e um apagamento discursivo ou político da heterogeneidade dos sujeitos colonizados (MOHANTY, 1986). Seus efeitos se estendem até os dias atuais, não mais em forma de “colonialismo”, mas em forma de “colonialidade” (do poder, do ser e do saber). Para as/os teóricas/os do feminismo descolonial, ou decolonial, com lócus de enunciação na América Latina, a colonialidade se mantém através da naturalização das hierarquias territoriais, raciais, culturais e epistêmicas, possibilitando a reprodução das relações dominantes (RESTREPO; ROJAS, 2010, p. 15).

urbana. De acordo com as pesquisas feitas por ela, a literatura brasileira é marcadamente de classe média, branca e masculina. Por isso seria importante “buscar, nas representações da cidade, aquilo que não se quer ali – aqueles que habitam seus desvios, que ameaçam seus muros, os que foram jogados, desde sempre, para o lado de fora” (DALCASTAGNÈ, 2014, p. 1). Um cenário como o brasileiro, em que 72,7% dos livros publicados pelas maiores editoras são escritos por homens, e 93,9% por autores e autoras brancos¹⁹ (DALCASTAGNÈ, 2005, p. 31), quase não dá visibilidade a escritoras e personagens mulheres, tampouco a escritoras e personagens negras. Pouco se fala sobre a experiência de mulheres nos espaços públicos, menos ainda sobre a experiência de mulheres negras nesses espaços. Para Dalcastagnè (2003, p. 36), na literatura, “seria outro o desenho da cidade caso acompanhássemos efetivamente seus passos [os da mulher], dificultados pelo peso das sacolas de supermercado, pelos carrinhos de bebê, pelos sapatos desconfortáveis”.

Desde o século XIX, sabe-se qual a percepção dos escritores homens sobre a cidade. De acordo com Raymond Williams (1921-1988), crítico do Reino Unido citado pela pesquisadora brasileira Roberta Trajano (2014):

Para H. Balzac, a cidade é vista por sua complexidade social e mobilidade constante; já em F. Dostoiévski o espaço citadino era demarcado por sua estranheza e mistério que o envolvia, bem como pela perda de conexão; por sua vez, C. Baudelaire destacava a cidade como símbolo do isolamento e da solidão, condição da vida citadina. Na literatura inglesa, autores como James Thomson remetem a uma cidade marcada pela ideia da morte – o autor alude à aglomeração humana que traz a desconexão entre as pessoas, à perda da significação na cidade levando, conseqüentemente, o indivíduo à solidão. Logo, a consequência da destruição da união misteriosa entre os seus habitantes seria a cidade confundir-se com a ideia da morte. Por sua vez, George Gissing representa a cidade através da figura do

¹⁹ Foi incluído na referida pesquisa todo romance que preenchesse simultaneamente quatro requisitos: (1) foi escrito originalmente em português, por autor brasileiro nato ou naturalizado; (2) foi publicado pela Companhia das Letras, Record ou Rocco; (3) teve sua primeira edição entre 1990 e 2004; (4) não estava rotulado como romance policial, ficção científica, literatura de auto-ajuda ou infanto-juvenil (DALCASTAGNÈ, 2005).

indivíduo que perambula solitário pelas ruas, sentindo-se esmagado pela multidão e pela feiura que o rodeia (WILLIAMS, 1989 apud TRAJANO, 2014, p. 43).

Mas, pelo contrário, conforme observou Dalcastagnè, não temos a menor ideia de como as mulheres veem e se relacionam com o espaço urbano que se estende sob seus pés. Elas se tornam, assim, invisíveis. São apagadas de nossas ruas, praças, prédios públicos – como se nada tivessem a fazer ali, como se nada tivessem a dizer da vida nesses lugares (DALCASTAGNÈ, 2003, p. 46).

Sob o ponto de vista dos homens, as narrativas sobre deslocamentos urbanos não podem dar conta de explicar a perspectiva feminina, pois a realidade desses deslocamentos pode ser muito diferente. Segundo a pesquisadora espanhola Inés Madariaga (2004), os deslocamentos das mulheres, na vida real, costumam envolver não apenas a ida ao trabalho, mas também as atividades relacionadas ao cuidado do lar e dos filhos – a tripla jornada feminina. Madariaga aponta que elas se deslocam para o mercado, a creche, o parque e o posto de saúde com maior frequência que os homens. Essa divisão do trabalho doméstico não é natural, mas fruto da construção de estereótipos de gênero desvantajosos para as mulheres, como explicou Biroli:

Papéis atribuídos a elas, como a dedicação prioritária à vida doméstica e aos familiares, colaboraram para que a domesticidade feminina fosse vista como um traço natural e distintivo, mas também como um valor a partir do qual outros comportamentos seriam caracterizados como desvios (BIROLI, 2014, p. 32).

Segundo Madariaga, por receberem salários inferiores e terem uma maior demanda de trabalho “invisível”, muitas mulheres utilizam mais serviços e estabelecimentos públicos (MADARIAGA, 2004), em que os cargos costumam ser dominados por homens, ou cujas políticas públicas são determinadas majoritariamente por homens. O mesmo conto de Conceição Evaristo, *Maria*, ilustra bem a necessidade do transporte público, a sacola pesada e a preocupação com os filhos:

Maria estava parada há mais de meia hora no ponto de ônibus. Estava cansada de esperar. Se a distância fosse menor, teria ido a pé. Era preciso

mesmo ir se acostumando com a caminhada. O preço da passagem estava aumentando tanto! Além do cansaço, a sacola estava pesada. No dia anterior, no domingo, havia tido festa na casa da patroa. Ela levava para casa os restos. O osso de pernil e as frutas que tinham enfeitado a mesa. Ganhara as frutas e uma gorjeta. [...] A gorjeta chegara numa hora boa. Os dois filhos menores estavam muito gripados. Precisava comprar xarope e aquele remedinho de desentupir nariz (EVARISTO, 2015, p. 39).

Um estudo realizado pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano de São Paulo (2016) obteve dados semelhantes aos mencionados pela pesquisadora espanhola, mesmo em espaços e temporalidades distintas: mulheres usam mais o transporte coletivo e andam mais a pé do que os homens. Somadas, as porcentagens desses meios de transporte resultam 74,6% para elas e 62,5% para eles. As viagens delas têm razões mais diversificadas, incluem idas e vindas a supermercados, lojas, farmácias, creches, escolas, postos de saúde e outros inúmeros destinos, que acabam desenhando um tipo específico de deslocamento. O levantamento mostra que mulheres que estão nas faixas de renda familiar mais pobres possuem menos viagens com destinação final ao trabalho. O dado sugere exercício de trabalho informal ou situações em que mulheres abandonam seus empregos para cuidar da casa e dos filhos. Essa pesquisa indica que a segregação social das cidades e os problemas de acessibilidade e mobilidade urbanas atingem especialmente as mulheres mais pobres.

Outras pesquisas também apontam para a baixa incidência de mulheres ciclistas nas ruas. Em cidades projetadas para carros, ser mulher e ciclista pode ser uma dupla subversão. As mulheres somam apenas 15% dos/as ciclistas nos locais mais movimentados, segundo pesquisa da sociedade civil²⁰. Quando questionadas sobre os desafios para usar a bicicleta ou sobre o que as impedia de adotarem a bicicleta como meio de transporte, as respostas mais frequentes foram desafios como riscos de queda, colisão ou assalto, ou medo de compartilhar a via por falta de respeito dos condutores de veículos motorizados²¹ (LEMOS;

²⁰ CICLOCIDADE. **Contagem**. São Paulo, Brasil: Ciclocidade, 2015. Disponível em: <<http://www.ciclocidade.org.br/contagem>>. Acesso em maio 2017.

²¹ CICLOCIDADE. **Mobilidade por Bicicleta e os Desafios das Mulheres de São Paulo**.

HARKOT; SANTORO, 2017). Em São Paulo, mesmo com o aumento da quantidade de ciclovias entre 2009 e 2012, as ciclovias não somam 1% da malha viária para veículos motorizados (LEMOS; HARKOT; SANTORO, 2017).

Quando circulam pelos espaços públicos e utilizam meios de transporte coletivos, as mulheres relatam sofrer assédio e intimidação, como se seus corpos fossem públicos também. Muitas vezes, elas se deslocam com medo ou evitam determinados lugares. A criação de rotas de segurança ou de vagões de metrô de uso exclusivo de mulheres, por exemplo, mostra a tentativa de contornar o problema da insegurança e do assédio, mas acaba por segregar a mulher e incitar a sua culpabilização caso ela seja assediada ao se deslocar fora da rota ou do vagão determinado. Por outro lado, algumas mulheres se sentem mais seguras com essas medidas, já que o problema pode se agravar em determinados casos.

Segundo uma pesquisa da Comisión Interamericana de Derechos Humanos (2014), a maioria dos casos de violência não letal contra mulheres lésbicas e bissexuais, nas Américas²², são ataques contra casais em lugares públicos, como espancamentos coletivos e ataques com ácidos, por elas terem demonstrado afeto em público. As mulheres transexuais são as principais vítimas de assassinato – elas tendem a ser mais comumente assassinadas com armas de fogo e seus cadáveres são encontrados nas ruas ou em lugares públicos. Não é por acaso que algumas das principais reivindicações feministas para o espaço urbano centram-se na garantia de iluminação pública, de transporte de qualidade durante vinte e quatro horas, de ampliação, formação e humanização no atendimento das Delegacias da Mulher, conforme cita Vanessa Koetz (2017), advogada popular brasileira e mestrandia em Direito Urbanístico.

Koetz (2017) também assinala a importância das manifestações feministas ao tomar as ruas, já que fazem com que as ruas e as praças, lugares de circulação, sejam apropriadas e virem a expressão imediata da política. Assim, momentos significativos da história acontecem nesses locais, e ela cita alguns dos quais foram relevantes para o feminismo:

Abolicionistas, sufragistas, estadunidenses marchando pelo fim da Guerra no Vietnã, pela igualdade (1970), por direitos reprodutivos (1980), egípcias na Praça Tahir, pela Primavera

Base de Dados. São Paulo, Brasil: Ciclocidade, 2016.

²² Nos 35 países membros da OEA (Organização dos Estados Americanos).

Árabe, as canadenses que impulsionaram a Slut Walk. No Brasil, são significativas a Marcha das Vadias, Mulheres contra Cunha e a Marcha de Mulheres Negras, que deram grande visibilidade ao movimento feminista. Em 2016, polonesas ocuparam as ruas contra a criminalização do aborto. Ergueu-se o Ni Una Menos, contra o feminicídio na Argentina e na América Latina. Mais de 1 milhão de mulheres marcharam contra Trump no dia de sua posse como presidente dos Estados Unidos (KOETZ, 2017, p. 76).

Para Koetz, a luta das mulheres – por segurança, por mais creches e centros de educação infantil, pelo direito de fazer política, pelo direito de ocupar as ruas como espaços de convívio e não apenas de passagem – é também uma luta pelo direito à cidade, conforme teorizado anteriormente pelo geógrafo britânico David Harvey (2013). Nas palavras da pesquisadora,

o direito à cidade é a apropriação direta dos cidadãos a fim de superar a lógica do mercado e reafirmar a cidade como proveito para seus habitantes, exprimindo-lhe um novo significado construído coletivamente, a partir dos desígnios humanos e não do Capital (KOETZ, 2017, p. 76).

Por isso, é desanimador que a literatura ainda careça de narrativas que falem, do ponto de vista de mulheres de diferentes classes, raças, etnias e sexualidades, sobre esses avanços e retrocessos nos espaços públicos, que mostrem o medo e as estratégias de enfrentamento e resistência.

Em contrapartida, na contemporaneidade, época de globalização e de deslocamentos transnacionais, cresce o número de romances de autoria feminina em que as personagens se deslocam por outros países. Segundo Simone Schmidt (2015, p. 487), “já que abandonamos a casa patriarcal e nos lançamos à rua, o mundo agora é a nossa casa”. Nesses romances, aparecem “marcas de etnias desconhecidas, países longínquos, códigos, convenções, regras, leis, costumes impressos nas mentes, nos corpos, marcados e interpretados em gênero, raça, geração, nacionalidade, religião” (SCHMIDT, 2015, p. 488).

Dalcastagnè (2014, p. 32) também afirma que a perspectiva feminina sobre trânsitos e deslocamentos costuma implicar um tipo de movimento específico: o percurso das narradoras e protagonistas se dá

fora de suas cidades e mesmo de seu país, o que faz com que sua relação com o espaço urbano seja, sempre, de estranhamento.

Nas narrativas sobre os trânsitos contemporâneos, há mulheres que se deslocam por falta de escolha e há mulheres que se deslocam como forma de construir a si mesmas. Para Sandra Goulart Almeida, são “personagens que habitam territórios limiares, espaços de movência, deslocamentos e desenraizamentos” (ALMEIDA, 2015, p. 40). Esses movimentos suscitam reflexões sobre identidades, gênero e poder, conforme será abordado na próxima seção.

2.2 MOVIMENTOS, IDENTIDADES EM TRÂNSITO E A PERCEPÇÃO DO LUGAR

O romance *Rakushisha* (2014), da escritora brasileira Adriana Lisboa, é ambientado no Japão. Nele, há reflexões sobre pertencimento, deslocamentos e homogeneização cultural. A personagem Celina conclui, ao final do romance:

A viagem nos ensina algumas coisas. Que a vida é o caminho e não o ponto fixo no espaço. Que nós somos feitos a passagem dos dias e dos meses e dos anos, como escreveu o poeta japonês Matsuo Bashō num diário de viagem, e aquilo que possuímos de fato, nosso único bem, é a capacidade de locomoção (LISBOA, 2014, p. 187).

O tema dos deslocamentos tem sido trabalhado por muitos/as teóricos/as, especialmente porque permite questionar e tensionar estruturas fixas e construções identitárias universalizantes. Para a crítica literária feminista, importa olhar para os deslocamentos das mulheres tanto como possibilidades de mobilidade e agenciamento, quanto como questionamento dessas estruturas fixas, para constituição de uma realidade em que múltiplas identidades sejam viáveis. No entanto, é preciso um olhar crítico para não recair nem no essencialismo da fixidez, nem no relativismo do deslocamento. Nesta seção, então, os deslocamentos e os movimentos serão analisados como eixos para a reflexão sobre identidades. Para tanto, será abordado o trânsito das mulheres ao redor do globo e o quanto essa mobilidade também está envolta em questões de poder.

Rosi Braidotti (2002), filósofa com cidadania italiana e australiana e professora na Universidade de Utrecht, na Holanda,

trabalha com o conceito de subjetividade nômade, que ela relaciona diretamente com o feminismo.

O estilo nômade tem a ver com transições e passagens, sem destinos pré-determinados ou terras natais perdidas. Assim, o nomadismo refere-se ao tipo de consciência crítica que resiste a se ajustar aos modos de pensamento e comportamento codificados. É a subversão do conjunto de convenções que define o estado nômade, não o ato literal de viajar (BRAIDOTTI, 2002, p. 10).

O sujeito nômade é um mito, uma ficção política, uma figuração alternativa e metafórica escolhida por Braidotti porque possibilita pensar sobre e mover-se através de categorias estabelecidas e níveis de experiência. É baseada nessa figuração que Braidotti argumenta que as feministas – ou outras intelectuais críticas – são sujeitos nômades: são “aquelas que têm uma consciência periférica; esqueceram de esquecer a injustiça e a pobreza simbólica: sua memória está ativada contra a corrente; elas desempenham uma rebelião de saberes subjogados” (BRAIDOTTI, 2002, p. 10).

Para Edward Said (2005 [1994]), que foi um importante crítico literário palestino e professor nos Estados Unidos, a metáfora do/a intelectual inconformado/a aparece na figura do/a exilado/a. O autor se refere ao exílio como uma condição metafórica que deriva da história social e política do deslocamento e da migração, mas vai além disso: se refere também às pessoas em conflito com a sociedade a que pertencem e, por isso, exiladas posto que nunca se encontram plenamente adaptadas.

Para o intelectual, o exílio nesse sentido metafísico é o desassossego, o movimento, a condição de estar sempre irrequieto e causar inquietação nos outros. Não podemos voltar a uma condição anterior, e talvez mais estável, de nos sentirmos em casa; e, infelizmente, nunca podemos chegar por completo à nova casa, nos sentir em harmonia com ela ou com a nova situação (SAID, 2005 [1994], p. 60-61).

Diante da falência dos paradigmas modernos, o/a intelectual passa a questionar o seu lugar e a sua existência. Na leitura que Roberta Trajano (2014) fez de Said, percebe-se que o exílio, para o autor, torna-

se uma metáfora do/a intelectual que, “mesmo não sendo um imigrante ou expatriado, posiciona-se como tal, por meio dos variados deslocamentos a que se permite, procurando tecer novos tipos de saberes e conhecimentos que fogem ao padrão das forças centralizadoras” (TRAJANO, 2014, p. 111).

Braidotti (2002), quanto aos sujeitos nômades, diz estar ciente de que há outras figurações construídas por feministas, e que conhece as críticas à figuração que ela escolheu, porque poderia despersonalizar os sujeitos nômades e ignorar seus lugares históricos específicos ou porque acabaria sentimentalizando o exótico ou, ainda, porque não seria radical o suficiente, mas ela acredita na força das figurações de subjetividade móveis, complexas e mutantes:

Enquanto eixos de diferenciação como classe, raça, etnia, gênero, idade, e outros interagem uns com os outros na constituição da subjetividade, a noção de nomadismo se refere à ocorrência simultânea de muitos deles de uma vez. *Subjetividade nômade tem a ver com a simultaneidade de identidades complexas e multidimensionadas* (BRAIDOTTI, 2002, p. 10).

Anos mais tarde, Braidotti (2014) continuou escrevendo sobre o tema e definiu o processo de se tornar um sujeito nômade como uma mudança qualitativa de perspectiva: do medo e negatividade – da posição dominante do sujeito masculino, branco, heterossexual, urbanizado, proprietário, falante da língua padrão, num momento histórico em que seus títulos sociais e simbólicos estão desmoronando – para a postura ativa, afirmativa e empoderadora dos/as “outros/as” e suas próprias subjetividades. A proposta é que se abandone o modo dialético de se relacionar, ao colocar em questão o discurso do sujeito único e expor as fraquezas estruturais desse discurso, dependente desses/as mesmos/as “outros/as” que ele oprime e consome (BRAIDOTTI, 2014, p. 7).

Para viabilizar outros modos de se relacionar, que não o modo dialético sujeito-outro baseado em relações de dominação, Braidotti (2014) propõe a figuração dos sujeitos nômades, que cumpriria a função imaginativa de criar novas possibilidades e, assim, conversar com as artes e com a literatura:

Essa figuração traduz nosso desejo compartilhado de explorar e legitimar agência política, ao mesmo tempo em que se toma como evidência histórica o declínio de identidades metafisicamente fixas e

estáveis. Crítica e criatividade precisam unir forças para preencher o déficit imaginário e desenhar novas formas de interação com a alteridade. A teoria crítica é tanto a busca quanto a criação de novas maneiras de pensar. Nós precisamos de sistemas de pensamento, assim como de paradigmas estéticos e culturais que possam nos ajudar a pensar sobre mudança, transformação, transições de vida de forma afirmativa. Eu valorizo um projeto criativo, não-reactivo, emancipado da força opressiva da abordagem dialética tradicional²³ (BRAIDOTTI, 2014, p. 8, tradução minha).

A questão central, para Braidotti (2014), é a interconectividade entre identidade, alteridade, subjetividade e poder. Contudo, ela afirma perceber a armadilha do relativismo que pode ser apontada em seu projeto e argumenta:

O sujeito nômade combina coerência com mobilidade. Pretende repensar a relação sujeito-outro sem referência a crenças humanistas, sem oposições dualistas, relacionando, em vez disso, o corpo e a mente em um novo conjunto de transições intensivas e muitas vezes intransitivas. O desafio político é como respeitar diversidade cultural sem cair no relativismo ou no desespero político. Relativismo é uma armadilha que corrói as bases para possíveis interalianças ou coalizões políticas. Porque o sujeito nômade é movido culturalmente, é uma forma de subjetividade que não pode ser dissociado da cultura ou do estético, simplesmente porque envolve a criação de alternativas sustentáveis e horizontes sociais de esperança para sujeitos contemporâneos. A criatividade conceitual e perceptual é a questão-chave na redefinição de sujeitos contemporâneos

²³ *“This figuration translates our shared desire to explore and legitimate political agency, while taking as historical evidence the decline of metaphysically fixed, steady identities. Critique and creativity need to join forces to fill in the imaginary deficit and design new forms of interaction with otherness. Critical theory is both the quest for and the creation of new ways of thinking. We need systems of thought, as well as cultural and aesthetic paradigms that can help us think about change, transformation, living transitions in an affirmative manner. I value a creative, non-reactive project, emancipated from the oppressive force of the traditional dialectical approach”.*

em processo como entidades responsáveis capazes de meta-estabilidade e coabitação pacífica com pessoas humanas e não-humanas no mundo globalizado contemporâneo²⁴ (BRAIDOTTI, 2014, p. 8, tradução minha).

Sobre o declínio de identidades fixas e estáveis mencionado por Braidotti, também escreveu Stuart Hall (1932-2014), teórico cultural e sociólogo jamaicano que foi professor no Reino Unido e autor de *A identidade cultural na pós-modernidade* (2011 [1992]). Nessa obra, Hall afirmou que o argumento central para os/as teóricos/as que acreditam que as identidades modernas estão entrando em colapso é:

Um tipo diferente de mudança estrutural está transformando as sociedades modernas no final do século XX. Isso está fragmentando as paisagens culturais de classe, gênero, sexualidade, etnia, raça e nacionalidade, que, no passado, nos tinham fornecido sólidas localizações como indivíduos sociais. Essas transformações estão também mudando nossas identidades pessoais, abalando a ideia que temos de nós próprios como sujeitos integrados. Esta perda de um “sentido de si” estável é chamada, algumas vezes, de deslocamento ou descentração do sujeito. Esse duplo deslocamento – descentração dos indivíduos tanto de seu lugar no mundo social e cultural quanto de si mesmos – constitui uma “crise de identidade” para o indivíduo. Como observa o crítico cultural Kobena Mercer²⁵, “a identidade somente se torna uma questão quando está em crise, quando algo que se supõe como fixo, coerente e estável é deslocado pela

²⁴ “*The nomadic subject combines coherence with mobility. It aims to rethink the subject-other relationship without reference to humanistic beliefs, without dualistic oppositions, linking instead body and mind in a new set of intensive and often intransitive transitions. The political challenge is how to respect cultural diversity without falling into relativism or political despair. Relativism is a pitfall in that it erodes the grounds for possible inter-alliances or political coalitions. Because the nomadic subject is culturally driven, it is a form of subjectivity that cannot be dissociated from the cultural or the aesthetic, simply because it involves the creation of sustainable alternatives and social horizons of hope for contemporary subjects. Conceptual and perceptual creativity is the key issue in redefining contemporary subjects-in-process as accountable entities capable of meta-stability and peaceful cohabitation with human and non-human others in the contemporary globalized world*”.

²⁵ MERCER, K. Welcome to the jungle. In RUTERFORD, J. (Org.). **Identity**. Londres: Lawrence and Wishart, 1990, p. 43.

experiência da dúvida e da incerteza”. Esses processos de mudança, tomados em conjunto, representam um processo de transformação tão fundamental e abrangente que somos compelidos a perguntar se não é a própria modernidade que está sendo transformada (HALL, 2011 [1992], p. 9-10)

A esse argumento, Hall pretendia acrescentar uma nova dimensão:

A afirmação de que naquilo que é descrito, algumas vezes, como nosso mundo pós-moderno, nós somos também “pós” relativamente a qualquer concepção essencialista ou fixa de identidade – algo que, desde o Iluminismo, se supõe definir o próprio núcleo ou essência de nosso ser e fundamentar nossa existência como sujeitos humanos (HALL, 2011 [1992], p. 10)

De acordo com o autor, cinco grandes avanços na teoria social e nas ciências humanas ocorridos na segunda metade do século XX ocasionaram o descentramento final do sujeito cartesiano: a redescoberta e reinterpretação dos escritos de Karl Marx (que colocou as relações sociais no centro do seu sistema teórico, em vez de uma noção abstrata de homem universal), a descoberta do inconsciente por Sigmund Freud (que desafiou o conceito de sujeito cognoscente e racional), o trabalho do linguista estrutural Saussure (seguido pelos filósofos da língua como Jacques Derrida e pela “virada linguística”, que contribuíram para o entendimento de que os significados das palavras não são fixos), os estudos do filósofo e historiador francês Michel Foucault (que questionou as noções modernas a respeito do saber, do poder e do sujeito) e, por fim, o feminismo.

Sobre o papel do feminismo no descentramento do sujeito, Hall explicou que, além do impacto do movimento político e social, sua importância também ocorreu enquanto crítica teórica, ao politizar a subjetividade e a identidade. “Aquilo que começou como uma contestação da *posição* social das mulheres expandiu-se para incluir a *formação* das identidades sexuais e de gênero” (HALL, 2011 [1992], p. 46).

O autor argumentou que muitas pessoas não aceitam as implicações conceituais e intelectuais desses desenvolvimentos do

pensamento moderno, mas poucas negariam seus efeitos profundamente desestabilizadores sobre a forma como o sujeito e a questão da identidade são conceitualizados.

Em obra posterior, Hall (2006) ainda situou e contextualizou o momento presente de maneira global. Para ele, o momento presente pode ser entendido segundo três grandes eixos²⁶: o primeiro é o deslocamento dos modelos europeus de alta cultura (da Europa enquanto sujeito universal de cultura), o segundo eixo é o surgimento dos EUA como potência mundial e como centro de produção e circulação de cultura – agora uma cultura popular e de massa, mediada pela imagem e pelas formas tecnológicas. “O terceiro eixo é a descolonização do Terceiro Mundo, marcado culturalmente pela emergência das sensibilidades descolonizadas” (HALL, 2006, p. 318). O autor entende a descolonização no sentido de Frantz Fanon (1925-1961), psiquiatra e filósofo da Martinica²⁷, sob o impacto dos direitos civis e das lutas negras pela descolonização das mentes dos povos da diáspora negra. É nesse contexto que pode se inserir a primeira citação de Hall, sobre a mudança estrutural que está transformando as sociedades modernas e fragmentando as paisagens culturais de classe, gênero, sexualidade, etnia, raça e nacionalidade, com impacto nas identidades dos sujeitos. É também nesse contexto de identidades e paisagens globais fragmentadas que o autor introduziu as questões sobre deslocamentos, diásporas²⁸ e mediações culturais.

Para Hall, “em condições diaspóricas, as pessoas geralmente são obrigadas a adotar posições de identificação deslocadas, múltiplas e hifenizadas” (HALL, 2006, p. 72). Ainda sobre essa questão:

Estamos sempre negociando diferentes tipos de

²⁶ Hall cita aqui a genealogia do presente proposta por Cornel West em “The New Cultural Politics of Difference”. In: FERGUNON, Russell et all. (Org). **Out There: Marginalization and Contemporary Cultures**. Cambridge: MIT Press/ New Museum of Contemporary Art, 1990, p.19-36.

²⁷ Território francês ultramarino no Caribe.

²⁸ Segundo Sandra Almeida (2015), a palavra diáspora tem como origem o conceito ancestral e histórico associado primeiramente com a dispersão do povo judeu – a diáspora judaica – e, a seguir, com a diáspora dos povos africanos pelo atlântico – denominada diáspora africana ou diáspora negra. Na contemporaneidade, o termo é utilizado em várias áreas do conhecimento, como a antropologia, a sociologia, a filosofia, os estudos culturais e literários. A diáspora contemporânea remete ao movimento de dispersão de povos, quer seja voluntário ou forçado, geralmente com forte impacto político, social e cultural. Nem sempre há um desejo de retorno ao lar, mas costuma haver algum tipo de vínculo concreto ou emocional com a terra natal. Por um lado, o termo tornou-se flexível para designar várias formas de migrações e deslocamentos; por outro, pode ter se esvaziado de significado, o que é amplamente criticado (ALMEIDA, 2015, p 52-57).

diferenças – de gênero, sexualidade, classe. Trata-se também do fato de que esses antagonismos se recusam a ser alinhados; simplesmente não se reduzem um ao outro, se recusam a se aglutinar em torno de um eixo único de diferenciação. Estamos constantemente em negociação, não com um conjunto de oposições que nos situe sempre na mesma relação com os outros, mas como uma série de posições diferentes. Cada uma delas tem para nós o seu ponto de profunda identificação subjetiva. Essa é a questão mais difícil da proliferação no campo das identidades e antagonismos: elas frequentemente se deslocam entre si (HALL, 2006, p. 328).

A leitura que Sandra Almeida (2015) fez de Hall (1994) é que:

Na situação da diáspora, as identidades se tornam múltiplas, provisórias e descentradas, transcendendo as fronteiras nacionais e tornando-se desterritorializadas. Ao endossar tal argumento, o autor clarifica sua definição do termo ao mencionar que a diáspora que ele teoriza não se refere à dispersão de povos cuja identidade depende de um retorno a um lar supostamente sagrado, ou que se apoie numa concepção binária de diferença, mas sim à experiência da diáspora que é definida pelo “reconhecimento de uma necessária heterogeneidade e diversidade” e pelo entendimento de uma noção de identidade que convive com a diferença e com o hibridismo crítico (ALMEIDA, 2015, p. 55).

Para Avtar Brah, autora de *Cartographies of diaspora* (1996), que nasceu na Índia, cresceu em Uganda, estudou nos Estados Unidos e foi professora de sociologia na Inglaterra, “identidades diaspóricas são, ao mesmo tempo, locais e globais. Elas são redes de identificações transnacionais que abrangem comunidades ‘imaginadas’ e ‘encontradas’”²⁹ (BRAH, 2011 [1996], p. 196, tradução minha). A autora apresenta o conceito de “minor literature”, dos filósofos franceses Gilles Deleuze e Félix Guattari (1975), que seria uma literatura definida

²⁹ “Diasporic identities are at once local and global. They are networks of transnational identifications encompassing ‘imagined’ and ‘encountered’ communities”.

em oposição à escrita canônica. Uma característica constitutiva dessa literatura é a ideia de desterritorialização, entendida como o deslocamento de identidades, pessoas e significados (BRAH, 2011 [1996], p. 203).

Em *Alguns lugares* (2009), a cena que abre o romance se passa no aeroporto, local simbólico da “aldeia global³⁰”, um espaço característico do cosmopolitismo contemporâneo³¹ (ALMEIDA, 2010). É um exemplo muito claro dessa ideia de desterritorialização mencionada por Brah (2011 [1996]). No romance de Paloma Vidal, “as pessoas vão e vêm, esbarrando umas nas outras, tentando achar suas esteiras para pegar o que é seu e deixar o mais rápido possível esse aeroporto que faz questão de expulsá-las” (VIDAL, 2009, p. 16). Os aeroportos, assim como as rodoviárias e as estações de metrô, são cenários recorrentes nas narrativas de deslocamento da literatura contemporânea. São também considerados não lugares, conforme a análise de Marc Augé (2010 [1994]), etnólogo e antropólogo francês: “os não lugares são tanto as instalações necessárias à circulação acelerada de pessoas e bens (vias expressas, trevos rodoviários, aeroportos) quanto os próprios meios de transporte ou os grandes centros comerciais, [...]” (AUGÉ, 2010 [1994], p. 36). O autor conceitua um não lugar como não identitário, não relacional e não histórico, em oposição ao que ele define como sendo um lugar. Ele defende a hipótese de que a supermodernidade, caracterizada pela superabundância factual, superabundância espacial e individualização de referências, é produtora de não lugares.

Numa análise semelhante, ainda que independente do que foi teorizado por Augé (2010), e enfocando gênero, a pesquisadora brasileira Mariana Marcondes (2017) argumentou que um não lugar desumaniza, torna as mulheres anônimas e homogêneas em meio a uma multidão, que na verdade é diversificada em termos de gênero, raça, classe e sexualidade; elas se tornam, assim, apenas indivíduos aptos a cumprir as demandas do mundo contemporâneo, o que combina com um projeto urbano voltado para a transitoriedade dos corpos e não para os encontros (MARCONDES, 2017, p. 89).

³⁰ Expressão cunhada em 1980 pelo filósofo canadense Herbert Marshall McLuhan, ao se referir ao imenso trânsito midiático previsto para o século XXI (ALMEIDA, 2010).

³¹ No contexto contemporâneo, o termo cosmopolitismo (que originalmente tinha base eurocêntrica e significava a inexistência de fronteiras e a caracterização das pessoas como cidadãos do mundo) pode ser relacionado com conceitos como a globalização e o multiculturalismo, característicos da contemporaneidade, que é marcada também pela expansão das novas tecnologias de comunicação e pelas novas formas de circulação de pessoas e ideias (turismo, imigração e diásporas, por exemplo) (GOMES, 2014).

Em *Rakushisha* (2014), Haruki e Celina se conhecem, no início do romance, numa estação de metrô: “parou, no meio do fluxo humano, nos corredores do metrô, e mostrou o livro a Celina” (LISBOA, 2007, p. 27). O contato inesperado entre eles, dois desconhecidos até então, é que dá início à narrativa. Inesperado porque se deu no meio do fluxo de pessoas que só pretendem executar seus trajetos o mais rápido possível, naquele não lugar. E então Haruki se pergunta: “a masculinidade o obrigava a chamar para um café (depois quem sabe para sua casa e para sua cama) uma mulher que o abordava à saída do metrô?” (LISBOA, 2014, p. 26).

Entre os lugares literários, cabe acrescentar também um romance não brasileiro, *Americanah* (2014), da nigeriana Chimamanda Ngozi Adichie, em que a personagem principal, Ifemelu, nigeriana e imigrante em Nova Iorque, observa as pessoas no metrô: “ficava impressionada como a maior parte das pessoas brancas e magras descia nas estações de Manhattan, e, conforme o metrô ia se aproximando do Brooklyn, só iam sobrando as negras e gordas” (ADICHIE, 2014, p. 12). Nessa cena, é o deslocamento do metrô que permite observar as transições raciais através da cidade³².

O trânsito nas narrativas contemporâneas aparece não apenas nos cenários, mas também nos recursos utilizados, como o deslocamento entre as vozes narrativas que acontece em *Algum lugar* (2009), de Paloma Vidal, que alterna entre a primeira, a segunda e a terceira pessoa, assim como entre presente e passado e entre cenas em Los Angeles e cenas no Rio de Janeiro. Em *Rakushisha* (2014), de Adriana Lisboa, percebe-se o deslocamento também na polifonia: a alternância ocorre entre a narradora Celina, que escreve em formato de diário, e um/a narrador/a onisciente que apresenta os focos narrativos de Celina e de Haruki. Em *Azul corvo* (2014), igualmente de Adriana Lisboa, o deslocamento se dá entre o Brasil e os Estados Unidos, e o trânsito entre o presente e o passado nesses diferentes países.

Mesmo as narrativas que não se passam em diferentes países, tampouco em meios de transporte, utilizam recursos para reforçar a mobilidade pelos espaços urbanos, como em *Desesterro* (2015), de Sheyla Smanioto. A narração se dá como se fossem passadas instruções a alguém que está a pé, na rua, quase sem pontuação, o que dá

³² Adichie, autora do romance, também disse em entrevista que só percebeu que era negra quando chegou nos Estados Unidos. Algumas teóricas do Sul global dizem o mesmo: só perceberam que eram latino-americanas quando foram estudar ou lecionar em academias do Norte. Esse deslocamento é o que vai acontecer com a personagem de *Algum lugar* (2009), que se muda do Rio de Janeiro para Los Angeles para fazer doutorado.

velocidade ao texto. A repetição de palavras como “segue segue segue” impulsiona o/a leitor/a adiante:

Na vila Marta sobe a ladeira de pedra um dois três postes passa por uma pitangueira barraco barraco barraco vira na viela depois do bar do Torto entorta no beco antes do sobrado amarelo placa de costureira geladinho escada esquerda outra escada atravessa o terreno cuidado com o prego na tábua do córrego entra na viela barraco barraco sobe a escada, olha que escorrega, vai de bota, chinelo serve, pra você galocha, atravessa o terreno segue reto vai pelos becos, vira sempre à esquerda, vai indo, vai indo até o sobrado com antena, do lado tem uma viela segue segue segue nela até dar no descampado, vai ter um monte de varal daí la na ponta, para o lado do mato, um pouco depois dos barracos, é lá, pode cavar que é lá (SMANIOTO, 2015, p. 36).

Mas a questão vai além das mobilidades: é o que a geógrafa inglesa Doreen Massey (1944-2016), autora de *Space, place and gender* [Espaço, lugar e gênero] (2009 [1994]), chamou de geometria do poder da compressão tempo-espaço³³:

Diferentes grupos sociais, e diferentes indivíduos, estão situados de maneiras muito distintas em relação a esses fluxos e interconexões. Esse ponto diz respeito não apenas à questão de quem se move e quem não, apesar de ser um elemento importante; é também sobre poder em relação aos fluxos e ao movimento. Diferentes grupos sociais têm distintos relacionamentos com essa mobilidade diferenciada: algumas pessoas estão mais no comando do que outras; algumas iniciam os fluxos e os movimentos, outras não; algumas estão mais no lado que recebe os movimentos do que os outros; algumas estão, na verdade, aprisionadas por eles³⁴ (MASSEY, 2009 [1994],

³³ O conceito de compressão tempo-espaço vem de David Harvey (1989) e refere-se à sensação de que as dimensões de espaço e tempo foram reduzidas, devido ao desenvolvimento dos meios de transporte e de comunicação, com grande impacto sobre a sociedade, sobre as representações de mundo e da própria vida, que parece mais rápida (BRAGA, 2002, p. 63).

³⁴ “For different social groups, and different individuals, are placed in very distinct ways in relation to these flows and interconnections. This point concerns not merely the issue of who moves and who doesn't, although that is an important element of it; it is also about power in

p. 149, tradução minha)

Os/as que estão se movendo e, ao mesmo tempo, estão numa posição de controle, seriam, segundo a autora, os/as *jet-setters*, aqueles/as que estão enviando e recebendo *e-mails*, fazendo videoconferências internacionais, controlando as notícias, organizando investimentos e transações financeiras internacionais – aqueles/as que podem usar a compressão tempo-espço a seu favor –, assim como, provavelmente, um grande número de acadêmicos/as ocidentais e jornalistas, que podem escrever sobre a compressão tempo-espço. Já os/as que se movem muito fisicamente, porém não possuem o mesmo controle do processo são, por exemplo, os/as refugiados/as em El Salvador ou na Guatemala e os/as imigrantes mexicanos/as sem documentação nos Estados Unidos, ou aqueles/as da Índia, Paquistão, Bangladesh e Caribe, que viajam ao redor do mundo para terminar numa sala de interrogatório no aeroporto de Londres (MASSEY, 2009 [1994], p. 149). Seria possível dizer que os/as que estão aprisionados/as pela geometria do poder da compressão tempo-espço são aqueles/as trabalhadores/as das *sweatshops*, as fábricas com trabalho análogo à escravidão em países da Ásia, que fabricam peças de roupa para marcas de *fastfashion* da Europa e dos Estados Unidos, para mulheres livres e viajantes do Ocidente, numa indústria da moda que movimenta milhares de pessoas todos os dias.

Para a autora, isso imediatamente levanta questões de política, mobilidade e acesso:

Pois de fato parece que mobilidade, e o controle sobre a mobilidade, ao mesmo tempo reflete e reforça poder. Não é apenas uma questão de distribuição desigual, que algumas pessoas se movem mais do que outras, e que algumas têm mais controle do que outras. É que a mobilidade e o controle de alguns grupos podem ativamente enfraquecer outras pessoas. Diferentes mobilidades podem enfraquecer a influência dos que já são fracos. A compressão tempo-espço de alguns grupos pode minar o poder de outros³⁵

relation to the flows and the movement. Different social groups have distinct relationships to this anyway differentiated mobility: some people are more in charge of it than others; some initiate flows and movement, others don't; some are more on the receiving-end of it than others; some are effectively imprisoned by it".

³⁵ "For it does seem that mobility, and control over mobility, both reflects and reinforces power. It is not simply a question of unequal distribution, that some people move more than

(MASSEY, 2009 [1994], p. 149, tradução minha).

Essas pessoas, portanto, não compartilhariam da observação da personagem Celina, do início desta seção: “Que [...] aquilo que possuímos de fato, nosso único bem, é a capacidade de locomoção” (LISBOA, 2014, p. 187).

A reflexão de Vanja, de *Azul Corvo* (2014), também de Adriana Lisboa, parece arrematar melhor as diferentes perspectivas de diferentes mobilidades entre as mulheres. Vanja é uma adolescente brasileira que perdeu a mãe e foi morar com o pai nos Estados Unidos:

Durante os anos que se seguiram àquele verão, conheci famílias inteiras de imigrantes latinos, legais e ilegais, que se sustentavam fazendo faxina.

Não conheci Maria Isabel Vasquez Jimenez³⁶, mas ouvi falar dela, a mexicana de dezessete anos que morreu devido ao calor colhendo uvas nos campos da Califórnia, sem que lhe dessem água ou sombra. O mês era maio. O ano, 2008. A temperatura corporal de Maria Isabel chegou a 42 graus.

Fernando [o pai de Vanja] era residente legal dos Estados Unidos fazia quase trinta anos [...]. Ele completava o orçamento com as faxinas a setenta dólares. Uma faxina levava de duas a três horas.

No Rio de Janeiro, a faxineira que vinha limpar nosso apartamento em Copacabana uma vez por semana ganhava a metade disso e ficava das oito da manhã às quatro da tarde. [...] Vinha de ônibus de São Gonçalo e gastava mais ou menos uma hora no trajeto. Antes de passar a trabalhar para clientes particulares como nós, ela limpava o estacionamento de um shopping na barra da Tijuca, onde o seu salário mensal não comprava um vestido. O sol era forte. Não sei a quantos graus chegava a sua temperatura corporal, mas ela acabou forçada a pedir demissão. Tinha sessenta anos de idade.

others, and that some have more control than others. It is that the mobility and control of some groups can actively weaken other people. Differential mobility can weaken the leverage of the already weak. The time-space compression of some groups can undermine the power of others”.

³⁶ A história de Maria Isabel Vasquez Jimenez é verdadeira.

Depois de examinar o corpo de Maria Isabel Vasquez Jimenez os médicos descobriram que estava com dois meses de gravidez. Ela colhia uvas para fabricação de vinho (LISBOA, 2014, p. 90-91).

A geógrafa estadunidense Caren Kaplan (2000) também argumentou que imigrantes, exilados/as, nômades e sem-teto se movem dentro e fora de discursos e metáforas, tropos e símbolos, mas raramente são historicamente reconhecidos/as como produtores/as de discursos críticos. A autora sugere que, mais do que assumir que nunca voltaremos para casa (como fez Edward Said), mais do que celebrar o/a viajante desenraizado/a (como Rosi Braidotti), deve-se situar historicamente os fragmentos e multiplicidades de identidades da pós-modernidade. Ela afirma concordar com Doreen Massey (1994) na questão de gênero. Ambas criticam a ausência de mulheres nos textos dos principais teóricos sobre o assunto (David Harvey e Edward Soja³⁷). Porém as autoras discordam quanto a itens referentes a análises de classe e sobre os efeitos do capitalismo. Kaplan acredita que Massey, enquanto uma geógrafa feminista, tem dificuldades de considerar os efeitos do capitalismo tardio sem postular uma classe universal ou um masculinismo generalizado (KAPLAN, 2000). Kaplan também faz uma revisão crítica dos escritos de Stuart Hall, Adrienne Rich, Chandra Mohanty, Edward Said e James Clifford. Seu principal objetivo é articular uma análise crítica dos discursos sobre deslocamento. A autora, inclusive, critica a tendência à homogeneização na teoria da desterritorialização de Gilles Deleuze e Félix Guattari (1975), que fundamentou muitos dos escritos posteriores sobre deslocamento e o conceito de “minor literature”, citado anteriormente, conforme Avtar Brah (2011 [1996]).

Na leitura que Adelaide Miranda (2013) fez de Kaplan (2000), sobressai a seguinte questão: na pós-modernidade, o enaltecimento da mobilidade e do hibridismo como característica do mundo contemporâneo emergiu inicialmente como um modo de questionar os discursos essencialistas e nacionalistas, ligando-se ao pós-colonialismo e ao multiculturalismo. Porém, se por um lado, a desconstrução do ponto de vista modernista e eurocêntrico foi inclusiva de outras posições de sujeitos pelo mundo, por outro lado, incorreu em novas exclusões e

³⁷ SOJA, Edward. **Postmodern geographies**: the reassertion of Space in Critical Theory. London: Verso, 1989.

ausências (MIRANDA, 2013).

Edward Said, por exemplo, compara o escritor exilado ao refugiado por sua condição metafórica de sem-teto, e defende que seu distanciamento seria propício a uma observação profunda e inspirada. A crítica de Kaplan à aproximação do autor refere-se ao escamoteamento das relações de poder que distinguem as circunstâncias materiais e concretas das diversas categorias. Além de transformar a refugiada em vítima sem voz, a ausência de escritoras mulheres na categoria do intelectual cosmopolita de Said demonstra a falta de investigação sobre as condições de produção dessa escrita. Assim, retorna ao centro de construção do conhecimento o escritor homem, branco e eurocêntrico, não obstante a sua localização periférica. De modo semelhante, a teorização sobre viagem de James Clifford ressalta o hibridismo e o deslocamento como formas de descentralização do sujeito e da teoria em um mundo pós-colonial. O conceito de viagem de Clifford não consegue se abstrair das relações de dominação capitalistas e do sujeito branco, homem, ocidental, de acordo com inúmeras críticas (MIRANDA, 2013, p. 117).

Kaplan, no entanto, se diz muito influenciada pelos escritos de James Clifford e pelo uso do termo “viagem”, proposto pelo autor. Ela aponta sua eficácia, pois o termo “deslocamento”, considerado mais neutro por alguns críticos, pode facilmente homogeneizar experiências históricas. No entanto, em seu livro, Kaplan se propôs a trabalhar entre os dois termos, de “viagem” a “deslocamento”, não como se fossem opostos (a viagem representando a modernidade, o turismo de lazer e a expansão do capitalismo ocidental, enquanto o deslocamento representa as migrações em massa e a crítica da pós-modernidade), mas de modo a construir uma crítica que alcance diferentes pontos de vista de modo historicizado e localizado. Por esse motivo, intitulou seu livro com os dois termos: “Questões de viagem: discursos pós-modernos sobre deslocamento”, em tradução livre. Para Kaplan, nenhum dos dois termos é neutro ou utópico, melhor ou desejável (KAPLAN, 2000).

Arturo Escobar (2005), antropólogo colombiano e professor nos Estados Unidos, por sua vez, argumentou contra os discursos que apenas privilegiam o/a viajante desenraizado/a, a mobilidade, o deslocamento e

a diáspora – discursos que insurgiram no “frenesi da globalização” e das “identidades desterritorializadas” – pois provocaram um enfraquecimento do lugar, “com consequências profundas em nossa compreensão da cultura, do conhecimento, da natureza e da economia” (ESCOBAR, 2005, p. 133). O autor reconheceu a importância da crítica ao lugar, feita por parte da antropologia, da geografia, das comunicações e dos estudos culturais:

as novas metáforas em termos de mobilidade – a desterritorialização, as mudanças, a diáspora, a migração, as viagens, o cruzamento de fronteiras, a nomadologia, etc. – tornaram-nos mais conscientes do fato de que a dinâmica principal da cultura e da economia foram alteradas significativamente por processos globais inéditos (ESCOBAR, 2005, p. 133).

No entanto, ele argumentou que há uma assimetria quando o global é igualado ao espaço, ao capital, à história e a sua agência, e o local com o lugar, o trabalho e as tradições. Para Escobar (2005), seria importante reafirmar e procurar teorias baseadas no lugar, uma vez que ele entende o lugar como a “experiência de uma localidade específica com algum grau de enraizamento, com conexão com a vida diária, mesmo que sua identidade seja construída e nunca fixa” (ESCOBAR, 2005, p. 133). Nesse sentido, os lugares não são naturalizados e tampouco fontes de identidades autênticas e essencializadas.

O desaparecimento do lugar está vinculado, segundo o antropólogo, à invisibilidade dos modelos culturalmente específicos da natureza e da construção dos ecossistemas. Sua argumentação apoia-se nos trabalhos da geografia pós-moderna e na economia política, pós-estruturalista e feminista que abordam a questão do lugar.

A proposta do autor foi de adotar a aproximação “glocal” (seguindo Arif Dirlik³⁸, entre outros autores), que sugere uma atenção equânime entre o local e o global. Ideia semelhante foi apresentada por Massey (2009 [1994]) ao defender que se mantenha uma perspectiva global do local, sem perder a especificidade do último, e por Milton Santos (2006 [1996]), que foi um importante geógrafo brasileiro que escreveu sobre espaços, territórios e globalização. Para Santos, a relação entre o local e o global se constitui de uma realidade “tensa, um

³⁸ DIRLIK, Arif. Place-based Imagination: Globalism and the Politics of Place. In: Prazniak, Roxann and Dirlik, Arif (eds.) **Places and Politics in an Age of Globalization**. Nova Iorque: Rowman and Littlefield, 2000.

dinamismo que se está recriando a cada momento, uma relação permanentemente instável, e onde globalização e localização, globalização e fragmentação são termos de uma dialética que se refaz com frequência” (SANTOS, 2006 [1996], p. 213). Segundo o autor, é necessário, ao mesmo tempo, revisitar o lugar no mundo atual e encontrar seus novos significados, visto que em cada lugar se superpõem uma razão global e uma razão local, que tanto podem se associar quanto se contrariar (SANTOS, 2006 [1996], p. 225). Além disso, Santos acrescentou que a ideia de redes, apresentada como sendo um veículo de movimento dialético entre o mundo e o lugar, é inseparável de questões de poder (SANTOS, 2006 [1996], p. 183).

Nesse sentido, Kaplan (2000) explicou que, assim como proliferaram as teorias sobre deslocamento, também surgiram as teorias sobre localização. A política do local ergueu-se contra políticas hegemônicas disseminadas pelo capital transnacional e seus efeitos perversos na pós-modernidade, da mesma forma que, por parte das feministas, irrompeu contra teorias que universalizavam a experiência das mulheres. Porém, Kaplan alerta para o problema inverso, o de celebrar locais autênticos de identidades essencializadas. Nesse sentido, há um intervalo que precisa se fazer crítico entre o relativismo dos deslocamentos e o essencialismo dos locais. Ela se baseia em James Clifford e Adrienne Rich para propor uma localização como uma série de encontros por diversos, mas limitados espaços – uma localização como parte da viagem, como envolvendo movimento e multiplicidade em vez de estática e singularidade (KAPLAN, 2000).

Investigar localização se torna uma oportunidade para desconstruir as formações binárias da modernidade em favor de relações sociais complexas e móveis que produzem culturas, sujeitos e identidades na pós-modernidade.

Questões de localização são mais úteis, então, quando são usadas para desconstruir qualquer hierarquia dominante ou uso dominante do termo “gênero”. Localização não é útil quando é interpretada como o reflexo de identidades autênticas e primordiais que devem ser reestabelecidas e reafirmadas. Vimos que os discursos de localização podem ser usados para naturalizar fronteiras e margens sob o disfarce de celebração, nostalgia ou suposições inadequadas de igualdade. Uma política de localização também é problemática quando é implantada como um

agente de apropriação, construindo similaridade através de igualações quando histórias materiais indicam desigualdades. Somente quando utilizamos a noção de localização para desestabilizar imagens não examinadas ou estereotipadas que são vestígios do discurso colonial e outras manifestações das desigualdades estruturais da modernidade podemos reconhecer e trabalhar as relações complexas entre as mulheres em diferentes partes do mundo. Esta forma de prática crítica identifica as bases de diferenças e semelhanças historicamente específicas entre as mulheres em relações diversas e assimétricas, criando histórias alternativas, identidades e possibilidades de alianças³⁹ (KAPLAN, 2000, s.p., tradução minha).

No entanto, o enfoque de Kaplan parece se voltar mais para a localização como “local de fala” perante os discursos feministas universalizantes, enquanto Massey se volta mais para o local como “lugar”. Seu trabalho enfoca a percepção e a identidade dos lugares, o que também é relevante para uma análise de gênero. Para ela, assim como foi provado que as identidades das pessoas são múltiplas (Hall), as identidades dos lugares também são. Massey argumentou que os lugares não são áreas fechadas, mas áreas abertas e porosas. O que determina as identidades dos lugares são, para a autora, as redes de relações sociais – as intersecções de atividades dinâmicas em processo, em constante mudança.

Ela propôs um exercício de se imaginar num satélite, olhar para a

³⁹ “Investigating location becomes an opportunity to deconstruct the binary formations of modernity in favor of complex, shifting social relations that produce cultures, subjects, and identities in postmodernity. Questions of location are most useful, then, when they are used to deconstruct any dominant hierarchy or hegemonic use of the term “gender”. Location is not useful when it is construed to be the reflection of authentic, primordial identities that are to be reestablished and reaffirmed. We have seen that discourses of location can be used to naturalize boundaries and margins under the guise of celebration, nostalgia or inappropriate assumptions of sameness. A politics of location is also problematic when it is deployed as an agent of appropriation, constructing similarity through equalizations when material histories indicate inequities. Only when we utilize the notion of location to destabilize unexamined or stereotypical images that are vestiges of colonial discourse and other manifestations of modernity’s structural inequalities can we recognize and work the complex relationships among women in different parts of the world. This form of critical practice identifies the grounds for historically specific differences and similarities among women in diverse and asymmetrical relations, creating alternative histories, identities, and possibilities for alliances”.

Terra e visualizar as movimentações e as comunicações em curso (os aviões, os navios, os trens, os e-mails, o fluxo de dinheiro, as transações – olhando mais de perto há carros, ônibus e trens a vapor subindo penosamente montanhas em algum lugar da Ásia; mais de perto ainda se vê uma mulher, a pé, que gasta horas do seu dia coletando água na África subsaariana). O exercício se expande para a visualização das relações sociais, as conexões entre as pessoas – econômica, cultural e politicamente –, todas permeadas por questões de poder e com estruturas internas de dominação e subordinação, espalhadas ao redor do globo em diferentes escalas, desde o interior de uma casa até o nível internacional (MASSEY, 2009 [1994], p. 154).

É dessa perspectiva que é possível prever uma interpretação alternativa de lugar. Nessa interpretação, o que dá a um lugar a sua especificidade não é alguma longa história internalizada, mas o fato de que ela é construída a partir de uma constelação de relações sociais, encontros e construções coletivas em um locus específico. Se alguém se move do satélite em direção ao globo, mantendo todas essas redes de relações sociais e movimentos e comunicações na mente, então cada “lugar” pode ser visto como um ponto particular e único de sua interseção. É, de fato, um lugar de *encontro*. Em vez disso, de pensar os lugares como áreas com limites ao redor, eles podem ser imaginados como momentos articulados em redes de encontros de relações sociais e entendimentos, mas em que uma grande proporção dessas relações, experiências e entendimentos são construídos em uma escala muito maior do que aquilo que nós por acaso definimos como o lugar em si, seja uma rua, uma região ou até mesmo um continente⁴⁰ (MASSEY,

⁴⁰ “It is from that perspective that it is possible to envisage an alternative interpretation of place. In this interpretation, what gives a place its specificity is not some long internalized history but the fact that it is constructed out of a particular constellation of social relations, meeting and weaving together at a particular locus. If one moves in from the satellite towards the globe, holding all those networks of social relations and movements and communications in one's head, then each 'place' can be seen as a particular, unique, point of their intersection. It is, indeed, a meeting place. Instead, then, of thinking of places as areas with boundaries around, they can be imagined as articulated moments in networks of social relations and understandings, but where a large proportion of those relations, experiences and understandings are constructed on a far larger scale than what we happen to define for that moment as the place itself, whether that be a street, or a region or even a continent”.

2009 [1994], p. 154, tradução minha).

Um dos exemplos utilizado por ela para argumentar que as relações sociais são importantes para a configuração e identidade de um lugar é o de que o controle e a vigilância da vida na cidade não foram sempre iguais para homens e mulheres. Pesquisas mostram que a mobilidade da mulher ainda é restrita de milhares de maneiras diferentes, segundo ela. Assim, tanto a geografia quanto o contexto das relações sociais (com implicações de sexismo, de relações de poder de colonialismo do presente ou do passado, assim como relações de acumulação de capital) devem ser levados em consideração, pois vão afetar um ao outro (MASSEY, 2009 [1994], p. 167).

Para Massey, os lugares são gendrados de diferentes maneiras, que variam entre as culturas e ao longo do tempo. Essa generização dos lugares reflete e tem efeito na maneira como o gênero é construído e entendido nas sociedades em que vivemos. Isso acontece nas cidades brasileiras: um exemplo simples é que as mulheres circulam todos os dias por ruas que, em sua maioria, têm nomes de homens, como repara a personagem Alice, de *Quarenta dias* (2015), objeto do próximo capítulo.

Pelas análises de Kaplan (2000) e Massey (2009 [1994]), conclui-se a importância de perceber como se dá, ficcionalmente, a relação das personagens dos romances aqui analisados com os locais por onde passam e como são as relações sociais que definem esses locais. Dessa forma, pretende-se pensar no que representa se deslocar pelo espaço urbano, tanto para essas personagens quanto para as mulheres que as cercam – as mulheres que ocupam as ruas e praças como espaços de lutas políticas, as mulheres que atravessam a cidade da periferia ao centro, as mulheres que circulam com medo, as que sofrem assédio ou preconceito, as que se deslocam de bicicleta numa malha viária dominada por carros, as que têm mobilidade limitada, as lésbicas, bissexuais e transexuais agredidas ou assassinadas nas ruas, as imigrantes, as viajantes, as andarilhas urbanas. Pretende-se pensar no que representa se deslocar pelo espaço urbano para essas personagens e para as mulheres que vieram antes delas – as escritoras confinadas mencionadas por Virginia Woolf, as mulheres negras escravizadas e as mulheres operárias que já circulavam pelo espaço público, as mulheres que lutaram e lutam nas ruas por diferentes direitos em diferentes partes do mundo. Assim, nota-se a importância de refletir criticamente sobre os deslocamentos das mulheres. Nos próximos capítulos, ao analisar o *corpus* literário, pretende-se perceber como os deslocamentos dessas

personagens se encaixam numa rede maior de mobilidades e não mobilidades, levando em conta questões históricas e localizadas que atravessam questões de lugar, de poder e de identidade.

3 QUARENTA DIAS, DE MARIA VALÉRIA REZENDE: A CALÇADA

Maria Valéria Rezende nasceu em 1942, em Santos (SP), e atualmente vive em João Pessoa (PB). Ela começou a escrever literatura aos sessenta anos – o livro de contos *Vasto mundo* (2001) foi sua obra de estreia – ganhou o prêmio Jabuti (2015) pelo livro *Quarenta dias* e o prêmio Casa das Américas (2016) pelo livro *Outros cantos*. Em 2017, *Outros cantos* ficou em terceiro lugar no prêmio Jabuti de melhor romance.

Desde 1965, a autora faz parte da Congregação de Nossa Senhora – Cônegas de Santo Agostinho. Enquanto freira missionária, se dedicou à educação popular e esteve em diversos países para falar de seus projetos sociais, como Angola, Cuba, França e Timor. Em entrevista para o jornal *El país*, a autora explicou as contradições que as pessoas pensam haver entre o estereótipo de freira e o de escritora.

Acho que maioria [das pessoas] tem uma ignorância absoluta em relação às freiras. Imaginam que a pessoa vai ser freira e fica ali toda reprimida, trancada. Mas nós somos leigas, ou seja, não somos membros do clero. Apenas optamos por viver em comunidade e fizemos três votos, que para nós são votos de liberdade: o de castidade, pelo qual você não está preso à família, nem a ninguém, e está disponível para ir aonde for preciso; o de pobreza, que na verdade é um voto de partilha pelo qual você não fica preso a uma carreira profissional, e por fim o voto da obediência, que é uma discussão com a comunidade, uma obediência aos apelos. Passei a minha vida inteira andando pelo mundo. Ainda assim, as pessoas têm aquela ideia de que as freiras são meio bobinhas, meio burrinhas [risos]... Como pode escrever literatura e ainda ganhar prêmio? Inclusive, muitos jornais – tranquilamente, sem me perguntar nada – escrevem que sou “ex-freira”. Porque para eles é inconcebível que uma freira que continua a ser freira tenha o mínimo de inteligência. O fato é que nossa vida é o contrário do que propaga o *modelito* oficial (REZENDE, 2017, s.p.).

Segundo Maria Valéria Rezende, na sua adolescência, perguntava-se às moças se queriam casar ou ser freiras. Ela escolheu ser freira missionária porque, além de ter fé, queria andar pelo mundo. A autora desempenhou um importante trabalho em Cuba, motivo pelo qual o prêmio Casa das Américas a emociona:

É um prêmio que me emociona muito, porque convivi com muita gente de lá quando trabalhei em Cuba. Meus laços com a América Latina têm origem na ditadura militar brasileira, quando o pessoal ligado ao movimento da teologia da libertação e às comunidades de bairro da Igreja Católica passou a se dedicar à alfabetização em toda a região. A gente reconstruiu, ao longo dos anos 60 e 70, uma rede de educação popular. Em 1979, quando houve Revolução Sandinista, a primeira grande ação tomada na Nicarágua foi alfabetizar todo o povo. Foi gente de todos os países latino-americanos para lá. Em Cuba, também fizeram uma cruzada de alfabetização no começo da Revolução Cubana. Lá houve um encontro muito interessante, porque a metodologia era outra, já que eles tinham uma ideia completamente diferente da Igreja Católica. Não entendiam como a gente podia ser católico e apoiar uma revolução socialista [risos]... A Casa das Américas, ainda que fosse mais dirigida à Cultura no sentido mais restrito, assumiu um papel natural de interlocutor. Criamos então uma comissão latino-americana, que era formada por uma pessoa da Casa e os educadores da América Latina. Eu coordenava essa equipe, então ia todo ano para lá (REZENDE, 2017, s.p.).

A entrevista de Maria Valéria Rezende opera no sentido de desconstruir ideias fixas sobre identidades, que vão refletir na literatura escrita por ela. A autora também se formou em pedagogia pela PUC-SP, em língua e literatura francesa pela Universidade de Nancy e fez mestrado em sociologia. São dela os livros de contos *Vasto mundo* (2001), publicado também na França, e *Modo de apanhar pássaros à mão* (2006), assim como os romances *O voo da guará vermelha* (2005), com edições na Espanha, na França e em Portugal, *Quarenta dias* (2014) e *Outros cantos* (2016), além de livros infanto-juvenis. Ela já havia ganhado o Prêmio Jabuti na categoria infantil por *No risco do*

caracol (2008) e foi finalista na categoria juvenil por *Conversa de passarinhos* (2009).

Em entrevista para o *Estadão*, Maria Valéria Rezende explicou que a literatura sempre a acompanhou: “meu método de trabalho com os grupos populares, movimentos sindicais e luta pela moradia, pela água, por tudo, sempre foi a narrativa” (REZENDE, 2014b, s.p.). Quando ela não encontrava histórias que interessassem a eles/as, ou se acabassem seus livros “lá nos cafundós”, ela escrevia uma.

Para escrever o romance *Quarenta dias* (2014), objeto de análise desta dissertação, Maria Valéria Rezende passou quinze dias nas ruas de Porto Alegre, fazendo o que a sua personagem, Alice, faria. Em entrevista para o *Estadão*, ela disse:

Por 15 dias fiz basicamente o que Alice fez. Perguntei para todos onde eu poderia encontrar Cícero Araújo, que era invenção minha, e ia atrás dele. Voltava para casa à noite, mas cheguei a dormir em rodoviária, aeroporto e hospital, onde tinha abrigo, porque uma velhinha de 70 anos não pode abusar e eu não estava para fazer sacrifício da minha vida por causa de uma ideia de romance. [...]. Nessas andanças, percebi que metade do mundo é feita de gente sumida e a outra metade está procurando quem sumiu – não apenas aqueles que foram para a rua, mas também os que não quiseram mais dar notícia (REZENDE, 2014b, s.p.).

Essa experiência pode ter sido fundamental para a construção do romance, que faz uma série de referências a locais existentes e marcos urbanos da cidade de Porto Alegre, com os quais a personagem interage ao longo de toda a história. Neste capítulo, será feita uma análise dessa relação entre a personagem Alice e a cidade, construída no nível da calçada, sob os passos de uma Alice *flâneuse* ou andarilha urbana. Antes disso, no entanto, questões relativas à ressignificação do conceito do lar serão abordadas, assim como o modo como essa ressignificação pode ser importante para se pensar o feminino nas narrativas de deslocamento.

3.1 RESSIGNIFICAÇÃO DO CONCEITO DE LAR

Em *Quarenta dias* (2014), a professora de francês aposentada

chamada Alice se muda a contragosto de João Pessoa para Porto Alegre, a pedido da filha Norinha, que planejava ser mãe. Norinha queria que Alice se tornasse avó em tempo integral. Assim, Alice deixa para trás um lar esvaziado, também a contragosto, após arrastarem móveis, alugarem caminhonetes e botarem cartazes de “família-vende-tudo” (REZENDE, 2014a, p. 8). Em Porto Alegre, Alice não se identifica com o novo lar montado pela filha: “entrei neste apartamento – ainda não consigo dizer ‘em casa’, tento, mas não há jeito” (REZENDE, 2014a, p. 13). Pelo contrário, ela demonstra grande estranheza: “metida nesta cozinha alheia, 'showroom' de móveis modernos, com minha angústia e meu desacerto” (REZENDE, 2014a, p. 23). Um desentendimento com a filha (Norinha muda de planos, decide deixar a mãe sozinha em Porto Alegre e viajar para a Europa para realizar uma pesquisa que poderia levar até oito meses) faz com que Alice saia para a rua, sem destino. É assim que ela se torna uma andarilha urbana durante quarenta dias. Quando retorna ao apartamento, ela relata a experiência por escrito, em formato de diário, num caderno pautado com a capa da Barbie. A Barbie se torna sua interlocutora, e esse diário é o romance que lemos.

A primeira parte do romance é dedicada a explicar como foi que tudo aconteceu – o que a levou às ruas. Nessa parte, prevalecem dois tópicos: (1) a perda do lar e a desterritorialização, (2) os conflitos com a filha e com o seu próprio papel de mãe. Ao longo da narrativa e dos deslocamentos de Alice, no entanto, esses tópicos serão questionados, o que acarretará na ressignificação dos conceitos de lar e das ideias de maternidade.

A ressignificação do lar é uma característica importante das narrativas de deslocamento. Simone Schmidt observa que “a perda do lar, se por um lado é marcada pela angústia das incertezas [...], por outro lado aponta para a reinvenção de seus significados emocionais, afetivos e políticos” (SCHMIDT, 2015, p. 487). Isso pode ser especialmente importante quando leva-se em conta que o lar sempre foi associado ao feminino. Segundo Sandra Almeida (2015), várias/os críticas/os demonstram essa conexão do conceito do lar com o feminino (Bennet, Brydon, Friedman, George), e Rosemary George (1996), professora indiana que lecionou literatura nos Estados Unidos, destaca que a palavra “lar” conota imediatamente “a esfera privada da hierarquia patriarcal, da autoidentidade gendrada, do abrigo, do conforto, da nutrição e da proteção” (GEORGE, 1996, p. 1 apud ALMEIDA, 2015, p. 70). Assim, torna-se importante analisar a ressignificação do lar e dos papéis associados ao feminino.

Ainda que o contexto de Alice não se configure especificamente

como uma diáspora, é interessante examinar as teorias que utilizam o lar como eixo de análise dos deslocamentos de mulheres. Para Almeida, o lar, na diáspora, assume conotações que vão além desse espaço de conforto e abrigo. O lar se torna o “espaço intersticial da experiência da movência, esse entre-lugar por vezes desconfortável e instável e, por outras, emancipatório e promissor” (ALMEIDA, 2015, p. 70). Já nas palavras de bell hooks,

o lar não é mais um único lugar. São lugares. O lar é aquele lugar que propicia e promove variadas perspectivas, em constante transformação, um lugar onde o sujeito descobre novas formas de ver a realidade, fronteiras da diferença. O sujeito confronta e aceita a dispersão e a fragmentação como parte das construções de uma nova ordem mundial que revela mais plenamente onde estamos, quem podemos nos tornar⁴¹ (HOOKS, 1991, p. 148, tradução minha).

Rosemary George (1996) aponta que a noção de lar, na ficção, não é frequentemente desafiada. É um desejo que é realizado ou negado de formas diferentes para os sujeitos construídos pela narrativa (tanto o sujeito ficcional, quanto as/os leitoras/es), um conceito que se move em torno de diferentes eixos, “e no entanto é normalmente representado como fixo, enraizado e estável – a antítese exata da viagem⁴²” (GEORGE, 1996, p. 2, tradução minha). A autora cita James Clifford⁴³, que afirma que o lar pode passar a ter novas concepções, não simplesmente o território de onde a viagem parte e para onde retorna.

Ao analisar o romance *Quarenta dias* (2014), percebe-se que a narrativa vai além dessas concepções. Quando chega a Porto Alegre, Alice apenas se deixa levar, de carro, do aeroporto até o apartamento montado pela filha:

Está cansadíssima, não é, Mãinha?, É isso sim, filha, cansadíssima, exausta. Palavras mágicas que permitiam me levar, calada, durante quase todo o percurso noturno, que foi como não estar em

⁴¹ “Home is no longer just one place. It is locations. Home is that place wich enables and promotes varied and everchanging perspectives, a place where one discovers new ways of seeing reality, frontiers of difference. One confronts and accepts dispersal and fragmentation as part of the constructions of a new world order that reveals more fully where we are, who we can become”.

⁴² “[...] and yet it is usually represented as fixed, rooted, stable – the very antithesis of travel”.

⁴³ CLIFFORD, James. **The predicament of culture**: twentieth century ethnography, literature and art. Massachussets: Harvard University Press, 1988.

cidade nenhuma, através de um desfilar de postes, luzes, portas e janelas, esquinas, todas iguais, a impressão de estar voltando sempre às mesmas ruas (REZENDE, 2014a, p. 40).

O novo apartamento é descrito da seguinte forma:

Fui tangida por entre poltronas e sofás brancos atulhados de terríveis almofadas de todos os tons entre o rosa-bebê e o roxo-quaresma, grandes cubos, paralelepípedos, prateleiras, tudo branco e preto, por cima de um tapete branco felpudo. Custei a reconhecer, numa prateleira preta, parte de meus velhos livros deslocados e encabulados naquele cenário emergente de novela de televisão, entre coisas impessoais, aqui e ali a mancha cor de jerimum ou vermelho-sangue, sem história nem nexos, coisas espalhadas a esmo ou segundo uma intenção inteiramente alheia e incompreensível para mim. Será que minha filha contratou um decorador modernoso, daqueles que as próprias lojas de móveis ‘planejados’ oferecem? Imagine, Barbie, até um suposto enfeite, de louça, na forma de um peão de jogo de xadrez, branco, enorme, mais de trinta centímetros de altura, estava lá, servindo de apoio pra os livros (REZENDE, 2014a, p. 40-41).

Essa configuração do apartamento faz com que ela se refira diversas vezes a ele como “o tabuleiro de xadrez” montado pela filha. E, como a narradora recorrentemente faz comparações entre a sua história e a de *Alice no país das maravilhas* (1865), de Lewis Carroll, ela se pergunta quem seria a Rainha louca desse tabuleiro. Conforme Alice tenta se orientar na nova morada – onde o toque do telefone era desconhecido (p. 41) e ela dormia num quarto “sem nenhum caráter” (p. 42), mal reconhecendo, no espelho, sua própria figura fora de lugar – ela sente-se como um peão movido pela mão de outra pessoa: “uma rainha louca com a cara da minha filha passando, num átimo, pela minha imaginação” (REZENDE, 2014, p. 42).

No terceiro dia, Alice começava a tomar conta do apartamento, mas a cidade, lá fora, suas virtudes e vícios, continuava a ser apenas uma claridade vaga salpicada de pontos de luz esparsos, a nebulosa

que eu tinha atravessado, zozna de sono e revolta, encolhida feito bicho maltratado no banco do carro de Umberto (REZENDE, 2014a, p. 60).

Então, no quarto dia, ela recebeu a notícia de que um projeto de pós-doutorado de Umberto, o genro, havia sido aprovado na Europa, e Norinha também tinha conseguido uma bolsa de pesquisa para ir junto. O casal partiria em menos de uma semana. A primeira reação de Alice é trancar-se no apartamento, sem vontade de falar com ninguém, nem mesmo com os/as amigos/as da Paraíba:

O que deixei para trás, o que me obrigaram a deixar para trás, lá ficou, na antiga vida da contente e pacífica professora Póli. Não tinham mais nada a ver com essa estranha Alice, desenraizada, desaprumada, que nem eu mesma conhecia (REZENDE, 2014a, p. 84).

Sete dias depois, ela atendeu o telefone pela primeira vez, e a prima Elizete, do outro lado da linha, pediu ajuda em nome da amiga, a Socorro, que estava procurando o filho desaparecido em Porto Alegre. O rapaz, chamado Cícero Araújo, partiu de João Pessoa para trabalhar numa construtora e depois desapareceu na capital gaúcha. Alice, sem saber ao certo por que, acolheu o pedido de ajuda e saiu pelas ruas desconhecidas atrás do rastro do rapaz.

Nas ruas, quando foi confrontada com a ideia de voltar para casa, pensava: “que casa?” (REZENDE, 2014a, p. 149). Para não ter que voltar, dormiu no saguão de um pronto-socorro, na rodoviária, nas paradas de ônibus e até mesmo debaixo de um viaduto, quando a calçada se tornou a sua casa. Alice se cobria com plástico bolha quando fazia frio. Durante o dia, ela fazia sextas no Parque Farroupilha (ou da Redenção), onde, certa vez, acabou sendo acordada por um cachorro que lambia sua perna, e foi novamente confrontada com a ideia de não ter casa:

Na outra ponta da corrente presa à coleira do bicho estava a menina loura, não mais de sete anos, Vamos, Einstein, não faz isso, deixa a pobre dormir, coitadinha, que ela não tem casa!, mais adiante uma avó, só podia ser, ainda bem-aprumada mas a cabeça honestamente grisalha, seria avó profissional, como eu estava fadada a ser?, por gosto?, ou também a contragosto?, Vem, Raquel, se não tu vais te atrasar pra escola.

Aquele ‘ela não tem casa’ ficou ecoando no meu ouvido. Estava mesmo sem teto, a minha casa tinha sido desmanchada lá em João Pessoa, uma espécie de vergonha e coragem. Eu devia tomar juízo, levantar dali, voltar pra casa que me haviam designado e cuja chave eu trazia na bolsa. Mas não fui (REZENDE, 2014a, p. 165).

Então, quando ela encontrou a Av. João Pessoa, demonstrou o que Almeida (2015) chama de nostalgia do retorno: “logo me doeu a saudade, querendo voltar pra casa, minha verdadeira casa, que ali eu não tinha nenhuma, só um pouso temporário, eu habitante provisória de agora em diante, pra sempre impermanente” (REZENDE, 2014a, p. 166). Almeida (2015) utiliza como tropo de análise a nostalgia do retorno ao lar, que pode ou não estar presente nas personagens literárias das diásporas contemporâneas. A autora explica, citando Anh Hua, que “algumas mulheres diaspóricas podem não se sentir nostálgicas porque seus lares eram locais de violência e patriarcados culturais, nacionalistas e transnacionalistas” (HUA⁴⁴, 2005, p. 195 apud ALMEIDA, 2015, p. 92). No caso de Alice, a nostalgia está presente, ela sente falta e gostaria de voltar para casa, em João Pessoa. Assim, continua recusando o apartamento de Porto Alegre, para o qual ainda não retorna.

A ideia de não ter casa faz com que Alice relembre um dos fados de sua avó, mulher portuguesa exilada no Brasil: “qual andorinha sem ninho, que nem beiral tem... eu vou rezando um padre-nosso baixinho, pra que as pedras do caminho rezem comigo também” (REZENDE, 2014a, p. 166). O conceito de ninho pode ser associado tanto ao lar quanto à maternidade – o conforto e a segurança do ninho se fazem, de certa forma, sob as asas da mãe. Alice já estava acostumada com o “ninho vazio”, em João Pessoa. Vivia sozinha, a filha tinha saído de casa, o marido tinha desaparecido – a narrativa sugere que Aldenor, o marido, fora um guerrilheiro no período da ditadura e seu desaparecimento deixou Alice aflita atrás de notícias sobre sequestros, torturas e execuções. Ela se culpava pelo ninho esfacelado, por não ter dado à Norinha uma família como a filha queria – e como depois veio a encontrar na família de Umberto, grande e unida. Por outro lado, Alice também se culpava por não ter feito mais coisas para si mesma, assim como muitas mães se culpam, pois assumem toda uma carga ideológica junto com a maternidade (de altruísmo, dedicação, renúncias). Havia um

⁴⁴ HUA, Anh. Diaspora and cultural memory. In: AGNEW, Vijay (Ed.). **Diaspora, memory, and identity: a search for home**. Toronto: University of Toronto Pres, 2005.

constante conflito entre a necessidade (ideológica e socialmente construída) de nutrir e acalentar o ninho, e a vontade de voar para longe.

Eu devia ter feito tudo ou pelo menos muito do que desejava nesta vida, aceitado o amor do Adalberto, que me esperou por anos, devia ter aceitado ficar um ano inteiro em Paris, mesmo tendo de deixar Norinha com a família em Boi Velho, teria até sido uma boa experiência pra ela, mas não, sempre achei que não podia nada... (REZENDE, 2014a, p. 31).

Para Rosemary George (1996), assim como gênero, raça e classe, o lar atua como um determinante ideológico. A noção de pertencimento, de ter um lar, um lugar seu, é um aparato ideológico considerado necessário para a existência do sujeito. A autora explicou que a construção da noção de lar apoia-se em ideias aprendidas sobre parentesco – estendida àqueles/as que compartilham o mesmo sangue, raça, classe, gênero ou religião, e sustentadas por laços de amor, medo, poder, desejo e controle (GEORGE, 1996, p. 9). Os laços de Alice com a filha perpassavam a construção dos lares da personagem principal (da culpa ao esvaziamento do lar em João Pessoa, do rompimento à recusa do lar em Porto Alegre). A vinda de Alice para Porto Alegre, mesmo a contragosto, seria uma forma de remendar esse vínculo partido com a filha, retomar seu papel de mãe, se refazer como avó. Mas a traição de Norinha rompeu com qualquer possibilidade de reconstrução do ninho. O rompimento foi tão grande que levou Alice às ruas, numa recusa não apenas do apartamento mas também do papel de mãe altruísta e compreensiva, enclausurada no relacionamento abusivo com a filha.

Se a noção de lar é mais simbólica do que material, uma ideia mais relacionada com a família e com os afetos, percebe-se que Alice não perdeu apenas a casa em João Pessoa, mas o lar simbólico e afetivo da relação com a filha. O romance expõe a contradição entre as diferentes perspectivas de maternidade, que variam de uma geração para a outra: Norinha sentia que precisava da presença da mãe para criar seu/sua próprio/a filho/a, de modo a não precisar abandonar a carreira que vinha construindo. Por outro lado, sentia-se à vontade para pedir que Alice abandonasse a própria vida por ela e pelo/a neto/a, e não se importou de “abandonar” a mãe, que, aliás, criou Norinha sozinha. Para a filha, o papel da mãe devota, em Alice, era compulsório. O mesmo ocorria, portanto, com o papel de “avó profissional”.

Ao contrário da Alice quieta e trancada em casa, quando ela sai

para as ruas, começa o processo de refletir, pensar, ver e enunciar. De acordo com a professora brasileira Leila Harris (2009), baseando-se na leitura que Susan Friedman⁴⁵ fez sobre as “poéticas do deslocamento”, “o ato de partir se configura então como uma pré-condição para a fala, para a escrita, e para a possibilidade de autonomia” (HARRIS, 2009, p. 38). Harris (2009) e Almeida (2015), apontaram como Rosemary George (1996) observou as “metáforas de bagagem” presentes nas narrativas sobre deslocamento, tanto espirituais quanto materiais, e o quanto se relacionam com a ideia de lar. Segundo Almeida,

a contínua referência a uma bagagem que deve ser transportada de um território a outro, ou de um lar originário para outro possível, é um tropo comum nos textos diaspóricos que remete à condição de deslocamento dos sujeitos migrantes em suas múltiplas experiências de trânsito e à necessidade de transplantar tanto as bagagens pessoais quanto o legado cultural que consigo carregam (ALMEIDA, 2015, p. 69).

Ao pensar nas narrativas do *corpus* literário desta dissertação, a imagem de Ponciá Vicêncio viajando apenas com uma pequena trouxa com seus poucos pertences é muito marcante. Da mesma forma, para embarcar nos navios negreiros, os/as africanos/as não puderam trazer nenhum pertence, o que depois se converteu na ideia e na imposição racista de que eles/as não tinham uma cultura própria. Já no romance *Algum lugar* (2009), nota-se como as bagagens são expelidas na esteira do aeroporto como algo tão fácil de transportar, no século XXI, e ao mesmo tempo tão impessoal. Em *Quarenta dias* (2014), Alice é convencida a se desfazer dos seus pertences antes de se mudar para Porto Alegre, como que sendo forçada a se desvincular do antigo lar e da antiga personalidade, para se doar à vida da filha. O que ela consegue manter, curiosamente, é o caderno com a capa da Barbie, uma boneca que lembra infância, filhos/as e, talvez, netos/as.

Ao relacionar a ideia de lar como pertencimento, argumentada por George (1996), com os romances *Algum lugar* (2009) e *Quarenta dias* (2014), não se pensa necessariamente em quatro paredes. Pelo contrário, as personagens precisam se conectar com a cidade para sentir que pertencem, precisam ter um lugar do lado de fora. Elas não buscam a segurança e o conforto do lar, são personagens que precisam desbravar

⁴⁵ FRIEDMAN, Susan. **Bodies on the Move**: a Poetics of Home and Diaspora. *Tulsa Studies in Women's Literature*. 23.2 (2006), p. 189-212.

o exterior. Quanto mais se deslocam, mais se percebem e mais reconhecem seus passos/espacos.

Com o passar dos dias, Alice aceita sua condição de “sem casa”, torna-se habitante provisória de todos os lugares e de lugar nenhum, impermanente.

Mais tarde, quando ela já estava acostumada com a vida nas calçadas, se juntou a outros/as habitantes das ruas, a quem também comparava com aves sem morada certa:

Eram tantos!, aves migrantes de todas as espécies, perdidas do bando, cansadas ou extraviadas a meio do caminho, esperando sob o sol, chuva e sereno a volta do bando que as resgate?, recusam o zoológico, não se deixam aliciar pela comida fácil oferecida, medo de não ver a revoada ou de não ser encontradas quando o bando passar de volta?, preferem o ar livre, mirando o céu, à procura dos seus, ou, desde o chão, deixando passar os bandos rasteiros nos quais não se reconhecem (REZENDE, 2014, p. 237).

Sua interpretação remete à subjetividade nômade, de Rosi Braidotti (2002), e aos conceitos de deslocamento mencionados no capítulo anterior. Como destacado, também a mobilidade das pessoas é diferente e pode ser mais ou menos limitada, dependendo de questões raciais, sociais, históricas, de local, de classe e de gênero. A visão de Alice, talvez romantizada, tem a ver com o recorte temporal da experiência, que durou apenas quarenta dias. Ela, afinal, tinha as chaves de uma casa para onde voltar e também contava com a segurança do cartão de crédito. As pessoas em situação de rua talvez não se definissem assim como ela, pela falta de recursos e escolhas, ou pelo tempo prolongado da vivência na rua. Em Porto Alegre, 2.115 pessoas estavam em situação de rua em 2016, conforme dados da Fundação de Assistência Social e Cidadania (FASC, 2016). Quase metade deles/as (44%) está nessa condição há mais de cinco anos — 26,2% deles/as já contabilizam mais de uma década e 10% mais de 20 anos. Sabe-se que muitas administrações públicas, no Brasil, tratam essas pessoas como problemas urbanos que precisam ser removidos através de políticas higienistas. Nos últimos anos, não houve, em Porto Alegre, melhorias nos abrigos para a população em situação de rua, entre outras alternativas habitacionais que deveriam ocorrer em conexão com serviços de assistência social (SCIREA, 2016). Isso leva a outra colocação de George (1996). Para a autora, os lares são locais

reconhecidos por aqueles/as que estão dentro e aqueles/as que estão fora. Apesar de flexível, portanto, o conceito segue essa mesma lógica de inclusão/exclusão. “Sua importância está no fato de que não está igualmente disponível para todos. Lar é um local desejado pelo qual as pessoas lutam e o domínio estabelecido de alguns. Não é um local neutro⁴⁶” (GEORGE, 1996, p. 9, tradução minha). O romance de Maria Valéria Rezende aborda justamente esse sistema de inclusão/exclusão (das pessoas tidas como cidadãs e consumidoras e daquelas que são excluídas desse sistema, como se verá na próxima seção).

As formas de ler o tropo “lar” podem, ainda, subverter ou reforçar os binarismos público/privado, homem/mulher, colonizador/colonizado, ocidental/restante do mundo (GEORGE, 1996, p. 9). Por isso, é relevante que Alice desafie as noções pré-estabelecidas de lar (ao se lançar numa condição de habitante provisória, ao procurar a cada noite por um lugar diferente para dormir, ao se desprender da necessidade da proteção de paredes e de teto garantida pelo espaço privado), assim como desafie o comportamento esperado de uma mãe (assume que não queria viver em função da filha e tampouco se tornar avó profissional, não se permite confinar nos papéis que a filha reservou para ela).

No final do romance, quando já estava de volta ao apartamento montado por Norinha, escrevendo no caderno da Barbie a experiência dos quarenta dias nas ruas, Alice se surpreendeu: “Vou fazer umas comprinhas, continuar a me acostumar com sair à rua e voltar pra casa. Eita!, eu disse casa. Reparou? Acho que foi a primeira vez que chamei de casa este tabuleiro de xadrez” (REZENDE, 2014a, p. 153).

O final não deixa claro se ela vai ficar em Porto Alegre ou retornar para João Pessoa, ou seja, a história não se resume à nostalgia do retorno, porque tem mais relação com as transformações da personagem e de questões que ela precisava entender sobre seu papel como mãe, seu entendimento de lar e sobre si mesma: “aquela sensação de existir solta, no meio do mundo, sem nenhuma determinação alheia, mas exposta a tudo, uma conquista dura” (REZENDE, 2014a, p. 13). Como conclui Almeida (2015), na obra de escritoras contemporâneas, não basta refletir sobre o espaço no qual as personagens habitam. Suas narrativas privilegiam “afiliações múltiplas, móveis e deslizantes, pois são vários os possíveis lares a serem habitados” (ALMEIDA, 2015, p. 87).

⁴⁶ “Its importance lies in the fact that it is not equally available to all. Home is the desired place that is fought for and established as the exclusive domain of a few. It is not a neutral place”.

Após esse retorno ao apartamento, quando registra a experiência vivida nas ruas no caderno com capa da Barbie, Alice intercala ao mesmo tempo a narrativa dos dias na rua e dos dias já retornada. Ela faz uso de um recurso literário reconhecidamente feminino: o diário. Segundo Nara Araújo (2008), que foi uma professora cubana feminista e especialista em Teoria e Crítica Literária, as experiências de mulheres viajantes, no século XIX, não eram registradas na história oficial, mas em forma de diários e cartas. Autoras como a Marquesa Calderón de la Barca, Isabel Pesado de Mier, as irmãs Larraínzar, a Condessa de Merlín e a brasileira Nísia Floresta são abordadas por Araújo (2008). Elas incorporavam, em seus escritos, uma ampla gama de assuntos (como sistemas de exploração, leis educativas e políticas) e dados (como altitude, distância, dados históricos, antropológicos, etnográficos, econômicos, gastronômicos, registros de preços e custos). Essa factualidade conferia veracidade aos diários.

Entre os seus relatos no caderno, Alice também interpõe panfletos colhidos nas calçadas. Os panfletos contêm anúncios de empreendimentos imobiliários, lojas, clínicas, restaurantes, artigos religiosos, entre outros. Muitas vezes o posicionamento dos panfletos é propositalmente irônico, de modo a provocar contraste entre a narrativa sobre as pessoas em situação de rua e o anúncio de um empreendimento de luxo. Ela anexa também a comanda da padaria onde comeu duas coxinhas e um guaraná por R\$10,50. Há um panfleto com simpatia para união familiar. Esses panfletos trazem a factualidade e a veracidade para o diário, transportam o/a leitor/a para a calçada.

Além disso, Alice explica que, no verso dos panfletos, ela anotou frases dos livros que lia na rua, comprados no 1,99. As frases também aparecem no romance, abrindo cada capítulo. A maioria dos/as autores/as são brasileiros/as, vinte homens e quatorze mulheres. Podem estar lá para caracterizar a personagem, uma professora e leitora voraz, ou para servir como apoio a uma escritora insegura. Araújo (2008) argumentou que os homens viajantes do século XIX escreviam com segurança, o sujeito enunciativo era autoconfiante – mesmo quando, nos seus relatos, citavam outros autores ou intercalavam estrofes de poemas, estes não eram mais do que pontos de apoio a um centro: o “eu”. Segundo a autora, os textos deles eram autoritários e egocêntricos, buscavam impor uma verdade. Na escrita das mulheres viajantes, pelo contrário, era comum aparecer a consciência de que não há uma verdade única sobre um lugar, elas escreviam com reserva ante as outras verdades. Quando se apoiavam em textos de outros autores, como Alice fez, supõe-se que era em busca de autoridade e de uma discussão com o

cânone (ARAÚJO, 2008, p. 1014). Neste trecho, Alice demonstra a consciência de que não há uma verdade única, se não quanto ao lugar, quanto ao que aconteceu:

É bom pegar na caneta e contar tudo, ou tudo aquilo que me lembro que aconteceu, que invento?, vai me ajudando a entender, ajeitei-me aqui de novo pra continuar a escrever, enquanto vou adiantando o almoço e vigiando o fogão. Será que eu dava mesmo pra escritora, Barbie? Você acha? Pelo menos gosto já peguei (REZENDE, 2014a, p. 115).

Ela demonstra certa insegurança quanto à própria escrita, o que suporta a hipótese de que estaria se apoiando na factualidade dos panfletos e nos textos de outros/as autores/as como forma de ganhar confiança. Por outro lado, percebe-se que a relação dela com a escrita é mais orgânica. Ela escreve à mão e como forma de organizar as próprias ideias, o que se evidencia nos trechos interrompidos subitamente, sem ponto final. Nesse sentido, Alice manifesta o desejo de, ao terminar de escrever, guardar o diário numa gaveta, ou seja, sua escrita tem mais relação com vasculhar a si mesma, ao despejar no papel a experiência vivida, do que com expor suas verdades para os/as outros/as.

Pronto! Contar a mim mesma, tim-tim por tim-tim, o que me anda acontecendo, desabafar com a boneca loira e o papel pautado, moucos e calados, incapazes de assustar-me, nem de dizer que estou doida, nem me mandar fazer psicoterapia ou sugerir um curso de dança de salão pra fazer amigos, uma oficina literária pra me ocupar, [...], nem me encher com mil conselhos, Tome cuidado, que isto aqui não é João Pessoa, não, Porto Alegre é uma cidade enorme, moderna, metrópole, violenta..., que eu não conheço e isso e aquilo (REZENDE, 2014a, p. 14).

Sua experiência teve relação, portanto, não apenas com a descoberta da sua escrita enquanto mulher viajante e com a ressignificação do papel de mãe e da noção de lar, mas também com esse gesto subversivo de se embrenhar por uma cidade desconhecida – mesmo sendo advertida para tomar cuidado, mesmo sendo tratada como uma senhora que precisa de dança de salão para fazer amigos ou de oficina literária para se ocupar. Ela prova sua autonomia, sua capacidade inventiva, sua facilidade para se relacionar com desconhecidos/as, de

decidir sobre a própria vida e transgredir os limites impostos, assim como levanta importantes questionamentos ao se tornar uma andarilha urbana ou uma *flâneuse*, como se verá em seguida.

3.2 DE *FLÂNEUSE* A ANDARILHA URBANA

Alice sai pelas ruas, inicialmente, motivada pela busca por Cícero Araújo. Seu deslocamento, tomado como de uma *flâneuse* contemporânea, ressignificaria o próprio sentido da *flânerie*, já que o *flâneur* sempre foi um personagem tipicamente masculino da modernidade: o rapaz ocioso que vagueia pela rua sem pressa, olhando, vendo, refletindo – o surgimento do *flâneur* esteve ligado ao surgimento do urbanismo, com imensas aglomerações de seres humanos com detalhes variados (WOOD, 2012).

Charles Baudelaire foi o poeta francês conhecido por explorar as transformações da cidade que aconteciam na modernidade, retratadas através do olhar do *flâneur*. Sobre sua obra, o filósofo e sociólogo alemão Walter Benjamin (1892-1940) escreveu diversas análises. Para Benjamin (1994 [1969⁴⁷]), o *flâneur* era uma espécie de “botânico do asfalto”. Antes das intervenções urbanísticas do barão Haussmann, que abriu largas avenidas em Paris, praticamente não existiam passeios largos na cidade francesa, portanto as passagens cobertas, galerias comerciais com coberturas de vidro e revestimentos de mármore que atravessavam blocos de casas, eram o local de deambulação do *flâneur*. Mais tarde,

a rua transforma-se na casa do flâneur, que se sente em casa entre as fachadas dos prédios, como o burguês entre as suas quatro paredes. Para ele, as tabuletas esmaltadas e brilhantes das firmas são adornos murais tão bons ou melhores que os quadros a óleo no salão burguês; as paredes são a secretária sobre a qual apoia o bloco de notas; os quiosques de jornais são as suas bibliotecas e as esplanadas as varandas de onde, acabado o trabalho, ele observa a azáfama da casa (BENJAMIN, 1994 [1969], p. 39)

Benjamin afirmou que, durante algum tempo, por volta de 1840, era “de bom tom” levar tartarugas para passear. O *flâneur* deixava que

⁴⁷ O texto “Baudelaire, um lírico no auge do capitalismo” foi escrito por Benjamin entre 1937 e 1939 e ficou incompleto após a sua morte, sendo publicado apenas em 1969.

elas ditassem o ritmo dos seus passos. “Ocioso, deambula como uma personalidade, protestando contra a divisão do trabalho que transforma as pessoas em especialistas” (BENJAMIN, 1994 [1969], p. 55).

Para Griselda Pollock (1988), a modernidade foi um fenômeno do século XIX e um produto da cidade. Ela correspondeu a um aumento populacional nas cidades, que levou a uma literatura das massas, da aceleração e da moda. Houve uma mudança de caráter das cidades, que deixaram de ser centros de atividades visíveis (manufatura, troca, comércio) para ser zoneadas e estratificadas, com a produção menos visível. Assim, o centro de cidades como Paris e Londres se tornaram locais de consumo, de vitrines, produzindo o que o sociólogo e historiador estadunidense Richard Sennett (1988) chamou de cidade do espetáculo. Segundo Pollock, o *flâneur* simbolizava o privilégio da liberdade de se mover em arenas públicas da cidade, observando mas nunca interagindo, consumindo os locais através de um olhar direcionado tanto para as outras pessoas como para os produtos à venda. “O *flâneur* encarna o olhar da modernidade cobiçoso e erótico”⁴⁸, (POLLOCK, 1988, p.67, tradução minha).

De acordo com Richard Sennett, nas últimas décadas do século XIX, os/as donos/as das lojas de departamentos começaram a trabalhar mais o caráter de espetáculo de suas empresas. Vitrines envidraçadas foram inseridas nos andares térreos das lojas e suas decorações tornaram-se cada vez mais fantásticas e elaboradas (SENNETT, 1988 [1974], p. 183).

Desde o final do século XVIII, a emergente burguesia contestava a dominância da formação social aristocrática. Em busca de liberdade, igualdade e fraternidade, imaginavam uma sociedade composta por *homens* livres e independentes, o que acreditavam que os definia como universalistas e democráticos. Conforme a análise de Pollock, a própria condição de existência econômica da burguesia, enquanto classe, era estruturada na desigualdade socioeconômica e de gênero. Para tanto, utilizavam duas estratégias, a primeira era a naturalização de diferenças de classe, raça e gênero; a segunda era a divisão em esferas pública e privada, que acontecia em nível ideológico e também em forma de regulação das práticas de homens e mulheres (POLLOCK, 1988, p. 67).

Janet Wolff (1985), nascida no Reino Unido e professora de sociologia da arte e da cultura nos Estados Unidos, também afirmou que, mesmo que houvesse mulheres na esfera pública, no mundo do trabalho, da política e da cidade, elas ainda eram chefiadas por homens.

⁴⁸ “The *flâneur* embodies the gaze of modernity which is both covetous and erotic”.

Essas áreas ainda eram dominadas por homens em termos de estrutura hierárquica. Além disso, mesmo que as mulheres negras e operárias saíssem às ruas, a separação entre o público e o privado era ideológica e permeava a sociedade (WOLFF, 1985, p. 34). As mulheres que saíam às ruas não eram tidas como respeitáveis. Sennet concorda: a rua era onde elas corriam o risco de perder a virtude (SENNET, 1988 [1974], p. 39). Na obra de Baudelaire, segundo Wolff, as mulheres que aparecem são a prostituta, a viúva, a velha, a lésbica, a vítima de assassinato e a mulher passageira desconhecida (alvo do olhar do *flâneur*). Algumas têm traços masculinos – Wolff explica que, segundo Benjamin, a admiração que Baudelaire sentia pelas lésbicas teria a ver com a masculinidade delas (WOLFF, 1985, p. 42).

Por outro lado, os homens que saíam em público no século XIX “eram capazes de se retirar dessas mesmas características repressivas e autoritárias da respeitabilidade que se supunha estarem encarnadas na sua pessoa, enquanto marido e pai, no lar” (SENNET, 1988 [1974], p. 39).

Para Wolff, a literatura da modernidade descreve a experiência dos homens. “É essencialmente uma literatura sobre transformações no mundo público e na consciência associada a esse mundo⁴⁹” (WOLFF, 1985, p. 34, tradução minha). No entanto, na contemporaneidade, seria possível uma *flâneuse*? Seria Alice, de *Quarenta dias* (2014), uma *flâneuse* contemporânea?

Segundo Lauren Elkin, professora estadunidense na área de Língua Inglesa, a *flânerie* não significa universalmente liberdade e lazer, ela pode ser a experiência de alguém que segue uma outra pessoa. Segundo Elkin, no conto *The man in the crowd* [O homem na multidão] (1840) Edgar Allan Poe introduz a questão: “o *flâneur* é a pessoa que segue ou que é seguida? Ele se mistura e escapa ou recua e escreve o que vê?⁵⁰” (ELKIN, 2016, p.10, tradução minha). Elkin argumenta ainda que, em francês, as palavras “eu sou” e “eu sigo” são idênticas: *je suis*. “Me diga quem segues e eu te direi quem és⁵¹”, escreveu André Breton⁵² (ELKIN, 2016, p.10, tradução minha).

Aproximando esse conceito ao romance de Maria Valéria Rezende, nota-se, justamente, que os deslocamentos de Alice pelas ruas

⁴⁹ “It is essentially a literature about transformations in the public world and in its associated consciousness”.

⁵⁰ “Is the flâneur the person who follows or is followed? Does he blend and elude, or step back and write what he sees?”

⁵¹ “Tell me who you follow and I will tell you who you are”.

⁵² BRETON, André. **Nadja**. Tradução Ivo Barroso. São Paulo: Cosac & Naify, 2012.

seguem os rastros de Cícero Araújo. A própria personagem tem consciência de que, muitas vezes, inventa caminhos e motivos para seguir:

Fingia que dormia, as pálpebras entreabertas, mas espiava tudo e todos os que cabiam no meu raio de visão, rasteiro, até sentir que era hora de me mexer de novo, andar, continuar para qualquer direção, achar ou inventar novas pegadas de Cícero Araújo (REZENDE, 2014a, p. 165).

Isso também se verifica nesta passagem, mais próxima do final da narrativa, quando ela não depende tanto de Cícero Araújo para inventar seus caminhos:

Já então eu sabia que andava por andar, por vilas, ruelas, becos e acampamentos de operários, ao léu, a qualquer lugar a que me conduzisse o ônibus que calhasse, dormitando embalada pelo sacolejo do veículo ou mirando vagamente a paisagem incógnita, as mesmas casinhas com grades e jardinzinhos, as mesmas, sempre as mesmas avenidas exageradamente largas pra meu olhar paraibano, me perguntando, aqui e ali, o que era ‘brique’, o que era isso ou aquilo que eu via escrito em placas por toda parte sem descobrir o significado, por que será que tem tanta casa funerária nesta cidade?, andava só pra não voltar, eu, rebelde peão de xadrez a correr atrás de um peão de obra imaginário, a ouvir histórias de gente quase reduzida a corpo e dor, quase (REZENDE, 2014a, p. 218).

Segundo Elkin, o argumento contra a possibilidade da existência da *flâneuse* é a visibilidade, pois é crucial que o *flâneur* seja invisível na multidão, para ter sua liberdade de ir e vir, assim como de observar anonimamente. Para Pollock, as mulheres do século XIX não desfrutavam da liberdade de serem anônimas na multidão. Elas nunca estavam posicionadas como ocupantes normais do espaço público, não tinham o direito de olhar, encarar, examinar. Mas a invisibilidade não é um problema para Alice:

Ninguém reparava em mim, talvez efeito dos meus cabelos que teimo em deixar grisalhos apesar da incansável insistência da Elizete. Credo, Alice, que desleixo!, nem parece que você é uma

mulher inteligente e estudada, acha certo parecer uma velha bem antes mesmo de entrar nos sessenta? [...] (REZENDE, 2014a, p. 99).

Primeiro, sua invisibilidade era fruto da idade, pois as mulheres só são olhadas e consideradas atraentes enquanto jovens e dentro dos padrões de beleza impostos pela sociedade. Depois, no final do romance, ela se veste como Lola, uma habitante das ruas que se torna sua amiga, o que faz com que acredite ter se tornado totalmente invisível, enfim:

Vesti as três camisas, uma por cima da outra, e amarrei na cintura o casaco de lã ruço, cheio de bolinhas, acabando de conquistar a total invisibilidade que eu desejava. Segui, assim, sentindo-me então mais confortável pra meter-me nas pequenas brechas da cidade (REZENDE, 2014a, p. 219).

De acordo com Pollock, nos textos de Baudelaire, as mulheres não olhavam, elas estavam posicionadas como objeto do olhar do *flâneur* (POLLOCK, 1988, p. 71). A mulher era um objeto de análise e observação tanto quanto a cidade o era. A crítica de Pollock às histórias da arte conclui que a espectadora feminina foi completamente negada na tradição seletiva que nos foi oferecida como história (POLLOCK, 1988, p. 85).

Nas ruas, as mulheres do século XIX eram escrutinadas pelas roupas como forma de determinar a classe social a que pertenciam, de acordo com Wolff. Elas não podiam flunar sozinhas pela cidade (WOLFF, 1985, p. 41). A autora também acredita que a *flâneuse* era uma personagem impossível naquela época.

Já na contemporaneidade, a ideia de uma mulher na rua ainda levanta o questionamento: ela pode ser uma *flâneuse* despreocupada, se é objeto do *male gaze*⁵³, o olhar masculino? A pergunta foi também

⁵³ O termo *male gaze* foi cunhado por Laura Mulvey (1975) em ensaio sobre o protagonismo do olhar masculino no cinema *mainstream*. Segundo Mulvey, em um mundo comandado pelo desequilíbrio entre os gêneros, o prazer de olhar foi separado em ativo/masculino e passivo/feminino. O *male gaze*, o olhar masculino, projeta suas fantasias nas figuras femininas, que são representadas no cinema como objetos para serem exibidos e olhados. As mulheres representadas como objetos sexuais são a ideia dominante do espetáculo erótico, que é indispensável para a narrativa de um filme comercial. A presença dessas mulheres nas narrativas, segundo Mulvey, não serve para desenvolver a história, mas para momentos de pausa na ação para possibilitar a contemplação erótica. Em contrapartida, as figuras masculinas dão vida e movimento à história, que acompanha o ponto de vista dos protagonistas homens,

colocada por Elkin (2016, p. 193-194), diante da fotografia de Jinx Allen nas ruas de Florença, ainda em 1951. A fotografia, tirada por Ruth Orkin, ficou conhecida porque retrata esse problema. As amigas passeavam na cidade e alegam que se divertiram – elas não consideram a foto um símbolo de assédio. No entanto, é impossível negar a dominância masculina do espaço, o conforto com que os homens assediam, se impõem no caminho dela e fazem uso do *male gaze*, assim como é notável o desconforto na expressão de Allen.

Figura 1 – “An american girl in Italy”, Jinx Allen fotografada por Ruth Orkin.



Fonte: Elkin, 2016, p. 193.

Na Figura 2, uma imagem mais recente mostra que o problema persiste na contemporaneidade. A atriz estadunidense Shoshana Roberts, em 2014, propositalmente andou pelas ruas de Nova Iorque atrás de uma câmera escondida, que registrou a atriz sendo assediada 108 vezes em dez horas. O vídeo intitulado “10 hours of Walking in NYC as a Woman [dez horas andando em Nova Iorque como uma mulher]” foi postado na plataforma YouTube e visualizado por milhares de pessoas.

pressupondo espectadores masculinos (MULVEY, 1975, p. 62-63). Desde a publicação do ensaio de Mulvey, diversas críticas apontaram a forma como o *male gaze* não se restringe ao cinema, ocorrendo igualmente em outras formas de representação, como a literatura, e conferindo aos homens um espaço de protagonistas do olhar também em espaços fora das narrativas, como as calçadas.

Figura 2 – Shoshana Roberts no vídeo “10 hours of Walking in NYC as a Woman”.



Fonte: National Public Radio, 2014.

Assim, se é impossível para as mulheres serem invisíveis nas ruas, onde são sempre objetos do olhar masculino, seria impossível que se tornassem *flâneuses*. É por isso que Pollock se refere a uma política sexual do olhar, que demarca uma organização social particular do olhar e mantém a ordem social da diferença sexual. Dentro dessa política, são moldados os espaços de feminilidade, que são produtos de uma percepção de localização, mobilidade e visibilidade, nas relações sociais de ver e ser visto (POLLOCK, 1988, p. 66).

Em *Quarenta dias* (2014), no entanto, fica clara a invisibilidade de Alice – assim como de outras pessoas, invisíveis para a cidade por sua condição marginalizada – e o quanto a personagem adota a prática da *flâneuse* de “espionar”:

Pra onde ir?, por enquanto, pra lugar nenhum, continuar escondida ali, invisível entre os invisíveis com suas garrafas térmicas e suas cuias de chimarrão, espionando, por todo o tempo que eu quisesse, aquele pedaço de mundo no qual tudo que a cidade quer esconder abre-se como um abscesso supurado (REZENDE, 2014a, p. 150).

Na contemporaneidade, alguns indivíduos não passeiam pelas ruas movidos pelo que motivava o *flâneur* do século XIX – o ócio. Segundo o crítico literário uruguaio Hugo Achugar (2008), são pessoas em situação de rua, pessoas excluídas do consumo por carecer de emprego ou por terem sido expulsas de seu país como migrantes,

peças que executam trabalhos que os cidadãos não querem executar. São os sujeitos que Zygmunt Bauman (2005), sociólogo polonês falecido em 2017, chamou de “consumidores falidos” ou “consumidores falhos”.

Não se trata mais de ócio, mas de exclusão, expulsão. Assim, cabe o questionamento de Achugar (2008) sobre a diferença nos modos de olhar para a cidade entre o *flâneur* e os/as “consumidores/as falidos/as”. “Experimentam a velocidade do mesmo modo? O fragmentário tem o mesmo sentido para ambos? Se deslocam na mesma velocidade e nos mesmos meios de transporte? Consomem igual?”⁵⁴ (ACHUGAR, 2008, s.p., tradução minha). Para o autor, o *flâneur* tem o olhar como centro, e os/as excluídos/as têm um “olhar falido”, de acordo com a sociedade de consumo do presente. O primeiro é consumidor e cidadão, os/as outros/as não. Os/as “consumidores/as falidos/as”, o/a “catador/a de papel”, o/a “revirador/a de lixo”, ao contrário do *flâneur*, não interiorizam a paisagem urbana como algo do qual fazem parte. Eles/as buscam na cidade contemporânea algo diferente do que os/as consumidores/as e cidadãos/ãs buscam. Estes/as recorrem aos *shopping centers* em busca do objeto que vai saciar sua necessidade de consumo, a mais recente novidade da tecnologia contemporânea, enquanto aqueles/as recorrem à cidade em busca das sobras que os/as consumidores/as tenham descartado (ACHUGAR, 2008).

A cidade da contemporaneidade, segundo Achugar (2008), não é mais um lugar onde se vagueia, mas onde as pessoas se deslocam aceleradamente de novidade em novidade. Assim, o presente parece deixar de fora uma grande parte de habitantes do planeta, consistindo numa divisão entre aqueles/as que consomem as novidades e aqueles/as para quem as novidades são apenas espetáculo. É a diferença entre comer e assistir a outro/a comer. Ter a experiência e contemplar a experiência de outro/a (ACHUGAR, 2008).

Para o antropólogo argentino Néstor Canclini,

do passeio do *flâneur* que reunia informações sobre a cidade para depois transferi-las às crônicas literárias e jornalísticas, passamos, em cinquenta anos, ao helicóptero que sobrevoa a cidade e oferece a cada manhã, através da tela do televisor e das vozes do rádio, o panorama de uma

⁵⁴“¿Experimentan la velocidad del mismo modo? ¿Lo fragmentario tiene el mismo sentido para ambos? ¿Se desplazan a la misma velocidad y en los mismos medios de transporte? ¿Consumen igual?”

megalópole vista em conjunto, sua unidade recomposta por quem vigia e nos informa (CANCLINI, 2002, p. 41).

O autor argumentou que a expansão irracional e especulativa provocou uma urbanização que desurbaniza, repleta de desequilíbrios e incertezas. Locais como centros históricos e praças, que mantinham viva a memória e permitiam o encontro das pessoas, perderam força diante da remodelação dos imaginários operada pelos meios de comunicação.

Os relatos mais influentes sobre o que significa a cidade emergem agora da imprensa, do rádio e da televisão. No tumulto heterogêneo e disperso de signos de identificação e referência, os meios não propõem tanto uma nova ordem, mas sim oferecem um espetáculo reconfortante (CANCLINI, 2002, p. 42).

É por isso que, em *Quarenta dias* (2014), Alice sente que penetrou no “avesso da cidade”, uma realidade paralela que era invisível para quem habita a superfície:

Continuei por semanas minha romaria pelo avesso da cidade, explorando livremente todas as brechas, quase invisíveis pra quem vive na superfície, pra cá e pra lá, às vezes à tona e de novo pro fundo, rodoviária, vilas, sebos e briques, alojamentos, pronto-socorro, portas de igrejas, de terreiros de candomblé, procurando meus iguais, por baixo dos viadutos, das pontes do arroio Dilúvio, nas madrugadas, sobrevivente, sesteando nas praças e jardins, debaixo dos arcos e marquises, sob as cobertas das paradas de ônibus desertas, vendo o mundo de baixo pra cima, dos passantes apenas os pés (REZENDE, 2014a, p. 235).

Quando Alice faz referência ao avesso da cidade, coloca em questão essa polarização entre a cidade da superfície (do espetáculo, da velocidade, do consumismo, da Barbie) e a cidade do avesso (onde habitam as identidades excluídas e marginalizadas).

É como se houvesse uma segunda cidade contida na primeira cidade, como as cidades ocultas do escritor italiano Ítalo Calvino (1923-1985). Segundo o autor, alguém que procurar com atenção e com uma lente de aumento pode encontrar:

Em algum lugar um ponto não maior do que a cabeça de um alfinete que um pouco ampliado mostra em seu interior telhados antenas claraboias jardins tanques, faixas através das ruas, quiosques nas praças, pistas para corridas de cavalos. Aquele ponto não permanece imóvel: depois de um ano, já está grande como um limão; depois, como um cogumelo; depois, como um prato de sopa. E eis que se torna uma cidade de tamanho natural, contida na primeira cidade: uma nova cidade que abre espaço em meio à primeira cidade e impele-a para fora (CALVINO, 1990a [1972], p. 119).

Calvino também definiu a cidade como um símbolo complexo que permite exprimir a tensão entre “racionalidade geométrica e emaranhado de existências humanas” (CALVINO, 1990b, p 85). O exemplo do autor é a tensão entre a racionalidade das peças de um tabuleiro de xadrez e o emaranhado de histórias contido em cada veio da madeira que compõe o quadriculado geométrico daquele tabuleiro. Dessa forma, também Alice se desvencilha do tabuleiro de xadrez montado pela filha para abrir brechas na racionalidade geométrica da cidade e encontrar o emaranhado de existências humanas, invisível para quem vive na superfície.

A leitura que Bauman (2005) fez das cidades invisíveis de Calvino enfoca Leônia, a cidade em que os/as habitantes vivem de consumir o novo, mas cuja novidade é apenas temporária: basta um dia para que o interesse se desfaça e a necessidade de outra novidade tome lugar. Assim, a cidade acaba cercada por uma montanha de despojos, constituída pelos mais recentes rejeitos dos/as habitantes – que até ontem eram novidades.

A cada manhã eles “vestem roupas novas em folha, tiram latas fechadas do mais recente modelo de geladeira, ouvindo *jingles* recém lançados na estação de rádio mais quente do momento”. Mas a cada manhã “as sobras da Leônia de ontem aguardam pelo caminhão do lixo” (BAUMAN, 2005, p. 8).

O autor se perguntou se os/as leonianos/as enxergam essas montanhas de lixo que cercam a cidade e concluiu que, embora às vezes sintam o odor do lixo, não gostam dessa visão e preferem não olhar por muito tempo. “Gostariam que as montanhas se desvanecessem,

sumissem – dinamitadas, esmagadas, pulverizadas ou dissolvidas” (BAUMAN, 2005, p. 8). O argumento de Bauman, ao utilizar a comparação com a Leônia de Calvino, é que, não apenas a modernidade produziu montanhas de lixo, como também produziu “refugo humano”: seres humanos “refugados”, “excessivos”, que são um efeito colateral do “progresso econômico” e da “construção da ordem” – e cada ordem define algumas parcelas da população como “deslocadas”, “inaptas” ou “indesejáveis” (BAUMAN, 2005, p. 12).

Essa análise vai ao encontro da crítica de Alice, em *Quarenta dias* (2014), que, depois de ter se juntado às pessoas em situação de rua (os refugos humanos), escreve ironicamente no caderno com capa da Barbie (símbolo do consumismo e da superficialidade).

Fiquei chateada de que [Lola] me acreditasse igual a ela, sim, moradora de rua, pedinte, arrastando aquele carrinho enferrujado afanado na porta de um supermercado qualquer ou recuperado no ferro-velho, empanturrado de *sobejos do consumismo dos outros*, de todo tipo, equilibrando milagrosamente uma montanha maior que ela de latinhas de refrigerante e garrafas pet amassadas, folhas de papelão, montes de trapos escapando pelas aberturas da grade do carrinho, um vulto a mais dos muitos semelhantes que eu já tinha entrevisto por ali, como coisas das ruas, sem lhes conceder mais atenção do que a um banco de praça, uma lixeira, um orelhão inútil. *A rua é cheia de coisa sem muita serventia, Barbie, do mesmo jeitinho que os quartos de meninas de hoje que você costuma frequentar, só o preço é que difere* (REZENDE, 2014a, p. 196, grifos meus).

Nesse trecho, a personagem está alinhada com as análises de Bauman, percebe-se que seu olhar para a experiência nas ruas é crítico. Há uma comparação entre as pessoas em situação de rua e a Barbie, ambas como “coisas sem serventia” – as primeiras são descartáveis porque não podem consumir, a segunda é descartável porque é um objeto de consumo, substituído por uma novidade a cada dia. “Esse é, em linhas gerais, o ambiente da vida contemporânea. Os ‘problemas do refugo (humano) e da remoção do lixo (humano)’” (BAUMAN, 2005, p. 14).

Segundo Bauman, “removemos os detritos da maneira mais

radical e efetiva: tornando-os invisíveis, por não olhá-los, e inimagináveis, por não pensarmos neles” (BAUMAN, 2005, p. 38). A “população excedente” é mais uma variedade do refugio humano. São “baixas colaterais, [...] não intencionais e não planejadas, do progresso econômico” (BAUMAN, 2005, p. 53). Em obra posterior, Bauman (2009), nomeou esses sujeitos como “supérfluos”, porque, segundo ele, não é correto dizer que estejam em excesso, uma vez que sua exclusão agora é permanente. Se, antes, essa população era constituída por gente “em excesso”, “temporariamente excluída e ainda não reintegrada, que a aceleração do progresso econômico havia privado de ‘utilidade funcional’”, mais recentemente passaram a ser “consideradas incapacitadas para a reintegração e classificadas como não-assimiláveis”, o que faz essas pessoas serem vistas como uma “classe perigosa” (BAUMAN, 2009, p. 6). Para o autor, é justamente a irrevogabilidade dessa situação, uma consequência direta da decomposição do Estado social, que transforma os/as excluídos/as em “classes perigosas” (BAUMAN, 2009, p. 6). Além disso, as pessoas “supérfluas”, muitas vezes, são *obrigadas* a deslocarem-se, como é o caso dos/as refugiados/as.

Enquanto isso, na cidade da superfície, as pessoas se deslocam em seus trajetos precisos e velozes até o trabalho e de volta para casa, aquelas pessoas que de fato são tidas como cidadãos e consumidoras, conforme mencionado por Achugar (2008) – delas, Alice vê apenas os pés que passam.

De acordo com Mabel Piccini (2003), que foi uma professora argentina exilada no México,

parece que o espaço urbano converteu-se em lugar de trânsito e de passagem entre um lugar e outro, entre zonas de produção e localizações de vida cotidiana, entre um espaço de lazer e o regresso para casa. Talvez não seja exagerado dizer, em certo sentido, que os eixos viários, projetados como rotas velozes para o trânsito rápido, representam a metáfora mais expressiva da circulação da energia urbana: trata-se de chegar, não de se deter; de circular e não de passear ou perambular. Assim, a arte de deslocamento dos habitantes da capital é, no melhor dos casos, ir e vir por rotas pré-fixadas para lugares pré-fixados. A possibilidade de contato com a cidade e com os outros está a tal ponto restrita a rotinas fixas que a ‘liberdade de mobilizar-se’, o ‘direito à cidade’ e

até o simples fato de conhecê-la – e habitá-la –
reduzem-se dia a dia (PICCINI, 2003, p. 6)

Segundo a autora, a cidade realmente habitada, para a maioria da população – que seria a cidade da superfície de Alice – “é medida pelo intervalo existente entre os espaços de trabalho, o bairro onde se mora e alguns escassos lugares públicos de lazer; o resto são prolongamentos ou extensões, em geral conhecidas de oitiva ou pela televisão” (PICCINI, 2003, p. 6).

As ruas com seus veículos rápidos, por vezes inseguras (seja na realidade ou no imaginário), expulsam Alice para locais fechados, como o saguão do pronto-socorro, a rodoviária e até lojas e centros comerciais. No entanto, conforme ela vai se tornando uma pessoa em situação de rua, esses locais passam a cercear sua presença, como é possível notar nesse trecho, a respeito do *shopping center*:

Eu me deixava levar pela correnteza das ruas de comércio, entrando em lojas, desde as de 1,99, as lojas de departamento mais caras, até shoppings durante os poucos dias em que a minha aparência ainda permitia vagar por ali, sem que um segurança viesse logo me perguntar se eu precisava de alguma coisa (REZENDE, 2014, p. 214).

A transformação de Alice é evidente quando, no final do romance, já não procura mais por Cícero Araújo e tampouco recusa a identidade de pessoa em situação de rua. Seu comportamento se distancia da impessoalidade com que antes via (ou deixava de ver) essas pessoas. Se antes se comportava assim, seguia o padrão que Bauman (2005) explicou como necessário à produção do “refugio humano”, traduzido como um tema impessoal, puramente técnico.

Os principais atores desse drama são os “termos de comércio”, “demandas do mercado”, “pressões competitivas”, “padrões de produtividade” e “eficiência”, todos encobrendo ou negando de modo explícito qualquer conexão com as intenções, a vontade, as decisões e as ações de pessoas reais, dotadas de nomes e endereços (BAUMAN, 2005, p. 54).

Já familiarizada com o avesso da cidade, Alice acaba conhecendo melhor as pessoas em situação de rua, descobre seus nomes, suas

histórias e se torna mais uma entre elas:

Acabei por descobrir, juntando fragmentos de informação que ela deixava escapar, parte dos mistérios de Lola. Casara-se, já não mais jovem, com um rico viúvo polaco, Tu não pode acreditar, mas já fui bela, belíssima!, contra a oposição dos filhos dele que a rejeitavam duramente, o velho pusera em nome dela a escritura da casa onde viveram juntos por anos e na qual, um dia, ele se matou com um tiro no peito. Todo o resto os filhos levaram, pra ela ficou a casa, nem um tostão para mantê-la, arruinando-se ambas, que casa de suicida é assombrada, não se aluga nem se vende. [...]

Continuei visitando Arturo quase todos os dias, ao anoitecer, ele sempre ali, em algum ponto sob as arcadas do alto da Borges, ironicamente jamais junto à porta da Casa do Poeta Riograndense que ali também morava, Arturo, misteriosamente limpo, e apenas seu saco de dormir e sua cuia de mate, sem carrinhos nem sacos cheios de tralhas que todos nós, habitantes dos buracos da cidade, arrastávamos. Uma vez achei no lixo de um sebo, com as folhas soltas caindo aos pedaços, um exemplar de uma edição barata e bilíngue de alguns poemas de Borges, supus que encantaria Arturo e ajudaria a desmisturar os idiomas, mas ele recusou-se até mesmo a pegá-lo nas mãos, ‘Um poeta no necessita de nada, yo no tengo ni quero nada, sou poeta’. [...]

Lola, Arturo, foram só os primeiros, depois vieram tantos outros! Fui aprendendo, ficando mais e mais igual a eles, quase todos os dias conseguia achar Giggio, tão menino!, eu, de novo mãe, por um momento, passando-lhe a mão nos cabelos, os olhos dele sempre úmidos a ponto de escorrer, sempre a mesma queixa, O Pai me jogou pra fora de casa porque eu sou artista, Que arte é a tua, Giggio?, Não sei ainda, só artista, o Pai me jogou na rua. Ao Giggio faltavam o pai e uma arte, à Catarina carregando sempre seu enorme bebê de vinil, nu, mas quase novo, limpo dos inúmero banhos que ela lhe dava no lago do Parque Farroupilha, gemendo sempre Quero um menino, preciso de um menino... E este, Catarina,

não é teu?, Este não é de verdade. Nunca descobri o que lhe teria acontecido, terá algum dia tido o seu menino?, sumiu como Cícero, deixou-a como a minha menina?, fugiu ela de tudo, como eu? (REZENDE, 2014a, p. 235-237).

Além das pessoas em situação de rua, o romance aborda também a invisibilização da identidade dos/as nordestinos/as. Desde o início Alice era chamada de “brasileirinha” pelos/as porto-alegrenses, um estereótipo que era aplicado a todos/as de origem nordestina, identidade deduzida de acordo com a aparência, a cor da pele e o sotaque.

Há uma ocasião em que Alice, logo nos primeiros dias em Porto Alegre, ainda no apartamento, procura uma diarista para contratar. No entanto, a moça “alourada” e de “olhos azuis-acinzentados” recusou o serviço depois de olhar para Alice de cima a baixo (REZENDE, 2014a, p. 61). Em seguida, o porteiro sugeriu outra pessoa para o serviço:

Dona Alice, estou mandando aí para senhora uma diarista que, essa sim, a senhora vai gostar demais e tenho certeza de que ela vai ter tempo e querer lhe servir, vão se dar bem, que ela é brasileira, assim como a senhora. Agradei e fiquei ali parada com o interfone na mão, esquecida de desligar, intrigada com aquilo, brasileira feito a senhora?, que conversa era aquela? Bateram à porta da cozinha, abri e entendi na hora, porque diante de mim estava uma mulata bonita, cheia de corpo, com um sorriso aberto. É Dona Alice, é?, e já foi entrando, essa simples frase me confirmando que aquela ali também vinha bem pra lá do Trópico de Capricórnio, brasileira feito eu! (REZENDE, 2014a, p. 66-67).

Depois de Milena, a diarista, a maioria dos/as nordestinos/as que Alice encontra na cidade estavam na periferia e nos alojamentos da construção civil – já segregados/as urbanisticamente e socialmente. Havia ainda a homogeneização das suas identidades – paraibanos/as, baianos/as, recifenses eram todos/as de “lá”: “lá” parecia ser um vago território homogêneo que cobria tudo o que fica acima do Trópico de Capricórnio” (REZENDE, 2014a, p. 110-111).

A realidade das periferias de Porto Alegre também é retratada no romance, quando Alice procura por Cícero Araújo nas Vilas, como são chamadas as favelas na cidade:

Lá fui me metendo pela Vila que quanto mais

subia mais ar de favela tinha, eu com minha guia, Adelaida, que parecia conhecer o território como a palma da mão e emburacava por tudo que era beco cuja entrada eu nem tinha percebido, chamava alguém pelo nome, ou batia palmas chamando qualquer um que aparecesse, entrava por todo comércio e bar que havia no caminho, Vamos lá na Associação, Vamos lá na sede do Movimento tal, do Centro não sei do quê, Banheiro?, é melhor lá na escola, acabou?, agora falta perguntar na igreja essa, na outra e mais outra, no ilê Pai de tal, no abassá de Mãe fulana, eu espantada de ver tantos negros e tanto terreiro de religião afro nesse mundo sulino, antes, pra mim, quase todo louro “como os trigais” de não sei onde (REZENDE, 2014a, p. 116).

Segundo o professor brasileiro Leandro Pinheiro (2016), Porto Alegre teria cerca de 13,7% de sua população vivendo em aglomerados subnormais (dados do censo de 2010). Para efeito de comparação, ele acrescenta que a proporção, na cidade de São Paulo, é de 11,4%.

Bairros como Bom Jesus e Lomba do Pinheiro (zona leste), Mario Quintana e Rubem Berta (zona norte) ou Restinga (extremo sul) apresentam, cada um, populações superiores a 30 mil habitantes, podendo chegar a mais de 70 ou 100 mil (como são os casos do Rubem Berta e Restinga respectivamente) (PINHEIRO, 2016, s.p.).

O déficit habitacional, na cidade, é de 38 mil unidades, segundo Pinheiro (2016). As Vilas são realidades complexas e heterogêneas, com diferentes organizações socioespaciais, políticas e culturais. Formadas, em sua maioria, desde o início do século XX (época de políticas de higienização), as periferias cresceram, sobretudo, a partir dos anos 1960 e 1970 com os movimentos migratórios do campo para a cidade, assim como em outras cidades brasileiras (PINHEIRO, 2016). O sentido de periferia não é necessariamente geográfico, como se argumentará, mais adiante, no capítulo referente ao romance *Ponciá Vicêncio* (2003). Aqui, como em *Ponciá Vicêncio* (2003), também se percebe o fator étnico-racial da segregação, como no trecho mencionado de *Quarenta dias* (2014a) e também segundo os dados fornecidos por Pinheiro: “para [os bairros] Bom Jesus, Mario Quintana e Restinga, mais de 38% dos

habitantes são autodeclarados negros (ao passo que este índice é de 20% para o conjunto da cidade)” (PINHEIRO, 2016). Outro fator importante, quanto à questão racial, é a taxa de homicídios de jovens negros/as na cidade. Em 2010, essa taxa era de 58%, superior à taxa de homicídios de jovens não negros/as (51%). A situação se agrava quando diz respeito aos bairros mais empobrecidos (no bairro Restinga, por exemplo, a taxa chegava a 72,7%).

Em Porto Alegre, segundo o pesquisador, embora exista um centro histórico e político, podem ser percebidas várias outras centralidades. As favelas, por sua vez, estão em morros, em divisas de municípios ou até mesmo em contato com regiões mais abastadas (PINHEIRO, 2016). Outra observação importante é que, como no trecho do romance citado acima, em que Alice adentra pelos becos da favela, a presença de Associações e Movimentos é uma conquista da população periférica. Essas organizações também foram mencionadas por Pinheiro, que destaca a atuação das mulheres:

A atual condição de acesso a serviços e equipamentos públicos resulta de uma série de mobilizações conduzidas pelos habitantes, com destaque aos anos 1970 e 1980, quando tivemos a formação de associações de moradores combatentes, alinhadas a militâncias de esquerda. Antes e durante esse processo, há que se destacar a atuação das mulheres, cuja atuação no âmbito das vilas e comunidades é pouco visibilizada. Seja por redes de reciprocidade e apoio gestadas no cotidiano, seja na reivindicação de condições mínimas de saneamento, saúde e educação, podemos perceber a presença de lideranças femininas (PINHEIRO, 2016, s.p.).

Além das Associações e Movimentos percebe-se, no romance, que a Vila Maria Degolada possui escola, igrejas e terreiros, ou seja, equipamentos urbanos importantes para a configuração de espaços de cidadania. Também é notável a rede de solidariedade que se forma entre os/as moradores/as do local, que se dispõem a ajudar Alice: “Todos, sem falhar, queriam ajudar, indicavam uma rua, uma viela, uma direção onde, sim, havia gente de ‘lá’” (REZENDE, 2014a, p 117).

A respeito de mobilidade, Pinheiro afirmou que os bairros mais vulneráveis ou mais distantes possuem linhas de ônibus com frequência insuficiente. Além disso, o aumento no custo das passagens é outro fator que dificulta a mobilidade dos/as moradores/as das periferias. A

circulação dessas pessoas pelos demais espaços da cidade é variável, “conforme as possibilidades de renda e as redes de pertença” (PINHEIRO, 2016, s.p.). O fluxo pendular relacionado ao trabalho produz um trânsito de pessoas entre bairros e até entre cidades. Há também aqueles/as que se deslocam independentemente dos locais de trabalho: estes/as criam “redes de circulação e sociabilidade entre diferentes territórios (na cidade, na região metropolitana, no país) e fazem da condição periférica uma pertença comum e mote de seus enunciados” (PINHEIRO, 2016, s.p.). Por outro lado, há quem não se desloque para além da sua Vila. Pinheiro acrescenta que:

De toda forma, a apropriação da cidade remete à participação em relações de poder. São comuns as reclamações de moradores das periferias relativas ao preconceito quando buscam emprego, transitam pelas ruas, são noticiados na mídia ou abordados pela polícia. A articulação entre repressão (policial), estigmatização e empobrecimento segue operando fortes restrições a uma relação de mais fruição da urbe. Neste cenário, a disputa pela cidade é ambiência de táticas e de reforço das redes de identificação (PINHEIRO, 2016, s.p.).

Esse argumento mostra como a fruição da cidade pode ser diferente para os diversos grupos. Assim, as minorias precisam negociar suas posições constantemente para afirmar seu direito à cidade. Ademais, essa cidade da superfície, que marginaliza e invisibiliza identidades, é também uma cidade gendrada. Nela, as ruas têm nomes de homens, como observado por Alice: “Nem sei mais quantas vezes levei ao Borges, ao Bento, ao Protásio, ao Nilo, ao Osvaldo a minha desaparencia” (REZENDE, 2014a, p. 235). Antônio Augusto Borges de Medeiros, Protásio Antônio Alves, Nilo Procópio Peçanha e Osvaldo Euclides de Sousa Aranha foram políticos brasileiros. Bento Gonçalves da Silva foi um dos líderes da Revolução Farroupilha. Ainda que as mulheres também tenham feito história, política e literatura, elas não são homenageadas em placas e monumentos na mesma medida, conforme aponta a arquiteta e urbanista brasileira Joice Berth (2017). A “homenagem” às mulheres aparece de outra forma, como se viu na declaração do arquiteto Oscar Niemeyer (1907-2012), ao afirmar que suas obras de formas arredondadas eram tributos às curvas do corpo feminino, o que é, mais uma vez, objetificação (BERTH, 2017). Assim, os espaços das cidades podem fazer as mulheres se sentirem livres e

autorizadas ou, ao contrário, objetificadas, ignoradas, banidas.

Em Porto Alegre, os nomes de mulheres aparecem em proporção muito inferior. Algumas, no entanto, chamam a atenção, como a Rua Anita Garibaldi (catarinense que lutou na Revolução Farroupilha, na Batalha dos Curitibanos e na Batalha de Gianicolo, na Itália), o Alto da Bronze (que faz menção a uma prostituta apelidada de Bronze) e o Arraial da Baronesa (território negro de Porto Alegre que faz menção à antiga proprietária daquelas terras, a Baronesa de Gravatahy). Predominam, porém, como em outras cidades, os nomes de homens.

Segundo Elkin (2016), os nomes que as cidades exibem nos seus pontos de referência, especialmente nas ruas, são reflexos dos valores da época. Houve uma época em que as ruas tinham nomes de mulheres – santas, realezas, figuras míticas – que foram substituídas na era moderna por nomes de homens – heróis democráticos, intelectuais, cientistas, revolucionários – no esforço de tornar o espaço público menos associado à religião, ao privado e ao tradicional e mais associado à democracia. Conforme explica a autora, quando as mulheres aparecem – e não é frequentemente, segundo ela, existem duas vezes mais estátuas de cachorros em Edimburgo do que de mulheres – são idealizadas, moldadas em pedra como alegorias ou escravas. Há estátuas que são disputadas, não se sabe se representam a amante de Victor Hugo ou de Gustave Flaubert. Há estátuas que seguram prédios inteiros (as cariátides, estátuas de mulheres que servem de colunas em prédios de Paris) e, no entanto, continuam delicadas e elegantes. A questão das estátuas e dos nomes das ruas mostra o caráter gendrado dos espaços das cidades, como observado também na seção 2.2 desta dissertação, em paralelo com a análise de Doreen Massey (2009 [1994]): a geração dos lugares reflete e tem efeito na maneira como o gênero é construído e entendido nas sociedades em que vivemos.

Em oposição a essa cidade da superfície – gendrada, consumista, produtora de refugio humano e de espetáculos, local onde identidades são invisibilizadas para caber em padrões preestabelecidos, espaço de (des)urbanização segregadora –, Alice se embrenha subversivamente pelas brechas e revela histórias e humanidades invisíveis para quem vive na superfície. Seu enfrentamento daquela cidade desconhecida é ao mesmo tempo destemido e questionador. No avesso da cidade, Alice inventa sua cidadania: “andar com Lola dava-me direitos de cidadania pelas ruas, assimilavam-me como uma a mais entre eles” (REZENDE, 2014a, p. 237).

No final do romance, Alice se autointitula uma andarilha urbana. Arrastada pela correnteza das ruas, ela adota a prática da deriva, uma

forma de andar pela cidade sem rumo definido. Na metade do século XX, quase um século depois do *flâneur* de Baudelaire, pensadores Situacionistas criaram a teoria da deriva e a “psicogeografia”, uma forma de “mapear a psicografia da cidade”. Elkin explica que o cânone de escritores da cidade e de psicógrafos era formado por homens, “como se o pênis fosse pré-requisito para andar, como uma muleta” (ELKIN, 2016, p. 16). O que os exploradores urbanos faziam era usar a deriva para mapear uma espécie de campo de força emotivo da cidade, resultante da combinação entre arquitetura e topografia. Segundo a arquiteta e urbanista brasileira Paola Jacques,

a deriva seria uma apropriação do espaço urbano pelo pedestre através da ação do andar sem rumo. A psicogeografia estudava o ambiente urbano, sobretudo os espaços públicos, através das derivas, e tentava mapear os diversos comportamentos afetivos diante dessa ação, basicamente do caminhar na cidade (JACQUES, 2003, s.p.).

No estudo das derivas, o objetivo era captar os movimentos espontâneos, as mudanças de direção tomadas por um sujeito ao se deslocar pela cidade. E esse sujeito, assim como o *flâneur*, era tido como sendo sempre um homem (ELKIN, 2016, p. 16).

Alice também desafia essa construção, inconscientemente, em suas derivas por Porto Alegre: “levantei, sai ao léu, por minha conta e risco, recusando-me a perguntar mais alguma coisa a alguém, virei aleatoriamente à esquerda, sem a menor ideia da direção certa” (REZENDE, 2014a, p. 163). Ou ainda quando diz: “atravessei e fui andando ao acaso” (p. 159) e “virei uma esquina qualquer” (p. 106).

Isso aparece também no seguinte trecho:

Desci na Bento em frente à PUC, perguntei a um rapaz sentado num banco da parada, Vila João Pessoa?, ele apontou uma rua a uns metros da faixa de pedestres, atravessei e me meti por ela, dessa vez prestando atenção à placa, Rua Juarez Távora, pra não me perder demais *ou pelo menos pra poder escolher se queria ou não me perder* [...] (REZENDE, 2014a, p. 127, grifo meu).

Quando já está de volta ao apartamento, relata que a sensação era como se a rua a agarrasse e a arrastasse, como um rio, da mesma forma que o *flâneur* é “atraído pelo ímã das massas que incessantemente o

magnetiza” (BENJAMIN, 1994 [1969], p. 51).

Saí andando, pensando em tudo o que ainda preciso escrever pra não sentir mais aquele frio na barriga, aquele aperreio que me dá quando me vejo de novo na rua, como se ela me agarrasse e não me quisesse mais largar, arrastando-me, ruário de novo (REZENDE, 2014a, p. 65).

Para Elkin, seria ideal se não precisássemos dividir por gênero – o andarilho homem, a andarilha mulher, o *flâneur*, a *flâneuse* – mas as narrativas do andar ou deambular pelas calçadas da cidade repetidamente deixam a mulher fora da experiência, portanto,

uma *flânerie* feminina – uma *flâneuserie* – não apenas muda o modo como nos movemos pelo espaço, mas intervém na organização do espaço em si. Nós reivindicamos nosso direito de perturbar a paz, de observar (ou não observar), de ocupar (ou não ocupar) e de organizar (ou desorganizar) o espaço nos nossos próprios termos⁵⁵ (ELKIN, 2016, p. 196, tradução minha).

Elkin defende a possibilidade da existência da *flâneuse* e afirma que essa personagem pode ser

uma escritora, uma artista, uma secretária ou uma *au pair*. A *flâneuse* pode estar desempregada. Ela pode não ser empregável. Ela pode ser uma esposa ou uma mãe, ou pode ser totalmente livre. Ela pode pegar o ônibus ou o trem quando estiver cansada. Mas na maior parte do tempo, ela anda a pé. Ela conhece a cidade ao vagar pelas ruas, investigando suas esquinas escuras, espiando atrás de fachadas, penetrando em pátios secretos. [...]. Ela viaja para fora e vai onde não deve ir; ela nos força a confrontar as formas como as palavras *lar* e *pertencimento* são usadas contra as mulheres. Ela é determinada, engenhosa e profundamente sintonizada com o potencial criativo da cidade e as possibilidades liberadoras de uma boa caminhada⁵⁶ (ELKIN, 2016, p. 18, tradução

⁵⁵ “A female *flânerie* – a *flâneuserie* – not only changes the way we move through space, but intervenes in the organization of space itself. We claim our right to disturb the peace, to observe (or not observe), to occupy (or not occupy) and organise (or disorganise) space on our own terms”.

⁵⁶ “She may be a writer, or she may be an artist, or she may be a secretary or an *au pair*. She

minha).

Aqui, Elkin retoma o que foi exposto na seção anterior a respeito da ressignificação da noção de lar. A ideia apresentada lá alinha-se com o que Elkin expõe, aqui, como a necessidade de confrontar as formas como as palavras *lar* e *pertencimento* são usadas contra as mulheres, de modo a cercear seus passos e limitar seus horizontes.

Além disso, a importância de uma personagem *flâneuse* é a transformação das mulheres de objetos em sujeitos do olhar. Pollock (1988) argumentou que textos escritos por mulheres podem produzir diferentes posições dentro da política sexual do olhar. Sem essa possibilidade, às mulheres é negada a representação dos seus desejos e prazeres. Como afirmou a escritora estadunidense Adrienne Rich, na literatura escrita por homens, as mulheres escritoras encontraram-se representadas como terror ou como sonho, como lindas e pálidas faces, mas jamais encontraram “aquela criatura absorta, insistente, intrigada e às vezes inspirada, ou seja, ela mesma, sentada à mesa tentando juntar palavras” (RICH, 2017 [1971], p. 72). Segundo Pollock, elas foram constantemente apagadas, de forma que para olhar e desfrutar os espaços da cultura patriarcal precisaram assumir posições masculinas (como a escritora George Sand, que se vestia de homem para circular pelas ruas) ou apreciar, de maneira masoquista, a visão da mulher humilhada⁵⁷ (POLLOCK, 1988, p. 85).

Pollock assegurou a importância de investir em significados diferentes daqueles ideologicamente produzidos para garantir a separação entre as esferas (pública e privada) e os conceitos associados à feminilidade.

Feminilidade não é a condição natural das pessoas. É uma construção histórica variável e ideológica de significados produzida por e para outro grupo social que obtém sua identidade e imaginada superioridade ao fabricar o espectro

may be unemployed. She may be unemployable. She may be a wife or a mother, or she may be totally free. She may take the bus or the train when she's tired. But mostly, she goes on foot. She gets to know the city by wandreing its streets, investigating its dark corners, peering behind facades, penetrating into secret courtyards. [...]. She voyages out and goes where she's not supposed to; she forces us to confront the ways in wich words like home and belonging are used againts women. She is a determined, resourceful individual keenly attuned to the creative potencial of the city and the liberating possibilities od a good walk”.

⁵⁷ Como por exemplo no quadro *An oblique look* [Um olhar oblíquo] (1948), de Robert Doisneau, analisado por Pollock.

desse fantástico Outro⁵⁸ (POLLOCK, 1988, p. 71, tradução minha).

A feminilidade, para a autora, é uma ferramenta de regulação da sexualidade da mulher dentro de uma heterossexualidade doméstica e familiar. Segundo ela, uma das grandes formas de ressignificar a feminilidade é a rearticulação dos espaços tradicionais para deixarem de ser espaços onde há um olhar dominante e se tornarem espaços de relacionamentos (POLLOCK, 1988, p. 87).

Para Wolff, é preciso rever a historiografia e a sociologia da modernidade. O que falta na literatura, na visão da autora, é rever a forma de olhar para os espaços privados e para aquelas mulheres que ocupavam as ruas (sempre tidas como não respeitáveis), “talvez um poema escrito pela mulher passageira desconhecida sobre seu encontro com Baudelaire⁵⁹” (WOLFF, 1985, p. 47, tradução minha).

Para Elkin, sugerir que não poderia haver uma versão feminina do *flâneur* é limitar as formas como as mulheres interagiram com a cidade às formas como os homens interagiram. Sua proposta é não tentar encaixar a mulher num conceito masculino, mas redefinir o próprio conceito. “Se olharmos para trás, descobrimos que sempre houve uma *flâneuse* passando por Baudelaire na rua⁶⁰” (ELKIN, 2016, p. 11, tradução minha).

Flâneuse ou andarilha urbana, Alice questiona suas próprias noções de lar e de maternidade enquanto desbrava uma nova cidade pelos pés. Dessa forma, coloca em questão uma série de ideias pré-concebidas sobre a “feminização do lar” (GEORGE, 1996), sobre pertencimento e maternidade, assim como sobre agenciamento da mulher no espaço urbano desconhecido. Ela se apropria dos espaços, aborda estranhos/as na rua, dorme onde for preciso. Se houve um momento em que ela se esquivou foi apenas quando abordada por três homens bêbados, dos quais ela fugiu, mas não sem antes dar um “passo brusco” na direção deles para se soltar daquele que a segurava (REZENDE, 2014a, p. 136).

Alice é sujeito de um olhar crítico e consciente da invisibilização

⁵⁸ “*Femininity is not the natural condition of female persons. It is a historically variable ideological construction of meanings for a sign W*O*M*A*N which is produced by and for another social group which derives its identity and imagined superiority by manufacturing the spectre of this fantastic Other*”.

⁵⁹ “[...] a poem written by ‘la femme passante’ about her encounter with Baudelaire, perhaps”.

⁶⁰ “If we tunnel back, we find out there always was a *flâneuse* passing Baudelaire in the street”.

de identidades selecionadas (os/as idosos/as, os/as “nordestinos/as”, as pessoas em situação de rua), o que confronta com a ideia de uma cidade da superfície (cidade do espetáculo, gendrada, consumista, veloz e indiferente). No avesso da cidade, Alice encontra o emaranhado de existências humanas mencionado por Calvino (1990), pessoas com nome e história de vida que foram excluídas como “refúgio humano” (BAUMAN, 2005). O romance de Maria Valéria Rezende aborda, costurando também pelo avesso do que parece ser uma história leve e engraçada, importantes questões sobre gênero e classe, inclusão e exclusão, identidades e invisibilização.

No entanto, a experiência da personagem Alice se limita aos quarenta dias anunciados no título do romance. As suas possibilidades, a sua mobilidade e a sua trajetória diferem muito daquelas das pessoas com quem conviveu nas ruas, assim como das de Ponciá Vicêncio, que se percebe escrava da sua condição de vida, no romance homônimo escrito por Conceição Evaristo, objeto de análise do próximo capítulo.

4 PONCIÁ VICÊNCIO, DE CONCEIÇÃO EVARISTO: A CIDADE

Conceição Evaristo é uma escritora brasileira que retrata, entre outras coisas, situações do cotidiano das mulheres negras e das mulheres pobres nas cidades. A autora nasceu em 1946, em Belo Horizonte, é Mestre em Literatura Brasileira, pela PUC-Rio, e Doutora em Literatura Comparada pela Universidade Federal Fluminense. Estreou na literatura em 1990, com textos publicados na série Cadernos Negros, do Grupo Quilombhoje. Ela é poeta, romancista, contista e ensaísta. Em 2015, ganhou o Prêmio Jabuti, na categoria contos, pelo livro *Olhos d'água*. Em 2017, foi vencedora, na categoria Prosa, do Prêmio Faz Diferença. Cresceu numa favela da zona sul de Belo Horizonte e teve que conciliar os estudos com o trabalho como empregada doméstica, até concluir o curso Normal, em 1971, aos 25 anos. *Ponciá Vicêncio*, romance cuja primeira edição foi publicada em 2003, foi traduzido para o inglês, publicado nos Estados Unidos em 2007, e está em processo de tradução para o francês.

No texto *Da grafia desenho de minha mãe, um dos lugares de nascimento de minha escrita* (2007), ela relata seu primeiro contato com a escrita:

Talvez o primeiro sinal gráfico, que me foi apresentado como escrita, tenha vindo de um gesto antigo de minha mãe. Ancestral, quem sabe? Pois de quem ela teria herdado aquele ensinamento, a não ser dos seus, os mais antigos ainda? Ainda me lembro, o lápis era um graveto, quase sempre em forma de uma forquilha, e o papel era a terra lamacenta, rente as suas pernas abertas. Mãe se abaixava, mas antes cuidadosamente ajuntava e enrolava a saia, para prendê-la entre as coxas e o ventre. E de cócoras, com parte do corpo quase alisando a umidade do chão, ela desenhava um grande sol, cheio de infinitas pernas. Era um gesto solene, que acontecia sempre acompanhado pelo olhar e pela postura cúmplice das filhas, eu e minhas irmãs, todas nós ainda meninas. Era um ritual de uma escrita composta de múltiplos gestos, em que todo corpo dela se movimentava e não só os dedos. E os nossos corpos também, que se deslocavam no espaço acompanhando os passos de mãe em direção à página-chão em que o sol seria escrito.

Aquele gesto de movimento-grafia era uma simpatia para chamar o sol. Fazia-se a estrela no chão.

Na composição daqueles traços, na arquitetura daqueles símbolos, alegoricamente ela imprimia todo o seu desespero. Minha mãe não desenhava, não escrevia somente um sol, ela chamava por ele, assim como os artistas das culturas tradicionais africanas sabem que as suas máscaras não representam uma entidade, elas são as entidades esculpidas e nomeadas por eles. E no círculo-chão, minha mãe colocava o sol, para que o astro se engrandecesse no infinito e se materializasse em nossos dias. Nossos corpos tinham urgências. O frio se fazia em nossos estômagos. Na nossa pequena casa, roupas molhadas, poucas as nossas e muitas as alheias, isto é, as das patroas, corriam o risco de mofarem acumuladas nas tinas e nas bacias. A chuva contínua retardava o trabalho e pouco dinheiro, advindo dessa tarefa, demorava mais e mais no tempo. Precisávamos do tempo seco para enxugar a preocupação da mulher que enfeitava a madrugada com lençóis arrumados um a um nos varais, na corda bamba da vida. Foi daí, talvez, que eu descobri a função, a urgência, a dor, a necessidade e a esperança da escrita. É preciso comprometer a vida com a escrita ou é o inverso? Comprometer a escrita com a vida? (EVARISTO, 2007, s.p.).

O relato de Conceição Evaristo segue falando dessas mãos lavadeiras – que riscavam sóis no chão, que esfregavam o sangue íntimo das patroas brancas –, com as quais ela recebeu ajuda nas tarefas de escola, aprendeu a escrever, folheou cadernos e revistas que aguçaram a curiosidade para a leitura e a escrita. Ainda na infância ela começou a criar histórias:

Creio que a gênese de minha escrita está no acúmulo de tudo que ouvi desde a infância. O acúmulo das palavras, das histórias que habitavam em nossa casa e adjacências. Dos fatos contados a meia-voz, dos relatos da noite, segredos, histórias que as crianças não podiam ouvir. Eu fechava os olhos fingindo dormir e acordava todos os meus sentidos. O meu corpo por inteiro recebia

palavras, sons, murmúrios, vozes entrecortadas de gozo ou dor dependendo do enredo das histórias. De olhos cerrados eu construía as faces de minhas personagens reais e falantes. Era um jogo de escrever no escuro. No corpo da noite (EVARISTO, 2007, s.p).

Essa reflexão mostra como as questões bio-gráficas estão presentes na literatura de Conceição Evaristo, uma escrita carregada de memória (o que a autora chama de *escrevivência*), um modo de legitimar e de dar contornos a um projeto literário. Conforme crescia, Conceição Evaristo foi tomando consciência da sua posição e da sua voz:

Se a leitura desde a adolescência foi para mim um meio, uma maneira de suportar o mundo, pois me proporcionava um duplo movimento de fuga e inserção no espaço em que eu vivia, a escrita também desde aquela época, abarcava estas duas possibilidades. Fugir para sonhar e inserir-se para modificar. Essa inserção para mim pedia a escrita. E se inconscientemente desde pequena, nas redações escolares eu inventava outro mundo, pois dentro dos meus limites de compreensão, eu já havia entendido a precariedade da vida que nos era oferecida, aos poucos fui ganhando uma consciência. Consciência que compromete a minha escrita como um lugar de auto-afirmação de minhas particularidades, de minhas especificidades como sujeito-mulher-negra (EVARISTO, 2007, s.p.).

Assim, ela conclui: “A nossa *escrevivência* não pode ser lida como histórias para ‘ninar os da casa grande’ e sim para incomodá-los em seus sonos injustos (EVARISTO, 2007, s.p).

Neste capítulo, será feita uma análise do romance *Ponciá Vicêncio* (2003), com enfoque nos temas: segregação urbana e afrodescendência – uma análise de como a sociedade procura meios de manter parte da população afastada e marginalizada, e como isso aparece nas obras de autoras como Carolina Maria de Jesus e Conceição Evaristo –; e diáspora africana, identidade negra e voz coletiva – sobre como o romance aborda as questões identitárias das personagens negras, marcadas por questões relativas à diáspora e à colonialidade.

4.1 SEGREGAÇÃO URBANA E AFRODESCENDÊNCIA

No livro *Olhos d'água* (2015), os contos de Conceição Evaristo se passam nas ruas, nas favelas, nos barracos. Em *Becos da memória*, romance escrito em 1987 e publicado pela primeira vez em 2006, ela aborda o processo de desfavelamento forçado de uma comunidade que vai se desmanchando ao mesmo tempo em que o/a leitor/a vai se familiarizando com os/as personagens, moradores/as do local. E em *Ponciá Vicêncio* (2003) a autora aborda os deslocamentos de uma mulher negra, primeiro do campo para a cidade, e depois de volta, num movimento de procura e descobrimento de si mesma e de uma herança ancestral. A temática da segregação urbana está presente em todas essas obras. *Olhos d'água* aborda a desigualdade social refletida (e reforçada) nos espaços da cidade através do ponto de vista de personagens marginalizadas, *Becos da memória* apresenta a separação entre os bairros ricos e os bairros pobres, assim como o cotidiano na favela, e *Ponciá Vicêncio* representa, através da literatura, os diferentes mecanismos que mantêm a população segregada (planejamento urbano, penitenciárias, códigos morais, entre outros).

Antes de Conceição, uma autora que escreveu sobre a cidade pelo ponto de vista da favela e se tornou um marco na literatura brasileira foi Carolina Maria de Jesus (1914-1977). Segundo Regina Dalcastagnè, a cidade tem grande importância nas obras dela:

A cidade não aparece como um pano de fundo amorfo nas obras de Carolina Maria de Jesus, não é apenas paisagem ou retrato, mas elemento de subjetivação e espaço de empoderamento. Afinal, é ali, transitando de um lado para outro, saindo às ruas para catar suas histórias – seja dentro da favela, seja nas suas cercanias, ou mesmo no centro de São Paulo – que ela se faz escritora. É ali que ela registra, por escrito e com grande alcance, uma profunda reflexão sobre quem tem o domínio sobre os espaços públicos no Brasil. E, assim, sua escrita se transforma, ela também, em lugar onde experiências se encontram e, de algum modo, se validam. Nesse sentido, é importante sublinhar o impacto da leitura de *Quarto de despejo* em outras mulheres, negras e pobres como a autora. Conceição Evaristo conta do desejo de escrita que surge em sua mãe, também empregada doméstica, a partir do contato com o

texto de Carolina Maria de Jesus. [...] Quando Conceição Evaristo publica *Becos da memória* (2006), são pessoas como sua mãe que ela pretende resgatar e, de algum modo, inscrever na memória da cidade (DALCASTAGNÈ, 2014, p.295).

As duas autoras trabalharam o tema da segregação social em suas obras, e fizeram comparações entre os bairros ricos e os bairros pobres. Em *Quarto de despejo*, o trecho que dá nome ao livro é um exemplo disso:

Às oito e meia da noite eu já estava na favela, respirando o odor dos excrementos que se mescla com o barro podre. Quando estou na cidade tenho a impressão de que estou na sala de visitas com seus lustres de cristais, seus tapetes de veludo, almofadas de cetim. E quando estou na favela tenho a impressão de que sou um objeto fora de uso, digno de estar num quarto de despejo (JESUS, 2014 [1960], p. 37).

Já em *Becos da memória*, há um trecho em que acompanhamos o ponto de vista da personagem Ditinha, que trabalha como doméstica na casa de Dona Laura e compara a rua larga da casa da patroa com os becos da favela:

Havia andado tanto, havia tempos que não cruzava todos os becos da favela. Lembrou-se da rua da casa de Dona Laura. Larga e cheia de árvores. [...] Ditinha estava muito cansada, tinha o corpo moído. Entrara e saíra em vários becos da favela: Beco do Rala-Bunda, Beco da Cumadre Joaquina, Beco dos Dois Irmãos, Beco das Duas Marias, Beco do Sem Alma, Beco dos Namorados, Beco do Tio Totó, Beco da Dona Tacilda, Beco das Irmãs Cuícas, Beco da Cruz-Credo... Becos, becos, becos. Algumas pessoas, ao encontrarem com Ditinha, perguntavam se ela estava procurando os filhos. Ela procurava uma saída (EVARISTO, 2013, p. 170).

O trecho lembra também os becos que a personagem Alice, de *Quarenta dias* (2014a), foi percorrendo atrás de Cícero Araújo, espantada por ver tantos negros/as naquela cidade que ela imaginava ser

toda de brancos/as (REZENDE, 2014a, p. 116). O caráter espacial-geográfico da separação entre os bairros ricos e os bairros pobres, ou centro e periferia, onde a periferia designa os bairros afastados e carentes de serviços básicos (água, luz, esgoto, transporte – e de ruas largas e árvores, como lembrou Ditinha), também carrega uma separação de caráter social, nas cidades brasileiras. Isso fica evidente no caso das favelas, segundo a filósofa brasileira Marilena Chauí (2008), pois nesse caso a separação nem sempre é geográfica e as favelas ocupam “bolsões” no próprio “centro”, como é o caso das duas narrativas citadas, mas a separação social permanece: a cidade olha para a favela como uma “realidade patológica, uma doença, uma praga, um quisto, uma calamidade pública” (CHAUÍ, 2008, p. 73). Isto é, a mesma lógica colonial da casa grande/senzala, traduzida no tecido urbano como centralidades/periferias (MOASSAB; BERTH; HOSHINO, 2016). Nesse contexto, segundo Andréia Moassab, Joice Berth e Thiago Hoshino⁶¹ (2016, s.p.), “as cidades exprimem os conflitos e desigualdades da produção do espaço, ao mesmo tempo em que os acirram e (re)produzem”. Para os/as autores/as, o urbanismo é flagrantemente eurocentrado, ignora o impacto do racismo nas principais decisões geopolíticas num quadro de desenvolvimento geográfico desigual e colabora para aprofundar não apenas a segregação socioespacial, mas também a segregação étnico-racial (MOASSAB; BERTH; HOSHINO, 2016).

Em *Becos da memória* (2013), a relação senzala-favela aparece de duas formas, de acordo com Simone Schmidt (2016a, p. 103): na memória da escravidão, frequentemente relatada pelos/as mais velhos/as, e na geografia dos becos onde os/as moradores/as vivenciam a condição subalterna. Assim, o romance, segundo a pesquisadora, une o passado colonial e escravocrata com as profundas desigualdades vivenciadas pelos/as descendentes de escravizados/as na atualidade. Esse viés, utilizado por Conceição Evaristo como fio condutor do romance, é importante porque mostra uma história diferente daquela comumente contada sobre as questões sociais brasileiras, dissociada do passado colonial.

Frantz Fanon (1968 [1961], p. 28-29) também escreveu sobre o mundo “cindido em dois” que é o mundo colonizado. Segundo o autor, a

⁶¹ Sobre os/as autores/as: todos/as brasileiros/as, Andréia Moassab é arquiteta e urbanista, doutora em comunicação e semiótica; Joice Berth é arquiteta e urbanista e, na data da reportagem, pós-graduanda em Direito Urbanístico pela PUC/MG; Thiago Hoshino é mestre em direito, professor universitário e pesquisador do Observatório das Metrôpoles.

cidade do/a colonizador/a é iluminada e asfaltada, as ruas são limpas, lisas e sem buracos: é uma cidade saciada, uma cidade de brancos/as. Já a cidade do/a colonizado/a é um lugar mal afamado:

Aí se nasce não importa onde, não importa como. Morre-se não importa onde, não importa de quê. É um mundo sem intervalos, onde os homens [sic] estão uns sôbre os outros, as casas umas sôbre as outras. A cidade do colonizado é uma cidade faminta, faminta de pão, de carne, de sapatos, de carvão, de luz. A cidade do colonizado é uma cidade acorada, uma cidade ajoelhada, uma cidade acuada. É uma cidade de negros [...] (FANON, 1968 [1961], p. 29).

Para manter essa divisão, segundo Fanon, foi preciso uma lógica maniqueísta. Não bastou a divisão física, foi preciso ilustrar o/a colonizado/a como uma espécie de “quintessência do mal” (FANON, 1968 [1961], p. 30). Os costumes do/a colonizado/a, suas tradições e mitos serviram como marca de uma indigência. Esse maniqueísmo, em seu ponto alto, desumanizou o/a colonizado/a. Para Fanon, já que o mundo colonizado implica nessa divisão, a descolonização unifica esse mundo, “exaltando-lhe por uma decisão radical a heterogeneidade” (FANON, 1986 [1961], p. 34).

Essa divisão, como visto, é denunciada nas obras de Conceição Evaristo e Carolina Maria de Jesus, que escreveram sobre favelas, becos e barracos. No entanto, nenhuma das duas recorreu aos estereótipos comuns de preconceito ou de idealização a respeito das favelas. Em *Becos da memória* há pobreza, roubo e prostituição, mas o enfoque é na rede de afetividades entre os/as personagens, como Bondade, Tio Totó e Maria-Nova. Em *Quarto de despejo*, há pobreza e fome, mas há também uma narradora precisa, escrevendo sobre sociedade e política e subvertendo expectativas de vitimização. “Os políticos sabem que eu sou poetisa”, ela diz, “e que o poeta enfrenta a morte quando vê o seu povo oprimido” (JESUS, 2014 [1960], p. 39). Por esse viés, Regina Dalcastagnè pondera que

se Carolina Maria de Jesus trabalhava de modo a salientar a angústia da miséria e da segregação na cidade a partir da repetição – fazendo com que o leitor se sentisse, ele também, enclausurado do lado de fora, sem comida e sem ter para onde ir –, Conceição Evaristo o faz utilizando como recurso a memória afetiva. O leitor não está apenas

espreitando vidas alheias em seu romance, ele é convidado a lembrar junto (DALCASTAGNE, 2014, p. 297).

A visão não estereotipada pode decorrer do fato de que as duas autoras, Carolina e Conceição, trabalharam a literatura a partir de elementos autobiográficos. Segundo Eduardo Assis Duarte (2011), foi nos becos da favela que Conceição Evaristo colheu, desde a infância, as experiências que fixou na memória e transformou em histórias. Para ele, a exiguidade de espaço entre os barracos da favela “estreita os caminhos dos becos e também das vidas que ali se cruzam” (DUARTE, 2011, p. 126), o que pode ter propiciado o contato com as pessoas e as possibilidades de histórias. Por isso, confirmando essa leitura biográfica, Conceição afirma que na origem da sua escrita estão “os gritos, os chamados das vizinhas debruçadas sobre as janelas, ou nos vãos das portas, contando em voz alta umas para as outras as suas mazelas, assim como suas alegrias” (EVARISTO, 2007, s.p.).

Em *Ponciá Vicêncio* (2003), há um trecho que traz histórias dos barracos vizinhos ao de Ponciá, quando ela já está morando na cidade, e se assemelha ao relatado acima:

No barraco ao lado, vivia Sá Ita com seus cinco filhos. O maior, com 7 anos, vivia sempre resfriado, tossindo. O médico falara que era mal de pulmão. Ela não quis, entretanto, internar o menino. Achava que ele ia morrer mesmo e que morresse então perto dela. Em frente morava Durvalina com os seus sete. Um dia, altas horas da noite, o mais novo, de 4 meses, chorava, chorava. O pai, num excesso de raiva, bêbado, talvez, pegou o bebê e atirou pela janela. Ali próximo, morava o Zé Moreira, que trabalhava na cozinha de um restaurante. Todos os dias ele trazia sobra de comida para casa. Um dia ou outro, trazia um pedaço de carne melhor, uma lata de óleo, um pacote de manteiga. [...] O chefe da cozinha já estava desconfiado e avisou o patrão. [...] Zé Moreira foi levado à polícia para o caso servir de exemplo para os outros (EVARISTO, 2003, p. 83).

O fato de Conceição e Carolina terem vivenciado e narrarem a experiência das mulheres negras nas favelas pelo lado de dentro é um dos fatores que Duarte considera determinantes para caracterizar a

escrita afro-brasileira: o ponto de vista (ou lugar de enunciação). “O ponto de vista adotado indica a visão de mundo autoral e o universo axiológico vigente no texto, ou seja, o conjunto de valores que fundamentam as opções até mesmo vocabulares presentes na representação” (DUARTE, 2011, p. 127). Os outros elementos elencados por ele são a autoria, a temática, a linguagem e o público. Isoladamente, esses elementos são insuficientes, mas da interação dinâmica entre eles “pode-se constatar a existência da literatura afro-brasileira em sua plenitude” (DUARTE, 2011, p. 135). Sua crítica volta-se para trabalhos que escrevem “sobre” o/a negro/a enquanto objeto ou estereótipo, sem comprometimento e sem identificação ideológica, trabalhos que não rompem com a linguagem e os temas hegemônicos e que não procuram atender a um público e a um universo recepcional afrodescendente.

A respeito da existência de uma literatura afro-brasileira, Conceição Evaristo explicou, em ensaio publicado na revista *Scripta* (2009), que o conceito está sendo debatido e não é unânime, porém ela acredita não apenas na existência de uma literatura afro-brasileira⁶², mas também numa vertente negra feminina.

Sobre o uso da linguagem e a escolha da matéria narrada, Conceição Evaristo afirma que podem adquirir um sentido de insubordinação:

Em se tratando de um ato empreendido por mulheres negras, que historicamente transitam por espaços culturais diferenciados dos lugares ocupados pela cultura das elites, escrever adquire um sentido de insubordinação. Insubordinação que se pode evidenciar, muitas vezes, desde uma escrita que fere as “normas cultas” da língua, caso exemplar o de Carolina Maria de Jesus, como também pela escolha da matéria narrada (EVARISTO, 2007, s.p.).

Essa relação entre linguagem e cultura dominante também foi

⁶² Há autores que defendem a denominação “literatura negra”, porque foi uma expressão que surgiu como forma de posicionamento do povo negro, num momento sociopolítico importante, na década de 1970, em meio a denúncias e protestos, conforme esclarece Jacqueline de Almeida (2017). A primeira edição dos Cadernos Negros, importante coletânea de escritos de autoria negra, defendia o uso desse termo. Por outro lado, segundo Almeida (2017), muitos críticos literários e intelectuais defendem o uso da expressão “literatura afro-brasileira” de modo a significar uma origem étnica comum ou um conjunto de valores partilhados, associados à cultura africana, sem remeter à existência de uma essência negra (ALMEIDA, 2017, s.p.).

abordada pela intelectual, política, professora e antropóloga brasileira Lélia Gonzalez (1935-1994), conforme o texto da professora brasileira Cláudia Pons Cardoso (2014), que recupera o pensamento de Gonzalez. Segundo Cardoso, Lélia Gonzalez também

confrontou o paradigma dominante e, em alguns textos, recorre a uma linguagem considerada fora do modelo estabelecido para a produção textual acadêmica, ou seja, sem obediência às exigências e às regras da gramática normativa, mas que, no entanto, reflete o legado linguístico de culturas escravizadas. Assim, a autora, por vezes, mistura, enreda o português com elementos linguísticos africanos, em uma tentativa política de evidenciar o preconceito racial existente na própria definição da língua materna brasileira (CARDOSO, 2014, p. 966-967).

Na literatura, os atos de insubordinação aparecem ainda no agenciamento com que as personagens se impõem e resistem, em meio a cenários urbanos acostumados a vê-las silenciadas ou estereotipadas. Em *Quarto de despejo*, por exemplo, a personagem utiliza o próprio preconceito que há sobre a favela a seu favor (DALCASTAGNÈ, 2014) ameaçando um homem que a importuna: “Eu sou da favela do Canindé. Sei cortar de gilete e navalha e estou aprendendo a manejar a peixeira. Um nordestino está me dando aulas. Se vai me bater pode vir” (JESUS, 2014[1960], p. 82).

Carolina Maria de Jesus também escreveu *Diário de Bitita*⁶³. Nesse romance, a autora registra os muitos deslocamentos a que foram forçados os/as negros/as, desde o sequestro na África, a venda no Brasil, até a necessidade de se afastar dos/as ex-proprietários/as após o final da escravidão (DALCASTAGNÈ, 2014, p. 292). Esse desejo de se afastar das terras onde a família fora escravizada é um dos motivos que leva Ponciá Vicêncio a se mudar para a cidade, em busca de oportunidades.

Ponciá Vicêncio morava no campo com a família: a mãe, artesã como ela, e o irmão, que trabalhava nas terras do coronel Vicêncio, como também fizeram o pai e o avô de Ponciá, antes de morrerem. O avô dela fora escravizado naquelas terras, e a família, mesmo depois da liberdade, ainda carregava, no sobrenome e na vida difícil, a marca da exploração dos/as brancos/as. Ponciá estava cansada daquela realidade. Mesmo nas terras dos/as negros/as a colheita também era entregue aos

⁶³ JESUS, Carolina Maria de. **Diário de Bitita**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982.

coronéis. Enfrentavam um luta diária e sem perspectiva. Ela decidiu partir de trem para a cidade, acreditando que poderia traçar outros caminhos:

Quando o trem foi diminuindo a marcha e parou na plataforma, Ponciá Vicêncio apertou contra o peito a pequena trouxa que carregara no colo durante a viagem inteira. Levantou-se aflita e olhou desesperada lá fora à procura de alguém. Não divisou um rosto conhecido, experimentou um profundo pesar, embora soubesse de antemão que não havia ninguém esperando por ela. Não conhecia ninguém, nunca viera até a cidade e todos os seus parentes haviam ficado para trás. Nenhum deles havia ousado tamanha aventura. Estava escurecendo, Ponciá não sabia bem o que fazer. Caminhou rápido e alcançou o lado de fora da estação. Quis olhar para trás, mas temeu o desejo de recuo. Olhou em frente, uma imponente catedral, com suas luzes acesas, esperava pelos crentes, no final da avenida. O relógio da matriz era enorme, de longe conseguiu ler as horas. Eram seis. Ponciá tinha então 19 anos, sendo capaz ainda de inventar sentimentos de segurança. Caminhou firme, sempre em frente, e só parou quando chegou à escadaria do templo (EVARISTO, 2003, p. 35).

Nesse trecho fica evidente a coragem de Ponciá, que chegava sozinha, sem ter para onde ir, mas andava firme e sempre em frente. Tão nova, ela era a primeira da sua família a tentar a sorte na cidade. Mas a procura de Ponciá, por oportunidades, por libertação, por espaço, era comum entre outros/as personagens da cidade grande. Ela reflete uma voz coletiva, oprimida e silenciada: das mulheres migrantes, da população negra, das minorias. O país passou por progressivos movimentos migratórios desde o final do século XIX e início do século XX (época na qual estima-se que a narrativa de Ponciá esteja localizada, embora o recorte temporal não tenha sido precisamente determinado no romance). Neste período, houve uma série de deslocamentos das populações pobres para as capitais, e a intensificação da urbanização traçou novos desenhos para as cidades brasileiras. Ao longo do século XX, as migrações rural-urbanas aumentaram: desde 1970, quando a população rural passou a ser minoritária, até os dias de hoje, mais de 40 milhões de brasileiros/as migraram do campo para a zona urbana

(GONÇALVES, 2001). Assim, embora o local e o momento em que se passam a narrativa de Ponciá não tenham sido precisamente determinados, ela se recordou de outros casos antes dela:

Outros e outros casos de conhecidos que saíam do povoado a caminho da cidade e eram roubados na estação de chegada. Perdiam o pouco que tinham e ali mesmo viravam mendigos. Outros não conseguiam trabalho ou ganhavam pouquíssimo e não tinham como viver. A vida se tornava pior do que na roça. Ela sabia de muitos casos tristes, em que tudo havia dado errado. Procurou se lembrar de algum que tivesse tido um final feliz. Não lembrou. Esforçou mais e não atinou com nenhum. Não esmoreceu. Relembra tanto, falavam tanto daqueles casos tristes, que até ela só se lembrava deles. Não tinha importância. O caso dela, quando voltasse para buscar os seus, haveria de ser uma história de final feliz (EVARISTO, 2003, p. 37).

Era devido a essas histórias que, no povoado, as pessoas tinham medo da cidade. Contavam o caso de Maria Pia, que trabalhava como doméstica e foi contaminada com uma doença sexualmente transmissível pelo filho do patrão; contavam o caso de Raimundo Pequeno, que aceitou vender mercadorias de procedência duvidosa e acabou preso. Havia um imaginário construído sobre a cidade – essa cidade que ficava a distância de uma longa viagem de um trem que passava no povoado apenas a cada quinze dias, um deslocamento difícil, portanto –, e foi esse imaginário que Ponciá enfrentou quando tomou a decisão de partir.

Ela passou a primeira noite na porta da igreja, abraçada à trouxa com seus poucos pertences, na companhia de mendigos/as, crianças, mulheres e homens. Alguns agasalharam-se em jornais para se proteger do frio. No dia seguinte, ela se encheu de coragem, pediu emprego às fiéis que frequentavam a igreja e começou a trabalhar como doméstica. Com o tempo, Ponciá Vicêncio juntou dinheiro, comprou um barraco no morro e se casou com um homem que trabalhava na construção civil.

O plano dela era voltar para buscar a família, mãe e irmão, mas, quando conseguiu voltar, não encontrou ninguém na antiga casa do povoado. Sem a companhia dos seus, “a cidade lhe parecia agora sem graça e a vida seguia sem qualquer motivo” (EVARISTO, 2003, p. 74). Ponciá continuava trabalhando como doméstica e sentia falta de

trabalhar como artesã, modelando o barro. Um vazio começou a tomar conta da sua cabeça. Seu marido era abusivo e violento. Ela perdeu sete filhos, que morriam logo após o parto, mas se questionava se teria valido a pena a vida dos filhos, que apenas repetiriam a vida que ela tinha.

Valeria a pena pôr filho no mundo? Lembrava-se da sua infância pobre, muito pobre na roça e temia a repetição de uma mesma vida para os seus filhos. O pai trabalhava tanto. A mãe pelejava com as vasilhas de barro e tinham apenas uma casa de pau-a-pique coberta de capim, para abrigar a pobreza em que viviam. E esta era a condição de muitos. Molambos cobriam o corpo das crianças que até bem grandinhas andavam nuas. Entretanto, assim que as meninas cresciam um pouco, as mães providenciavam panos para tapar-lhes o sexo e os seios. Crescera na pobreza. Os pais, os avós, os bisavós sempre trabalhando nas terras dos senhores. A cana, o café, toda a lavoura, o gado, as terras, tudo tinha dono, os brancos. Os negros eram donos da miséria, da fome, do sofrimento, da revolta suicida. Alguns saíam da roça, fugiam para a cidade, com a vida a se fartar de miséria, e com o coração a sobrar esperança. Ela mesma havia chegado à cidade com o coração crente em sucessos e eis no que deu. Um barraco no morro. Um ir e vir para a casa das patroas. Um sobras de roupas e de alimento para compensar um salário que não bastava (EVARISTO, 2003, p. 82).

Esse trecho remete à história de algumas personagens citadas anteriormente, Ditinha, em *Becos da memória*, nesse ir e vir para a casa das patroas, e até mesmo Maria, de *Olhos d'água*, já citada no capítulo 2, com as sobras de alimento na sacola pesada enquanto ela esperava no ponto de ônibus:

Maria estava parada há mais de meia hora no ponto de ônibus. Estava cansada de esperar. Se a distância fosse menor, teria ido a pé. Era preciso mesmo ir se acostumando com a caminhada. O preço da passagem estava aumentando tanto! Além do cansaço, a sacola estava pesada. No dia anterior, no domingo, havia tido festa na casa da patroa. Ela levava para casa os restos. O osso de

pernil e as frutas que tinham enfeitado a mesa (EVARISTO, 2015, p. 39).

A profissão de empregada doméstica, no Brasil, acaba replicando a história da escravidão, com abusos de autoridade, salários baixos, não regulamentação e assédio sexual por parte dos patrões. Há preconceitos que se refletem até mesmo na arquitetura das edificações, como a separação em elevadores “social” e “de serviço”, assim como a configuração do cômodo “dependência de empregada”, normalmente sem iluminação e ventilação natural, remetendo à senzala. As demarcações sociais, por vezes, incluem também o uso de uniformes e os “hábitos” da família – é comum que as domésticas não utilizem as mesmas louças e talheres que os patrões, e que não façam as refeições no mesmo espaço, como ilustrou o filme *Que horas ela volta?*⁶⁴, de Ana Muylaert (2015).

Segundo Luiza Bairros (1995), que foi uma intelectual, militante brasileira e ministra da igualdade racial no governo Dilma Rousseff, o que se espera das domésticas é que cuidem do bem estar dos/as outros/as e com eles/as desenvolvam até laços afetivos, enquanto devem se submeter à exploração econômica e permanecer estranhas ao ambiente do qual participam (*outsider within*⁶⁵) (BAIROS, 1995, p. 463). No entanto, esse trabalho “permitiu a mulher negra ver a elite branca a partir de uma perspectiva a que os homens negros e nem mesmo os próprios brancos tiveram acesso” (BAIROS, 1995, p. 463), ou seja, elas puderam ver as contradições entre as ideologias e as ações do grupo dominante (BAIROS, 1995, p. 463). Em outro artigo, Bairros recuperou o pensamento de Lélia Gonzalez⁶⁶, que argumentou que as

⁶⁴ O filme recebeu críticas por não ter optado por uma atriz negra para o papel da personagem principal, como percebe-se no texto da engenheira Débora Carvalho (CARVALHO, 2015).

⁶⁵ A expressão *outsider within*, algo como estrangeira de dentro, vem de Patrícia Hill Collins (1991), assim como a ideia geral desenvolvida por Bairros nesse parágrafo, a respeito do acesso das mulheres negras aos espaços dos brancos através da figura das empregadas domésticas. Segundo Cláudia Pons Cardoso (2014) “Collins define *outsider within* como posição social ou espaços de fronteira ocupados por grupos com poder desigual. Na Academia, por exemplo, esse lugar permite às pesquisadoras negras constatar, a partir de fatos de suas próprias experiências, anomalias materializadas na omissão ou observações distorcidas dos mesmos fatos sociais e, embora Collins se refira à Sociologia, pode-se pensar como prática política a ser desenvolvida em todas as áreas do conhecimento” (CARDOSO, 2014, p. 965). COLLINS, Patrícia H. **Black Feminist Thought: Knowledge Consciousness and Politics of Empowerment**. Nova Iorque, NY: Routledge, 1991.

⁶⁶ GONZALES, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. In: Luiz Antônio Machado Silva et al. **Movimentos sociais urbanos, minorias étnicas e outros estudos**, Brasília, ANPOCS, 1983. p. 223-244.

domésticas carregam a sua família e a dos outros nas costas. Além disso, ainda que oficialmente a conotação sexual da palavra africana “mucama” tenha se perdido, na prática, a empregada doméstica negra é alvo de sexualização por parte dos/as brancos/as, acostumados a ouvir e reproduzir o estereótipo da mulata ferosa (BAIRROS, 2000, s.p.).

No Brasil, o fato de muitas mulheres atravessarem as cidades, provenientes da periferia, para cuidar dos lares de outras mulheres, foi o que permitiu que estas pudessem ganhar maior mobilidade e se lançar em suas carreiras, enquanto aquelas continuam presas por um sistema que pouco ou nada as enxerga. Aqui pode-se retomar o ponto da geógrafa Doreen Massey (2009 [1994]), sobre como as mobilidades dos sujeitos são diferentes e, mais do que isso, como a mobilidade de alguns/umas, de fato, acaba por aprisionar os/as outros/as. Novamente se pode fazer uma crítica aos trabalhos que não vão além do binarismo público/privado, relatando apenas a história linear da conquista do direito de circular pelo espaço público, que diz respeito unicamente a uma mulher branca de classe média, que se lançou no mercado de trabalho enquanto muitas mulheres negras, pobres e periféricas, pelo contrário, continuaram presas ao espaço doméstico, cuidando de lares que não eram os seus, sub-remuneradas e enfrentando diversas opressões de gênero e de raça.

Ponciá, portanto, mesmo longe das terras onde a família fora escravizada, percebeu que a herança colonial alcançava também na cidade, porque, conforme explica a filósofa brasileira Sueli Carneiro (2001), as reminiscências do período colonial permanecem vivas no imaginário social e adquirem novas funções nesta ordem social supostamente democrática que mantém intactos o racismo e as relações de gênero instituídas no período da escravidão.

Os espaços da cidade eram outros, mas mantinham a mesma lógica de hierarquização. Segundo o sociólogo francês Pierre Bourdieu, citado por Dalcastagnè,

não há espaço, numa sociedade hierarquizada, que não seja hierarquizado e que não exprima as hierarquias e as distâncias sociais, sob uma forma (mais ou menos) deformada e sobretudo mascarada pelo efeito de naturalização que proporciona a inscrição das realidades sociais no mundo natural: as diferenças produzidas pela lógica histórica podem assim parecer surgidas da natureza das coisas (BOURDIEU⁶⁷, 1993 apud

⁶⁷ BOURDIEU, Pierre. Effets de lieu. In: BOURDIEU (org.). **La misère du monde**. Paris:

DALCASTAGNÈ, 2003, p. 43).

No Brasil, o mito da democracia racial torna essas distâncias sociais ainda mais mascaradas e naturalizadas – e esse mito, que originou as construções de nossa identidade nacional, “está ancorado na violação colonial perpetrada pelos senhores brancos contra as mulheres negras e indígenas e na miscigenação daí resultante” (CARNEIRO, 2001, s.p.).

O vazio que toma conta de Ponciá pode ser também uma consequência da tomada de consciência dessas realidades, como ela demonstra nessa passagem:

De que valera o padecimento de todos aqueles que ficaram para trás? De que adiantara a coragem de muitos em escolher a fuga, de viverem o ideal quilombola? [...] A vida escrava continuava até hoje. Sim, ela era escrava também. Escrava de uma condição de vida que se repetia. Escrava do desespero, da falta de esperança, da impossibilidade de travar novas batalhas, de organizar novos quilombos, de inventar outra e nova vida (EVARISTO, 2003, p. 83).

Então, em vez de se apropriar da cidade, Ponciá recusa-a: a começar pela “loucura” que se manifesta nela, esse vazio no qual ela vai se adentrando, e, depois, com seu retorno final ao campo. Os seus deslocamentos são simbólicos, portanto. O primeiro é a vinda para a cidade, a viagem exaustiva de trem que lembra o navio negroiro (ARRUDA, 2007), símbolo da diáspora africana:

A crença era o único bem que ela havia trazido para enfrentar uma viagem que durou três dias e três noites. Apesar do desconforto, da fome, da broa de fubá que acabara ainda no primeiro dia, do café ralo guardado na garrafinha, dos pedaços de rapadura que apenas lambia, sem ao menos chupar, para que eles durassem até o final do trajeto, ela trazia a esperança como bilhete de passagem. Haveria, sim, de traçar o seu destino (EVARISTO, 2003, p. 36).

No século XVII, segundo os/as historiadores/as brasileiros/as Wlamyra R. de Albuquerque e Walter Fraga Filho, a travessia de

Angola para Pernambuco durava em média 35 dias, 40 dias até a Bahia e 50 dias até o Rio de Janeiro. A travessia era penosa para os/as cativos/as porque os tumbeiros vinham com superlotação, para garantir alta rentabilidade. Além disso, os/as cativos/as eram alimentados/as apenas uma vez ao dia. Calcula-se entre 15 a 20% de mortos/as durante uma viagem normal, mas não era incomum haver 40 a 50% de perdas⁶⁸ (ALBUQUERQUE; FILHO, 2006, p. 48-50).

Já o último deslocamento do romance, também simbólico, é o retorno ao lar, ao campo e à família, representando o reencontro de Ponciá com a memória dos seus, com uma herança ancestral que resgata a força e a esperança no “passado-presente-e-no-que-há-de-vir” (EVARISTO, 2003, p. 128).

Mas antes do retorno dela, a narrativa traz a história do irmão de Ponciá, Luandi, que também partiu para a cidade em busca da irmã e de melhores condições de vida. Ele “chegou num dia de chuva e frio. Trazia muita fome também” (EVARISTO, 2003, p. 69).

Estava calçado pela primeira vez. Na roça sempre andara de pés no chão. As luzes dos postes querendo tapear a escuridão da noite aborrecia profundamente o moço. ‘Para que eu vim para a cidade?’, perguntou-se entre os dentes, resmungando, como era hábito de seu pai. ‘Para que eu vim para a cidade?’, se perguntou novamente. Achar minha irmã, juntar dinheiro e ficar rico. É, ele havia de ficar rico. Diziam que na cidade as pessoas trabalham muito, mas ficam ricas. E de trabalho Luandi não tinha medo. [...] Como localizar a irmã? Na roça é só andar pelo povoado e, quando não se encontra a pessoa do nosso desejo, um ou outro apazigua a aflição da gente. Traz notícias ou leva um recado para a pessoa procurada. Mas ele sabia o que deveria fazer. No outro dia haveria de andar a cidade inteira. Tantos haviam saído da roça e estavam ali! Na certa, se não encontrasse logo Ponciá,

⁶⁸ Cabe acrescentar que, uma vez em solo brasileiro, a expectativa de vida das pessoas escravizadas também era baixa. Estima-se que, durante os séculos XVI e XVII, a média de vida de um escravo no engenho de açúcar era de sete anos (SIMONSEN, 1969, p. 134 apud FERREIRA JR.; BITTAR, 2003, p. 45), uma vez que, segundo os/as autores/as, as condições de vida e de trabalho dos/as negros/as escravizados/as eram “brutalmente desumanas”. Amarílio Ferreira Jr. e Marisa Bittar são professores brasileiros. Roberto Simonsen (1889-1948) foi um intelectual, político e escritor brasileiro. SIMONSEN, Roberto C. **História econômica do Brasil (1500-1820)**. 6. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1969.

encontraria alguém que saberia dizer do paradeiro dela (EVARISTO, 2003, p. 69).

Ele decidiu passar aquela primeira noite na estação, no entanto foi acordado por um soldado que pediu os seus documentos e o revistou. Assim, Luandi passou a noite na cela da delegacia. Essa abordagem é comum para as pessoas negras, tratadas como criminosas nas ruas. Na contemporaneidade, ocorre um encarceramento em massa da população negra, que, assim como a segregação urbana, tornou-se outra forma de afastar a parte da população que é tida como pobre, indesejável e perigosa. Segundo Loïc Wacquant (2008), sociólogo estadunidense que analisa o sistema prisional dos Estados Unidos – onde, entre 1975 e 2000, a população carcerária passou de 380 mil para 2 milhões de detentos/as – a prisão é uma forma de administração da pobreza. Para o autor, a prisão carrega agora novas funções, como gerir o trabalho não regulamentado, a hierarquia étnico-racial e a marginalidade urbana nos Estados Unidos. Conforme Alessandro De Giorgi (2004), doutor em criminologia na Inglaterra, a partir dos anos 1970, houve, nos países ocidentais, uma transição de um modelo de democracia “social” para uma democracia “punitiva”, que define novas formas de exclusão e novos limites de seleção no acesso à cidadania. Segundo o autor, o objeto dessa repressão é a nova marginalidade social:

As minorias étnicas na América, os imigrantes na Europa, os novos pobres, os desocupados e os tóxico-dependentes em ambos os contextos. Trata-se de um processo de 'criminalização em massa', voltado contra categorias inteiras de sujeitos selecionados segundo características de gênero, étnicas, raciais e econômicas (DE GIORGI, 2004, p. 29-30).

Mas o contexto de Luandi era o Brasil das primeiras décadas do século XX, melhor entendido pela abordagem da socióloga brasileira Vera Malaguti Batista (2004), que analisa a difusão do medo, do caos e da desordem como forma de detonar estratégias de disciplinamento e controle das massas empobrecidas, através de uma avaliação do Rio de Janeiro do século XIX. Segundo a autora, o período posterior à Independência do Brasil (1822) revelou diferentes desejos de nação. Ao mesmo tempo que o “povo brasileiro” irrompeu como uma nova categoria – uma nação mestiça, que ensejava uma radicalização do liberalismo e ansiava pelo fim da escravidão, com cidadania para todos/as –, é também nesse momento que a resistência negra se

intensificou e, conseqüentemente, houve um aumento da inquietação dos/as proprietários/as de escravos, ansiosos/as por manter a sociedade estruturada em hierarquias. Nesta conjuntura, surgiram as primeiras faculdades de direito e ocorreu a “convergência das forças policiais, militares e paramilitares na construção de um sistema social formal organizado sempre contra a *ralé*” (BATISTA, 2004, p. 121). Naquele momento, de acordo com a autora, no Rio de Janeiro, 80% dos/as acusados/as estavam entre os/as escravizados/as.

O decreto de novembro de 1825, que criou os cargos de comissário, lhe atribuíam: impedir ajuntamentos, reprimir a vadiagem, cadastrar os capitães-do-mato, erradicar os quilombos e açoitar em locais públicos. É assim que se funda a arquitetura legal e institucional da polícia no Rio de Janeiro e no Brasil (BATISTA, 2004, p. 121).

Batista afirma que o “açoite” logo saiu das ruas e foi para a prisão. Além disso, o controle social não se deu apenas no poder jurídico-social, segundo ela. Houve também um poder médico, ou seja, uma ação higienista nas cidades, fundamentada numa medicina que, no Brasil do século XIX, se institucionalizava no sentido das ciências iluministas, e produzia tanto uma patologização dos/as afro-brasileiros/as quanto uma depreciação da medicina africana. Assim, os/as afro-brasileiros/as foram transformados/as em obstáculo à higiene e à saúde pública.

Para fundamentar sua argumentação, a autora analisou os discursos do medo nos jornais e pasquins da época. Segundo ela, as ruas estavam “quentes” com motins, saques, rebeliões, capoeira e batuques. As notícias

vão fazendo a crônica da microfísica do poder e dos interstícios do medo branco: tiroteios nos morros, negros armados, magotes de africanos pelas esquinas etc... Aparecem várias ideias-força presentes até hoje nos discursos do medo: o descaso com a morte dos africanos e a indignação com a morte dos brancos, as estratégias seletivas de policiamento, o apelo às tropas nos quartéis, as queixas contra a impunidade, apelos por mais rigor e mais dureza no combate aos perigos da cidade (BATISTA, 2004, p. 123).

Aparece também o medo da organização coletiva que os/as

senhores/as, inicialmente, não suspeitavam existir entre os/as africanos/as, como ocorrido na Revolta dos Malês. Essa revolta foi retratada no romance *Um defeito de cor* (2008), de Ana Maria Gonçalves, mencionado no capítulo 2. A narrativa é inspirada na trajetória de Luiza Mahin, que esteve envolvida na organização da Revolta dos Malês, em Salvador. Segundo Batista (2004), a repercussão da insurreição Malê concretizou um espetáculo de medidas enérgicas contra os/as negros/as, como o açoitamento coletivo de 700 deles/as nas estradas da província fluminense.

Para a autora, “a naturalização desses discursos têm consequências estéticas, concretizam-se espacialmente, criam cenários, *entram pelos olhos* no cotidiano da cidade” (BATISTA, 2004, p. 123). Ela cita a professora brasileira Gizlene Neder⁶⁹, que analisa o controle do espaço na cidade e afirma que, nos momentos históricos de crise ou embate entre diferentes “projetos de cidade”, emergem visões hiperbólicas sobre as classes perigosas. Na luta pelo controle social, a ação da polícia ajuda a estabelecer uma cartografia da hierarquização. As cidades se tornam, assim, cidades de fronteiras.

A análise da pesquisadora brasileira Célia Maria Azevedo (1987) sobre a época da transição da escravização para o trabalho livre, no Brasil, segue pelo mesmo caminho. Para Azevedo, a partir de 1887, começaram a ocorrer fugas massivas de pessoas escravizadas, assim como manifestações de negros/as nas ruas das cidades. No entanto, o imaginário que se tem até hoje a respeito da abolição da escravatura é de que elites liberais, humanitárias, progressistas e pacifistas conquistaram essa vitória ao se posicionarem a favor do trabalho livre, ou seja, uma luta da qual os/as brancos/as são protagonistas. Essa imagem encontrou reforço nas políticas tanto de imigrantistas quanto de alguns/umas abolicionistas, culminando na ideia de que o Brasil é um país racialmente democrático. A partir de então, o imaginário do medo, centrado na figura do/a negro/a rebelde e instável que exigia permanente controle por parte dos/as brancos/as, foi cedendo lugar ao imaginário da paz e do progresso centrado na figura do/a imigrante europeu/eia, trazido/a para o Brasil com o intuito de atender a uma demanda de mão de obra – demanda que, segundo o argumento dos/as imigrantistas, existia devido ao fato de que os/as negros/as seriam incapacitados/as para o trabalho livre, pois pertenciam a uma raça inferior que tendia à ociosidade e ao crime. A adesão ao racismo científico, então, foi

⁶⁹ NEDER, Gizlene. Cidade, identidade e exclusão social. **Revista tempo**. Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 106-134, 1997.

proporcional à exacerbação das lutas entre escravos e senhores/as. Segundo a pesquisadora, houve também uma pressão para que os/as negros/as se direcionassem para o campo, deixando as áreas urbanas livres para o trabalho dos/as imigrantes, já que as cidades eram consideradas como “o espaço privilegiado do progresso” (AZEVEDO, 1987, p. 166).

O irmão de Ponciá, mais tarde, começou a trabalhar como faxineiro da própria delegacia onde esteve preso e passou a sonhar com o desejo de se tornar soldado. Luandi observava os presos que chegavam: no seu primeiro dia de trabalho, chegou um “rapaz meio amulatado de olhos claros que tinha sido pilhado rondando o armazém dos espanhóis, que ficava perto da delegacia” (EVARISTO, 2003, p. 72). Então ele refletiu:

O momento de que ele mais gostava era quando chegavam os presos. Alguns chegavam assustados, acuados. Outros vinham com as feições carregadas de ódio. Ele ficava encarando um por um na tentativa de descobrir quem era culpado e quem era inocente. Tinha a impressão, às vezes, de que todos eram inocentes, mas ao mesmo tempo culpados. Seu coração doía um pouco. Sentia-se também preso em cada um deles (EVARISTO, 2003, p. 73).

O fato de ele se sentir preso em cada um deles sugere que os rapazes eram negros como ele e como o “rapaz amulatado”, por isso a identificação. Luandi sente que podia estar ali, no lugar deles, como esteve também na primeira noite em que chegou à cidade. Assim como o “rapaz amulatado” fora preso sem motivo, apenas por estar “rondando o armazém”, e Luandi por estar dormindo na estação, fica evidente que havia o fator racial por trás das prisões.

A figura do soldado, segundo Fanon (1968 [1961], p. 28), representa o porta-voz do colonizador e do regime de opressão. A linha divisória (fronteira) do mundo colonizado, dividido em dois, é indicada pelos quartéis e delegacias de polícia. A presença da delegacia, no romance de Conceição Evaristo, explicita essa linha divisória, e o personagem de Luandi demonstra o desejo de ser assimilado, de poder passar para o outro lado desse mundo dividido em dois, tornando-se respeitado no papel de opressor, um desejo que vem acompanhado de sentimentos contraditórios.

Na construção da identidade do homem negro, desde o início da colonização, a contradição esteve presente, segundo pondera o professor

brasileiro Mario Lugarinho (2017). Para o autor, as identidades masculinas sofreram interferências radicais por ocasião da expansão colonial europeia. Na África subsaariana, por exemplo, “a autonomia feminina e os largos arranjos familiares foram esvaziados pela imposição colonial da figura do chefe de família (personagem social quase desconhecido no continente), seguido da redução do grupo à família nuclear” (LUGARINHO, 2017, p. 143). O homem negro africano passou a experimentar uma condição dupla e contraditória: por um lado passou a exercer um protagonismo que antes não possuía (como chefe de família), por outro, foi reduzido a posições subalternas “cúmplices ou marginais àqueles que efetivamente exerciam o poder na colônia (os homens brancos europeus)” (LUGARINHO, 2017, p. 143). No romance, o irmão de Ponciá Vicêncio procura construir sua identidade sempre em relação à de Soldado Nestor, soldado negro que o prendeu na estação, na primeira noite. Mas o que Luandi admirava era a posição de soldado, a voz de comando, que ele associava aos brancos: “Luandi só queria ser soldado. Queria mandar. Prender. Bater. Queria ter a voz alta e forte como a dos brancos” (EVARISTO, 2003, p. 71). Ou seja, a contradição de uma identidade ao mesmo tempo cúmplice do poder do homem branco e marginal a ele.

Luandi, então, se apaixona por Bilisa, mais uma personagem que havia migrado do campo para a cidade. Sua história também é contada:

Viera com a ideia de trabalhar. Trabalhou muito, juntou algum dinheiro com o propósito de voltar à casa dos pais para buscá-los e os irmãos. Um dia, não se sabe como, a caixinha de dinheiro que ela guardava no fundo do armário sumiu. Sumiram as economias, o sacrifício de anos e anos. Bilisa se desesperou. Ninguém entrava em seu quarto a não ser, de vez em quando, o filho da patroa. Sim, ele era o único que entrava lá, às vezes, quando dormia com ela. Só podia ter sido ele a tirar o dinheiro por brincadeira, para assustá-la talvez. A patroa não gostou da suspeita que caiu sobre o seu filho. Quanto a dormir com a empregada, tudo bem. Ela mesma havia pedido ao marido que estimulasse a brincadeira, que incentivasse o filho à investida. O moço namorava firme uma colega de infância, ia casar em breve e a empregada Bilisa era tão limpa e parecia tão ardente. Bilisa não encontrou o dinheiro e nunca mais viu o filho da patroa (EVARISTO, 2003, p. 98).

Bilisa reconhecia que era “ardente” e não se importava que a chamassem de puta. “Putá é gostar do prazer. Eu sou. Putá é esconder no mato com quem eu quero? Eu sou. Putá é não abrir as pernas para quem eu não quero? Eu sou” (EVARISTO, 2003, p. 99). Assim, para recuperar o dinheiro mais rapidamente, em vez de voltar à cozinha, à arrumação da casa, ao tanque, ao ferro de passar roupa, ela decide trabalhar na zona. No entanto, quando conheceu Luandi, já vivia assim há cinco anos e ainda não tinha conseguido juntar dinheiro, pois precisava reparti-lo com o cafetão Negro Climério e com a dona do prostíbulo. Para Simone Schmidt (2016b, p. 18), a história de Bilisa guarda uma aproximação assustadora com a vivência da escravidão, quando mulheres negras eram abusadas pelos seus senhores, homens brancos que eram os únicos sujeitos do desejo⁷⁰. O filho dos patrões de Bilisa personifica esse sujeito, pois a “investida” partira dele, assim como o roubo do dinheiro dela e o posterior desaparecimento (para se casar com a colega provavelmente branca), sempre apoiado e instigado pelos pais. Uma relação hierarquizada que replica a história das relações entre colonizadores e colonizadas, marcada por questões de sexo, gênero e raça. Depois de Bilisa ter vivido como prostituta durante cinco anos, sua história termina de maneira breve e trágica, com a moça sendo assassinada por Negro Climério.

As zonas (ou espaços prostitucionais) costumam ser áreas bem delimitadas nas cidades, espaços também segregados e destinados aos grupos “desviantes”, conforme explicado pela pesquisadora brasileira Diana Ramos (2015). Para a pesquisadora, a segregação urbana pode ser dividida em três vetores, que interagem na constituição dos espaços prostitucionais:

- 1) a segregação por diferenças econômicas e de classe social; 2) a segregação em função de comunidades étnicas e/ou raciais; e 3) a segregação por separações ligadas à moralidade e ao perigo de contágio social em função de grupos considerados ‘desviantes’. Os espaços prostitucionais fazem parte de uma dinâmica recorrente de segregação de práticas e, por meio delas, de indivíduos e grupos considerados

⁷⁰ Essa ideia (dos homens brancos europeus como únicos sujeitos do desejo – e da História) foi elaborada por Denise Ferreira Silva (2006), de acordo com Schmidt (2016b). SILVA, Denise Ferreira da. À brasileira: racialidade e a escrita de um desejo destrutivo. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 14, n.1, p. 62-83, 2006.

marginais. No entanto, vale ressaltar, que mesmo que um desses três vetores atue em destaque, todos eles trabalham de forma integrada na constituição dos espaços prostitucionais. Afinal, essa “cidade maldita”/“região moral”/“gueto está alocada, de forma geral, em áreas desvalorizadas não apenas simbolicamente mas também materialmente: com infraestrutura urbana abandonada, obsoleta, precária ou inexistente (RAMOS, 2015, p. 176-177).

Segundo a autora, quando entrou em vigor a Lei da Vadiagem (1880), que autorizava prender aqueles/as “sem trabalho”, a penalidade recairia principalmente sobre as pessoas negras (que após a Abolição da Escravatura disputariam trabalho com imigrantes europeus/eias incentivados/as a vir para o Brasil), mas recairia também sobre as prostitutas⁷¹. Na classificação e organização dos usos urbanos da cidade, pessoas negras desempregadas e prostitutas precisavam ficar afastadas dos locais de “família”. O local destinado a essas pessoas “impuras” não podia ser o mesmo por onde transitavam as “senhoras”. Assim como os/as doentes, vadios⁷², loucos/as, rebeldes, velhos/as ou menores órfãos/ãs e abandonados/as, essas eram categorias que precisavam ser ocultas, invisibilizadas. “A cidade não fora feita para elas. O espaço que passava a lhes ser reservado não se encaixava dentro do urbano e, quando nele permanecia, eram ali confinadas, segregadas para que não fossem vistas” (LAPA⁷³, 2008, p. 325 apud RAMOS, 2015, p. 158).

Para Ramos, a prostituição é mais tolerada e tem maior duração em bairros em “transformação”, com terrenos vagos, atividades obsoletas ou pouco definidas e com valor imobiliário médio, habitados por uma população desprovida de recursos materiais. Ela cita Gabriela Leite (1992), que foi uma das principais representantes do movimento organizado de prostitutas no Brasil e afirmou que, nas zonas em geral: “as casas estão caindo aos pedaços, e essa falta de manutenção está, invariavelmente, associada à degradação do viver clandestino que é introjetado assim: as prostitutas só podem viver em coisa ruim”

⁷¹ Essa informação, segundo a autora, se baseia em MACIEL, Cleber da Silva. **Discriminações raciais**: negros em Campinas (1888-1926): alguns aspectos. Dissertação (Mestrado em História) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas/Unicamp, Campinas, 1985.

⁷² Não é possível usar vadios/as porque o significado de homens vadios (preguiçosos, ociosos) é diferente do significado de mulheres vadias (putas), ou seja, um sexismo inserido na linguagem.

⁷³ LAPA, José R. do Amaral. **Cidade**: os cantos e os antros. São Paulo, EDUSP: 2008

(LEITE⁷⁴, 1992, p. 126 apud RAMOS, 2015, p. 177).

No romance de Conceição Evaristo, percebe-se a segregação social e urbana de grupos como as prostitutas, a exemplo de Bilisa, que ficam restritas ao espaço da zona, da população negra encarcerada na delegacia onde trabalha Luandi, e das domésticas que, como Ponciá, descem o morro ou atravessam a cidade até a casa das patroas. Todas essas segregações são transpassadas pelo determinante racial.

Com Bilisa assassinada, as histórias tristes sobre a cidade vão se confirmando. Paralelamente ao enredo de Luandi, Ponciá vai se fechando em seu vazio. Já tinha apanhado muito de seu marido, a ponto de sangrar. Ficava sentada à janela do seu barraco, olhando para fora o dia inteiro. “Às vezes, calma, com o olhar perdido, quase rindo, ora agitada como se estivesse tendo visões amargas” (EVARISTO, 2003, p. 108). Esse entrelaçamento de histórias (das prostitutas, dos presos, das domésticas, entre outros) fortalece a impressão de uma voz coletiva no romance, conforme destacado por Adelaide Miranda: “há uma compreensão de que uma visão individual enfraquece a experiência comum a um povo e mascara um problema social como falta pessoal. Assim, o teor crítico da narrativa surge a partir desse sujeito coletivo sobre o qual fala e reclama a mudez de Ponciá” (MIRANDA, 2013, p. 67).

Por fim, a última personagem que vem à cidade é a mãe, Maria Vicêncio, após uma longa espera em que ficou andando de povoado em povoado, como forma de aliviar a angústia. Ela decide viajar após ser aconselhada por Nêngua Kainda, anciã e conselheira da comunidade, que disse ter chegado a hora. Sua viagem faz nova alusão ao navio negreiro: “quando o trem, depois de intermináveis dias e noites, parou na estação, Maria Vicêncio esticou as pernas com dificuldade. Ficara o tempo todo da viagem encolhida com a trouxa no colo, rezando suas orações” (EVARISTO, 2003, p. 115). O acaso faz com que ela se reencontre com Ponciá e Luandi, e os três retornam ao campo.

A recusa de Ponciá à cidade (em vez de se deixar encaixar/adaptar/conformar) – primeiro através do vazio em que ela se fecha e que culmina em sua “loucura”, no final do romance, depois com o retorno ao campo – pode ser entendida como uma recusa à modernidade urbana, à cidade como centro do conhecimento branco e masculino, e essa recusa é uma forma de rearticular as referências estéticas da literatura brasileira contemporânea (MIRANDA, 2013), que costuma mostrar o urbano como o espaço onde os enredos acontecem e

⁷⁴ LEITE, Gabriela. **Eu, mulher da vida**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992.

do qual a trama depende. Conforme citado anteriormente, essa é uma das características da literatura afro-brasileira: a procura por se afastar de linguagens, formas e temas hegemônicos (DUARTE, 2011). Outros elementos que cumprem esse papel, no romance de Conceição Evaristo, são os elementos simbólicos de origem africana, como a proximidade rítmica da narrativa à oralidade da tradição afrodescendente (MIRANDA, 2013) e a presença de símbolos como o arco-íris, também chamado no romance de “angorô multicolorido”, em referência ao mito de Oxumaré, um orixá ligado à transformação e à passagem do tempo – o angorô também pode ser representado pela serpente que morde a própria cauda, simbolizando a circularidade, assim como o enredo do romance, circular, que começa e termina com o arco-íris. No romance, o arco-íris também remete à transexualidade, o que novamente alude à identidade de Oxumaré, que representa a junção do masculino com o feminino.

As referências a elementos da cultura africana na literatura afro-brasileira têm relação direta com os movimentos da diáspora: conforme Eduardo Oliveira (2012), a diáspora africana “produziu suas metonímias em territórios de além-mar, sem duplicar, mas mantendo uma relação trans-histórica e trans-simbólica com os territórios para onde a sorte espalhou seus filhos” (OLIVEIRA, 2012, p. 39), assunto que será abordado a seguir.

4.2 DIÁSPORA AFRICANA, IDENTIDADE NEGRA E VOZ COLETIVA

No Brasil, a diáspora africana teve grandes impactos em função da sua proporção:

Cerca de 4 milhões [de africanos], desembarc[aram] em portos do Brasil. Por isso nenhuma outra região americana esteve tão ligada ao continente africano por meio do tráfico como o Brasil. O dramático deslocamento forçado, por mais de três séculos, uniu para sempre o Brasil à África (ALBUQUERQUE FILHO, 2006, p. 39).

Em *Ponciá Vicêncio*, percebe-se que há um movimento de dar-se conta das opressões vividas pelos/as negros/as no Brasil, das dores e das mazelas que ecoam ainda hoje nos corpos marcados pela raça, ao mesmo tempo em que há um movimento de resgate da força dessa

ancestralidade que vem de além-mar. É um processo duplo, simultâneo, por vezes contraditório para os/as personagens – talvez por isso o tempo de Ponciá seja simultaneamente “lembrado e esquecido” (p. 128), e o olhar da estatueta de Vô Vicêncio, na janela, ao final da narrativa, seja “meio para fora, meio para dentro” (p. 128), do mesmo jeito que o riso dele era “meio riso e meio pranto” (p. 18). São marcas de dualidade que remetem a essa simultaneidade identitária que é a existência hifenizada dos/as afro-brasileiros/as.

Na escrita de Conceição Evaristo, é frequente o emprego de palavras hifenizadas, tanto nos romances, quanto nos contos e poemas da autora. As palavras hifenizadas que ela cria nem sempre remetem à contradição ou à dualidade, mas carregam, na grafia, essa marca da identidade hifenizada, como no poema abaixo, que fala de ancestralidade e é intitulado *Vozes-mulheres*:

A voz de minha bisavó ecoou
criança
nos porões do navio.
Ecoou lamentos
De uma infância perdida.

A voz de minha avó
ecoou obediência
aos *brancos-donos* de tudo.

A voz de minha mãe
ecoou baixinho revolta
No fundo das cozinhas alheias
debaixo das trouxas
roupagens sujas dos brancos
pelo caminho empoeirado
rumo à favela.

A minha voz ainda
ecoa versos perplexos
com rimas de sangue
e
fome.

A voz de minha filha
recorre todas as nossas vozes

recolhe em si
as vozes mudas caladas
engasgadas nas gargantas.

A voz de minha filha
recolhe em si
a fala e o ato.
O ontem – o hoje – o agora.
Na voz de minha filha
se fará ouvir a ressonância
o eco da *vida-liberdade*.

(EVARISTO, 2017, p. 24, grifos meus)

Outro exemplo é o poema intitulado *Eu-mulher*:

Uma gota de leite
me escorre entre os seios.
Uma mancha de sangue
me enfeita entre as pernas.
Meia palavra mordida
me foge da boca.
Vagos desejos insinuam esperanças.
Eu-mulher em rios vermelhos
inauguro a vida.
Em baixa voz
violento os tímpanos do mundo.
Antevejo.
Antecipo.
Antes-vivo
Antes – agora – o que há de vir.
Eu *fêmea-matriz*.
Eu *força-motriz*.
Eu-mulher
abrigo da semente
moto-contínuo
do mundo.

(EVARISTO, 2017, p. 23, grifos meus)

Em *Ponciá Vicêncio* (2003), no entanto, a identidade hifenizada é

carregada de dualidade, desde o arco-íris (um hífen entre gêneros e entre culturas) até o riso-pranto (um hífen entre memórias). A memória é um elemento chave no romance:

Ponciá gastava a vida em recordar a vida. Era também uma forma de viver. Às vezes, era um recordar feito de tão dolorosas, de tão amargas lembranças que lágrimas corriam sobre o seu rosto; outras vezes eram tão doces, tão amenas as recordações que, de seus lábios surgiam sorrisos e risos (EVARISTO, 2003, p. 92).

Nesse trecho, já está presente essa dualidade das memórias. O movimento de se lembrar das opressões vividas pela família logo deixa transparecer que vai para além deles/as, pois, em retumbâncias que se sentem por todo o romance, fala também da história dos/as negros/as. Ao mesmo tempo há o movimento de resgate da força da ancestralidade, que também os/as ultrapassa. Esse resgate das histórias dos/as negros/as aparece em algumas passagens, como quando Luandi retorna à casa pela primeira vez, para procurar a mãe:

Cantou alto uma cantiga que aprendera com o pai, quando eles trabalhavam na terra dos brancos. Era uma canção que os negros mais velhos ensinavam aos mais novos. Eles diziam ser uma cantiga de voltar que os homens, lá na África, entoavam sempre quando estavam regressando da pesca, da caça ou de algum lugar. O pai de Luandi, no dia em que queria agradar à mulher, costumava entoar aquela cantiga ao se aproximar de casa. Luandi não entendia as palavras do canto, sabia, porém, que era uma língua que alguns negros falavam ainda, principalmente os velhos. Era uma cantiga alegre. Luandi, além de cantar, acompanhava o ritmo batendo com as palmas das mãos em um atabaque imaginário. Estava de regresso à terra. Voltava à casa. Chegava cantando, dançando a doce e vitoriosa cantiga de regressar (EVARISTO, 2003, p. 87).

A passagem de cantigas de geração em geração aparece em outro trecho, pelo ponto de vista da mãe de Ponciá, e demonstra essa tradição oral das culturas afrodescendentes: Maria Vicêncio “cantava as cantigas de sua infância, aquelas que tinha aprendido dos mais velhos, no tempo em que era criança. Cantava as que tinha aprendido com a mãe e que

tinha oferecido depois, mais tarde, à filha” (EVARISTO, 2003, p. 84).

Esse olhar para a cultura africana é uma característica da literatura posterior à década de 1970, como explicou, em ensaio, a própria Conceição Evaristo:

A expressividade negra vai ganhar uma nova consciência política sob a inspiração do Movimento Negro Brasileiro, que na década de 1970 volta o seu olhar para a África. O Movimento de Negritude de Leopold Sedar Senghor, Aimé Césaire e outros, tardiamente chegado ao Brasil, vem misturado ao discurso de Patric Lumbumba, Black Panther, Luther King, Malcom X, Angela Davis e das guerras de independência das colônias portuguesas. Amplia-se então um discurso negro, orientado por uma postura ideológica que levará a uma produção literária marcada por uma fala enfática, denunciadora da condição do negro no Brasil e igualmente afirmativa do mundo e das coisas culturais africanas e afro-brasileiras, o que a diferencia de um discurso produzido nas décadas anteriores, carregados de lamentos, mágoa e impotência⁷⁵ (EVARISTO, 2009, p. 25).

É assim que o romance *Ponciá Vicêncio* não se abandona apenas aos lamentos, se concentrando também na força das heranças. Desde o início é anunciada uma herança principal, que Ponciá receberia da família, cheia de simbolismo: a herança do falecido Vô Vicêncio. A história do avô era trágica, ele havia assassinado a esposa e tentado o suicídio num momento de desespero com a vida que levavam, na época da escravidão. Depois disso, o avô tinha enlouquecido, ria e chorava, andando com o braço cotó atrás do corpo, sem a mão que ele amputara na tentativa de tirar a própria vida. Ponciá conviveu com ele apenas enquanto era um bebê de colo, mas se parecia muito com o avô. Quando começou a andar, escondia um braço nas costas e fechava a mãozinha como se fosse cotó. Mais velha, modelou um boneco de barro que era idêntico a ele. Esperava, sem saber o que era, por aquela herança que

⁷⁵ Cabe ressaltar que, conforme a própria autora enfatizou, “embora a década de 1970 tenha sido um período marcante na afirmação dos textos negros, durante toda a formação da literatura brasileira existiram vozes negras desejosas de falar por si e de si” (EVARISTO, 2009, p. 25). Ela destaca as primeiras: Domingos Caldas Barbosa, Luís Gama, Cruz e Sousa, Lima Barreto, assim como a primeira romancista e primeira mulher a escrever um romance abolicionista no Brasil, Maria Firmina dos Reis, autora de “Úrsula”, publicado em 1859.

viria.

Frantz Fanon (2008 [1952]) abordou uma comparação entre o negro e a amputação. Um sobrevivente da guerra do pacífico (provavelmente branco) disse ao irmão de Fanon que aceitasse a sua cor assim como ele aceitava o próprio cotoco. “*Je suis un nègre*”, é a fala do sobrevivente da guerra no original e, na tradução para o português: “somos dois acidentados”. Ou seja, o sobrevivente iguala a raça negra e a amputação. Então Fanon argumenta: “Apesar de tudo, recuso com todas as minhas forças esta amputação. Sinto-me uma alma tão vasta quanto o mundo, verdadeiramente uma alma profunda como o mais profundo dos rios, meu peito tendo uma potência de expansão infinita” (FANON, 2008 [1952], p. 126). No caso de Vô Vicêncio, há um simbolismo muito forte em que ele mesmo se amputa, numa tentativa frustrada de romper com aquela vida que já o amputava sistematicamente.

Ao final da narrativa, depois de Ponciá ter se visto diante de uma cidade segregada e hierarquizada, como foi dito, ela recusa a cidade através da “loucura”. Essa loucura é o ponto de culminância do recebimento da herança de Vô Vicêncio – e aqui está sendo utilizada entre aspas pois é uma loucura cheia de significados e não pode ser resumida a visões estereotipadas de loucura, especialmente aquelas relacionadas, ao longo dos tempos, com o gênero feminino.

Em obra de 1968, Fanon também abordou a temática dos transtornos mentais. O filósofo analisou casos de doentes argelinos/as, um povo que, na época, conduzia a guerra de libertação nacional há sete anos. Segundo Fanon, essa guerra tornou-se “um terreno favorável ao aparecimento de doenças mentais” (FANON, 1968 [1961], p. 213) e as patologias eram produzidas diretamente pela opressão. Algumas argelinas refugiadas apresentavam perturbações mentais em função do parto, o que Fanon relacionou com a atmosfera de insegurança permanente, em consequência do desmembramento familiar ou das condições de êxodo (FANON, 1968 [1961], p. 238). Essas características podem ser relacionadas com a “loucura” de Ponciá, que havia se separado da família ao migrar sozinha para a cidade, onde enfrentaria uma série de opressões diárias. A personagem também havia passado por sete partos e perdido todos os filhos. Sua “loucura”, portanto, tinha relação com a opressão cotidiana e com a herança de opressões enfrentadas pela família e personificadas por Vô Vicêncio, herança que ela temia passar adiante, aos/às filhos/as. Era uma “loucura” que, como dito, simbolizava também a recusa à cidade e, mais do que isso, o ponto de culminância da dualidade das memórias, da consciência

e identidade hifenizadas, do entre-lugar que ela ocupava.

Fanon, em *Pele negra, máscaras brancas* (2008 [1952]), tratou ainda dessa dualidade:

eu era ao mesmo tempo responsável pelo meu corpo, responsável pela minha raça, pelos meus ancestrais. Lancei sobre mim um olhar objetivo, descobri minha negridão, minhas características étnicas, – e então detonaram meu tímpano com a antropofagia, com o atraso mental, o fetichismo, as taras raciais [...] (FANON, 2008 [1952], p. 105-106).

A dualidade das recordações, o olhar para duas direções, foi o que levou Ponciá à “loucura” (sempre representada no romance pelo riso-pranto de Vô Vicêncio, palavra hifenizada que remete à dualidade, à contradição). Assim, pode ser feita também uma relação com a “dupla consciência” de DuBois (1868-1963), sociólogo estadunidense e intelectual negro, autor da obra *The souls of black folk* [As almas da gente negra] (1903): “todos sentem alguma vez sua dualidade – um lado americano, um lado negro; duas almas, dois pensamentos, dois esforços inconciliáveis; dois ideais em guerra em um só corpo escuro, cuja força tenaz é apenas o que a impede de se dilacerar⁷⁶” (DUBOIS, 1903, p. 3). DuBois se refere às subjetividades constituídas em consequência da diáspora africana e da colonialidade. Para o autor, é uma “sensação peculiar, esta dupla consciência, este sentido de sempre olhar para o próprio eu por meio dos olhos de outros, de medir a própria alma pela fita métrica de um mundo que o olha com divertido desdém e pena⁷⁷” (DUBOIS, 1903, p. 3).

Para Paul Gilroy (2001 [1993]), sociólogo inglês, a “dupla consciência” é uma espécie de esforço envolvido em olhar para duas direções simultaneamente.

Esforçar-se por ser ao mesmo tempo europeu e negro requer algumas formas específicas de dupla consciência. Ao dizer isto não pretendo sugerir

⁷⁶ “One ever feels his twoness, — an American, a Negro; two souls, two thoughts, two unreconciled strivings; two warring ideals in one dark body, whose dogged strength alone keeps it from being torn asunder”. Tradução conforme a de Cid Moreira, em *O Atlântico Negro*, de Paul Gilroy.

⁷⁷ “It is a peculiar sensation, this double-consciousness, this sense of always looking at one's self through the eyes of others, of measuring one's soul by the tape of a world that looks on in amused contempt and pity”. Tradução conforme a de Cid Moreira, em *O Atlântico Negro*, de Paul Gilroy.

que assumir uma ou ambas identidades inacabadas esvazie necessariamente os recursos subjetivos de um determinado indivíduo. Entretanto, onde os discursos racista, nacionalista ou etnicamente absolutista orquestram relações políticas de modo que essas identidades pareçam ser mutuamente exclusivas, ocupar o espaço entre elas ou tentar demonstrar sua continuidade tem sido encarado como um ato provocador e mesmo opositor de insubordinação política (GILROY, 2001 [1993], p. 33-34)⁷⁸.

Já para Walter Mignolo (2005), professor argentino que estuda os diferentes aspectos do mundo moderno/colonial e também revisita o conceito de DuBois, “a dupla consciência, em suma, é uma consequência da colonialidade do poder e a manifestação de subjetividades forjadas na diferença colonial”. Segundo o autor, a consciência vivida na diferença colonial⁷⁹ é dupla porque é subalterna. Assim, pode-se afirmar que “a subalternidade colonial gera a diversidade de consciências duplas, não só a afro-americana, que é a experiência de DuBois, mas também ‘a consciência que surgiu em Rigoberta Menchú⁸⁰, (1982) ou ‘a consciência da Nova Mestiça’ em Gloria Anzaldúa⁸¹ (1987)” (MIGNOLO, 2005, p.xxx).

A dupla consciência que se percebe em *Ponciá Vicêncio* é, possivelmente, esta conceituada por Mignolo: a manifestação de

⁷⁸ Paul Gilroy faz uma crítica aos essencialismos e à própria visão de DuBois. Ele diz que a dupla consciência conceituada pelo autor “emerge da simbiose infeliz entre três modos de pensar, ser e ver. O primeiro é racialmente particularista, o segundo, nacionalista, [...]. O terceiro é diaspórico ou hemisférico, as vezes global e ocasionalmente universalista”. Entretanto, Gilroy não desconsidera a novidade e o vigor da obra de DuBois para a modernidade.

⁷⁹ A diferença colonial é uma expressão utilizada pelos/as teóricos/as da inflexão decolonial para designar a exterioridade produzida pela modernidade quando configurou um “nós” moderno, em nome do qual foi possível intervir em territórios, grupos humanos, conhecimentos, corporalidades, subjetividades e práticas que, em oposição, foram definidos como não-modernos/as (RESTREPO; ROJAS, 2010, p. 18).

⁸⁰ Rigoberta Menchú Tum é uma indígena guatemalteca do grupo Quiché-Maia nascida em Chimel, pequeno povoado localizado ao norte da Guatemala. Perseguida, ela fugiu para o México. Tornou-se organizadora no estrangeiro da resistência contra a opressão na Guatemala e a luta para direitos humanos dos índios camponeses. Em 1992 recebeu o Prêmio Nobel da Paz.

⁸¹ Gloria Evangelina Anzaldúa (1942-2004) foi uma escritora e teórica cultural reconhecida internacionalmente, nascida no Texas e autodeclarada mestiça. Ela se identificava como chicana, uma identidade de fronteira – não apenas geográfica mas também linguística e cultural, entre os Estados Unidos e o México.

subjetividades forjadas na diferença colonial. Ela não é literalmente escrava, mas se sente escrava. Ela não sente que pertence ao campo (e à herança direta da escravidão em que a família vivia), tampouco à cidade (e à herança que se disfarça de democracia racial). Sua identidade se faz no entre-lugar: assim como suas heranças foram construídas entre dois continentes. Sua ascendência, no entanto, vai muito além do fato de os/as seus/suas antepassados/as terem sido comercializados/as e escravizados/as por brancos/as, enquanto sua história era sistematicamente apagada, diminuída ou depreciada – ou ainda, nas palavras de Fanon, abolida:

de um dia para o outro, os pretos tiveram de se situar diante de dois sistemas de referência. Sua metafísica ou, menos pretensiosamente, seus costumes e instâncias de referência foram *abolidos* porque estavam em contradição com uma civilização que não conheciam e que lhes foi imposta (FANON, 2008 [1952], p. 104, grifo meu).

O fato de Ponciá construir sua identidade no entre-lugar entre o campo e a cidade (sem pertencer totalmente a um ou ao outro), faz dela também um sujeito diaspórico. São seus deslocamentos que colocam todo esse processo de construção identitária em marcha. Segundo Simone Schmidt (2008), por tomar a estrada, não se fixar, ir, voltar, buscar uma representação de si mesma, Ponciá faz sua identidade no próprio movimento (SCHMIDT, 2008). Então, apesar de Ponciá “recusar” a cidade e voltar ao campo – e embora o seu movimento possa ser encarado como uma fuga das incertezas do entre-lugar – ela já não é a mesma quando volta para casa. Na análise de Schmidt, sair de casa representa, para Ponciá, a busca daquilo por que mais anseia: “a cidade; ainda que frustrante, agressiva, brutal, ela promete a liberdade de uma incessante busca, que apenas se inicia no ato de partir” (SCHMIDT, 2008, p. 26).

Stuart Hall (2006) acreditava que existem questões profundas de transmissão e herança cultural, de relações complexas entre as origens africanas e as dispersões irreversíveis da diáspora. Como foram excluídos/as da corrente cultural dominante, os/as negros/as ocuparam os espaços performáticos da cultura popular negra, sobredeterminados por suas heranças e pelas condições diaspóricas nas quais as conexões foram forjadas. Assim, houve apropriação, cooptação e rearticulação seletiva de ideologias, culturas e instituições, junto a um patrimônio

africano, que

conduziram a inovações linguísticas na estilização retórica do corpo, a formas de ocupar um espaço social alheio, a expressões potencializadas, a estilos de cabelo, a posturas, gingados e maneiras de falar, bem como a meios de constituir e sustentar o companheirismo e a comunidade⁸² (HALL, 2006, p. 324-325).

Para Hall, essa constituição de repertórios culturais negros simultaneamente a partir de duas direções é mais subversiva do que se pensa:

Significa insistir que na cultura popular negra, estritamente falando, em termos etnográficos, não existem formas puras. Todas essas formas são sempre o produto de sincronizações parciais, de engajamentos que atravessam fronteiras culturais, de confluências de mais de uma tradição cultural, de negociação entre posições dominantes e subalternas, de estratégias subterrâneas de recodificação e transcodificação, de significação crítica e do ato de significar a partir de materiais preexistentes (HALL, 2006, p. 325).

Nesse sentido, o autor reconheceu que houve um momento em que foi necessário o “essencialismo estratégico” de Gayatri Spivak (1989), também defendido por bell hooks (1991), de modo a condensar uma série de dimensões no significante “negro/a” visando estratégias políticas que colocavam “eles versus nós”. No entanto, Hall defendeu que esse momento foi substituído por outro, em que, na lógica das formas híbridas e diaspóricas, ocorre um acoplamento de identidades, em vez da oposição binária. Pode-se concluir que o autor, assim, concordou com o conceito de “dupla consciência” explorado por Paul Gilroy, que recusa o binário negro *ou* britânico, porque o “ou” permanece “um local de *contestação constante*, quando o propósito da luta deve ser, ao contrário, substituir o ‘ou’ pela potencialidade e pela possibilidade de um ‘e’” (HALL, 2006, p. 326).

Para Hall,

o momento essencializante é fraco porque

⁸² Hall diz citar Cornel West neste trecho. WEST, Cornel. The new cultura politics of Difference. In: FERGUSON, Russel et al. (Org.). **Out there**: marginalizaion and contemporary cultures. Cambridge: MIT Press/New Museum of Contemporary Arte, 1990.

naturaliza e desestoriza a diferença, confunde o que é histórico e cultural com o que é natural, biológico e genético. No momento em que o significante “negro” é arrancado de seu encaixe histórico, cultural e político, e é alojado em uma categoria racial biologicamente construída, valorizamos, pela inversão, a própria base do racismo que estamos tentando desconstruir. Além disso, como sempre acontece quando naturalizamos categorias históricas (pensem em gênero e sexualidade), fixamos esse significante fora da história, da mudança e da intervenção políticas. E uma vez que ele é fixado, somos tentados a usar ‘negro’ como algo suficiente em si mesmo, para garantir o caráter progressista da política pela qual lutamos sob essa bandeira – como se não tivéssemos nenhuma outra política para discutir, exceto a de que algo é negro ou não é (HALL, 2006, p. 327).

O autor afirmou que existe um conjunto de experiências negras historicamente distintas que contribuem para a constituição de repertórios alternativos em comum, “mas é para a diversidade e não para a homogeneidade da experiência negra que devemos dirigir integralmente a nossa atenção criativa agora” (HALL, 2006, p. 327). Sua proposta é tanto apreciar as diferenças históricas e experiências dentro de (e entre) comunidades e regiões, nas culturas nacionais e entre as diásporas, no campo e na cidade – como no caso de Ponciá Vicêncio –, quanto reconhecer outros tipos de diferença que localizam, situam e posicionam o povo negro.

Nesse sentido, bell hooks (1991) também afirmou que reflexões críticas devem estimular transformações na percepção das possibilidades de identidade negra. Assimilação, imitação da cultura hegemônica (como primeiro desejou Luandi, o irmão de Ponciá) ou adoção do papel do/a Outro/a rebelde e exótico/a não são as únicas opções disponíveis. Por isso, para a autora, é fundamental uma revisão radical da política de identidade, assim como reivindicar o direito à subjetividade sem depender da resposta do/a colonizador/a para determinar legitimidades. Dessa forma, sua proposta pode ser uma forma de afastar-se do sentimento que manifestou DuBois quando disse que sempre “se media pela fita métrica do outro” (DUBOIS, 1903, p. 3).

No final do romance, Ponciá não se enquadra em nenhuma dessas

formas identitárias pré-concebidas ou estáticas nas quais costuma-se enquadrar a mulher negra. Em sua “loucura”, ela passa a caminhar em círculos, como se estivesse moldando, no caminhar, um barro imaginário:

Luandi José Vicêncio olhava o rosto conturbado da irmã, que caminhava em círculos. Ela era bonita, muito bonita. Desde pequena trabalhava tão bem o barro, tinha a arte de modelar a terra bruta nas mãos. Um dia ele voltaria ao povoado e tentaria recolher alguns trabalhos dela e da mãe. Eram trabalhos que contavam partes de uma história. A história dos negros talvez. A irmã tinha os traços e os modos de Vô Vicêncio. Não estranhou a semelhança que se fazia cada vez maior. Bom que ela se fizesse reveladora, se fizesse herdeira de uma história tão sofrida, porque enquanto o sofrimento estivesse na memória de todos, quem sabe não procurariam, nem que fosse pela força do desejo, a criação de outro destino. E ele que queria tanto ser soldado, mandar, bater, prender, de repente descobria de que nada valia a realização de seus desejos, se fossem aqueles os sentidos de sua ação, de sua vida. [...] Ele, que levava tanto tempo desejando a condição de soldado, em poucos minutos escolhia desfazer-se dela. [...] Compreendera que sua vida, um grão de areia lá no fundo do rio, só tomaria corpo, só engrandeceria, se se tornasse matéria argamassa de outras vidas (EVARISTO, 2003, p.126).

Nessa passagem, percebem-se as transformações decorrentes dos deslocamentos tanto de Ponciá quanto de Luandi. Como o romance é narrado em terceira pessoa e possui um/a narrador/a onisciente que circula pelos pontos de vista de diferentes personagens, em diferentes tempos, percebe-se a força de uma voz coletiva e de uma memória coletiva, reforçados no trecho final do parágrafo acima. Além disso, segundo Ana Oliveira e Luciana Delpagne⁸³,

a onisciência e onipresença desta voz, junto à

⁸³ Na data da publicação do artigo, Ana Ximenes G. de Oliveira era mestranda do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal da Paraíba e Luciana Eleonora de Freitas C. Delpagne era professora adjunta do Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas da Universidade Federal da Paraíba.

intercalação do tempo, demonstra uma ideia atemporal da história contada, o que nos possibilita a ilusão da falta de delimitação entre o passado, presente e o futuro, criando essa circularidade que se conclui no final da narrativa, no encontro simbólico com os ancestrais, com as memórias e as histórias que constroem a comunidade (OLIVEIRA; DELPAGNE, 2015, p.186).

O retorno de Ponciá ao campo também marca um movimento de escolha, de apropriação dos seus próprios deslocamentos, em contraposição à trajetória dos deslocamentos forçados que acompanhou a história dos/as negros/as escravizados/as. Voltar às suas terras não significa passividade e conformismo, ainda há possibilidades de articulação e agenciamento. Apesar de a maioria das organizações e movimentos negros terem base urbana, na contemporaneidade, ao longo dos anos a zona rural também se articulou, como explicaram Albuquerque e Filho:

Além de participação ativa no Movimento dos Sem Terra (MST), os negros do campo atuaram em outras frentes. A mobilização das comunidades remanescentes de quilombos é uma das principais novidades do movimento negro contemporâneo. E aqui o sentido de quilombo engloba não apenas as comunidades formadas originalmente por escravos fugitivos, mas também as que surgiram da ocupação das terras de antigas fazendas escravistas, de terras devolutas e das doações de terras feitas a ex-escravos. [...] Levantamento recente mostra que existem mais de duas mil comunidades quilombolas espalhadas pelo país [...] (ALBUQUERQUE; FILHO, 2006, p. 294).

Essa passagem diz respeito à contemporaneidade, porém relembra ocupações e resistências, no campo, à época em que se passa a história de Ponciá, que foram necessárias para construir o momento atual. Com isso em mente, o final do romance não representa uma derrota, mas um retorno para o fortalecimento da família junto ao povoado. Quando a herança de Vô Vicêncio se confirma, a narrativa sugere que a herança transcende a história do avô, ela diz respeito a toda uma memória ancestral:

Maria Vicêncio, agora de olhos abertos, contemplava a filha. A menina continuava bela; no rosto sofrente, feições de mulher. Por alguns momentos, outras faces, não só a de Vô Vicêncio, visitaram o rosto de Ponciá. A mãe reconheceu todas, mesmo aquelas que chegavam de um outro tempo-espço. Lá estava a sua menina única e múltipla (EVARISTO, 2003, p. 125).

Naquelas terras, no povoado, a família havia enterrado seus cordões umbilicais, conforme tradição, o que remete ao enraizamento. Segundo a análise elaborada pela pesquisadora brasileira Aline Arruda (2007), “a tradição de enterrá-lo é um modo de fixar ali as raízes do recém-nascido. Maria Vicêncio, ao repetir o ato ‘benéfico’ de seus ancestrais, perpetua a relação dos seus descendentes com a terra que representa anos de história de seu povo” (ARRUDA, 2007, p. 71), uma relação que as duas mulheres resgatam ao trabalhar o barro em obras de arte. Ali, “em toda casa, em toda fazenda havia uma criação dela e da filha” (EVARISTO, 2003, p. 84). A arte das duas mulheres estava em todo o povoado, o que representa uma tradição das mulheres, uma valorização e um respeito por Maria e Ponciá Vicêncio.

No povoado, junto dos seus, elas talvez pudessem esquecer o contraste que o deslocamento tornara evidente, entre brancos/as e negros/as, lembrete constante das relações de poder, conforme pontuado por bell hooks (1991), que narra a sensação que tinha ao voltar para casa, sendo ela uma mulher negra:

Ah! Aquela sensação de segurança, de chegada, de voltar para casa quando finalmente alcançávamos as bordas do terreno, quando podíamos ver o rosto negro do nosso avô, Daddy Gus, sentado na sua cadeira na varanda, sentir o cheiro do seu cigarro e descansar no seu colo. Que contraste, a ternura desse sentimento de chegada em casa com o amargor da viagem, aquele constante lembrete do poder e do controle brancos⁸⁴ (HOOKS, 1991, p. 41, tradução minha).

⁸⁴ “*Oh! That feeling of safety, of arrival, of homecoming when we finally reached the edges of her yard, when we could see soot black face of our grandfather, Daddy Gus, sitting in his chair on the porch, smell his cigar, and rest on his lap. Such a contrast, that feeling of arrival, of homecoming, this sweetness and the bitterness of that journey, that constant reminder of white power and control*”.

No final do romance, então, fica uma espécie de “dupla consciência”, em que há uma dualidade entre o entendimento e a esperança, tão característica das obras de Conceição. Essa “dupla consciência” é simbolizada também pelo arco-íris, palavra hifenizada que, no romance, remeteu tanto às identidades diaspóricas quanto às identidades de gênero:

E do tempo lembrado e esquecido de Ponciá Vicêncio, uma imagem se presentificava pela força mesma do peso de seu vestígio: Vô Vicêncio. Do peitoril da pequena janela, a estatueta do homem-barro enviesada olhava meio para fora, meio para dentro, também chorando, rindo e assistindo a tudo.

Lá fora, no céu cor de íris, um enorme angorô multicolorido se diluía lentamente, enquanto Ponciá Vicêncio, elo e herança de uma memória reencontrada pelos seus, não se perderia jamais, se guardaria nas águas do rio (EVARISTO, 2003, p. 128).

Ponciá Vicêncio é um romance que, diferentemente das demais narrativas da autora, citadas na seção anterior, não se embrenha pelos becos da cidade e não circula pelo exímio espaço entre os barracos. A cidade não está presente enquanto materialidade como em *Becos da memória*, ou na obra de Carolina Maria de Jesus, *Quarto de despejo*. Mas a cidade é sentida no fundo das motivações dos deslocamentos de Ponciá, que são a força motriz do romance. A narrativa se passa em outro plano, entre cidades e entre continentes. Aqui, a diáspora africana e as questões de identidades e subjetividades forjadas na colonialidade aparecem com mais intensidade. No entanto, justamente por abordar diferentes escalas, as três obras de Conceição Evaristo mencionadas oferecem perspectivas para análise que relacionam as mulheres negras e as cidades brasileiras desde o ponto de ônibus de Maria (em *Olhos d'água*), passando pelos becos de Ditinha (em *Becos da memória*) até as retumbâncias que as ultrapassam, em Ponciá, e falam, para além de todas elas, de uma voz e uma memória coletivas. No que diz respeito às escalas, também fica claro aqui como a análise do romance *Quarenta dias* (2014), no capítulo anterior, falava de uma escala mais relativa à pedestre, à andariilha, às calçadas, enquanto a análise de *Ponciá Vicêncio* (2003) enfocou uma escala mais macro. Agora, no próximo capítulo, será abordada uma escala mais global, referente aos deslocamentos transnacionais, no romance *Algum lugar* (2009).

5 *ALGUM LUGAR, DE PALOMA VIDAL: O MUNDO*

Algum lugar é um romance publicado em 2009, escrito por Paloma Vidal. Nascida em 1975, na Argentina, a escritora, crítica, tradutora e professora mora no Brasil desde os dois anos de idade, primeiro no Rio de Janeiro e atualmente em São Paulo. Ela nunca se naturalizou brasileira, pelo contrário, apropriou-se da condição de estar entre duas línguas e duas culturas. No período de 2002 a 2006, a autora cursou o doutorado na PUC-RJ, com parte da pesquisa feita em Los Angeles, Estados Unidos, onde escreveu *Algum lugar* (2009), seu primeiro romance. Assim, percebe-se que elementos autobiográficos alimentam o universo ficcional do romance, já que, nele, a personagem principal também se muda para Los Angeles em função do doutorado. As referências são explícitas, especialmente quando a personagem constata a coincidência de encontrar um médico, nos Estados Unidos, que se chame Mr. Vidal e seja argentino (VIDAL, 2009, p. 45).

Desde a vinda para o Brasil com os pais, perseguidos pela ditadura na Argentina, até o doutorado no exterior, passando por duas graduações em áreas diferentes (Letras, em 1999, e Filosofia, em 2006, ambas pela UFRJ), a biografia de Paloma Vidal é composta de trânsitos que ela incorpora nas suas obras. Em seu primeiro livro de contos *A duas mãos* (2003), ela já se debruçou sobre questões relativas a viagens, deslocamentos e exílio. No conto intitulado *Tempo de partir*, por exemplo, a protagonista pensa em “portunhol”, misturando os idiomas português e espanhol (ENCICLOPÉDIA, 2017).

A autora também publicou o romance *Mar azul* (2012) e os livros de contos *Mais ao sul* (2008), *Ghosts* (2014) e *Dupla exposição* (2016), além de livros de poesias, ensaios e peças de teatro. Em 2007 recebeu a bolsa de criação literária do Programa Petrobrás Cultural, com a qual produziu a obra *Algum lugar* (2009). Atualmente, ela é professora de Teoria Literária na Universidade Federal de São Paulo. Em sua trajetória acadêmica também trabalhou com os temas exílio, imigração e viagem, além de escritas do eu e fronteiras dos gêneros, como ela própria define.

O romance é escrito intercalando a narração em primeira, segunda e terceira pessoa. Sua estrutura se assemelha muito com um diário, característica já comentada no capítulo referente ao romance *Quarenta dias* (2014), de Maria Valéria Rezende. No entanto, a estrutura se difere, em *Algum lugar* (2009), pois os trechos são mais entrecortados, podendo estar fazendo referência à obra *Rua de mão*

única (1987), de Walter Benjamin (1892-1940). Conforme explicam as professoras brasileiras Joice Muzi, Wilma Coqueiro e Lúcia Zolin, no interior do próprio romance há sugestões metalinguísticas de que a escolha por essa estrutura narrativa pode ter sido inspirada pela obra de Benjamin (MUZI; COQUEIRO; ZOLIN, 2014, p. 436). A análise de Muzi, Coqueiro e Zolin (2014) se baseia no artigo de Maurício dos Santos Gomes⁸⁵ (2012), que reflete sobre *Rua de mão única* como uma forma de impasse do escritor frente à “escrita da cidade”, entendida a partir da perspectiva de Willi Bolle⁸⁶ (2000), como “uma imensa constelação de textos” (outdoors, tabuletas, anúncios, folhetos, manchetes, luminosos, etc), que impõe a distração e a leitura acrítica como modo de vivenciar a cidade e relativiza o conceito de cultura literária (GOMES, 2012). Outra semelhança entre as obras de Benjamin e de Vidal é a intercalação da descrição de sonhos aos fragmentos (MUZI; COQUEIRO; ZOLIN, 2014).

Além disso, a personagem de *Algum lugar* também reflete sobre o prefácio de Susan Sontag à obra de Benjamin e fica capturada pela mistura de dois idiomas: “*he was what the French called un triste* [ele era o que os franceses chamavam de um triste]” (VIDAL, 2009, p. 24). No prefácio de Sontag, também há a promessa de “um texto mais subjetivo do que crítico, ou melhor, um texto em que subjetividade e crítica são uma coisa só porque entende que a vida e o trabalho são uma coisa só” (VIDAL, 2009, p. 25), como parece ser também o caso do romance escrito por Paloma Vidal. “A subjetividade é, certamente, uma das características primordiais do romance da escritora argentino-brasileira” (MUZI; COQUEIRO; ZOLIN, 2014, p. 437). É um texto que, por vezes, captura notas rápidas, reflexivas, enquanto em outros momentos tenta revirar ou guardar memórias. Tudo isso em meio aos trânsitos e deslocamentos que aparecem desde o título dos capítulos (“Los Angeles”, “Rio de Janeiro” e “Los Angeles”) e trazem à tona as questões sobre diásporas, desenraizamento, imperialismo, muros, fronteiras e tradução cultural.

5.1 MUROS E FRONTEIRAS TRANSNACIONAIS

No romance *Algum lugar* (2009), a personagem, da qual não

⁸⁵ Na data da publicação do artigo, Maurício dos Santos Gomes era graduando em letras pela UFRGS.

⁸⁶ BOLLE, Willi. **Fisiognomia da metrópole moderna**: representação da história em Walter Benjamin. São Paulo: EDUSP, 2000.

sabemos o nome, se muda com o marido para Los Angeles. Nota-se que há uma desconexão entre o casal, sugerida pelo desencontro ainda no aeroporto, ao chegarem na cidade em voos separados. O aeroporto é descrito como um lugar inóspito, que quer expulsar as pessoas dali, conforme já citado no capítulo 2 desta dissertação, quando abordou-se o tema dos não lugares. No carro, a caminho do quarto que alugaram no centro da cidade, o casal também está distante, e ela abre a janela para se entregar à paisagem:

[abri] a janela para me entregar à paisagem transparente que a cidade oferece, seduzindo-me com uma familiaridade simulada, de casas baixas e palmeiras, lojas e marcas conhecidas, de longas avenidas sob um céu perfeitamente azul. Deixarei que ela me conduza com sua geometria cinematográfica, abandonando a impressão perturbadora do aeroporto com uma sensação de reconhecimento que nesse instante me confortará (VIDAL, 2009, p. 17).

Aqui, nesse primeiro contato com a cidade através da janela do carro, sua impressão é completamente oposta à impressão de Alice, de *Quarenta dias* (2014). Na mesma situação, quando chegou em Porto Alegre, Alice olhava pela janela do carro e tinha a impressão de que as ruas eram todas iguais e era como se ela estivesse em cidade nenhuma. Já a personagem de *Algum lugar* reconhece uma “familiaridade simulada”, paisagens que provavelmente já foram vistas em filmes, séries, notícias e representações – se não aquelas, outras iguais –, cenários que são, ao mesmo tempo, reproduções e fabricações de cidade. Naquela “geometria cinematográfica”, as lojas e marcas eram conhecidas, como se espera de uma cidade cosmopolita de um país que exporta lojas, marcas, produtos e ideais. Por isso, algumas páginas adiante, a personagem se pergunta: “será nossa viagem mais uma versão do sonho americano?” (VIDAL, 2009, p. 23).

A cidade é, então, apresentada através do olhar dessa mulher:

Em Los Angeles as avenidas não são exatamente vias de transporte; para se locomover, existem as *freeways*, que conformam um mapa sobreposto à cidade, um mapa próprio, com suas entradas e saídas que guardam uma relação apenas tangencial com o desenho quadriculado, remanescente de uma cidade em que a calçada fazia algum sentido (VIDAL, 2009, p. 19).

Há uma dificuldade de se deslocar a pé, em razão da falta de calçadas nas vias principais. Assim, a personagem lê, no guia turístico, que Los Angeles não é uma cidade fácil de compreender. A chave para entendê-la e apreciá-la, segundo consta no guia, seria descartar a noção de que Los Angeles sequer é uma cidade.

Essa dificuldade de se deslocar a pé aparece em vários momentos da narrativa, como neste trecho: “as ruas desertas intimidam, como se ao andar estivéssemos fazendo algo proibido. As distâncias parecem maiores do que são” (VIDAL, 2009, p. 36). E neste trecho: “se a cidade fosse outra, poderia andar até lá [até o museu]. É uma linha reta, mas o que significa nessa cidade uma linha reta entre um ponto e outro? Quantos viadutos, avenidas impossíveis de atravessar, ruas sem calçadas haverá até lá?” (VIDAL, 2009, p. 38).

Lauren Elkin escreveu, em *Flâneuse* (2016), sobre as cidades onde as pessoas só se deslocam de carro e as calçadas são inexistentes. Ela se referia aos subúrbios de Long Island, NY, com particularidades que se diferem de Los Angeles, mas a observação sobre a inexistência das calçadas se aplica ao que a personagem de *Algum lugar* observou. Segundo Elkin, é chocante ver uma pedestre nessas ruas sem calçada. Se alguém não possui carro, essa pessoa pertence a uma classe inferior, uma “casta de intocáveis” visível apenas quando eles estão deslocados (*out of place*), andando na lateral de uma rodovia em que todo mundo passa de carro (ELKIN, 2016, p. 22).

A questão aqui, novamente, não é apenas a mobilidade, mas também a dificuldade da personagem de se apropriar daquelas ruas sem calçadas, enquanto sujeito diaspórico a procura de pertencimento. Como metáfora, essa dificuldade pode ser encarada como representativa do país desenvolvido que não quer enxergar os/as outros/as, os/as imigrantes, as minorias, seus hábitos e culturas. “Quem vai me enxergar da velocidade do seu carro?” (VIDAL, 2009, p. 39). Uma modernidade veloz se sobrepõe à cidade e atropela a escala humana, a escala da calçada, abordada quando se falou sobre o romance *Quarenta dias* (2014) – e aqui pode ser feito um paralelo com as identidades invisibilizadas mencionadas naquele capítulo, essa “casta de intocáveis” e invisíveis (ELKIN, 2016) são as pessoas em situação de rua, os/as imigrantes, o “refúgio humano” (BAUMAN, 2005; ACHUGAR, 2008), aqui vistos em relação com uma escala global.

Assim, ainda que os deslocamentos transnacionais apareçam com frequência na literatura contemporânea de autoria feminina e ofereçam possibilidades de questionar estruturas fixas – os

deslocamentos costumam ser em direção a metrópoles, onde é cada vez mais difícil confinar as mulheres na esfera doméstica ou em comportamentos normativos (MASSEY, 2009 [1994]) –, mesmo quando não há barreiras físicas, espaciais ou geográficas, os deslocamentos transnacionais podem esconder, sob essa falsa impressão de cosmopolitismo e multiplicidade, barreiras de moral, de costumes, de língua, de estereótipos com relação ao que é estrangeiro e diferente. Afinal, a palavra globalização, utilizada com frequência e de modo acrítico, compreende também um imperialismo contemporâneo, com exploração de mão de obra, políticas anti-imigração, xenofobia, tráfico de mulheres, entre outros.

Segundo Edward Said (2011 [1993]), imperialismo é uma palavra e uma ideia controversa, tão carregada de dúvidas e premissas que se torna difícil empregá-la. Há questionamentos a respeito do fim do imperialismo, quando ocorreu, e se a palavra pode de fato ser aplicada aos Estados Unidos. Porém, é possível afirmar que “num nível muito básico, imperialismo significa pensar, colonizar, controlar terras que não são nossas, que estão distantes, que são possuídas e habitadas por outros” (SAID, 2011 [1993], p. 39).

O imperialismo clássico é associado principalmente à França e à Grã-Bretanha, no século XIX. No início do século XX, a Europa detinha aproximadamente 85% do mundo. Mesmo que esse grande imperialismo clássico tenha chegado ao fim, formalmente, com o desmantelamento das grandes estruturas coloniais após a Segunda Guerra, sua influência cultural, ideológica e política nos territórios das ex-colônias permanece e é perceptível até o presente (SAID, 2011 [1993], p. 40). Já os Estados Unidos, que utilizaram o discurso do altruísmo e do senso de oportunidade americanos, da prática do bem e da luta pela liberdade, evitaram ser vistos como imperialistas em questões culturais, políticas e históricas, apesar de, desde o início, se fundarem na ideia de um império que se expandiria em território, força e poder (SAID, 2011 [1993], p. 41-42).

Para Said, o imperialismo não terminou:

Em nossa época, o colonialismo direto se extinguiu em boa medida; o imperialismo, como veremos, sobrevive onde sempre existiu, numa espécie de esfera cultural geral, bem como em determinadas práticas políticas, ideológicas, econômicas e sociais.

Nem o imperialismo nem o colonialismo é um simples ato de acumulação e aquisição. Ambos

são sustentados e talvez impelidos por potentes formações ideológicas que incluem a noção de que certos territórios e povos *precisam* e imploram pela dominação, bem como formas de conhecimento filiadas à dominação [...] (SAID, 2011 [1993], p. 42-43).

Said abordou as formas como o imperialismo se dá não apenas através de questões políticas e econômicas, mas também através da cultura. Segundo ele, o grande romance realista europeu tinha como um de seus principais objetivos sustentar o consentimento da sociedade com a expansão ultramarina, disfarçada de filantropia, religião, ciência e arte (SAID, 2011 [1993], p. 47). Por isso seria importante ter em vista o contexto nacional e internacional ao analisar romances,

e compreender essa ligação não significa reduzir ou diminuir o valor dos romances como obras de arte: pelo contrário, devido à sua *concretude*, devido a suas complexas filiações a seu quadro real eles são *mais* interessantes e *mais* preciosos como obras de arte (SAID, 2011 [1993], p. 48).

Desse modo, o autor argumentou a favor de uma conscientização que vá além da diferenciação entre as culturas, mas que identifique os pontos em que elas são estruturas de autoridade e de participação criadas pelas pessoas, com entrecruzamentos e dependências mútuas. A esse propósito, Said apontou a importância de filósofos como Jean-François Lyotard e Michel Foucault, “apóstolos do radicalismo e da insurreição intelectual” (SAID, 2011 [1993], p. 67), assim como dos escritores pós-coloniais que trabalharam com a reinterpretação e a representação de experiências coloniais: Rushdie, Derek Walcott, Aimé Césaire, Chinua Achebe, Pablo Neruda, Brien Friel (SAID, 2011 [1993], p. 73). Frantz Fanon, autor trabalhado no capítulo 4 desta dissertação, foi citado por Said como alguém que procurou enxergar para além das afirmações nacionalistas que se seguiram ao imperialismo clássico (SAID, 2011 [1993], p. 85).

O imperialismo, para Said, possui tendências separatistas, essencializantes e dominadoras. Há um sentimento extremamente desenvolvido de que o Ocidente detém a exclusividade das realizações culturais e há uma visão bastante limitada do resto do mundo. “Em vez de afirmar a interdependência das várias histórias e a necessária *interação* das sociedades contemporâneas, a separação retórica das culturas assegurou uma criminoso disputa imperial *entre* elas” (SAID,

2011 [1993], p. 83).

A respeito dos Estados Unidos, Said escreveu:

Os Estados Unidos não são apenas um país de grandes dimensões. São a última superpotência, uma potência de enorme influência, frequentemente intervencionista em todas as partes do mundo. [...] Os Estados Unidos substituíram os grandes impérios anteriores e eles são a força externa dominante na América Central e na América Latina – para mencionar os mais óbvios –, bem como no Oriente Médio, na África e na Ásia (SAID, 2011 [1993], p. 107).

Para Said, as políticas estadunidenses ao redor do mundo só podem ser qualificadas como imperialistas. As intervenções militares estadunidenses desde a Segunda Guerra ocorreram e ainda ocorrem em quase todos os continentes, e muitas delas são de grande extensão e complexidade. Tudo isso sob uma falsa aparência de busca pela liberdade e pela democracia, contra as quais Said acreditava que havia espaço para “razoável ceticismo” (SAID, 2011 [1993], p. 107-108).

Em *Algum lugar* (2009), o imperialismo estadunidense aparece sugerido de várias maneiras. A primeira delas, como mencionado, está na possível metáfora das *freeways* que se sobrepõem ao traçado da cidade e atropelam a escala humana e as identidades invisibilizadas, como a dos/as imigrantes. Mas o imperialismo também aparece numa série de referências à guerra no Iraque, que a personagem principal constantemente via nos noticiários da televisão:

Dezenas de canais de vendas oferecem inutilidades. Dezenas de canais de notícias, todos falando da mesma coisa, do mesmo jeito: a guerra do Iraque, nossos mortos no Iraque, como sair do Iraque. A abordagem parece irreal. *Iraq War* pisca na tela como o letreiro de uma nova estreia (VIDAL, 2009, p. 18).

A forma como as notícias de guerras em letreiros luminosos e os canais que anunciam produtos inúteis estão associados é uma crítica que relaciona o imperialismo bélico estadunidense ao pensamento capitalista e consumista. Os letreiros luminosos remetem ao cinema e às estreias em Los Angeles, de onde a personagem assiste ao noticiário. A abordagem leva em conta apenas os “nossos” mortos no Iraque, sem considerar o outro lado. Em outro trecho, a personagem mostra como a

questão territorial é apresentada:

Há uma leitura de mapas, gráficos, fotos aéreas a ser feita. Todo um território demarcado por signos mortíferos a ser reconhecido. Os vales do Tigres e Eufrates são áreas de combate sobre as quais se desenham triângulos, círculos com um ponto no meio, cruzinhas, para marcar os ataques aéreos, a localização da artilharia, as áreas afetadas (VIDAL, 2009, p. 30).

A personagem também comenta a necessidade estadunidense de ser sempre o centro e de que o mundo inteiro esteja atento ao resultado das eleições presidenciais no país. Algo que ela define como uma “voracidade” (VIDAL, 2009, p. 51). Depois, fica evidente no romance o que Said (2011 [1993]) chamou de tendências separatistas, essencializantes e dominadoras características do imperialismo:

No rádio, o presidente fala de uma linha divisória. Não entre nações, entre religiões, entre culturas, ele diz. É uma linha que divide a civilização e o terror. Não há terreno neutro, ele repete, entre bem e mal, entre liberdade e escravidão, entre vida e morte. E conclui: *they will face their day of justice* [eles enfrentarão seu dia de justiça] (VIDAL, 2009, p. 88).

A lógica aqui é a mesma que norteou a colonização, criando oposicionismos entre civilização e barbárie para justificar a empreitada colonial. O presidente traça uma linha divisória clara entre o “nós” e o “eles/as”, a mesma lógica utilizada pelo governo Reagan, em 1986, quando atacou a Líbia em um “golpe contra o terrorismo”, segundo Said (2011 [1993]). O ataque foi programado para ocorrer exatamente no horário nobre do noticiário estadunidense. Seguiu-se uma resposta, no mundo muçulmano, que fazia um apelo ao “islã” e gerou uma série de imagens, textos e posturas, no “Ocidente”, ressaltando o valor da “nossa” herança judaico-cristã (ocidental, liberal e democrática) em oposição à maldade, à crueldade e à imaturidade da herança “deles/as” (islâmica e do Terceiro Mundo) (SAID, 2011 [1993], p. 497). A personagem de *Algum lugar* reflete, depois, sobre a seguinte contradição: segundo as pesquisas, mais da metade da população estadunidense acha que a invasão do Iraque foi um erro, porém a maioria das intenções de voto vão para a reeleição do presidente responsável por essa invasão (VIDAL, 2009, p. 106).

Na atualidade, os discursos que marginalizam os/as estrangeiros/as, na “guerra contra o terror”, ainda prevalecem. É nesse cenário que a personagem do romance se encontra e com o qual tenta criar alguma conexão. Sendo uma imigrante, ela oscila entre o estranhamento pela cidade que não a acolhe e o desejo de pertencimento. De acordo com dados da *International Organization for Migration*, em 2015, havia mais de 46 milhões de imigrantes nos Estados Unidos, o equivalente a 14,49% da população residente no país naquele ano (IOM, 2015). Carlos Vainer (1998), economista e sociólogo brasileiro, observou que, quando se fala em migração, é comum, no entanto, que ocorra um silenciamento dos deslocamentos forçados, entre os quais estão aqueles provocados por guerras, como as guerras nas quais os próprios Estados Unidos estão envolvidos.

Segundo Vainer (1998), na primeira metade do século XX, 115 milhões de pessoas foram deslocadas por guerras⁸⁷. Em 2016, a ONU estimou que existiam 65,6 milhões de refugiados/as entre a população global (ACNUR, 2017). Além das guerras, o Banco Mundial calculou que a construção de grandes barragens e os grandes projetos urbanos e viários, em todo o mundo, deslocavam compulsoriamente 10 milhões de pessoas por ano em 1998 (VAINER, 1998, p. 828-829). Para o Banco Mundial, esses reassentamentos involuntários são necessários para o desenvolvimento, o que levou Vainer a classificar os/as refugiados/as em dois tipos: os/as refugiados/as de guerra e os/as refugiados/as do desenvolvimento.

Diante da quantidade de mexicanos/as impedidos/as de entrar nos Estados Unidos ou expulsos/as de lá, assim como da quantidade de turcos/as e norte-africanos/as impedidos/as de entrar na Europa Ocidental, listando apenas alguns exemplos, Vainer contestou o pressuposto ideológico que sustenta o conceito universal da teoria migratória, ancorado na “famosa” liberdade de ir e vir, “representada como conquista fundamental, e verdadeiro mito de origem, da sociedade burguesa” (VAINER, 1998, p. 820).

Segundo o autor, desde 1970, cresceram as restrições à entrada de migrantes nos países dominantes. Os dados da IOM apontam que, entre 2014 e 2017, mais de 22.500⁸⁸ mortes e desaparecimentos de migrantes

⁸⁷ O autor cita como fonte dos dados GAUDEMAR, J. *Mobilité du travail e accumulation du capital*. Paris: François Maspéro, 1976.

⁸⁸ Segundo a IOM, o número poderia ser ainda maior, mas muitas mortes não são registradas. Isso ocorre porque, às vezes, essas mortes acontecem em regiões remotas do mundo, porém em outros casos é porque não existe prioridade na coleta desses dados pelas autoridades nacionais (IOM, 2017).

foram registrados globalmente nas fronteiras entre os países. A maior ocorrência de mortes se deu na região do Mediterrâneo, porém na fronteira entre o México e os Estados Unidos, somente no primeiro semestre de 2017 já ocorreram 148 mortes (IOM, 2017). As principais causas de morte são desidratação, hipotermia e afogamento, mas também ocorreram mortes por acidente de carro, queda do muro na fronteira e assassinato pela patrulha estadunidense (IOM, 2016).

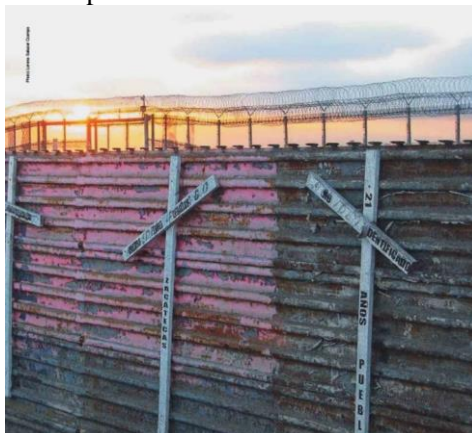
Segundo a IOM, o risco envolvido na migração ilegal é frequentemente gendrado. Além dos riscos das travessias, as mulheres ainda estão expostas às violências de gênero, em todas as etapas do processo, não importando a idade ou o estado civil. A discriminação é dupla: relativa ao gênero e à condição ilegal, o que as torna mais expostas ao risco de abusos e de morte. Mulheres são frequentemente forçadas a “oferecer serviços sexuais” quando negociam a travessia, caso reportado por 60% das mulheres que viajaram pelo México em 2010⁸⁹. Há registros de mulheres que foram mortas ao resistir à violência sexual e ao estupro. Além disso, as mulheres também estão mais expostas ao risco de tráfico de pessoas (IOM, 2017).

Estima-se que entre o México e os Estados Unidos, todos os anos, 150 mil imigrantes ilegais cruzam a fronteira em direção ao norte. A maioria desses/as imigrantes é proveniente das Américas Central e do Sul, mas, em menor grau, há aqueles/as que vêm de outras regiões como a Ásia e a África. A fronteira entre o México e os Estados Unidos, com 3.141km, é a mais transitada em todo o mundo, o que faz com que o México tenha estreita ligação econômica, política e social com a migração, conforme observam os pesquisadores mexicanos Thomas Weiss e Pedro Chaltelt (2011).

Nessa fronteira, o presidente estadunidense Donald Trump propôs, em 2016, a construção de um muro que possa barrar a entrada dos/as imigrantes, maior e mais resistente do que os muros que já existem em alguns trechos, como mostra a imagem a seguir, da fronteira entre Tijuana e San Diego, onde foram colocadas cruzes em memória dos/as migrantes mortos/as na tentativa de atravessar em direção aos Estados Unidos.

⁸⁹ Dados da Anistia Internacional, segundo a International Organization for Migration (IOM, 2017).

Figura 3 – Muro na fronteira entre Tijuana e San Diego. Foto de Lorena Salazar Ocampo.



Fonte: IOM, 2017, p. 9.

Outras fronteiras ao redor do mundo que possuem muros são Israel e Cisjordânia, com 730km de muros, Espanha e Marrocos, Grécia e Turquia, Coréia do Norte e Coréia do Sul, por exemplo. Além desses, há outros muros menos visíveis, como os muros das penitenciárias que, como exposto no capítulo anterior, funcionam de forma a segregar a população indesejada, entre os quais estão também os/as imigrantes, que são criminalizados/as nos países dominantes. E há ainda os muros “invisíveis”, de preconceito e segregação social refletidos no traçado urbano, como apareceu nos romances analisados anteriormente e aparece também em *Algum lugar* (2009): “descendo em direção ao sul, longe da praia, onde moram os mexicanos, os negros e, mais recentemente, os asiáticos, o abandono” (VIDAL, 2009, p. 92).

O sociólogo português Boaventura de Sousa Santos (2007) chamou esses diversos muros de linhas abissais, um sistema de divisões visíveis e invisíveis apartadas por um abismo que fundamentou o pensamento moderno ocidental. Segundo o autor, a característica fundamental do pensamento abissal é a impossibilidade de co-presença dos dois lados da linha que divide a realidade social entre “este lado” e o “outro lado”. A partir do século XVI, a linha global determinou a divisão entre o Velho e o Novo Mundo (as metrópoles e as colônias) e, desde então, sua posição é fortemente demarcada e vigiada, ainda que tenha sofrido deslocamentos ao longo do período moderno. Nos últimos sessenta anos, conforme explica Santos, essas linhas sofreram dois

grandes abalos: o primeiro se deu com as lutas anticoloniais e os processos de independência das antigas colônias, o segundo segue na direção oposta, é a expansão da lógica colonizadora fundamentada em apropriação/violência. Esse segundo movimento aparece quando as figuras dos/as terroristas, dos/as imigrantes indocumentados/as e dos/as refugiados/as oferecem ameaças de se “intrometer” nas sociedades metropolitanas – “cada um deles traz consigo a linha abissal global que define a exclusão radical e a inexistência jurídica” (SANTOS, 2007, p. 78). Para o autor, a nova onda de leis de imigração e antiterrorismo seguem a lógica do paradigma apropriação/violência. A grande transgressão desempenhada pelas figuras do/a terrorista, do/a imigrante e do/a refugiado/a é que, no período colonial clássico, os/as colonizados/as não podiam ingressar na metrópole, a não ser por iniciativa do/a colonizador/a (escravizados/as, por exemplo). Hoje, esses sujeitos possuem maior mobilidade, o que leva as metrópoles a remarcarem as linhas abissais, numa distância curta o bastante para garantir segurança, recorrendo à lógica da apropriação/violência como se fosse uma resposta à intromissão do seu espaço.

Assim, direitos humanos são violados para que possam ser defendidos, a democracia é destruída para que se garanta sua salvaguarda e a vida é eliminada em nome da sua preservação. Linhas abissais são traçadas tanto no sentido literal quanto no metafórico. No sentido literal, são linhas que demarcam fronteiras como vedações e campos de morte; divide, cidades em zonas civilizadas (condomínios fechados em profusão) e zonas selvagens, e distinguem prisões como locais de detenção legal à margem da lei (SANTOS, 2007, p. 79).

Em *Algum lugar* (2009), os/as personagens são majoritariamente imigrantes: o amigo chileno que empresta o carro ao casal, a colega colombiana que se torna vizinha, a colega coreana na universidade (Luci), o médico argentino, o professor argentino (Pablo), as alunas peruanas, a namorada equatoriana do porteiro do prédio. Por isso a personagem principal afirma: “se depender de Los Angeles, nosso inglês permanecerá eternamente como é: uma língua básica, latinizada, de passagem” (VIDAL, 2009, p. 21).

Los Angeles é uma cidade que parece exemplificar claramente o que Zygmunt Bauman definiu da seguinte forma: “a cidade é um espaço em que os estrangeiros existem e se movem em estreito contato”

(BAUMAN, 2009, p. 13). Segundo o autor, essa “onipresença de estrangeiros, tão visíveis e tão próximos, acrescenta uma notável dose de inquietação às aspirações e ocupações dos habitantes da cidade” (BAUMAN, 2009, p. 14), o que se torna uma grande fonte de ansiedade e agressividade. O medo do desconhecido, assim, se volta contra esses sujeitos estrangeiros que são a encarnação da não-familiaridade e da opacidade (BAUMAN, 2009, p. 14). Para Bauman, esse é um dos motivos pelos quais, nas grandes cidades, prolifera a arquitetura do medo, feita com muros, câmeras e outros aparatos de segurança, engenhos “à prova de mendigos/as”, ilhas de isolamento em condomínios fechados para aqueles/as que têm condições financeiras e que querem confinar a diferença do lado de fora. A tendência a segregar manifesta-se de maneira brutal em São Paulo, por exemplo, mas aparece, mesmo que mais atenuada, na maioria das metrópoles (BAUMAN, 2009, p. 16), o que só alimenta a cultura do medo e a intolerância com as diferenças. Nos Estados Unidos, “o objeto da mais rápida inovação arquitetônica e do desenvolvimento urbano” é essa guerra na cidade, com inimigos/as reais, potenciais e presumidos/as (BAUMAN, 2009, p. 16). Além disso, edifícios de escritórios, com suas fachadas opulentas e monolíticas, são criados para conectar os usuários/a com o “ciberespaço global” e não com a rua, a calçada ou a cidade (BAUMAN, 2009, s.p.). Perde-se muito ao ignorar o potencial dos espaços públicos e das vizinhanças, ao apenas procurar, como Bauman escreveu, por diferenças que legitimem as fronteiras ou que concretizem as profecias do medo.

Segundo as pesquisadoras australianas Raewyn Connel e Rebecca Pearse (2015), cada vez mais pessoas ricas, mesmo em países do Norte global, vivem em condomínios fechados, patrulhados por seguranças privados “incumbidos de manter longe os pobres, os negros e os sem crachá” (CONNEL; PIERCE, 2015, p. 260). As autoras acrescentam que esses sistemas de segurança são marcadamente gendrados, uma vez que são controlados e empregados por homens que, no caso dos condomínios fechados, cercam mulheres (CONNEL; PIERCE, 2015, p. 260) – ou, pelo menos, cercam tudo aquilo que, no imaginário social, diz respeito ao lar: o universo da família, da propriedade privada, da esfera doméstica onde encontram-se as mulheres e as crianças. Aqui, percebe-se, portanto, que os “muros”, reais e metafóricos, foram uma questão central na análise de todos os romances do *corpus*, da escala mais local até a escala mais global, assim como no espaço entre fronteiras geopolíticas.

O estado da Califórnia, onde fica a cidade de Los Angeles, faz

fronteira com o México, esse país que se tornou uma “rota de entrada” aos Estados Unidos. A relação com o país vizinho nessa “zona de contato” (PRATT, 1999), se mostra nos nomes das ruas, em espanhol, assim como o nome da própria cidade, e no que a personagem de *Algum lugar* chama de “arquitetura com sotaque”.

Foi aqui que tudo começou, diz o guia; é aqui o centro da cidade sem centro. El Pueblo de Nuestra Señora la Reina de Los Angeles del Río Porciúncula foi fundado, no final do século XVIII, nas quadras que hoje se chamam “The Plaza”. Pouco a pouco a cidade e a riqueza foram se dirigindo para o mar e sobraram ali alguns simulacros de origem, uma rua, uma praça, alguns mexicanos que tentam tirar proveito dessa pré-história e da força da língua, marca que não se apaga. Ali, como em qualquer outro canto da cidade, o espanhol dá provas de sua resistência: La Placita, Sepulveda House, Avila Adobe, Merced Theater. Uma arquitetura com sotaque, por mais que quase nada tenha sobrevivido. Tudo derrubado para que no seu lugar surja algo maior, mais alto, mais imponente. A vontade faraônica está por toda parte, nas supercatedrais, nos megamuseus, nos arranha-céus (VIDAL, 2009, p. 79).

Essa passagem demonstra uma paisagem cultural marcada pelo hibridismo. É um lugar, um espaço físico concreto, que apresenta, em caráter local, reflexos de movimentações globais. Essas movimentações são as disputas do passado, por território, que serão explicadas em seguida, mas também reflexos da globalização neoliberal contemporânea, das relações entre os mercados estadunidense e mexicano, das migrações, das trocas de imagens e símbolos através da mídia global, entre outros fatores. Segundo Connel e Pierce, todos esses efeitos transnacionais também têm relação direta com gênero: “instituições de âmbito mundial criam assim novas arenas para a formação e as dinâmicas de gênero. Elas incluem corporações transnacionais, o Estado internacional, mercados globais e a mídia global” (CONNEL; PIERCE, 2015, p. 277). Essa análise está atrelada à interpretação das autoras sobre as relações de gênero como uma estrutura multidimensional, que elas mapeiam numa subdivisão em quatro partes: poder, produção, vínculos emocionais e simbolismo

(CONNEL; PIERCE, 2015, p. 159). Assim, as questões de gênero em escala global podem incluir desde a sexualização e a racialização dos corpos das mulheres em sociedades pós-coloniais, passando pela profusão do ideal da família mononuclear e heteronormativa na constituição dos lares, até a posição das mulheres no mercado de trabalho global – dimensões que também se entrelaçam e interseccionam. As mulheres, por exemplo, costumam estar empregadas em setores informais da economia global, onde o trabalho é precário, mal remunerado e frequentemente perigoso – como é o caso já citado das *sweatshops*, situação que foi escancarada no desabamento da fábrica Rana Plaza, em Bangladesh (CONNEL; PIERCE, 2015, p. 258).

A filósofa estadunidense Alison Jaggar também afirmou que a globalização neoliberal foi prejudicial especialmente às mulheres. Segundo Jaggar, os “processos contemporâneos de globalização econômica, regulados por princípios inspirados e impostos pelo Ocidente e por políticas neoliberais, aumentaram dramaticamente a desigualdade entre os países e internamente a eles”, o que afeta uma grande quantidade de mulheres, visto que elas representam 70% dos pobres do mundo e 64% dos 876 milhões de analfabetos⁹⁰ (JAGGAR, 2006, p. 24). Incapazes de competir com o mercado de grande porte, muitas mulheres que viviam de agricultura de subsistência e de pequeno porte são “conduzidas para fora da terra e para dentro das favelas” (JAGGAR, 2006, p. 25). Elas predominam na economia informal, na indústria têxtil, na prostituição e em trabalhos com salários mais baixos. Um dos pontos principais do texto de Jaggar é que a pobreza de mulheres em países pobres não pode ser exclusivamente atribuída às injustiças das culturas locais, visão que é sustentada por ocidentais que querem “salvar” as mulheres de culturas não-ocidentais, sem perceber as causas globais desse sistema. Sendo assim,

Sugerir [que a pobreza de mulheres em países pobres deve-se exclusivamente à injustiça de suas culturas locais] seria promover uma análise unilateral que ignora as maneiras em que a globalização neoliberal é, entre outras coisas, um processo de gênero que exacerba frequentemente as desigualdades entre homens e mulheres (JAGGAR, 2006, p. 27).

Em outras palavras,

⁹⁰ Dados do Programa de Desenvolvimento da União Européia, 2001, conforme Jaggar, 2006, p. 25.

os poderes ocidentais são desproporcionalmente responsáveis por conceber, impor e colocar em prática uma ordem econômica global que continua a ampliar a crescente disparidade entre países ricos e pobres. Uma vez que a desigualdade de gênero está fortemente relacionada com a pobreza, os países ocidentais são desproporcionalmente responsáveis por criar as condições que tornam mulheres não ocidentais vulneráveis a violações de seus direitos (JAGGAR, 2006, p. 34).

Segundo Connel e Pierce (2015), o mais amplo exercício de poder dos últimos quinhentos anos foi a criação de impérios globais e a invasão de terras, assim como a dominação do mundo pós-colonial por superpotências econômicas e militares. No entanto, as mulheres tiveram um papel central nas lutas pela libertação das colônias e também no ativismo contemporâneo, em todas as partes do mundo (CONNEL; PIERCE, 2015, p. 162-163).

Nesse sentido, a escritora e teórica cultural chicana Gloria Anzaldúa (1987) contribuiu muito para o entendimento das disputas na fronteira entre os Estados Unidos e o México (sejam disputas territoriais, culturais, políticas, étnicas ou linguísticas). Segundo a autora, em 1846, os Estados Unidos incitaram o México à guerra, tomando metade da sua nação, o que hoje corresponde ao Texas, ao New Mexico, ao Arizona, ao Colorado e à Califórnia. As batalhas já ocorriam no território desde o século XIX, quando ingleses/as migraram ilegalmente para o Texas, que na época pertencia ao México, e gradualmente forçaram os/as *tejanos/as*⁹¹ a sair de suas terras através de uma série de atrocidades. Na batalha chamada de *Battle of Alamo*, o México lutou para recuperar suas terras, o que se tornou, para os/as brancos/as, símbolo da covardia e vileza mexicanas, justificando assim a abordagem imperialista que vieram a ter e ainda têm (ANZALDÚA, 1987, p. 6).

De acordo com a autora, os/as mexicanos/as que ficaram do lado da fronteira que passou a ser estadunidense sofreram ameaças e foram ignorados/as pela justiça e pelos governos oficiais. Assim, passaram a protestar e organizar retaliações como forma de resistência. Ocorreram então linchamentos de chicanos/as⁹² e a guerra entre as etnias se

⁹¹ Nascidos no Texas de ascendência Mexicana.

⁹² Chicanos são pessoas nascidas nos Estados Unidos com ascendência mexicana. É uma

consolidou. Atualmente, o México é quase totalmente dependente do mercado estadunidense, que exporta também valores culturais para o país vizinho (ANZALDÚA, 1987, p. 8-10). Aqueles/as mexicanos/as que, na contemporaneidade, cruzam as fronteiras em direção aos Estados Unidos encontram-se em meio a mais de 150 anos de preconceito (mais de 170 anos, em 2017), na berlinda entre “serem tratados como criminosos e terem o que comer, entre a resistência e a deportação, os refugiados ilegais são algumas das pessoas mais pobres e mais exploradas dos Estados Unidos⁹³” (ANZALDÚA, 1987, p. 12).

A passagem citada, em que a personagem de *Algum lugar* diz que alguns mexicanos tentam “tirar proveito dessa pré-história” em determinados espaços para ganhar algum dinheiro pode denotar que ela mesma estava imersa na cultura estadunidense que oprime e inferioriza as pessoas mexicanas, ignorando a história das batalhas naquele território. Ignora ainda o que Avtar Brah (2011 [1996]) chamou de “o paradoxo do trabalhador indocumentado”, que expõe como os Estados Unidos necessitam de trabalhadores/as mexicanos/as para realizar trabalho mal remunerado, normalmente nos setores mais baixos da economia, enquanto, ao mesmo tempo, marginalizam e criminalizam os/as mesmos/as, que são confrontados/as com racismo, no dia a dia, ou obrigados/as a se fazerem invisíveis (BRAH, 2011 [1996], p. 232). Por fim, a personagem de *Algum lugar* talvez ignore também o quanto desse preconceito se estende até ela própria, uma imigrante “latina”.

Apesar de estudar na universidade, o que poderia sugerir certo prestígio e distanciamento dos problemas enfrentados pelos/as imigrantes ilegais, a personagem praticamente não faz amizades ou conhecidos/as entre os/as estadunidenses. Isso reafirma o argumento de que ela própria é vista e tratada como imigrante, com todos os estereótipos que a identidade carrega. Ela se sente isolada, numa cidade que a “massacra diariamente” e a faz pagar por seu desconhecimento espacial. Para lutar contra isso, a personagem tenta criar um circuito doméstico:

Percebo que estou querendo criar para mim um circuito doméstico na cidade, contrariando a evidência de que o meu bairro não é um bairro. Comemoro cada nova descoberta como uma

identidade de fronteira – não apenas geográfica mas também linguística e cultural, utilizada como forma de afirmação política.

⁹³“*Caught between being treated as criminals and being able to eat, between resistance and deportation, the illegal refugees are some of the poorest and the most exploited of any people in the U.S.*”.

pequena vitória contra a dispersão da cidade. Já sei onde encontrar uma tinturaria, um mecânico, uma relojoaria; a quatro quadras de casa, uma papelaria; numa rua atrás do supermercado, um vidraceiro; descendo a grande avenida à esquerda, uma loja de fantasias. Uma loja de fantasias? Para quê você quer uma loja de fantasias?, M pergunta. Não importa. O que importa é a descoberta, como se a promessa de uma necessidade sanada pudesse me resgatar provisoriamente de meu estado de isolamento. Se precisar, já sei onde encontrar. É um caminho que se desenha entre dois pontos que antes não tinham conexão alguma (VIDAL, 2009, p. 32).

Ela trava uma luta constante contra o sentimento de desterritorialização, que acaba refletida numa luta contra a própria cidade, contra a constatação inicial de que “a desconexão prevalece” (VIDAL, 2009, p. 23). É também uma luta contra a impressão de que ela não consegue encontrar o mesmo lugar duas vezes, como percebe neste trecho, junto com o marido: “no fim de semana seguinte, tentamos chegar àquela mesma entrada do parque, mas ficamos presos no labirinto de ruas e acabamos voltando decepcionados para casa” (VIDAL, 2009, p. 88).

O momento mais emblemático dessa luta contra a cidade é a tentativa de ir até o *Getty Center*, o museu mencionado no início desta seção, que ela deveria alcançar se seguisse uma linha reta a partir de casa:

Vou subindo a Sepúlveda Boulevard em direção ao norte. [...] O sol esquenta bastante, apesar da época do ano. Estou de casaco e calça de um moletom bem grosso, [...]. Me arrependo de ter saído vestida desse jeito. [...] Não posso gastar energia com recriminações. Preciso dela para caminhar ao lado da 405, sem sombra, sem calçada, com carros passando a uma proximidade alarmante. Piso firme no chão e intensifico a marcha, como se obedecesse a uma ordem externa.

Mais algumas dezenas de metros e já tenho certeza de estar colocando a mim mesma num desafio inútil, personificando a cidade, transformando-a num ser que preciso conquistar.

fixando-a na imagem de um modo de vida ao qual eu deveria resistir, apesar de admitir que sou totalmente capaz de me adaptar a ele. Provavelmente por isso mesmo, tendo entendido que afinal de contas é muito fácil fazer parte, instalada numa rotina cronometrada, de repente me sinto impelida a me contrapor através dessa luta corporal que se tornou a caminhada em direção ao Getty Center; uma luta que vou perder, com meu ânimo já esvaziado e minhas energias se esgotando. A cada passo desânimo mais um pouco, não tanto pelo caminho percorrido mas por sentir que tudo à minha volta me é hostil. Não devia estar ali. Continuo por mais alguns metros, até uma encruzilhada, e me sento no meio-fio (VIDAL, 2009, p. 39).

Seu raciocínio demonstra a contradição e o medo de acabar se adaptando facilmente ao modo de vida dos/as moradores/as de Los Angeles (indiferentes em seus carros velozes? Imersos/as na rotina? Só mais outras versões do sonho americano?), enquanto acha que deveria resistir e continuar reivindicando seu estranhamento no olhar (sua identidade de estrangeira, de imigrante). Seus medos são comuns em narrativas da diáspora, segundo Sandra Almeida (2015): por um lado os/as habitantes da cidade têm medo da ameaça estrangeira e, por outro, os sujeitos em trânsito têm medo de “serem aculturados e devorados [...] por um sistema hegemônico que divide a cidade cosmopolita com base no padrão dicotômico ‘nós e eles’” (ALMEIDA, 2015, p. 171).

A sugestão de ir ao museu partiu da mãe da personagem, numa conversa por telefone, e a tentativa de ir, como a personagem reconhece, era uma forma de se conectar com a mãe, como ela diz: “encontrar um caminho na cidade que se conectasse com aquela voz [da mãe]” (VIDAL, 2009, p. 40). A procura por familiaridade fica evidente.

Desconectada do marido, que se isola em casa, a personagem constantemente busca se encontrar nos espaços da cidade. Ela pensa da seguinte forma: “se não tenho um espaço meu do lado de fora, meus pensamentos não me pertencem” (VIDAL, 2009, p. 21). Atitudes como a tentativa de se tornar uma *tree watcher*, observadora de árvores, um tipo diferente de *flâneuse*, demonstram essa necessidade de se apropriar dos espaços públicos. Sua experiência como *flâneuse* também passa pela política sexual do olhar (POLLOCK, 1988), conforme abordado anteriormente, ou seja, de como a invisibilidade é imprescindível para a

prática da *flânerie* e, no entanto, as mulheres frequentemente são objeto do olhar no espaço público, ainda que reclamem sua condição de sujeito. No entanto, aqui, ser visível ou invisível ocorre de modo diferente, mais nuançado, em função da identidade diaspórica, como percebe-se na explicação de Anzaldúa (2005): “sou visível – vejam esse rosto índio – no entanto, sou invisível” (ANZALDÚA, 2005 [1987] p. 713). A personagem de *Algun lugar* é visível como uma “latina” e ao mesmo tempo invisível pela mesma razão.

Quando ela decide ir ao evento *Cemetery screenings*, em Hollywood, não tem coragem de admitir para os/as outros/as, mas confessa para si mesma que o motivo de querer ir era “a vontade de ser parte de alguma coisa que parecia tão própria da cidade” (VIDAL, 2009, p. 73). A contradição entre estranhamento e necessidade de pertencimento é característica das movimentações da diáspora, ainda que assuma diferentes contornos dependendo dos sujeitos e de suas posições no contexto histórico e geopolítico. Em comum a essas movimentações está, frequentemente, a transgressão do/a colonizado/a mencionada por Boaventura de Sousa Santos (2007), perceptível no romance quando as pessoas imigrantes circulam em diversos espaços públicos, resistem, possuem agenciamento e negociam com esse sentimento contraditório de estranhamento e pertencimento.

A contrapartida dessa transgressão do/a colonizado/a, segundo Santos, é o que o autor chama de “regresso do colonizador”, que seria o ressuscitamento de formas de governo colonial nas sociedades metropolitanas, como quando ocorrem privatizações de serviços públicos com impacto na vida da população, usurpação de terras ou revogação de direitos civis, ou seja, situações em que a relação de poder é extremamente desigual e a parte mais fraca fica à mercê da parte mais forte, o que o autor define como ascensão do fascismo social. Isso pode se dar até mesmo à distância, como no caso da profusão das *sweatshops* ao redor do mundo. Para desafiar essa lógica, Sousa propõe uma forma de resistência ativa que denomina “cosmopolitismo subalterno”, que se manifesta mediante os diversos movimentos e organizações que configuram a “globalização contra-hegemônica, lutando contra a exclusão social, econômica, política e cultural gerada pela mais recente encarnação do capitalismo global, conhecida como ‘globalização neoliberal’” (SANTOS, 2007, p. 83). Como exemplo da globalização contra-hegemônica e do cosmopolitismo subalterno o autor cita o Fórum Social Mundial, do qual fazem parte entidades como os movimentos indígenas. Também chamado de pensamento pós-abissal, o cosmopolitismo subalterno que Sousa defende entende que a

“compreensão do mundo excede largamente a compreensão ocidental do mundo, e que a nossa compreensão da globalização, portanto, é muito menos global do que a própria globalização” (SANTOS, 2007, p. 84). Para a construção dessa consciência, se faz necessário pensar a partir da perspectiva do Sul global e confrontar a monocultura da ciência moderna através de uma “ecologia dos saberes”, baseada na ideia de que “conhecimento é interconhecimento” (SANTOS, 2007, p. 79). Essa troca de conhecimento entre diversas epistemologias e culturas sem hierarquias é estudada por diversos teóricos, que, para tanto, debatem o conceito de tradução cultural, como se verá a seguir.

5.2 DIÁSPORAS CONTEMPORÂNEAS E TRADUÇÃO CULTURAL

As diásporas contemporâneas a que esta seção se refere têm relação com o movimento de dispersão de povos, quer seja voluntário ou forçado, com forte impacto político, social e cultural, conforme a definição de Sandra Almeida (2015). Trata-se, aqui, como visto na seção anterior, de imigrantes, refugiados/as, exilados/as, aqueles/as que viajam intencionalmente e aqueles/as que são deslocados/as compulsoriamente, repatriados/as, expulsos/as, reassentados/as, tendo em mente, também, todos/as aqueles/as que são confinados/as e imobilizados/as por esse sistema (MASSEY, 2009 [1994]; KAPLAN, 2000; VAINER, 1998). Para Vainer, são sujeitos

produzidos pelas guerras do desenvolvimento ou pelas guerras propriamente ditas, vítimas das políticas de fechamento de fronteiras e das restrições a imigrantes e a imigrações, eis as personagens do mundo contemporâneo que, em número crescente, interrogam a(s) teoria(s) migratória(s) das quais foram expatriadas (VAINER, 1998, p. 832).

Nas diásporas contemporâneas, segundo Avtar Brah (2011 [1996]), as mulheres são um segmento crescente em vários locais e em todos os tipos de migração. Isso também foi observado por outras autoras (SHOHAT, 2002; ALMEIDA, 2015), podendo se falar em uma feminização da globalização e num sujeito gendrado das diásporas contemporâneas⁹⁴.

⁹⁴ Essa última observação é de Spivak, citada por Almeida (2010). SPIVAK, Gayatri. Claiming

Nesse contexto está situada a narrativa de *Algun lugar* (2009) que, conforme mencionado, conta a história de uma imigrante brasileira, de origem argentina, morando e cursando doutorado em Los Angeles, uma cidade estadunidense que recebe muitos/as imigrantes de diversos locais do mundo, num estado marcado pela história das disputas de fronteira com o México.

O romance, também na fronteira espacial, cultural e linguística, é repleto de frases em espanhol e em inglês. Não há tradução dos idiomas. É um livro que se coloca justamente em meio a esse trânsito entre línguas e culturas. Algumas semanas depois da chegada aos Estados Unidos, a personagem já começa a usar palavras em inglês em meio a sua escrita: “há poucas pessoas no ônibus, *as usual* [como de costume]” (VIDAL, 2009, p. 28). Mais tarde, ela percebe a necessidade de se expressar em outra língua até consigo mesma: “sinto uma solidão terrível desde a partida de M e a necessidade de dizê-lo em outra língua: *I feel a terrible solitude*” (VIDAL, 2009, p. 103).

Para Stuart Hall, as pessoas que foram dispersadas de sua terra natal

são obrigadas a negociar com as novas culturas em que vivem, sem simplesmente serem assimiladas por elas e sem perder completamente suas identidades. Elas carregam os traços das culturas, das tradições, das linguagens e das histórias particulares pelas quais foram marcadas. A diferença é que elas não são e nunca serão unificadas no velho sentido, porque elas são, irrevogavelmente, o produto de várias histórias e culturas interconectadas, pertencem a uma e, ao mesmo tempo, a várias “casas” (e não a uma “casa” particular) (HALL, 2006, p. 24).

É o que Anzaldúa explicou da seguinte forma: “como uma tartaruga, onde quer que eu vá, carrego o lar em minhas costas”⁹⁵ (ANZALDÚA, 1987, p. 21). Dessa forma, retoma-se a temática da resignificação do lar, esse espaço sempre associado ao feminino. Porém, para Anzaldúa, essa relação com o lar assume características específicas em função da sua identidade de mulher lésbica e chicana. O medo de não ser aceita, em casa, por ser lésbica, é descrito, no livro

transformation: travel notes with pictures. In: AHMED, Sara et al. (orgs.). **Transformations: thinking through feminism**. London and New York: Routledge, 2000. p. 119-130.

⁹⁵ “*I am a turtle, wherever I go I carry 'home' on my back*”.

Borderlands/la frontera (1987) como “*home-phobia*”, “*fear of going home* [medo de ir para casa]”, um trocadilho com a palavra homofobia. Além disso, a identidade chicana não era sempre bem vista pelos/as familiares. Muitos/as preferiam a aculturação, ou seja, a imersão na cultura estadunidense. No entanto, Anzaldúa só entrou em contato com os/as brancos/as quando foi para o Ensino Médio. Até então, estava totalmente imersa na cultura mexicana, ainda que vivesse nos Estados Unidos. Os/as chicanos/as, como ela, enfrentam uma série de dificuldades relacionadas com a língua e a cultura: não são espanhóis/las, nem vivem em um país cuja primeira língua seja o espanhol, vivem nos Estados Unidos e não se identificam nem com o espanhol formal, nem com o inglês formal. O recurso encontrado por eles/as foi a criação de uma língua própria, com a qual conseguem conectar suas identidades, comunicar seus valores e ser verdadeiros/as consigo mesmos/as. Uma língua que não é nem espanhol, nem inglês, mas ambos. No entanto, essa língua é mal vista por todos os lados, como uma língua racializada (ANZALDÚA, 1987, p. 55).

Para a autora, a fronteira entre os Estados Unidos e o México é “uma ferida aberta onde o Terceiro Mundo encontra o Primeiro e sangra” (ANZALDÚA, 1987, p. 3). Viver na fronteira é um estado constante de transição, nesse lugar que tenta definir o “eles/as” e o “nós”. É também um estado de transgressão: as *mestizas*, as pessoas *queer*, as transgressoras cruzam as fronteiras do que é tido como “normal” (ANZALDÚA, 1987, p. 3). Essa cultura de fronteira é como uma dupla identidade, semelhante ao que foi argumentado sobre a identidade hifenizada de Ponciá Vicêncio e as características das movimentações relacionadas com as diásporas, com a colonialidade e com o imperialismo. Dependendo do contexto, os/as chicanos/as se afirmam mexicanos/as, *tejanos/as*, hispano-americanos/as, latino-americanos/as ou *mestizos/as*. Porém, chicanos/as é o termo utilizado para se afirmar politicamente.

Como outros/as que vivem em mais de uma cultura, recebemos mensagens múltiplas, muitas vezes contrárias. O encontro de duas estruturas referenciais consistentes, mas geralmente incompatíveis, causa um choque, uma colisão cultural (ANZALDÚA, 2005 [1987], p. 705).

Essa relação entre as diásporas, os deslocamentos transnacionais e as identidades hifenizadas também foi abordada pela crítica e professora iraquiana Ella Shohat (2002). Para a autora, a questão do

hífen é central para os modos pelos quais a identidade do/a imigrante é representada. A composição das palavras que precedem ou sucedem o hífen podem sofrer arranjos variáveis, com diferentes cargas de associações, por vezes reflexos de completa ignorância (SHOHAT, 2002, p. 101).

Em *Algum lugar* (2009), as personagens em território estadunidense possuem diversas nacionalidades, como foi dito. A relação da personagem principal com uma delas, Luci, a colega coreana (que antes estudou literatura na Colômbia), é repleta de desencontros. Ambas falam espanhol, estudam os mesmos temas na universidade em que se conhecem, nos Estados Unidos, porém enfrentam dificuldades de comunicação:

Como nas conversas que temos sobre literatura, o que ela pensa acaba não ficando claro para mim. Não se trata exatamente de ambiguidade, pois ela parece estar bem certa do que acredita. É algo nas explicações que gera uma incompreensão, algo no encontro entre o espanhol dela e o meu, uma espécie de curto-circuito (VIDAL, 2009, p. 69-70).

Há uma situação em que a personagem convida Luci para ir ao bairro *chinatown* e a colega responde que só sabe ir até *koreatown* (VIDAL, 2009, p. 67). Esse é um dos desencontros entre elas e também um exemplo do que Ella Shohat explicou como as associações que, muitas vezes, são reflexos de ignorância: “as diversas culturas da Ásia são condensadas em um rótulo homogeneizador que apaga suas diferenças e complexidades: daí a típica confusão entre japoneses e chineses” (SHOHAT, 2002, p. 103). A personagem principal presumiu que Luci gostaria do convite ou que saberia ir até *chinatown*, já que era asiática, mas o bairro chinês não significava nada para Luci, que era coreana. A isso, Shohat se refere como uma “síndrome de confusão asiática”, a ideia de que todos/as “eles/as” são iguais. Segundo ela, até o “visual asiático” pode ser enganoso no contexto estadunidense, levando asiáticos/as que já habitam o país há gerações a serem vistos/as como “sempre estrangeiros” (SHOHAT, 2002, p. 106).

Conforme Shohat argumenta, um dos pontos centrais do cruzamento de fronteiras tem relação com a classificação e a catalogação de identidades. Os/as norte-africanos/as e médioorientais também são vistos/as como “eternos/as estrangeiros/as”, sempre “de lá”, ainda que muitas pessoas do Norte da África e do Oriente Médio tenham

migrado no final do século XIX. Os/as chicanos/as, como Anzaldúa, que nunca cruzaram a fronteira rumo aos Estados Unidos (foram as fronteiras que mudaram), são sempre tratados/as pela mídia como essencialmente de fora, também “de lá”. Por outro lado, Shohat aponta a ironia da celebração em torno da figura de Cristóvão Colombo, “o primeiro estrangeiro ilegal”, tratando-o como um descobridor, “enquanto mexicanos nativos são vistos como aqueles que se infiltraram [em] uma fronteira de arame farpado, fronteira que na verdade divide sua terra natal” (SHOHAT, 2002, p. 103). Já os/as indígenas em solo estadunidense, como os/as *cherokees*, os/as *net perces* e os/as *modocs* são tratados/as como “daqui”, porém sentem-se como refugiados/as internos/as. Para Shohat, o nacionalismo dos Estados Unidos não permite uma narrativa de todas essas identidades, tampouco daqueles/as deslocados/as pela “devastadora política global norte-americana” (SHOHAT, 2002, p. 103).

A mídia supõe que as histórias dos/as imigrantes são curtas e recentes porque, em 1965, os Estados Unidos instituíram a Lei da Imigração, que “abriu um pouco as portas a imigrantes do Terceiro Mundo” (SHOHAT, 2002, p. 101). Essa lei, relativamente recente, era mais liberal, no entanto, como mencionado, a imigração de norte-africanos/as e médioorientais já datava do século XIX, quando, segundo Shohat, muitos/as foram recrutados/as para o trabalho nos Estados Unidos durante um período de crise na oferta de mão-de-obra. Já as ondas mais atuais de imigração de não brancos/as foram resultado das intervenções imperialistas dos Estados Unidos e da estrutura econômica globalizada, na qual os Estados Unidos têm “um papel central e opressivo” (SHOHAT, 2002, p. 102).

Shohat afirma que o censo estadunidense adota uma categorização “enganosamente precisa” de cinco raças, mesclando, como se fossem equivalentes, questões de características físicas (negros/as), língua (hispânicos/as) e geografia (asiáticos/as):

Aplica-se freqüentemente o termo “asiático-americano”, por exemplo, só para asiáticos orientais, excluindo iranianos, paquistaneses, libaneses e outros grupos do Sul e do Oeste da Ásia (o Oriente Médio). Da mesma forma, o termo “afro-americano” normalmente não denota imigrantes da África, nem imigrantes negros da América do Sul ou do Caribe. “Árabe” comumente se torna um sinônimo equivocado de muçulmano, já que alguns árabes são cristãos e outros judeus. Categorias reducionistas como

“judeu”, “árabe” e “latino” igualmente escondem toda uma variedade racial de um espectro cromático que inclui brancos, negros, mestiços e pardos (Brown). Nos Estados Unidos, muitos indivíduos e comunidades se encaixam de forma no mínimo desajeitada em seus compartimentos hifenizados, ao mesmo tempo que o pluralismo burocrático não dá margem à polissemia nas políticas da cor. Os modos mais comuns de se falar de identidades “minoritárias” deixam pouco espaço para as complexidades dessas categorias, ou para as porosas fronteiras entre elas (SHOHAT, 2002, p. 107).

Segundo a autora, espera-se que as pessoas hifenizadas adotem apenas um hífen simples. No entanto, os sucessivos deslocamentos coloniais e pós-coloniais, que se somam ainda mais nas diásporas contemporâneas, “pressionam consideravelmente esse já carregado e sobredeterminado hífen simples” (SHOHAT, 2002, p. 107).

Assim, Shohat afirma que

cada cadeia de hífen implica uma história complicada de identidades aglomeradas e pertencimentos fragmentados, enquanto deslocamentos múltiplos geram “destilações” diferentes da identidade imigrante. Mas freqüentemente o país “hospedeiro” reconhece somente um elo da corrente, e esse elo, carimbado como “real”, nos diz menos sobre o imigrante do que sobre o imaginário geopolítico do hospedeiro (SHOHAT, 2002, p. 107).

Da mesma forma, escrevendo sobre a Grã-Bretanha, Avtar Brah (2011 [1996]) exemplificou as diferentes identidades que uma jovem negra britânica de pais jamaicanos pode assumir. Segundo Brah, mesmo que se sinta em casa em Londres, ela pode se definir como jamaicana e/ou caribenha como forma de confrontar o racismo que atinge os negros não britânicos, posicionando-se politicamente. Outra jovem com os mesmos antecedentes pode se afirmar como britânica justamente para escapar desse racismo.

A subjetividade das duas mulheres se inscreve dentro de distintas práticas políticas que ocupam diferentes posições de sujeito. Articulam diferentes posições políticas na questão do

“lugar”, ainda que seja provável que ambas estejam marcadas nas culturas diaspóricas muito mescladas da Grã Bretanha. Por outro lado, pode ser que a mesma mulher assuma posições alternativas em momentos diferentes; as circunstâncias do momento em que se tomam essas decisões são determinantes⁹⁶ (BRAH, 2011 [1996], p. 225, tradução minha).

Essas diferentes possibilidades lembram as posições variáveis que Gloria Anzaldúa (1987) também afirmou assumir, dependendo do contexto. Por isso, Ella Shohat (2002) acredita que olhar para as vidas de diversos/as imigrantes significa desafiar as limitações da categorização de identidades. Da mesma forma, ela aponta como crucial que as feministas multiculturais examinem a “interação multilateral de diversas comunidades” (SHOHAT, 2002, p. 102), uma vez que mesmo dentro de um espaço feminista multicultural as identidades podem ser “interpretadas e reconhecidas de forma equivocada” (SHOHAT, 2002, p. 108). Para Shohat,

definições raciais, hierarquias étnicas, identidades de gênero e formas de pertencimento ligadas ao sexo são conjunturais e historicamente situadas, sempre se alterando, transmutando-se através de histórias e geografias. Elas explodem e implodem uma narrativa unificada daquilo que constitui as identificações e filiações “raciais”, “nacionais” e “sexuais” (SHOHAT, 2002, p. 108).

Avtar Brah (2011 [1996]) concorda com esse argumento de Shohat. A autora afirma que o destino das pessoas está diretamente ligado ao sistema econômico global, porém sua posição exata depende de vários fatores: gênero, classe, cor, etnia, casta, idade, sexualidade e o país em que se vive, com uma sociedade rica ou com uma indústria avançada ou não. Portanto, “isso significa que, onde as diferentes diásporas se entrecruzam – a africana, a judia, a irlandesa, a asiática, entre outras –, se faz necessário examinar como esses grupos estão

⁹⁶ *“La subjetividad de las dos mujeres se inscribe dentro de distintas prácticas políticas que ocupan diferentes posiciones de sujeto. Articulan diferentes posiciones políticas en la cuestión del «hogar», aunque es probable que ambas estén maceradas en las muy mezcladas culturas diaspóricas de Gran Bretaña. Por otro lado, puede que la misma mujer asuma posiciones alternativas en distintos momentos; las circunstancias del momento en el que se toman estas elecciones serán determinantes”.*

construídos de forma similar ou diferente em relação aos outros⁹⁷” (BRAH, 2011 [1996], p. 221, tradução minha). Questões relativas ao feminismo, para Brah, também não podem se situar sem uma referência a esse contexto internacional. Segundo a autora, os feminismos construíram reflexões importantes sobre espaço, localização, desterritorialização e deslocamento, de onde surgiu a noção de “política de localização”, ou seja, uma localização da dispersão, um habitar simultâneo de espaços, uma movimentação através de barreiras culturais, religiosas e linguísticas mutantes, por meio de viagens através de fronteiras geográficas e psíquicas (BRAH, 2011 [1996], p. 236). Existem, assim, diferentes espaços de fronteiras, que podem constituir variadas consciências, dependendo do investimento psíquico na manutenção ou na erosão do *status quo*, por isso a importância de associar os estudos sobre as fronteiras com os estudos pós-coloniais, os estudos LGBTQI+, entre outros (BRAH, 2011 [1996], p. 239).

As duas personagens mencionadas de *Algum lugar*, Luci e a narradora, estariam situadas, então, entre os hífen argentina-brasileira-estadunidense e coreana-colombiana-estadunidense. Suas situações também estão relacionadas com um hífen entre ser-estar, já que a condição de estadunidense pode ser temporária, marcada para terminar com o doutorado, assim como colombiana foi uma identidade em trânsito. Pelo que foi exposto aqui, através da argumentação de Avtar Brah, Ella Shohat e Gloria Anzaldúa, chega-se à conclusão de que não é possível universalizar a experiência da mulher na diáspora, conforme apontado também por Sandra Almeida (2010). Pelo contrário, Brah acredita que diante da cumplicidade entre o discurso do universalismo e os projetos hegemônicos do imperialismo, pode ser útil substituir a ideia de universalismo pela de identificações transculturais (BRAH, 2011 [1996], p. 120). Através da literatura, Sandra Almeida acredita que seria possível “refletir sobre e problematizar [...] o papel das mulheres no atual cenário social e geopolítico e a consequente feminização da globalização, do cosmopolitismo e da diáspora contemporânea” (ALMEIDA, 2010, p. 20). Sua proposta é procurar um “encontro dialógico das diferenças”, conceito que também vem de Ella Shohat⁹⁸ (2004).

⁹⁷ “Lo que esto significa es que allí donde distintas diásporas se entrecruzan — la africana, la judía, la irlandesa, la asiática y demás — se hace necesario examinar cómo estos grupos están contruidos de forma similar o diferente los unos respecto a los otros”.

⁹⁸ SHOHAT, Ella. Estudos de área, estudos de gênero e as cartografias do conhecimento. In: COSTA, Cláudia de Lima; SCHMIDT, Simone Pereira. **Poéticas e políticas feministas**. Florianópolis: Editora Mulheres, 2004.

Ao contrário da personagem principal de *Algun lugar*, por exemplo, Luci não parecia se sentir isolada. Ela tinha amigas e se deslocava de carro, o que a conectava tanto com outras pessoas quanto com a cidade. Porém, o desencontro entre as duas colegas vai se dar a tal ponto que, no final do romance, às vésperas de a personagem principal retornar para o Brasil, tendo desistido mais cedo do doutorado, elas acabam se desentendendo:

Foi preciso ela me acusar de egoísmo, com uma dureza inesperada, para que o presente voltasse a se fixar.

Ela menciona cenas que tento recuperar para rebatê-las, mas nada, minha mente está vazia, como se o choque tivesse provocado uma amnésia repentina. O que tento explicar soa evasivo, desculpas improvisadas, subterfúgios. *No mientas*, ela acusa. [...] Não é apenas um detalhe, insiste. É tudo parte de uma mesma coisa, de uma mesma incapacidade de me colocar no lugar dela. Digo que sim, ela tem razão, mas como seria diferente? Ela está vermelha de raiva. Tudo o que até então havia sido enigma se revela como ressentimento. Luci, muito clara na minha frente, num espanhol impecável.

Não sei o que dizer. Gaguejo. As palavras me faltam. Não sei que termos usar para explicar minha desorientação. Todas as minhas falhas nessa língua que nunca foi inteiramente minha aparecem para jogar contra mim, para me passar a perna e me deixar desamparada diante dela. Culpo a língua sem ter certeza se é disso que se trata. Saberá em português o que dizer a ela? Saberá como organizar minhas ideias diante dessa moça, que eu achava ter conquistado e que agora me parece de novo uma estranha? [...] Tento explicar as dificuldades que senti, mas como traduzir em palavras uma vaga sensação, tão vaga com ela mesma em alguns momentos? Digo “vaga”, mas em espanhol o adjetivo ecoa um outro sentido e eu me perco de novo. Tão ambígua, quero dizer, aparentemente tão ambígua, retifico. Ambígua? Ela se espanta. É verdade que não há ambiguidade agora, muito pelo contrário: ela sabe o que dizer e é ela quem tem a palavra (VIDAL, 2009, p. 121).

Toda a relação das duas, assim como o desentendimento, esteve ligado a questões linguísticas e as dificuldades de se colocar no lugar da outra. Enquanto antes a personagem principal parecia se considerar muito clara, ao passo que Luci era quem não fazia sentido, nesse final é o contrário que acontece.

O que se percebe na relação delas é um entre-lugar que não é possível transpor através da língua, um entendimento inalcançável, que remete ao conceito de tradução cultural. Essa noção foi esboçada, primeiro, nas discussões sobre teoria e prática etnográficas e, posteriormente, explorada pelas teorias pós-coloniais. A tradução cultural é um processo que, segundo Hall, nunca se completa, mas permanece na sua indecidibilidade (HALL, 2006, p. 71). Para Cláudia Lima de Costa, professora brasileira, “trata-se da noção de tradução como relacionamento com a diferença radical, inassimilável, do/a outro/a” (COSTA, 2012, p. 43).

O problema não é apenas que há conceitos intraduzíveis, mas que “qualquer processo de descrição, interpretação e disseminação de ideias e visões de mundo está sempre preso a relações de poder e assimetrias entre linguagens, regiões e povos” (COSTA, 2012, p. 42). Para Costa, não é estranho, então, que a teoria e a prática da tradução hegemônicas tenham surgido da necessidade de disseminação do Evangelho, quando um dos sentidos de traduzir significou converter (COSTA, 2012, p. 42). Essa mesma lógica da tradução hegemônica foi explicada por Walter Mignolo e Freya Shiwy, ambos atualmente professores nos Estados Unidos: a questão, na tradução hegemônica, não é uma tradução apenas de uma língua para outra em um período indeterminado da história da humanidade, mas uma tradução decretada dentro de estruturas de poder particulares. Um esforço para adaptar línguas não europeias para o latim, por exemplo, ou conceitos de diferentes cosmologias para o cristianismo. Uma tradução que designa uma perspectiva específica como correta, considerando as outras como desvios ou como insuficientes (MIGNOLO; SCHIWY, 2002).

A lógica da tradução imersa em questões de poder e em hierarquias se percebe no próprio espaço urbano da cidade de Los Angeles, no encontro entre a cultura estadunidense e a mexicana, na “arquitetura com sotaque” que é, aos poucos, substituída por construções maiores e mais imponentes. Essas novas e maiores arquiteturas são “sem sotaque”, porque o sotaque só é percebido no que é “estrangeiro”, o inglês é tido ali como a língua neutra e o ponto de partida para determinar o diferente. Da mesma forma, muitas das construções linguísticas do espanhol mexicano são apropriações

espanholas da cultura indígena do local, como, por exemplo, *la Virgen de Guadalupe*, que se originou a partir da deusa indígena *Coatloqueuh*, transformada em virgem pela igreja católica espanhola (ANZALDÚA, 1987, p. 27). Essa percepção traz um novo olhar para o espaço da cidade de Los Angeles e para o parágrafo abaixo, já citado:

Foi aqui que tudo começou, diz o guia; é aqui o centro da cidade sem centro. El Pueblo de Nuestra Señora la Reina de Los Angeles del Río Porciúncula foi fundado, no final do século XVIII, nas quadras que hoje se chamam “The Plaza”. Pouco a pouco a cidade e a riqueza foram se dirigindo para o mar e sobraram ali alguns simulacros de origem, uma rua, uma praça, alguns mexicanos que tentam tirar proveito dessa pré-história e da força da língua, marca que não se apaga. Ali, como em qualquer outro canto da cidade, o espanhol dá provas de sua resistência: La Placita, Sepulveda House, Avila Adobe, Merced Theater. Uma arquitetura com sotaque, por mais que quase nada tenha sobrevivido. Tudo derrubado para que no seu lugar surja algo maior, mais alto, mais imponente. A vontade faraônica está por toda parte, nas supercatedrais, nos megamuseus, nos arranha-céus (VIDAL, 2009, p. 79).

Assim, o olhar para a tradução cultural se torna importante para os estudos pós-coloniais justamente porque existe um esforço para que as epistemologias e os saberes do Sul global sejam reconhecidos e incorporados, mas levanta o desafio da tradução sem que se percam conteúdos ou, principalmente, sem que se estabeleçam hierarquias, invisibilidades e conversões conceituais.

Segundo Homi Bhabha, teórico indiano e professor nos Estados Unidos, a experiência migrante é tanto transicional quanto tradutória. Ao citar Rudolf Pannwitz⁹⁹, Bhabha defende que o objetivo de uma tradução como, por exemplo, do hindi, grego ou inglês para o alemão é, na realidade, transformar o alemão em hindi, grego e inglês. Disso interpreta-se que essa tradução, na realidade, em vez de converter as palavras para o alemão, desloca o sujeito alemão para o universo do/a seu/sua interlocutor/a. É uma negociação dialética que dessacraliza as

⁹⁹ PANNWITZ, Rudolf. In: BENJAMIN, W. **Illuminations**. New York: Schocken Books, 1968.

premissas da supremacia cultural e que demanda uma especificidade contextual (BHABHA, 1998, p. 312).

Em artigo posterior (2000), citado pelo professor brasileiro Lynn Souza, Bhabha definiu o conceito da seguinte forma:

A tradução cultural não é simplesmente uma apropriação ou adaptação; trata-se de um processo pelo qual as culturas devem revisar seus próprios sistemas de referência, suas normas e seus valores, a partir de e abandonando suas regras habituais e naturalizadas de transformação. A ambivalência e o antagonismo acompanham qualquer ato de tradução cultural porque negociar com a “diferença do outro” revela a insuficiência radical de sistemas sedimentados e cristalizados de significação e sentidos; demonstra também a inadequação das “estruturas de sentimento” (como diria Raymond Williams) pelas quais experimentamos as nossas autenticidades culturais como se fossem de certa forma “naturais” para nós, parte de uma paisagem nacional (BHABHA¹⁰⁰, 2000, p. 141 apud SOUZA, 2004, p.128).

Segundo Hall, em condições diaspóricas e diante das múltiplas possibilidades de identidades deslocadas e hifenizadas, algumas pessoas procuram recuperar sua pureza anterior e recobrir suas unidades e certezas que são sentidas como tendo sido perdidas, ao alinhar-se com aquilo que Hall, seguindo Robins¹⁰¹ (1991), chama de “tradição”. Outras aceitam que

as identidades estão sujeitas ao plano da história, da política, da representação e da diferença e, assim, é improvável que elas sejam outra vez unitárias ou ‘puras’; e essas, conseqüentemente, gravitam ao redor daquilo que Robins (segundo Homi Bhabha) chama de ‘tradução’ (HALL, 2011 [1992], p. 88).

A lógica da “tradução” se torna cada vez mais evidente nas

¹⁰⁰ BHABHA, H. K. The vernacular cosmopolitan. In: DENNIS, F.; KHAN, N. (Org.). **Voices of the crossing**. Serpent's Tail, 2000.

¹⁰¹ ROBBINS, K. Tradition and translation: national culture in its global context. In: CORNER, J. and HARVEY, S. (Orgs). **Enterprise and heritage: crosscurrents of national culture**. Londres: Routledge, 1991.

diásporas multiculturais e no mundo pós-colonial. Ela remete ao hibridismo, que não deve ser entendido como a composição racial mista de uma população, tampouco como uma simples oposição ao que é tradicional. O hibridismo não é algo meramente celebrativo, pois implica custos que são, para Hall, profundos e impeditivos. É um momento ambíguo e ansioso de transição que, segundo Bhabha, citado por Hall, “acompanha nervosamente qualquer modo de transformação social, sem a promessa de um fechamento celebrativo ou transcendência das condições complexas e até conflituosas que acompanham o processo” (Bhabha¹⁰², 1997 apud Hall, 2006, p. 72).

Para Gloria Anzaldúa, a tolerância às ambiguidades é uma necessidade das pessoas na fronteira, das *mestizas*, que não podem se manter presas a conceitos e ideias dentro de limites rígidos.

As fronteiras e os muros que devem manter ideias indesejáveis do lado de fora são hábitos e padrões de comportamento arraigados; esses hábitos e padrões são inimigos internos. [...] La *mestiza* tem que se mover constantemente para fora das formações cristalizadas – do hábito; para fora do pensamento convergente, do raciocínio analítico que tende a usar a racionalidade em direção a um objetivo único (um modo ocidental), para um pensamento divergente, caracterizado por um movimento que se afasta de padrões e objetivos estabelecidos, rumo a uma perspectiva mais ampla, que inclui em vez de excluir (ANZALDÚA, 2005 [1987], p. 706).

A autora propôs uma consciência *mestiza*, que partiria de um movimento criativo contínuo e quebraria o aspecto unitário de cada novo paradigma.

Extirpar de forma massiva qualquer pensamento dualista no indivíduo e na consciência coletiva representa o início de uma longa luta, que poderá, com a melhor das esperanças, trazer o fim do estupro, da violência, da guerra (ANZALDÚA, 2005 [1987], p. 706).

Para Cláudia Lima de Costa:

A partir do reconhecimento da incompletude e incomensurabilidade de qualquer perspectiva

¹⁰² BHABHA, H. The voice of the Dom. **Times Literary Supplement**, n. 4.923, 1997.

analítica ou experiencial, Santos¹⁰³ propõe para a crítica pós-colonial uma teoria da tradução como negociação dialógica, articuladora de uma inteligibilidade mútua e não hierárquica do mundo. A virada tradutória, por assim dizer, mostra que a tradução excede o processo linguístico de transferências de significados de uma linguagem para outra e busca abarcar o próprio ato de enunciação – quando falamos estamos sempre já engajadas na tradução, tanto para nós mesmas/os quanto para a/o outra/o. Se falar já implica traduzir e se a tradução é um processo de abertura à/ao outra/o, nele a identidade e a alteridade se misturam, tornando o ato tradutório um processo de des-locamento. Na tradução, há a obrigação moral e política de nos desenraizarmos, de vivermos, mesmo que temporariamente, sem teto para que a/o outra/o possa habitar, também provisoriamente, nossos lugares. Traduzir significa ir e vir (‘world’-traveling para Lugones¹⁰⁴), estar no entrelugar (Santiago¹⁰⁵), na zona de contato (Pratt¹⁰⁶), ou na fronteira (Anzaldúa¹⁰⁷). Significa, enfim, existir sempre des-locada/o (COSTA, 2012, p. 43).

Esse viver deslocado/a para se colocar no lugar do/a outro/a foi o que faltou na personagem principal de *Algum lugar*, que pensava ter “conquistado” Luci, mas que parece não ter sido capaz de se colocar no lugar dela. A comunicação entre elas partiu de pressupostos e suposições que, possivelmente, ambas tinham a respeito da identidade da outra. Não houve uma troca com igual abertura e interesse, que pudesse iniciar um processo de entendimento das suas semelhanças e diferenças, assim como das suas posições dentro daquele contexto diaspórico.

¹⁰³ SANTOS, Boaventura de Sousa. **Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências**. Revista Crítica de Ciências Sociais 63(2002): 237-80.

¹⁰⁴ Lugones, María. Playfulness, ‘World’-Traveling and Loving Perception. *Hypatia*. 2.2 (1987): 3-19.

¹⁰⁵ Santiago, Silviano. **O entre-lugar do discurso latino-americano**. Uma literatura nos trópicos. São Paulo: Editora Perspectiva, 1978. 11-28.

¹⁰⁶ Pratt, Mary L. **Imperial Eyes: Studies in Travel Writing and Transculturation**. New York: Routledge, 1992.

¹⁰⁷ Anzaldúa, Gloria. **Borderlands/La Frontera: The New Mestiza**. San Francisco: Aunt Lute Books, 1987.

A personagem principal volta para o Brasil mais cedo, o que parece ter acontecido porque ela ficou grávida. O retorno ao lar é marcado pela sua nova condição, de mãe, e pela separação do marido. No Rio de Janeiro, ela também procura seu espaço do lado de fora:

Vou andando em direção à Glória, com o vago pensamento de que gostaria de almoçar ali. Há muito que não ando pela cidade. Quando voltei de Los Angeles, experimentei alguns passeios, como se fosse preciso reconhecê-la. O distanciamento que sentia em relação ao apartamento que havíamos conseguido alugar, ainda com poucos móveis, não se estendia à cidade, mas eu insistia em transferir a sensação do interior para o exterior. Andava então pelas ruas como se nelas fosse recuperar algo que se perdeu. Só que elas se mostravam indiferentes à minha busca. Simplesmente estavam ali, como se o tempo não tivesse passado (VIDAL, 2009, p. 126)

O trecho mostra que ela sentia um distanciamento maior do seu apartamento (o lar) do que da cidade. Aquele “algo que se perdeu” era a própria constituição do lar, como a conhecia, formado por ela e pelo marido. A cidade era familiar, mas o lar precisou ser rearticulado. Assim, em seu retorno, a cidade pode parecer a mesma, mas ela já não era. A personagem, da mesma forma que Alice (em *Quarenta dias*) e Ponciá (em *Ponciá Vicêncio*), retorna diferente, modificada pela experiência do deslocamento e do tensionamento de fronteiras.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em postagem para o blog Efigênicas, Linda Marx escreveu sobre quando se deu conta de que as pessoas brancas não desviavam dela na calçada, ou seja, não abriam passagem ao cruzar com ela, uma mulher negra. “Como não pensei em racismo? Como o racismo estaria em todos os aspectos da minha vida menos nas calçadas?” (MARX, 2017, s.p.). Nesta dissertação, foram abordadas as escalas da calçada, da cidade e do mundo, mas os entrelaçamentos se dão em diversos níveis, como Linda Marx observou. As escalas possuem fronteiras deslizantes, “zonas de contato” (PRATT, 1999) porosas. A conclusão é que se faz necessária uma ponte para falar dessas escalas através de hifens: calçada-cidade-mundo.

Segundo Gloria Anzaldúa (2017, p. 424), a palavra arco-íris é utilizada politicamente por nativos/as americanos/as para simbolizar um ponte, uma comunicação e uma aliança entre diferentes etnias. Em *Ponciá Vicêncio* (2003), o arco-íris simbolizou as identidades hifenizadas, o hífen entre gêneros e entre culturas. É partindo dos hifens que surge a primeira ponte entre todas as narrativas aqui analisadas: campo-cidade, África-Brasil, João Pessoa-Porto Alegre, Rio de Janeiro-Los Angeles, Argentina-Brasil. Não foram hifens de deslocamento, apenas, mas de marcações e fragmentações identitárias.

Todas as personagens principais dos romances analisados, em maior ou menor grau, foram *outsiders within* (COLLINS, 1991), estrangeiras do lado de dentro, ocupando espaços de fronteira onde há grupos com acesso desigual ao poder. A pesquisadora brasileira Djamila Ribeiro (2017, s.p.) utilizou esse conceito para argumentar que “ser negra brasileira é sentir-se estrangeira no próprio país”. Para Djamila Ribeiro, o sentimento de ser estrangeira ocorre

a cada seguida de segurança na loja, olhar de estranhamento quando estou em lugares que julgam não ser para mim, a cada “você deveria ser passista e não estudar filosofia”, a cada reportagem mostrando os números absurdos de assassinatos de jovens negros, de mulheres negras assassinadas (RIBEIRO, 2017, s.p.)

Em *Ponciá Vicêncio* (2003) isso ficou evidente na marginalização sofrida tanto por Ponciá quanto por Luandi e Bilisa. Já Alice, de *Quarenta dias* (2014a), foi seguida por um segurança no shopping quando, além de ser uma “brasileirinha” em território porto-alegrense,

sua aparência já denunciava que estava morando na rua há algum tempo. Esses exemplos mostram como as fronteiras, os muros, as linhas abissais (SANTOS, 2007) foram sendo demarcados nas narrativas conforme as personagens se deslocavam por diferentes espaços. Para a personagem de *Algun lugar* (2009), que desfrutava do privilégio de cursar doutorado nos Estados Unidos, onde morava legalmente, a fronteira eram as longas *freeways* que ela não conseguia cruzar a pé, denunciando seu pertencimento àquela “casta de intocáveis” sem carro (ELKIN, 2016), à qual pertenciam as pessoas pobres e os/as imigrantes. Assim, foi possível perceber o argumento de Bauman tomar forma: “é sobretudo nas cidades que se observa essa furiosa atividade de traçar e deslocar fronteiras entre as pessoas” (BAUMAN, 2009, p. 1). Nos romances, fronteiras em todas as escalas da relação calçada-cidade-mundo denunciaram os sistemas de opressão baseados em gênero, raça, classe e nacionalidade.

Ao longo da pesquisa, percebeu-se que essas fronteiras não apenas marginalizam, mas também invisibilizam identidades. Assim como a historiografia literária invisibilizou a escrita de mulheres, parece haver uma necessidade de não ver, de ignorar aquelas pessoas como se ignora a montanha de despojos que cresce em volta da Leônia de Calvino (BAUMAN, 2005). Essa invisibilidade foi fundamental para Alice e para a personagem de *Algun lugar* (2009) deambularem como *flâneuses* contemporâneas. A invisibilidade da andarilha e da imigrante desafiou a política sexual do olhar (WOLFF, 1985; POLLOCK, 1988), que é um sistema no qual as mulheres são sempre objeto do olhar masculino nas ruas, nunca sujeito. No entanto, há uma tensão que parece poder romper com a invisibilidade a qualquer momento: “vejam esse rosto índio”, disse Anzaldúa (2005). A marca da diferença, na índia, na andarilha urbana e na imigrante – sejam traços, roupas, língua, cor da pele, sotaque –, também não permite que elas sejam completamente invisíveis. Suas figuras sempre deslocadas (*out of place*) destoam, rompem a ordem, expõem a diferença – e precisam ser contidas pela demarcação de novas fronteiras. A conclusão é que elas estão constantemente negociando com a política do olhar, que não é apenas sexual ou de gênero (tampouco apenas do olhar), mas também uma política de classe, raça, etnia, nacionalidade e geração. Aceitar a invisibilidade conferida pelos marcadores de classe, raça, etnia, nacionalidade e geração pode permitir que elas sejam sujeitos dentro da política *sexual* do olhar, mas ao custo de serem invisíveis. Recusar essa invisibilidade e ainda assim ser sujeito é que parece ser a verdadeira subversão: sujeitos do olhar, do caminhar, do ocupar. Sujeitos que têm

história e não aceitam mais ignorar, em cada rua/romance com nomes de homens, uma mulher invisível.

Outra semelhança entre os romances analisados foi o formato de diário, em *Quarenta dias* (2014a) e *Algum lugar* (2009), que lembrou os diários de mulheres viajantes do século XIX, uma forma de resistência ao não lugar que lhes era conferido pela história oficial. Mas os romances em questão, aqui, trouxeram diários com marcas mais contemporâneas de escrita, a exemplo da adoção da Barbie como interlocutora, ou a alternância das vozes da primeira para a segunda e terceira pessoas. Os trechos breves ou abruptamente interrompidos apontam para a escrita dos diários em meio ao cotidiano dessas mulheres, repleto de atividades, afazeres e deslocamentos. Já Conceição Evaristo adotou a narração em terceira pessoa subjetiva, se misturando à consciência das personagens, o que reforçou a impressão de uma história que vai além dos/as personagens e fala de uma voz coletiva. Ela fez uso de linguagens, formas e figuras que remeteram à cultura africana, traduzindo em palavras a consciência hifenizada da mulher afro-brasileira. Paloma Vidal, por sua vez, mostrou os hifens de sua narrativa nas palavras em inglês e espanhol que se mesclavam no texto da argentina-brasileira-estadunidense. E Maria Valéria Rezende construía pontes com a figura da Barbie, que remetia tanto à infância (e aos laços fragilizados com a filha) quanto ao consumismo (e ao contraste com a experiência nas ruas).

Além disso, nota-se que os romances abordaram motivações similares para os deslocamentos das personagens, relacionados com questões familiares e afetivas. Enquanto a ida de Alice para Porto Alegre foi motivada por um pedido da filha, a volta da personagem de *Algum lugar* (2009) para o Brasil se deu em função da gravidez. Seria possível concluir que as pesquisas que apontam que os deslocamentos das mulheres estão mais atrelados a questões familiares se confirmaram nos romances, mesmo em diferentes escalas. No entanto, assim como Alice atendeu ao pedido da filha a contragosto, o que provocou uma série de questionamentos sobre os papéis de mãe, a personagem de *Algum lugar* (2009) também não se enquadrava em estereótipos de maternidade. No romance de Paloma Vidal, a personagem não retorna para o Brasil quando o marido decide voltar, por exemplo. Mais tarde, eles acabaram se divorciando e dividindo a guarda do filho nos finais de semana. Ambas as personagens, ainda que sofrendo interferências das construções sociais, procuraram conceber suas próprias formas de lar, em meio a deslocamentos, desenraizamentos e reconfigurações identitárias. Dessa maneira, as temáticas da desterritorialização e da

ressignificação do conceito de lar estiveram presentes em todas as narrativas, o que foi muito importante para esta pesquisa, visto que as ideias sobre lar sempre estiveram atreladas a visões sobre o feminino. Novos lares foram construídos, com novos significados, fossem eles relativos à constituição da família ou à sensação de ter um lugar próprio na cidade.

Mesmo Ponciá Vicêncio, que partiu para a cidade sozinha e, num ato de coragem, se distanciou da família, sempre teve planos de voltar para buscar a mãe e o irmão. O que aconteceu foi um movimento na direção contrária, os três se encontram na cidade e retornam ao campo. Assim, ainda que Alice e a personagem de *Algum lugar* (2009) apresentassem a saudade de casa e a nostalgia do retorno, para Ponciá, esse retorno teve um significado diferente. Foi o momento de se fortalecer junto aos seus, de resgatar a sua ancestralidade na terra dos/as negros/as, onde eles/as eram respeitados/as e admirados/as, ao contrário do que acontecia na cidade e ao longo do deslocamento.

Mesmo a nostalgia do retorno estando presente em todas as personagens, por serem todas deslocadas e “forasteiras”, a importância desse retorno é maior em *Ponciá Vicêncio* (2003), porque além de “forasteira” ela era uma mulher negra – e o romance se passou nas primeiras décadas do século XX. Sendo assim, além das semelhanças, há também algumas diferenças importantes entre as personagens dos romances analisados. Enquanto Ponciá enfrentava opressões de ordem étnico-raciais, que são estruturais na sociedade brasileira, a experiência de Alice como pessoa em situação de rua ocorreu por um recorte temporal limitado a quarenta dias e teve relação com classe. Nesse sentido, a personagem de *Algum lugar* (2009), apesar de imigrante, ocupou posição privilegiada como doutoranda e estando apenas temporariamente deslocada. Por outro lado, em *Quarenta dias* (2014a), Alice enfrentou preconceitos que as outras não vivenciaram, referentes à sua idade e a sua origem paraibana. Além disso, os romances também diferiram quanto ao enfoque: enquanto *Algum lugar* (2009) e *Quarenta dias* (2014a) abordaram questões mais individuais das personagens, *Ponciá Vicêncio* (2003) trouxe, através das personagens, a força de uma voz coletiva. Essas diferenças confirmam o argumento de críticas que defendem que gênero não pode mais ser uma categoria de análise isolada (SPIVAK, 2002; KERNER, 2012; FRIEDMAN, 2017 [1998]). Como Friedman (2017 [1998]) apontou, também não basta olhar para as diferentes categorias que cada personagem ocupava de maneira estanque, mas em relação com os deslocamentos, os locais, os momentos históricos e as “geografias da identidade”.

Assim, além das semelhanças e diferenças, cabe ressaltar as intersecções, os pontos em que, de fato, o global pôde ser percebido na calçada, ou a calçada na cidade, ou a cidade no global, entre outros entrelaçamentos. Recuperando Escobar (2005), Massey (2009 [1994]), Santos (2006), Jaggar (2006) e Bauman (2009), observa-se que os aspectos globais e locais das condições contemporâneas não podem ser relacionados apenas de modo secundário e ocasional. O personagem Arturo, de *Quarenta dias* (2014a), por exemplo, era um ex-guerrilheiro argentino refugiado que estava vivendo em situação de rua, nas calçadas de Porto Alegre. Ao lado dele, Alice passou uma de suas noites na rua, coberta com plástico bolha. Enquanto isso, em Los Angeles, nos Estados Unidos, um país com mais de 46 milhões de imigrantes, as principais avenidas não possuem calçadas – não há um planejamento urbano para quem se desloca a pé, mesmo uma argentina-brasileira cursando doutorado, muito menos para imigrantes ilegais como Arturo, ainda que as políticas globais de países como os Estados Unidos contribuam com o empobrecimento da população dos países do Sul global (JAGGAR, 2006).

Da mesma forma, não há espaço para os/as mexicanos/as que “tentam tirar proveito” das marcas da cultura mexicana que permanecem em Los Angeles, após inúmeras disputas pelo território em questão. No romance *Algum lugar* (2009), houve hifens calçada-cidade-mundo até mesmo nas paisagens, na “arquitetura com sotaque” entre México e Estados Unidos, que confirmaram o argumento de Stuart Hall a respeito da fragmentação das paisagens culturais (2011 [1992]). Enquanto em *Quarenta dias* (2014a) percebeu-se que as ruas tinham nomes de homens (brancos), em *Algum lugar* (2009) notou-se que as ruas tinham nomes em espanhol – ou seja, os dois casos mostram marcas simbólicas e representativas, na escala do tecido urbano, de estruturas patriarcais, racistas e imperialistas em escalas que ultrapassam a cidade, assim como de resistências que comprovam a força da língua.

Em *Ponciá Vicêncio*, observou-se as inúmeras segregações urbanas com caráter étnico-racial que estavam presentes no início do século XX (e ainda estão), em consequência das invasões europeias do período colonial, do tráfico de pessoas realizado então e da mentalidade racista que foi difundida. Essa colonização, que teve caráter global, influencia ainda hoje os deslocamentos das pessoas negras nas calçadas, como observou Linda Marx, na abertura deste capítulo de considerações finais.

Diante desses entrelaçamentos, foi um dos objetivos desta pesquisa perceber a maneira como as personagens mulheres se

apropriam dos espaços urbanos ou como são oprimidas por eles, como se encolhem ou como se impõem e resistem. Houve momentos em que elas se sentiram impotentes ou ameaçadas e se encolheram: quando a personagem de *Algum lugar* (2009), por exemplo, desistiu da caminhada até o *Getty Center* (uma luta que ela travava contra a cidade) e sentou no meio-fio. Ou quando Alice fugiu, assustada, de homens que a importunaram na rua. Ponciá foi se fechando em seu vazio diante das opressões que vivia na cidade e dos abusos do marido, mas seu gesto não pode ser interpretado apenas como um “encolhimento”, pois foi também uma forma de resistir, de não se permitir adaptar. Assim como Alice, antes de fugir, deu um “passo brusco” na direção dos homens que a incomodavam e se soltou daquele que a segurava. De um modo geral, as três mulheres continuaram resistindo, Ponciá com a sua mudez, as demais com as suas deambulações por cidades desconhecidas. Nesse sentido, Alice foi quem mais se infiltrou, percorreu espaços urbanos, circulou. Já a personagem de *Algum lugar* (2009) criou estratégias contra a dispersão e o isolamento e elaborou um circuito doméstico e familiar para percorrer a pé.

Na análise dos romances foi possível perceber que as escritoras procuraram denunciar opressões reais e contemporâneas de gênero, raça, classe, nacionalidade e geração. Denunciaram também estruturas colonialistas e imperialistas que embasam muitas dessas opressões. O papel do gênero não esteve sempre em primeiro plano, apesar da autoria feminina. Porém, uma análise embasada na crítica literária feminista permitiu perceber as intersecções de outras categorias com gênero ao questionar a possibilidade da existência de uma *flâneuse* contemporânea, por exemplo, ou a segregação relacionada com os espaços prostitucionais, assim como o caráter gendrado das migrações e das consequências das políticas imperialistas globais.

É importante observar que as escritoras denunciaram, direta ou indiretamente, todas essas opressões, e ao mesmo tempo criaram personagens fortes, independentes, criativas e complexas. A força das narrativas esteve nesse conjunto multidimensional que, no momento da elaboração desta pesquisa, se inscreveu num contexto de importantes debates, no país, sobre os direitos das mulheres, sobre democracia e sobre censura, e no mundo, sobre criação de muros e sobre contenção de terroristas e refugiados/as. Assim, conclui-se que a crítica literária feminista, os estudos de gênero, os estudos pós-coloniais e os estudos sobre geografias, identidades, poder e deslocamentos foram de extrema relevância para refletir sobre os romances do *corpus* e sobre o momento contemporâneo.

REFERÊNCIAS

ACHUGAR, Hugo. Culpas y memorias em las modernidades locales: balbuces fragmentarios so pretexto de “el flâneur” de Walter Benjamin. **Revista eletrônica de estudos filológicos**, n. 16, s.p., dezembro 2008. Disponível em: < <https://www.um.es/tonosdigital/znum16/secciones/estudios-1.htm>>. Acesso em julho de 2017.

ADICHIE, Chimamanda. **Americanah**. Tradução de Julia Romeu. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

AGAMBEN, Giorgio. **O que é o contemporâneo? e outros ensaios**. Tradução Vinícius Nicastro Honesko. Chapecó: Argos, 2009.

ALBUQUERQUE, Wlamyra R. de; FILHO, Walter Fraga. **Uma história do negro no Brasil**. Salvador: Centro de Estudos Afro-Orientais; Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2006.

ALMEIDA, Sandra G. Mulheres tão diferentes que éramos: a escritora contemporânea e as narrativas cosmopolitas na aldeia global. In: DALCASTAGNÈ, Regina; LEAL, Virgínia (Orgs.). **Deslocamentos de gênero na narrativa brasileira contemporânea**. São Paulo: Horizonte, 2010, p. 12-22.

_____. **Cartografias contemporâneas: espaço, corpo, escrita**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2015.

ALMEIDA, Jacqueline. Literatura negra ou literatura afro-brasileira? Uma reflexão sobre a poesia de autoria negra. In: Seminário Brasileiro de Estudos Culturais e Educação, 7, 2017, Canoas. **Anais Eletrônicos...** Disponível em: <http://www.sbece.com.br/resources/anais/7/1494252183_ARQUIVO_TEXTOCOMPLETOSBECE2017.pdf>. Acesso em novembro de 2017.

ALTO COMISSARIADO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA REFUGIADOS. **Tendências globais sobre refugiados e outras populações de interesse do ACNUR**. 2017. Disponível em: <<http://www.acnur.org/portugues/recursos/estatisticas/>>. Acesso em outubro de 2017.

ANZALDÚA, Gloria. **Borderlands/La Frontera: the new mestiza**

consciousness. San Francisco: Aunt Lute Press, 1987.

_____. La consciencia de la mestiza/ Rumo a uma nova consciência. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, vol.13, n. 3, p. 704- 719, set-dez. 2005.

_____. *Quer(izar) a escritora: loca, escritora y chicana*. Tradução de Tatiana Nascimento. In: BRANDÃO, Izabel; CAVALCANTI, Ildney; COSTA, Cláudia de Lima; LIMA, Ana Cecília Acioli (Orgs.). **Traduções da cultura: perspectivas críticas feministas (1970-2010)**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2017. p. 408-425.

ARAÚJO, Nara. Verdad, poder y saber: escritura de viajes feminina. **Revista Estudos Feministas**. v. 16, n. 3, p. 1009-1029, 2008.
Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=38114361019>>. Acesso em julho de 2017.

ARRUDA, Aline A. **Ponciá Vicêncio, de Conceição Evaristo: um Bildungsroman feminino e negro**. 2007. 106 f. Dissertação (Mestrado em Letras – Teoria da Literatura) – Programa de Pós-Graduação em Letras: Estudos Literários, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte. 2007.

AZEVEDO, Celia M. **Onda negra, medo branco: o negro no imaginário das elites do século XIX**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

BAIROS, Luiza. Nossos feminismos revisitados. **Estudos Feministas**, v.3, n. 2, p. 458-463, 1995.

_____. Lembrando Lélia Gonzalez. **Afro-Asia**, n.23, [s.p.], 2000.

BARBOSA, João Alexandre. O cânone na história da literatura brasileira. **Organon**, Porto Alegre, v.15, n. 30-31, p. 17-31, 2001.

BATISTA, Vera. O medo na cidade do Rio de Janeiro. **Delito y sociedad: Revista de ciencias sociales**. Santa Fé, Vol. 1, no. 20, p. 119-126, 2004. Disponível em: <<https://bibliotecavirtual.unl.edu.ar/ojs/index.php/DelitoYSociedad/article/viewFile/5855/8650>>. Acesso em junho de 2017.

BAUMAN, Zygmunt. **Vidas desperdiçadas**. Tradução de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

_____. **Confiança e medo na cidade**. Tradução de Eliana Aguiar. Rio de Janeiro: Zahar. 2009. E-book.

BENJAMIN, Walter. **Obras escolhidas**. Magia e técnica, arte e política. Ensaios sobre literatura e história da cultura. Tradução de Sérgio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1987. Vol. 1.

_____. O Flâneur. In: _____. **Obras escolhidas III**. Tradução de João Carlos Martins Barbosa e Hemerson Alves Baptista. São Paulo: Brasiliense, 1994, p. 33-65.

BERTH, Joice. A cidade e o culto ao falo. In: ITO, Carolina. **A cidade ideal das mulheres**. Disponível em: <<http://revistatrip.uol.com.br/tpm/arquitetura-e-planejamento-urbano-a-cidade-ideal-das-mulheres>>. Acesso em maio de 2017.

BHABHA, Homi. **O local da cultura**. Tradução de Myriam Ávila, Eliana Reis e Gláucia Gonçalves. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.

BIROLI, Flávia. O público e o privado. In: BIROLI, Flávia; MIGUEL, Luis F. **Feminismo e política**. São Paulo: Boitempo, 2014, p. 31-43.

BLOOM, Harold. **O cânone ocidental**: os livros e a escola do tempo. Tradução: Marcos Santarrita. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

BRAGA, Maria Helena. Espaço e tempo na cidade cinemática. **Espaço e cultura**, UERJ, Rio de Janeiro, n. 13, p. 63-75, jan./jun. 2002.

BRAH, Avtar. **Cartografías de la diáspora**: identidades en cuestión. Madrid: Traficantes de sueños, 2011.

BRAH, Avtar; PHOENIX, Ann. Não sou uma mulher? Revisitando a interseccionalidade. Tradução de Cláudia Santos Mayer e Matias Corbett Garcez. In: BRANDÃO, Izabel; CAVALCANTI, Ildney; COSTA, Cláudia de Lima; LIMA, Ana Cecília Acioli (Orgs.). **Traduções da cultura**: perspectivas críticas feministas (1970-2010). Florianópolis: Editora da UFSC, 2017. p. 661-684.

BRAIDOTTI, Rosi. Diferença, diversidade e subjetividade nômade. Tradução de Roberta Barbosa. **Revista de estudos feministas Labrys**, número 1-2, p. 1-16, julho/dezembro 2002. Disponível em: <http://www.historiacultural.mpbnet.com.br/feminismo/Diferenca_Diversidade_e_Subjetividade_Nomade.pdf>. Acesso em agosto de 2016.

_____. Metamorphic others and nomadic subjects. In: LARIC, Oliver. **Exposição na galeria Tanya Leighton**. Berlin, 2014. Disponível em: <http://www.tanyaleighton.com/p/p000620/LARIC_Braidotti_Metamorphic_Others_and_Nomadic_Subjects464f5.pdf>. Acesso em maio de 2017.

CALVINO, Italo. **As cidades invisíveis**. Tradução de Diogo Mainardi. São Paulo: Companhia das Letras, 1990a.

_____. **Seis propostas para o próximo milênio**. Tradução de Ivo Barroso. São Paulo: Companhia das Letras, 1990b.

CANCLINI, Néstor. Cidades e cidadãos imaginados pelos meios de comunicação. **Opinião Pública**, Campinas, v. 8, n. 1, p. 40-53, 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/op/v8n1/14873.pdf>>. Acesso em julho de 2017.

CARDOSO, Cláudia P. Amefricanizando o feminismo: o pensamento de Lélia Gonzalez. **Estudos feministas**. v. 22, n. 3, p. 965-986, set./dez. 2014.

CARNEIRO, Sueli. **Enegrecer o feminismo**. 2001. Disponível em: <www.mujiresdelsur.org/portal/images/descargas/enegrecer%20e1%20feminismo_sueli%20carneiro.pdf> Acesso em janeiro de 2017.

CARVALHO, Débora. **Te colocando no teu devido lugar**: sobre as empregadas domésticas brancas do filme *A que horas ela volta?* 2015. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/drops/16.097/5769>>. Acesso em novembro de 2017.

CESAR, Ana Cristina. Literatura e mulher: essa palavra de luxo. Almanaque 10, cadernos de literatura e ensaio, brasileiro. In: _____. **Crítica e Tradução**. São Paulo: Editora Ática, 1999.

_____. Riocorrente, depois de Eva e Adão... Folha de S. Paulo, Folhetim, 12 de setembro. In: _____. **Crítica e Tradução**. São Paulo: Editora Ática, 1999.

CHAUÍ, Marilena. Cultura e democracia. **Crítica y emancipación**: Revista latinoamericana de Ciencias Sociales. Buenos Aires, Ano 1, no. 1, p. 53-76, jun. 2008. Disponível em: <www.bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/secret/CyE/cye3S2a.pdf>. Acesso em janeiro de 2017.

COLLINS, Patricia H. **Black Feminist Thought**: Knowledge Consciousness and Politics of Empowerment. Nova Iorque, NY: Routledge, 1991.

COMISIÓN INTERAMERICANA DE DERECHOS HUMANOS. **Una mirada a la violencia contra personas LGBTI**. Disponível em: <<http://www.oas.org/es/cidh/lgtbi/docs/Anexo-Registro-Violencia-LGBTI.pdf>>. Acesso em maio de 2017.

CONNEL, Raewyn; PEARSE, Rebecca. **Gênero**: uma perspectiva global. Tradução e revisão técnica: Marília Moschkovich. São Paulo: nVersos, 2015.

COSTA, Cláudia de Lima. Feminismo e tradução cultural: sobre a colonialidade do gênero e a descolonização do saber. **Portuguese Cultural Studies**, Utrecht, n. 4, p. 41-65, 2012.

DALCASTAGNÈ, Regina. Sombras da cidade: o espaço na narrativa brasileira contemporânea. **Revista Estudos de literatura brasileira contemporânea**, Brasília, n. 21, p. 33-53, jan./jul. 2003. Disponível em: <http://www.gelbc.com.br/pdf_revista/2102.pdf>. Acesso em agosto de 2016.

_____. A personagem do romance brasileiro contemporâneo: 1990-2004. **Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea**, Brasília, n. 26, p. 13-71, jul./dez. 2005. Disponível em: <<https://www.gelbc.com/regina-dalcastagn>>. Acesso em maio de 2017.

_____. Representações restritas: a mulher no romance brasileiro contemporâneo. In: DALCASTAGNÈ, Regina; LEAL, Virgínia (Orgs.). **Deslocamentos de gênero na narrativa brasileira contemporânea**. São Paulo: Horizonte, 2010. p. 40-64.

_____. Para não ser trapo no mundo: as mulheres negras e a cidade na narrativa brasileira contemporânea. **Revista Estudos de literatura brasileira contemporânea**, Brasília, n. 44, p. 289-302, jul./dez. 2014. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/elbc/n44/a14n44.pdf>>. Acesso em agosto de 2016.

DE GIORGI, Alessandro. Neoliberalismo e controle penal na Europa e nos Estados Unidos: a caminho de uma democracia punitiva? Tradução de Maria Lúcia Karam. **Veredas do Direito**. [s.l.], v. 1, n. 3, p. 29-42, Fev. 2011. Disponível em: <<http://www.domhelder.edu.br/revista/index.php/veredas/article/view/128>>. Acesso em junho de 2017.

DIDI-HUBERMAN, Georges. **Sobrevivência dos vaga-lumes**. Tradução de Vera Casa Nova e Márcia Arbex. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.

DUARTE, Eduardo de A. Por um conceito de literatura afro-brasileira. In: DUARTE, Eduardo de A.; FONSECA, M. N. S. (Org.) **Literatura e afrodescendência no Brasil**: antologia crítica. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011, p. 113-138, vol. 4: História, teoria, polêmica. Disponível em: <<http://150.164.100.248/literaafro/data1/artigos/artigoeduardoassis2.pdf>>. Acesso em janeiro de 2017.

DU BOIS, William E. B. Of our spiritual strivings. In: _____. **The souls of black folk**. 1903. Disponível em: <http://faculty.uml.edu/sgallagher/WEBDuBois-Souls_of_Black_Folk-1-14.pdf> Acesso em junho de 2017.

ELKIN, Lauren. **Flâneuse**: women walk the city in Paris, New York, Tokyo, Venice and London. New York: Farrar, Straus and Giroux, 2016. E-book.

ENCICLOPÉDIA ITAÚ CULTURAL DE ARTE E CULTURA BRASILEIRAS. **Paloma Vidal**. São Paulo: Itaú Cultural, 2017. Disponível em: <<http://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoa101609/paloma-vidal>>. Acesso em outubro de 2017.

ESCOBAR, Arturo. O lugar da natureza e a natureza do lugar: globalização ou pós-desenvolvimento?. In: LANDER, Edgardo (Org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas.** Colección Sur Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina, p.133-168, setembro. 2005.

EVARISTO, Conceição. **Ponciá Vicêncio.** Belo Horizonte: Mazza Edições, 2003.

_____. Da grafia-desenho de minha mãe, um dos lugares de nascimento de minha escrita. In: ALEXANDRE, Marcos Antônio (Org). **Representações performáticas brasileiras: teorias, práticas e suas interfaces.** Belo Horizonte: Mazza Edições, 2007. Disponível em: <<http://nossaescrevivencia.blogspot.com.br/2012/08/da-grafia-desenho-de-minha-mae-um-dos.html>>. Acesso em junho de 2017.

_____. Literatura negra: uma poética de nossa afro-brasilidade. **Scripta**, Belo Horizonte, v. 13, n. 25, p. 17-31, 2º sem. 2009. Disponível em: <<http://periodicos.pucminas.br/index.php/scripta/article/view/4365/4510>>. Acesso em maio de 2017.

_____. **Becos da memória.** Florianópolis: Editora Mulheres, 2013.

_____. **Olhos d'água.** Rio de Janeiro: Pallas: Fundação Biblioteca Nacional, 2015.

_____. **Poemas da recordação e outros movimentos.** Rio de Janeiro: Malê, 2017.

FANON, Frantz. **Os condenados da terra.** Tradução de José Laurênio de Melo. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1968.

_____. **Pele negra, máscaras brancas.** Tradução de Renato da Silveira. Salvador: EdUFBA, 2008.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Visível e invisível: a vitimação de mulheres no Brasil.** 2017. Disponível em: <<http://www.forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2017/03/relatorio-pesquisa-vs4.pdf>>. Acesso em maio de 2017.

FRIEDMAN, Susan. “Além” do gênero: a nova geografia da identidade e o futuro da crítica feminista. Tradução de Alcione Cunha da Silveira e Sandra Regina Goulart Almeida. In: BRANDÃO, Izabel; CAVALCANTI, Ildney; COSTA, Cláudia de Lima; LIMA, Ana Cecília Acioli (Orgs.). **Traduções da cultura: perspectivas críticas feministas (1970-2010)**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2017. p. 519-574.

FUNCK, Susana Bornéo. **Crítica literária feminista: uma trajetória**. Florianópolis: Editora Insular, 2016.

FUNDAÇÃO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E CIDADANIA. **Estudos quanti-qualitativos população em situação de rua de Porto Alegre**. 2016. Disponível em: <http://lproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/cs/usu_doc/15122016-pesquisa_fasc.pdf>. Acesso em julho de 2017.

GEORGE, Rosemary. **The politics of home: postcolonial relocations and twentieth century fiction**. Berkeley: University of California Press, 1996.

GILBERT, Sandra; GUBAR, Susan. **The madwoman in the attic**. New haven: Yale University Press, 1979.

GILROY, Paul. **O Atlântico Negro: modernidade e dupla consciência**. Tradução: Cid Knipel Moreira. São Paulo: Ed. 34; Rio de Janeiro: Universidade Candido Mendes, Centro de Estudos Afro-Asiáticos, 2001.

GOMES, Heloisa T. Visíveis e invisíveis grades. Vozes de mulheres na escrita afrodescendente contemporânea. **Caderno Espaço Feminino**. Uberlândia: EDUFU, Vol. 12, nº15, p.13-26, 2004.

GOMES, Maurício dos Santos. Rua de mão única: o escritor atuante e o texto-cidade. In: Jornada UFRGS de Estudos Literários, 2, 2012, Porto Alegre. **Anais...** Disponível em: <https://www.ufrgs.br/ppgletas/IJornadaestlit/artigos_comparada.html>. Acesso em janeiro de 2018.

GOMES, Renato Cordeiro. Cosmopolitismo(s) em tempos midiáticos: um desafio contemporâneo. **Novos Olhares**. São Paulo, v. 3, n. 2, p. 14-25, 2014.

GONÇALVES, Alfredo. Migrações internas: evoluções e desafios.

Estudos avançados. São Paulo, v.15, n. 43, p. 173-184, set/dez. 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142001000300014>. Acesso em fevereiro de 2017.

GONÇALVES, Ana Maria. **Um defeito de cor.** Rio de Janeiro: Record, 2008.

HALL, Stuart. **Da diáspora:** identidades e mediações culturais. 1ª reimpressão revista. Tradução de Adelaine La Guardia Resende; Ana Carolina Escosteguy et al. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

_____. **A identidade cultural na pós-modernidade.** 11. ed. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva; Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2011.

HARRIS, Leila A. Espaços discursivos, geográficos e afetivos na literatura diaspórica contemporânea. In: _____. **A voz e o olhar do outro,** v.1. Rio de Janeiro: Editora Letra Capital, 2009. p. 36-45. Disponível em: <<http://www.pgletras.uerj.br/vozzolharoutro/volume001/003.pdf>>. Acesso em novembro de 2017.

HARVEY, David. A Liberdade da Cidade. In: HARVEY, David; MARICATO, Ermínia et al. **Cidades rebeldes.** São Paulo: Boitempo, 2013.

HOOKS, bell. **Yearning:** race, gender, and cultural politics. London: Turnaround, 1991.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Retrato das desigualdades de gênero e raça.** 4. ed. Brasília: Ipea, 2011.

INTERNATIONAL ORGANIZATION FOR MIGRATION. **World migration.** 2015. Disponível em: <<https://www.iom.int/world-migration>>. Acesso em outubro de 2017.

_____. **Migration flows in europe: arrivals and fatalities.** 2016. Disponível em: <https://issuu.com/iomdrd/docs/mediterranean_update_20_september_2>. Acesso em outubro de 2017.

_____. **Fatal journeys.** 2017. Disponível em: <http://publications.iom.int/system/files/pdf/fatal_journeys_volume_3_part_1.pdf>. Acesso em

outubro de 2017.

JACQUES, Paola. Breve histórico da Internacional Situacionista. **Arquitextos**. Ano 3, abril 2003. Disponível em: <http://chroniquedupieton.blogs.com/chronique_du_pieton/files/vitruvius%20%7C%20arquitextos%20035.05.pdf>. Acesso em julho de 2017.

JAGGAR, Alison. “Salvando Amina”: justiça global para mulheres e diálogo intercultural. In: MINELLA, Luzinete; FUNCK, Susana (Orgs.). **Saberes e fazeres de gênero: entre o local e o global**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2006.

JESUS, Carolina M. **Quarto de despejo**: diário de uma favelada. São Paulo: Editora Ática, 2014.

KAMITA, Rosana. **Resgates e ressonâncias**: Mariana Coelho. Florianópolis: Editora Mulheres, 2005.

KAPLAN, Caren. **Questions of travel**: postmodern discourses of displacements. Durham: Duke University Press, 2000. E-book.

KERNER, Ina. Tudo é interseccional? Sobre a relação entre sexismo e racismo. Tradução de Bianca Tavolari. **Novos estudos – CEBRAP**, n. 93, p. 45-58, 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/nec/n93/n93a05.pdf>> Acesso novembro de 2017.

KOETZ, Vanessa. Nas ruas e nas praças!. In: KOETZ, Vanessa; MARQUES, Helena; CERQUEIRA, Jéssica (Orgs.). **Direito à cidade**: uma visão por gênero. São Paulo: Instituto Brasileiro de Direito Urbanístico, 2017. p. 72-77.

KOLODNY, Annette. Dançando no campo minado: algumas observações sobre a teoria, a prática e a política de uma crítica literária feminista. Tradução de Rita T. Schmidt. In: BRANDÃO, Izabel; CAVALCANTI, Ildney; COSTA, Cláudia de Lima; LIMA, Ana Cecília Acioli (Orgs.). **Traduções da cultura**: perspectivas críticas feministas (1970-2010). Florianópolis: Editora da UFSC, 2017. p. 216-256.

LEMOS, Letícia; HARKOT, Marina; SANTORO, Paula. Mulheres de bicicleta em São Paulo: da “cidade imoral” para a “cidade conquistada”.

In: KOETZ, Vanessa; MARQUES, Helena; CERQUEIRA, Jéssica (Orgs.). **Direito à cidade**: uma visão por gênero. São Paulo: Instituto Brasileiro de Direito Urbanístico, 2017. p. 107-115.

LISBOA, Adriana. **Rakushisha**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2014.

_____. **Azul corvo**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2014.

LUGARINHO, Mário. Paradigmas confrontados: algumas masculinidades nas literaturas africanas de língua portuguesa.

Metamorfoses, v. 14, n. 1, p. 141-151, 2017. Disponível em: < <https://revistas.ufrj.br/index.php/metamorfoses/article/view/10553/7849>>.

Acesso em novembro de 2017.

MACEDO, Ana Gabriela; AMARAL, Ana Luísa (Orgs.). **Dicionário da Crítica Feminista**. Porto: Afrontamento, 2005.

MADARIAGA, Inés. Urbanismo con perspectiva de género. **Unidad de Igualdad y Género**, Instituto andaluz de la mujer, módulo 4. 2004.

Disponível em: <http://www.juntadeandalucia.es/institutodelamujer/ugen/sites/default/files/documentos/98.pdf>>. Acesso em agosto de 2016.

MARCONDES, Mariana. Sobre cidade, não-lugar e sexualidade das mulheres. In: KOETZ, Vanessa; MARQUES, Helena; CERQUEIRA, Jéssica (Orgs.). **Direito à cidade**: uma visão por gênero. São Paulo: Instituto Brasileiro de Direito Urbanístico, 2017. p. 88-93.

MASSEY, Doreen. **Space, place and gender**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2009.

MARX, Linda. Por que ninguém desvia de mim? **Efigênicas**. 2017.

Disponível em: < <http://www.efigenias.com.br/2017/09/por-que-ninguem-desvia-de-mim.html?m=1>>. Acesso em novembro de 2017.

MIRANDA, Adelaide C. **Pensar o local**: gênero e espaço urbano na narrativa brasileira contemporânea. 2013. 199 f. Tese (Doutorado em Literatura e Práticas Sociais) – Instituto de Letras, Universidade de Brasília, Brasília. 2013.

MIGNOLO, Walter. **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires:

CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2005. Disponível em: <http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/sur-sur/20100624094657/6_Mignolo.pdf>. Acesso em janeiro de 2017.

MIGNOLO, Walter; SCHIWY, Freya. Translation/Transculturation and the Colonial Difference. In: MUDIMBE-BOYI, Elisabeth (Ed.). **Beyond Dichotomies: Histories, Identities, Cultures and the Challenge of Globalization**. Albany: State University of New York Press, 2002.

MOASSAB, Andréia; BERTH, Joice; HOSHINO, Thiago. **As marcas urbanas da violência colonial**. Disponível em: <http://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/futuro-das-cidades/as-marcas-urbanas-da-violencia-colonial-315mu8r6rx71knazvr9kk5d8m>>. Acesso em junho de 2017.

MOHANTY, Chandra. **Under Western eyes: feminist scholarship and colonial discourse**. *Boundary 2*, v. 12, n. 3, p. 333-358, 1986.

MOI, Toril. **Sexual/Textual Politics: feminist literary theory**. London and New York: Methuen, 1985.

MOREIRA, Maria Eunice. Cânone e cânones: um plural singular. In: TASCETTO, Tânia Regina (Org.). **Revista do Programa de Pós-graduação em Letras da Universidade Federal de Santa Maria**. Santa Maria, n. 26, p. 89-94, jun. 2003. Disponível em: <<https://periodicos.ufsm.br/letras/article/view/11883/7310>>. Acesso em fevereiro de 2017.

MULVEY, Laura. Visual pleasure and narrative cinema. In: ERENS, Patricia (Ed.). **Issues in feminist film criticism**. Bloomington: Indiana University Press, 1990.

MUZART, Zahidé L. Pedantes e blas-bleus: histórias de uma pesquisa. In: _____. (Org.). **Escritoras brasileiras do século XIX: antologia**. Florianópolis: Editora Mulheres; Santa Cruz do Sul: Edunisc, 1999.

MUZI, Joyce; COQUEIRO, Wilma; ZOLIN, Lúcia. Narrativas da diáspora feminina contemporânea: uma leitura de *Algum lugar*, de Paloma Vidal. **Letrônica**, Porto Alegre, v. 7, n.1, p. 435-451, jan./jun. 2014.

NATIONAL PUBLIC RADIO. **Woman In Street Harassment Video:** 'I Do Not Feel Safe Right Now'. 2014. Disponível em: <<https://www.npr.org/2014/11/01/360494480/woman-in-street-harassment-video-i-do-not-feel-safe-right-now>>. Acesso em novembro de 2017.

OGANDO, Ana C.; ASSIS, Mariana. (Des)estabilizando a dicotomia público/privado?: um exame crítico da categoria analítica a partir da interseccionalidade. In: Seminário Internacional Fazendo Gênero, 10, 2013, Florianópolis. **Anais Eletrônicos...** Disponível em: <http://www.fazendogenero.ufsc.br/10/resources/anais/20/1384782686_ARQUIVO_AnaCarolinaOgando.pdf>. Acesso em agosto de 2016.

OLIVEIRA, Ana; DEPLAGNE, Luciana. A fertilidade ancestral em Ponciá Vivêncio. **Boletim de pesquisa Nelic**, Florianópolis, v. 15, n. 23, p. 179-198, 2015. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/nelic/article/viewFile/1984-784X.2015v15n23p179/30916>>. Acesso em junho de 2017.

OLIVEIRA, Eduardo David de. Filosofia da ancestralidade como filosofia africana educação e cultura afro-brasileira. **Revista Sul-Americana de Filosofia e Educação**. Brasília, n. 18, p. 28-47, mai./out. 2012.

PICCINI, Mabel. Sobre a comunicação nas grandes cidades. **Opinião Pública**, Campinas, v. 9, n. 2, p. 1-19, out. 2015. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/op/article/view/8641130/8641>>. Acesso em julho de 2017.

PINHEIRO, Leandro. **As periferias de Porto Alegre:** suas pertencas, redes e astúcias. Bases para compreender seus saberes e dinâmicas éticas. Instituto Humanitas Unisinos [on-line]. 2016. Entrevista concedida a Patricia Fachin. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/159-noticias/entrevistas/558958-periferias-de-porto-alegre-contingente-populacional-supera-o-de-muitas-cidades-gauchas-entrevista-especial-com-leandro-pinheiro>>. Acesso em novembro de 2017.

POLLOCK, Griselda. **Vision and difference:** femininity and the histories of art. London: Routledge, 1988.

_____. A política da teoria: gerações e geografias na teoria feminista e na história das histórias de arte. Tradução de Ana Gabriela Macedo e Maria Amélia Carvalho. In: MACEDO, Ana Gabriela (Org.). **Gênero, identidade e desejo**: antologia crítica do feminismo contemporâneo. Lisboa: Cotovia, 2002. p. 191-219.

PRATT, Mary Louise. In the neocolony: destiny, destination and the traffic in meaning. In: MORANA, Mabel; DUSSEL, Enrique; JÁUREGUI, Carlos (eds.). **Coloniality at large**: Latin America and the postcolonial debate. Durham: Duke University Press, 2008. p. 459-476.

_____. A crítica na zona de contato: nação e comunidade fora de foco. **Travessia**. n. 38, p. 7-29. 1999.

PREFEITURA DE SÃO PAULO. Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano. A mobilidade das mulheres na cidade de São Paulo. In: **Informes urbanos**. São Paulo, n. 25, novembro, 2016. Disponível em: <http://smdu.prefeitura.sp.gov.br/informes_urbanos/pdf/39.pdf> Acesso em maio de 2017.

QUE HORAS ELA VOLTA? Roteiro e direção de Ana Muylaert. Coordenação executiva de Sônia Hamburger. Brasil: Gullane; Africa Filmes; Globo Filmes; Pandora Filmes distribuidora, 2015. 1 DVD (114 minutos), son., color.

RAMOS, Diana. **“Preta, pobre e puta”**: a segregação urbana da prostituição em Campinas – Jardim Itatinga. 2015. 337f. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional) – Programa de Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

REIS, Roberto. Cânon. In: JOBIM, J. L. (Org). **Palavras da crítica**. Tendências e conceitos no estudo da Literatura. Rio de Janeiro: Imago, 1992.

RESTREPO, Eduardo; ROJAS, Alex. **Inflexión decolonial**: fuentes, conceptos y cuestionamientos. Popayán: Editorial Universidad del Cauca, 2010.

REZENDE, Maria Valéria. **Quarenta dias**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2014a.

_____. Maria Valéria Rezende viveu na rua para escrever romance. **Estadão**, São Paulo, 2014b. Entrevista concedida a Maria Fernanda Rodrigues. Disponível em: <<http://cultura.estado.com.br/noticias/geral,maria-valeria-rezende-viveu-na-rua-para-escrever-romance,1161541>>. Acesso em julho de 2017.

_____. Maria Valéria Rezende: “As pessoas pensam que freiras são bobinhas. Como podem escrever literatura?”. **El País**, São Paulo, 2017. Entrevista a Camila Moraes. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2017/02/20/cultura/1487625634_391058.html>. Acesso em julho de 2017.

RIBEIRO, Djamila. Estrangeira no próprio país. **Carta capital**. 2017. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/revista/977/estrangeira-no-proprio-pais>>. Acesso em novembro de 2017.

RICH, Adrienne. Quando da morte acordamos: a escrita como re-visão. Tradução de Susana Bornéo Funck. In: BRANDÃO, Izabel; CAVALCANTI, Ildney; COSTA, Cláudia de Lima; LIMA, Ana Cecília Acioli (Orgs.). **Traduções da cultura: perspectivas críticas feministas (1970-2010)**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2017. p. 64-84.

SAID, Edward. **Representações do intelectual: as Conferências Reith de 1993**. Tradução de Milton Hatoum. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

_____. **Cultura e imperialismo**. Tradução de Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Do pós-moderno ao pós-colonial. E para além de um e outro. In: VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais, Coimbra, 2004. **Anais eletrônicos...** Disponível em: <http://www.ces.uc.pt/misc/Do_pos-moderno_ao_pos-colonial.pdf>. Acesso em agosto de 2016.

_____. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia dos saberes. **Novos estudos**. São Paulo, v. 3, n. 79, p. 71-94, nov. 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/nec/n79/04.pdf>>. Acesso em outubro de 2017.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

SCHMIDT, Rita T. Refutações ao feminismo: (des)compassos da cultura letrada brasileira. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 14, n. 3, p. 765-799, Set./Dez. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2006000300011#nt39>. Acesso em fevereiro de 2017.

_____. Centro e margens: notas sobre a historiografia literária. In: DALCASTAGNÈ, Regina; LEAL, Virgínia (Orgs.). **Deslocamentos de gênero na narrativa brasileira contemporânea**. São Paulo: Horizonte, 2010. p. 174-188.

SCHMIDT, Simone P. De volta para casa ou o caminho sem volta em duas narrativas do Brasil. **Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea**, Brasília, n. 32, p. 21-30, jul./dez. de 2008.

_____. Ainda o feminismo, ou o feminismo ainda mais. In: KAMITA, Rosana; FONTES, Luísa (Orgs.). **Mulher e literatura: vozes consequentes**. Florianópolis: Mulheres, 2015. p. 481-497.

_____. Nos becos da memória, a força da narrativa. In: DUARTE, Constância Lima; CÔRTEZ, Cristiane; PEREIRA, Maria do Rosário A. (Orgs.). **Escrevivências: identidade, gênero e violência na obra de Conceição Evaristo**. Belo Horizonte: Editora Idea, 2016a.

_____. Sexo, raça e gênero na lógica colonial: o que contam as mulheres. In: ZINANI, Cecil; SANTOS, Salete (Orgs.). **Trajetórias de literatura e gênero: territórios reinventados**. Caxias do Sul: Educus, 2016b.

_____. Ser mulher e outras palavras: o conceito de interseccionalidade revisitado por Avtar Brah e Ann Phoenix. In: BRANDÃO, Izabel; CAVALCANTI, Ildney; COSTA, Cláudia de Lima; LIMA, Ana Cecília Acioli (Orgs.). **Traduções da cultura: perspectivas críticas feministas (1970-2010)**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2017. p. 685-691.

SCIREA, Bruna. Em oito anos, população de rua de Porto Alegre cresce 75%. **Zero Hora**, Porto Alegre, Dezembro 2016. Disponível em: <<http://zh.clicrbs.com.br/rs/porto-alegre/noticia/2016/12/em-oito-anos->

populacao-de-rua-de-porto-alegre cresce-75-8767200.html>. Acesso em julho de 2017.

SEGATO, Rita. Colonialidad y patriarcado moderno: expansión del frente estatal, modernización, y la vida de las mujeres. In: MIÑOSO, Yuderkys; CORREAL, Diana; MUÑOZ, Karina (eds.). **Tejiendo de otro modo: Feminismo, epistemología y apuestas descoloniales en Abya Yala**. Popayán: Editorial Universidad del Cauca, 2014. p. 75-90.

SENNET, Richard. **O declínio do homem público: as tiranias da intimidade**. Tradução Lygia Araújo Watanabe. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

SHOHAT, Ella. A vinda para a América: reflexões sobre perda de cabelos e de memória. **Revista Estudos Feministas**. v. 10, n. 1, p. 99-117, 2002. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/ref/v10n1/11631>>. Acesso em outubro de 2017.

SHOWALTER, Elaine. A crítica feminista no deserto. Tradução de Margarida Esteves Pereira. In: MACEDO, Ana Gabriela (Org.). **Gênero, identidade e desejo: antologia e crítica do feminismo contemporâneo**. Lisboa: Edições Cotovia, 2002.

SMANIOTO, Sheyla. **Desesterro**. Rio de Janeiro: Record, 2015.
SOUZA, Lynn Mario T. Hibridismo e tradução cultural em Bhabha. In: ABDALA JUNIOR, Benjamin (Org.). **Margens da cultura e mestiçagem, hibridismo e outras misturas**. São Paulo: Boitempo, 2004.

SPIVAK, Gayatri. Literatura. Tradução de Plínio Dentzien. **Cadernos Pagu**. Campinas, n. 19, p. 9-53, 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cpa/n19/n19a02.pdf>>.

TRAJANO, Roberta. **Sujeitos em trânsito: espaços urbanos em eles eram muitos cavalos**, de Luiz Ruffato. 2014. 167f. Dissertação (Mestrado em Estudos Literários) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte. 2014.

VAINER, Carlos. Deslocamentos compulsórios, restrições à livre circulação: elementos para um reconhecimento teórico da violência como fator migratório. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS

POPULACIONAIS DA ABEP. 11, 1998, Caxambu, MG. **Anais...** Belo Horizonte: ABEP, 1998. p. 819-835.

VIDAL, Paloma. **Algum lugar**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2009.

WACQUANT, Loïc. O lugar da prisão na nova administração da pobreza. **Revista Novos Estudos – CEBRAP**. São Paulo, n. 80, p. 9-19. mar. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002008000100002>. Acesso em junho de 2017.

WEISS, Thomas; CHALTELT, Pedro. **México**: public policies benefiting migrants. Cidade do México: Organización Internacional para las Migraciones Misión México, 2011. Disponível em: <http://publications.iom.int/system/files/pdf/oim_pp_en.pdf>. Acesso em outubro de 2017.

WOLFF, Janet. The invisible flâneuse: women and the literature of modernity. **Theory, Culture & Society**, 2 (3), p. 34-50, 1985.

WOOD, James. **Como funciona a ficção**. Tradução de Denise Bottmann. São Paulo: Cosac Naify, 2012.

WOOLF, Virginia. **Um teto todo seu**. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.